Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

JOÃO GOULART

MENSAGEM
AO
CONGRESSO NACIONAL

1964

JOÃO GOULART

MENSAGEM
AO
CONGRESSO NACIONAL

REMETIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
NA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1964

BRASÍLIA
BRASIL

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Ao inaugurarem-se os trabalhos da sessão legislativa de 1964, tenho a honra de dirigir-me a Vossas Excelências, no exercício da prerrogativa que me confere o artigo 87, inciso XVIII, da Constituição da República, a fim de dar-lhes conta da situação do País e solicitar-lhes as providências que julgo necessárias ao seu desenvolvimento, à preservação da tranqüilidade e da segurança do povo brasileiro e à definitiva erradicação dos obstáculos institucionais e estruturais que impedem a aceleração e a consolidação do nosso progresso.

Desejo, entretanto, que esta Mensagem ao Poder Legislativo seja, por igual, uma conclamação a todos os brasileiros lúcidos e progressistas, para que, cada vez mais unidos e determinados, nos coloquemos à altura do privilégio, que a história nos reservou, de realizar a nobre tarefa da transformação de uma sociedade arcaica em uma nação moderna, verdadeiramente democrática e livre.

O MOMENTO NACIONAL

Dia a dia mais se fortalece em cada brasileiro a convicção de que nada sofreará o nosso avanço e de que fôrça alguma, interna ou externa, será capaz de conter o

ímpeto criador de um povo, consciente, afinal, de suas condições de atraso e, por isso mesmo, inconformado com a ignorância e a miséria e, mais do que nunca, deliberado a progredir.

Os contrastes mais agudos que a sociedade brasileira apresenta, na fase atual do seu desenvolvimento, são de natureza estrutural, e, em virtude dêles, a imensa maioria da nossa população é sacrificada, quer no relativo à justa e equânime distribuição da renda nacional, quer no referente à sua participação na vida politica do País e nas oportunidades de trabalho e de educação que o desenvolvimento a todos deve e pode oferecer. Por isso mesmo que estruturais, estas contradições só poderão ser resolvidas mediante reformas capazes de substituir as estruturas existentes por outras compatíveis com o progresso realizado e com a conquista dos novos níveis de desenvolvimento e bem-estar.

A solução de tais problemas, que se avolumam e se agravam, exige de todos os brasileiros lúcidos persistência e confiança e, da parte dos podêres públicos, novos padrões de ação em harmonia com a rápida ascensão das aspirações populares.

Consciente das distorções verificadas ao longo do nosso processo de transformação social e da necessidade imperiosa de reformas estruturais e institucionais, assumi a responsabilidade de comandar a luta pela renovação pacífica da sociedade brasileira, como encargo primeiro e responsabilidade mais alta da investidura com que me honrou a vontade dos meus concidadãos.

Optei pelo combate aos privilégios e pela iniciativa das reformas de base, por fôrça das quais se realizará a

substituição de estruturas e instituições inadequadas à tranqüila continuidade do nosso progresso e à instauração de uma convivência democrática plena e efetiva.

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Aceitando o desafio que lhe propõe a realidade brasileira, tem o meu Govêrno procurado orientar a sua ação por meio de programas objetivos, cuidadosamente planejados, que visam, a par da estabilidade econômica e financeira, à ampliação do mercado do trabalho capaz de assegurar ao País os níveis de vida mais altos a que todos aspiramos.

Sem preconceitos ou discriminações, tenho convocado, para colaborarem em todos os setores da administração, técnicos e especialistas de competência e espírito público acima de qualquer dúvida. A introdução do planejamento, como norma de ação governamental, que permite a distribuição de esforços e meios, segundo a magnitude dos problemas, e a fixação de critérios racionais na disciplina da ação administrativa, demonstram a previdência e a exação com que tem procedido o Poder Executivo. Na busca de soluções convenientes para êsses problemas, anima-me o propósito de consolidar as conquistas já alcançadas no processo do nosso desenvolvimento e, ao mesmo tempo, abrir frentes de trabalho reprodutivo que se constituam em novas fontes de progresso e de riqueza.

Entretanto, a nossa atual estrutura econômica e política reduz, quando não anula, a eficácia das providências, pois o anacronismo dos padrões que a sustentam

e a constelação de podêres em que ela se apoia, perpetuam as crises e agravam os problemas, eliminando as possibilidades de sua solução.

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Como cidadão ou como Presidente da República, jamais concorrerei, por ação ou por omissão, para legitimar discriminações e injustiças, por meio da conservação de estruturas envelhecidas que desqualificam o trabalho e o convertem em instrumento de opressão e desigualdade. Entendo que ao Chefe do Govêrno de um país em desenvolvimento cumpre estimular a criação de meios e oportunidades para que o trabalho seja, precisamente, a arma pacífica da eliminação de privilégios e desníveis. É imperioso fazer dêle a dimensão nova de uma sociedade que reformula o seu projeto de existência, para promover a libertação de classes sociais inferiorizadas pela situação que ocupam no processo geral da produção.

Não é possível admitir-se continuem em vigor normas, padrões e valôres que, em nosso meio, principalmente nas áreas rurais, perpetuam formas de relações de trabalho inspiradas nos resíduos de uma concepção aristocrática e feudal da vida e do mundo ou alicerçadas nas falsas premissas e nas hierarquizações injustas de um liberalismo econômico adverso aos encargos e às exigências do Estado Moderno.

Entendo, por tudo isso, que a formação e o aperfeiçoamento educacional e técnico e a assistência mais completa à fôrça de trabalho de uma nação, sobretudo quando ela empreende a luta pelo seu desenvolvimento,

devem constituir a preocupação fundamental dos podêres públicos, pois uma fôrça de trabalho altamente qualificada é fator elementar da auto-determinação, da segurança e da consolidação da soberania nacional.

Ao formular os planos do meu Govêrno, bem como ao traduzi-los em atos, jamais deixei de atender ao compromisso, originário da minha formação política, de tudo fazer pela valorização e dignificação do trabalho contra tôdas as formas de exploração e de considerar sempre a ampliação do mercado de trabalho como um dos objetivos primaciais do poder público para que as ofertas de emprêgo pelo menos se aproximem do incremento demográfico.

Senhores Membros do Congresso Nacional:

O grande problema do nosso tempo não reside apenas na desigualdade entre países ricos e pobres, que tão flagrantemente caracteriza o cenário mundial, mas no fato de que o fôsso entre uns e outros tende a aprofundar-se progressivamente, por fôrça da maior velocidade de capitalização das nações industrializadas.

Assim, se o desnível entre os dois mundos — industrializados e em vias de desenvolvimento — já é de si insuportável, tende a assumir proporções explosivas se não forem retificadas as condições atuais da economia internacional. Os países em desenvolvimento, como o Brasil, bàsicamente exportadores de produtos primários, não mais podem assistir impassíveis ao continuado aviltamento dos preços de suas exportações, no processo residual de um sistema colonialista já ultrapassado e repelido.

Essa constante deterioração das condições do comércio mundial, em prejuízo dos países em vias de desenvolvimento, não podia deixar de despertar a consciência universal para um esfôrço coletivo destinado a assegurar àqueles países melhores perspectivas de justa remuneração para o seu trabalho e possibilidade de aceleração de seu desenvolvimento econômico.

A política externa independente do Brasil, na interpretação e na projeção do exclusivo interêsse nacional não poderia, conseqüentemente, deixar de prestigiar por todos os meios essa cruzada histórica em prol da eliminação das desigualdades que violentam o próprio conceito de soberania nacional.

A nação incapaz de repelir as tentativas de tutela que contra ela se armem, e destituída de energia bastante para impedir a alienação do produto do seu trabalho e das suas riquezas naturais, compromete irremediàvelmente a sua própria segurança e submete-se a um processo de dominação, em que é sacrificada a liberdade de opção, que deve ser um dos seus apanágios.

Eis porque o Govêrno imprime às suas relações com o exterior orientação que se caracteriza pela obediência a princípios cuja sustentação considera imperativa: não-intervenção no processo político das demais nações, autodeterminação dos povos, igualdade jurídica dos Estados, solução pacífica das controvérsias, respeito aos direitos humanos e fidelidade aos compromissos internacionais.

A ação da diplomacia brasileira, integrada no processo do desenvolvimento do País como um de seus instrumentos indispensáveis, encontra a sua autenticidade na fiel interpretação dos objetivos nacionais e fundamenta

a sua autoridade na perfeita identificação com os legítimos anseios populares.

Por isso mesmo, preocupa-se predominantemente com a intensificação do ritmo de progresso das grandes áreas subdesenvolvidas do mundo ainda não beneficiadas pela incorporação das conquistas científicas e tecnológicas da nossa era. Assim é que nossa política externa se rege pelo esfôrço de conduzir as nações capitalistas e socialistas, plenamente industrializadas, bem como a ONU e demais organismos internacionais, a assumirem maiores responsabilidades na área do financiamento e da assistência técnica mediante a reestruturação do comércio internacional e a liberação de recursos, aplicados na corrida armamentista, para as grandes tarefas da paz e da prosperidade de todos os povos.

A OBRA ADMINISTRATIVA

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Na satisfação dos reclamos populares e na defesa dos interêsses do País, não me limitei a esperar as medidas legislativas necessárias à implantação das reformas estruturais com a profundidade que a Nação exige.

Uma série de providências e realizações marcaram o esfôrço do Poder Executivo para assegurar a continuidade do desenvolvimento e conquistar melhores níveis de vida para as nossas populações.

Atenção especial foi concedida às obras de infra-estrutura, das quais depende a expansão e a aceleração do ritmo de nosso crescimento econômico. Para tanto, não permitiu o Govêrno a pulverização de recursos

nem o seu desperdício em obras suntuárias. Antes, concentrou-os na construção e ampliação de usinas hidrelétricas e termelétricas, de rodovias e ferrovias, no reequipamento de portos, na disseminação de escolas e hospitais.

Posso afirmar que todos os recursos disponíveis foram mobilizados para as obras de edificação de uma infra-estrutura sólida, capaz de sustentar o dinamismo de um rápido processo de industrialização.

Finanças

Apesar dos obsoletos instrumentos de que dispõe no setor financeiro, pôde o Govêrno controlar, de modo positivo, a execução orçamentária do exercício de 1963, reduzindo em cêrca de 40% o deficit *potencial.*

As despesas de caixa, registradas por intermédio do Banco do Brasil, ascenderam a Cr$ 1.415 bilhões, enquanto o montante líquido da arrecadação atingiu a importância de Cr$ 915 bilhões. Infere-se daí que o desequilíbrio, em 1963, correspondeu a um deficit *de caixa de Cr$ 500 bilhões. As emissões de papel-moeda elevaram-se, no período, a Cr$ 351,1 bilhões.*

Mediante o estabelecimento de um orçamento monetário, procurou o Govêrno conter, dentro de limites razoáveis, a expansão monetária global e a despesa pública, adequando o crescimento dos gastos públicos e privados à estrutura da produção, com o que foram evitadas distorções em alguns setores.

No que concerne ao comércio exterior, registrou-se em 1963 uma receita de exportação da ordem de .....

US$ 1.370 milhões, cêrca de 155 milhões de dólares a mais do que a obtida em 1962, enquanto as importações se situaram em tôrno de US$ 1.250 milhões.

As estimativas preliminares do Balanço de Pagamentos indicam, para 1963, um deficit *de cêrca de 284 milhões de dólares. Comparativamente a 1962, o período revela resultado menos desfavorável, pois naquele ano o* deficit *atingiu US$ 343 milhões.*

As dificuldades financeiras não impediram, todavia, a ação do Govêrno, dedicada à promoção do desenvolvimento nacional.

Siderurgia

No ano de 1963, tive o privilégio de inaugurar duas novas usinas siderúrgicas, que se incorporam ao parque industrial brasileiro, com importante participação de recursos e investimentos do Govêrno Federal. A Usina de Cariacica, da Companhia de Ferro e Aço de Vitória, e a Usina da COSIPA, no Estado de São Paulo, constituem novos marcos que assinalam a marcha empreendida no rumo da auto-suficiência da produção de aço.

O total dos créditos autorizados em 1963 pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico para a indústria siderúrgica elevou-se a 53,8 bilhões de cruzeiros.

Prosseguem os trabalhos de ampliação do parque siderúrgico de Volta Redonda, prevendo-se no plano de expansão da Usina Presidente Vargas, da Companhia Siderúrgica Nacional, o aumento da produção a nível duas vêzes superior ao atual.

Energia Elétrica

Vultosos investimentos públicos federais foram também concentrados no setor da energia elétrica, com aplicação em Furnas, Três Marias, Paulo Afonso, Urubupungá, Charqueadas, Cachoeira Dourada e Capivari, entre muitas outras. E, assim, a capacidade de geração de energia elétrica já cresceu de mais de 23%, durante o meu Govêrno, passando de 5,2 milhões de kw, em 1961, a 6,4 milhões de kw, em 1963.

As aplicações federais no setor da energia elétrica, em 1963, somaram Cr$ 55,4 bilhões, dos quais pouco menos de metade foram aplicados pela ELETROBRÁS, entidade estatal especializada, com que passou a contar o Govêrno a partir de junho de 1962, para execução dos grandes empreendimentos e coordenação das políticas de geração e distribuição de eletricidade.

Para 1964, a previsão dos investimentos, neste campo, é da ordem de Cr$ 130 bilhões. Com isso, visa-se a dar prosseguimento ininterrupto às obras projetadas, cujas realizações elevarão a potência instalada a 8,4 milhões de kw, em 1965, e a cêrca de 13,9 milhões de kw, em 1970.

Transportes e Comunicações

Consciente de que no setor dos transportes se encontra um dos pontos de estrangulamento da economia nacional, não tenho poupado esforços para a expansão e o melhoramento de nossos sistemas ferroviário, rodoviário, marítimo e aéreo. Ao mesmo tempo, dentro das possibilidades financeiras, venho procurando atender a velhas e insistentes reclamações regionais contra a falta

de meios de comunicação modernos, que realizem a integração de importantes áreas e populações do País nos centros mais dinâmicos da economia nacional.

A profunda modificação que a estrutura dos transportes vem sofrendo desde o decênio passado e que se traduz na maior procura do transporte rodoviário, acentua-se nos últimos anos, em face dos reclamos de nossa etapa de crescimento econômico e, particularmente, da evolução da indústria automobilística do País. Tal fato exige a construção de novas rodovias federais, em condições técnicas mais aprimoradas.

Torna-se, também, imperativa a pavimentação das estradas de rodagem mais importantes do ponto-de-vista econômico e social. Vale salientar que estrada como a Rio—Bahia, concluída no meu Govêrno, com 1.275 km de extensão, totalmente pavimentada e dotada dos mais altos padrões técnicos, responde a antiga aspiração de vastas regiões, cujos habitantes lutaram por ela, erguendo verdadeiro clamor público. Além da Rio—Bahia, cabe assinalar ainda a conclusão do Anel Rodoviário de Belo Horizonte e do trecho Pôrto Alegre—Pelotas, com 224 km inteiramente pavimentados.

No setor rodoviário, a União investiu, o ano passado, 80,5 bilhões de cruzeiros que permitiram ao DNER construir 1.100 metros de obras de arte especiais, manter trabalhos de conservação em 37.580 km, além de desincumbir-se de outras tarefas.

No setor ferroviário, estão programados investimentos da ordem de Cr$ 413 bilhões, durante o triênio 1963 a 1965, para a expansão e modernização de nosso sistema de ferrovias.

No ano decorrido, foram realizados em treze diferentes trechos do Nordeste, Leste, Centro e Sul, serviços de implantação de linhas, construção de ramais e variantes que, em conjunto, absorveram recursos superiores a 19 bilhões de cruzeiros. Acelerou-se a construção do Tronco Principal Sul, que fará a ligação ferroviária da Capital da República a Pôrto Alegre, já se achando entregues ao tráfego 235 quilômetros, correspondentes ao trecho Mafra—Ponte Alta do Sul.

No Nordeste, a Rêde Ferroviária Federal S.A. deu início aos trabalhos de reconstituição da linha férrea que liga Macau a Natal, no Rio Grande do Norte, e aparelhou-a para o transporte de 1.000 toneladas diárias de sal a granel. Essa medida possibilitará a redução de cêrca de 50% no preço do transporte do produto.

Nos trabalhos de remodelação e unificação das linhas que servem aos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro, foram aplicados pelo meu Govêrno 4 bilhões de cruzeiros, com o fim de resolver o problema de saturação do tráfego suburbano, que tanto angustia a massa trabalhadora daquele centro industrial.

Quanto ao transporte hidroviário, propôs-se esta administração aumentar a tonelagem de nossa frota mercante de mais 576.300 tdw. até fins de 1965, prevendo-se, para tanto, um dispêndio de 180 bilhões de cruzeiros.

Em 1963, os estaleiros nacionais construiram e entregaram ao tráfego sete navios para carga geral e graneis sólidos, totalizando 46.595 tdw., quase todos incorporados ao Lóide Brasileiro.

Para a Frota Nacional de Petroleiros foram adquiridas quatro novas unidades, num total de 37.600 tdw.,

e para a SNAPP mais uma unidade construída especialmente para transporte fluvial na Amazônia.

Resultados significativos obtiveram-se, também, na recuperação e consertos de embarcações, com o reaparelhamento das oficinas e instalações de docagem. Foram recuperados, em 1963, cinco navios de longo curso, doze embarcações para transporte fluvial e vários petroleiros da FRONAPE.

Não descuidou o Govêrno, ao mesmo tempo, do sistema portuário, que está a reclamar sério esfôrço para pôr-se em condições de enfrentar as crescentes exigências da expansão do comércio exterior e do intercâmbio interno.

Estão sendo melhorados os portos de Salvador e Ilhéus na Bahia, enquanto prossegue a construção do pôrto de Campinho, no mesmo Estado, para facilitar a exportação do minério de ferro. No pôrto do Rio de Janeiro foram aplicados recursos substanciais na construção do parque de minério e carvão, com capacidade para exportação de 7 milhões de toneladas anuais. No pôrto de Santos aplicou-se quantia superior a um bilhão de cruzeiros.

O Govêrno prestou, também, considerável ajuda à expansão da aeronáutica civil, contribuindo com auxílios diretos, tanto às emprêsas que funcionam em linhas internas, quanto às que exploram linhas internacionais. Para possibilitar a renovação de equipamento e poder manter a exploração das linhas consideradas comercialmente deficitárias, recebeu a aviação comercial, em 1963, uma ajuda de 18 bilhões de cruzeiros. Realizou-se, também, nesse ano, notável esfôrço para o melhoramento e a ampliação da infra-estrutura aeronáutica, isto é, dos

campos de pouso, aeroportos e serviços de proteção ao vôo. As obras contratadas pelo Ministério da Aeronáutica, em 54 aeroportos, atingiram a soma de 4 bilhões de cruzeiros.

A par disso, tem-se esforçado o Govêrno por reaparelhar o Correio Aéreo Nacional, para que possa ampliar os relevantes serviços prestados a todo o interior brasileiro.

Ainda temos de pôr em relêvo os êxitos alcançados, em 1963, no setor das comunicações, que bem revelam os esforços do Govêrno para superar as deficiências crônicas do País, nesse particular. Instalaram-se, nesse lapso, 844 novas agências postais em vários pontos do território nacional, enquanto se expandia a Rêde Nacional de Telex, com ampliação das centrais de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, aumentando-se o número de canais de ligação.

Recursos Minerais

Meu Govêrno prosseguiu no esfôrço de levantamento e exploração dos recursos do subsolo, em busca da melhor utilização de nossas reservas minerais, tanto para atender às necessidades da indústria nacional quanto para a produção de divisas.

Assim, concedeu-se atenção especial à pesquisa de minerais não-ferrosos, principalmente nos Estados do Nordeste, de Minas e Goiás, tendo-se em vista a dependência em que se encontra o País dessas matérias-primas, as quais tem de buscar no exterior.

Também se intensificou a pesquisa de minerais físseis, havendo os estudos realizados no Planalto de Poços de Caldas indicado que o Brasil poderá contar

com jazidas riquíssimas de nióbio, urânio, zircônio, molibdênio, fluorita e pirita, da ordem de dezenas de milhões de toneladas.

Com o propósito de fomentar as exportações, o Govêrno orientou a política de exploração do minério de ferro no sentido de concorrer vigorosamente no mercado internacional, sem prejuízo do suprimento de nossa indústria siderúrgica. Assim, a exportação brasileira dêsse minério sofreu sensível incremento, passando de 6.237 mil toneladas em 1961 para 8.246 mil toneladas no ano passado. Contudo, a receita obtida em moeda estrangeira não correspondeu ao aumento do volume exportado, pelo fato de vir decrescendo o preço unitário da matéria-prima no mercado internacional.

Ainda no setor dos minérios, o Govêrno vem pondo em prática uma série de medidas para o melhor aproveitamento do carvão nacional, que visam à sua mais intensa utilização em diversos ramos da indústria brasileira. Dessa forma, empenha-se na construção de várias centrais termelétricas nos Estados sulinos, para o aproveitamento dos resíduos resultantes do tratamento do carvão metalúrgico. Também incentiva o estudo e a pesquisa das características do carvão nacional, com o fim de assegurar o aproveitamento dos resíduos piritosos para a implantação e o desenvolvimento de importante indústria química.

Petróleo

No setor do petróleo, a ação governamental tem-se pautado pela decisão de fortalecer a PETROBRÁS, que vem aumentando gradativamente a sua capacidade de

refino, com a construção de novas refinarias, como a "Alberto Pasqualini", em Pôrto Alegre, e a "Gabriel Passos", em Belo Horizonte, e, também, com o aumento de capacidade das refinarias "Landulfo Alves", "Duque de Caxias" e "Artur Bernardes".

Construindo novos oleodutos, como os de Belo Horizonte e Pôrto Alegre, novas fábricas de asfalto e de borracha sintética, terminais oceânicas e unidades industriais destinados à implantação de petroquímica autênticamente nacional, a PETROBRÁS expande-se e consolida o regime do monopólio estatal do petróleo, satisfazendo exigência patriótica do povo brasileiro.

Embora a produção de óleo não haja aumentado, em 1963, o quanto era de esperar, a descoberta de novas bacias sedimentares extremamente promissoras, a concentração de recursos para a aquisição de equipamentos de pesquisa e extração, o aperfeiçoamento e retificação técnicos na exploração dos poços, abrem largas perspectivas de rápida elevação na produção nacional de petróleo.

A PETROBRÁS, que constitui, hoje, o maior conjunto industrial da América Latina e integra nos seus quadros um dedicado exército de trabalhadores e de técnicos, tem diante de si, ainda, vasto programa por cumprir para a concretização de seus objetivos, indissolùvelmente vinculados à emancipação econômica do País. Daí a atenção desvelada do meu Govêrno para com os problemas que enfrenta a grande emprêsa de petróleo, a fim de, mediante providências de ordem administrativa e assistência de técnicos do mais alto nível, remover os obstáculos que entravam a sua expansão e o melhoramento de sua rentabilidade.

Orgulha-se êste Govêrno, Senhores Congressistas, de haver desencadeado, com o propósito de integrar na comunidade brasileira largas faixas marginais da nossa população, um movimento, hoje irreversivel, no sentido da democratização do ensino e da adequação de nosso sistema educacional às exigências do desenvolvimento do Pais.

Impressiona saber que sòmente 46% das crianças brasileiras freqüentam escolas e que menos de dois milhões de adolescentes, ou seja, apenas 10% dos maiores de 12 anos, conseguem ingressar nas escolas de grau médio.

A ação do Govêrno, para a mudança dêsse quadro aviltante, exerce-se, fundamentalmente, para efeito de tornar o ensino primário efetivamente obrigatório e universal e abrir a um número sempre crescente de jovens o acesso à escola média, que deve transformar-se em centro de educação para o trabalho.

Com tal propósito, vem a União atribuindo aos Estados e aos Municípios somas sempre maiores de recursos para que se possa proporcionar o ensino primário, de 4 anos, a tôda a população em idade escolar. Por intermédio de convênios com os Estados e os Municípios, o Ministério da Educação está executando um programa de construção de 5.800 salas de aula e reequipamento de mais de 10.000 e de suplementação dos salários da professôra primária. Espera o Govêrno, com essas e outras providências, assegurar, êste ano, um incremento de mais de dois milhões de vagas em nossa rêde de escolas primárias.

Simultâneamente, promove-se, com amplitude jamais atingida, intensa campanha de alfabetização de adultos, à qual estão sendo convocados professôres, estudantes, tôdas as pessoas, entidades e instituições que possam contribuir com uma parcela de seu esfôrço, para a erradicação do analfabetismo.

Extenso programa para a democratização da escola de grau médio e sua adaptação às necessidades de habilitação da juventude para as tarefas do desenvolvimento, foi elaborado pelo Ministério da Educação e encontra-se em fase executiva. Seu objetivo inicial é possibilitar a instalação, em todos os municípios brasileiros, de escolas de ensino de grau médio, voltadas tôdas no sentido da educação para o trabalho.

Quanto ao ensino superior, o esfôrço governamental destina-se a transformá-lo, efetivamente, em meio para a formação de técnicos de alto nível e que atendam às necessidades do progresso industrial. Mediante reformulação dos currículos universitários e pela duplicação de matrículas no primeiro ano dos cursos de nível superior, estamos dando os primeiros passos para, efetivamente, integrar a Universidade no processo nacional de emancipação econômica e cultural e para abrir-lhe mais largamente as portas ao maior número de jovens aptos a receber preparo científico e treinamento técnico moderno.

É justo pôr em relêvo o papel pioneiro da Universidade de Brasília, nôvo modêlo de universidade, inspirado, não só na experiência das mais avançadas organizações mundiais de ensino superior, como também nos reclamos da sociedade brasileira nessa fase decisiva de transformação sócio-cultural.

Saúde

Na mesma linha de valorização do homem brasileiro e de sua integração na comunidade nacional, o Govêrno vem procurando formular e executar uma política de saúde pública que, ainda quando não chegue à solução dos graves problemas médico-sanitários do País, pelo menos impeça que se agravem.

A solução adequada sòmente seria possível após ampla reestruturação econômico-social, responsável pela "fome crônica" em que vivem massas imensas da população, pelas precárias condições de habitação, tanto nos centros urbanos quanto no meio rural, assim como pelo atraso em que se encontra a maioria esmagadora dos municípios brasileiros, sem os mínimos recursos para manter serviços sanitários indispensáveis.

Contudo, tem o Govêrno procurado evitar que o quadro se torne mais dramático, buscando a integração gradativa e sistematizada da ação dos diversos órgãos e entidades que prestam serviços médico-sanitários.

Parte considerável dos serviços da assistência médico-hospitalar prestada pelo Govêrno federal está sob a responsabilidade das autarquias da Previdência Social, que ampliaram largamente, em 1963, suas atividades nesse setor. No ano passado, foi pôsto em funcionamento o Hospital dos Bancários, no Rio de Janeiro, unidade hospitalar do mais alto padrão e incrementou-se a organização dos serviços médicos em regime de comunidade, para levar ao interior do País os benefícios da assistência médica. Para o período de 1964/65, está previsto pelos órgãos da Previdência Social o aumento de 5.000 leitos cirúrgicos, 1.700 leitos para tuberculosos, 800 leitos

neuropsiquiátricos e de 50% do quadro médico e auxiliar existente.

Assinale-se, ainda, a expressiva contribuição das Fôrças Armadas no campo da assistência médico-hospitalar, que atinge não apenas os seus efetivos, mas também os dependentes de oficiais e praças. Em 1963, foi iniciada a construção do Hospital de Brasília e da Policlínica de Pôrto Alegre, ambos para instalação dos serviços médicos das Fôrças Armadas.

Também participaram do esfôrço de ampliação dos serviços médico-sanitários a Comissão do Vale do São Francisco, que aplicou 21% de suas verbas em programas de saúde, e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que mantém extensa rêde de hospitais e postos de higiene naquela região, realizando, ainda, serviços básicos de saneamento, esgotos e combate às doenças transmissíveis.

Habitação

O problema habitacional, que constitui, também, um dos aspectos do problema geral da saúde e do melhoramento das condições de existência do povo brasileiro, vem sendo objeto de constante atenção e estudo.

Além de estudos a que mandou proceder para a criação do Conselho de Política Urbana, órgão subordinado diretamente à Presidência da República, a atual administração procurou, na medida dos recursos disponíveis, estimular a construção de habitações, principalmente as de tipo popular, e propiciar ao maior número de famílias a aquisição de casa própria. Para os empreendimentos de construção ou de financiamento para a

aquisição de casa própria, os vários órgãos federais realizaram, em 1963, vultosas inversões de capital. Foram concedidos 4.759 financiamentos pela Caixa Econômica Federal, entre êles o destinado à Estrada de Ferro Central do Brasil para a construção do Conjunto dos Ferroviários, no Engenho de Dentro, na Guanabara, composto de mais de 3.000 unidades residenciais.

O IPASE aplicou vultosos recursos na construção de habitações para os seus segurados, tendo concluído a edificação de 200 residências e iniciado a de 758.

Os Institutos de Aposentadoria e Pensões incluíram nos seus orçamentos do ano passado dotações de quase 49 bilhões de cruzeiros para investimentos imobiliários.

Mediante convênio já firmado entre a Companhia Siderúrgica Nacional e o IAPI, serão empregados 6 bilhões de cruzeiros na construção de habitações em Volta Redonda. A primeira fase do programa compreende a edificação de 6.000 residências, número que na segunda fase crescerá para 13.000.

Agricultura e Abastecimento

Sempre pugnando pela remoção dos obstáculos que se opõem ao bem-estar dos brasileiros e mais violentamente se manifestam na opressão das massas operárias atingidas pelo processo inflacionário, empenhei-me na minoração dos efeitos nefastos da carência de gêneros alimentícios e nas soluções possíveis das crises de abastecimento, enquanto se esperam as grandes medidas legislativas que, pela abolição da ociosidade de nossas terras férteis, darão à agricultura a capacidade de produção reclamada para a abundância desejável.

Em 1961, o cômputo global da expansão da agricultura revelava a taxa de 5,1% em relação ao ano anterior, pouco inferior à taxa média verificada no decênio 1950 a 1960, que se situou em tôrno de 5,3%. A produção do ano de 1962 assinala um crescimento de 3,3%. A consideração de alguns dados preliminares sôbre as safras de 1963 leva a crer que também nesse ano não houve incremento significativo na produção agropecuária.

O Govêrno tem intensificado por todos os meios os estímulos ao setor agrícola. Durante o ano de 1963, sòmente a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil concedeu 407.651 empréstimos à agropecuária no valor de cêrca de 285 bilhões de cruzeiros. A Comissão de Financiamento da Produção garantiu o "preço mínimo" a cêrca de um bilhão de quilos de produtos agrícolas, no valor de 40 bilhões de cruzeiros, atendendo a 30 mil solicitantes.

Não obstante, reconhece-se a pouca eficácia dos esforços desenvolvidos. A agricultura nacional mostra-se cada vez menos capaz de corresponder aos estímulos recebidos, caminhando ràpidamente para a estagnação que lhe impõe uma estrutura fundiária obsoleta. Entende o Govêrno, porém, ser necessário manter, de qualquer modo, o abastecimento dos grandes centros consumidores, em condições e a custos suportáveis pelo povo. Por isso, usando de prerrogativas legais e no intuito de preservar a paz social e coibir os abusos especulativos, resolveu intervir com decidida energia no setor do abastecimento, para regularizar a oferta de alimentos, mediante combate à sonegação, ao açambarcamento e à intermediação onerosa; organização da distribuição dos

produtos básicos, pela manutenção de estoques reguladores nos grandes centros de consumo; e concessão de subsídios diretos, que assegurem preços acessíveis ao consumidor, sem sacrifício da justa remuneração dos gêneros nas fontes produtoras.

Saneamento

As obras de saneamento, por sua vez, têm merecido também no meu Govêrno tratamento prioritário. Desenvolve-se, sob a coordenação do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), um plano de integração dos múltiplos órgãos governamentais que atuam nesse setor, visando à melhoria de rendimento dos respectivos serviços. Considerando a importância que assumem o abastecimento dágua e a instalação de esgotos como medidas básicas de profilaxia e combate a diversas enfermidades que grassam no País, nestes serviços tem o Govêrno concentrado a maior soma de meios possível. Os investimentos básicos, neste setor, alcançaram em 1963 a cifra de Cr$ 28 bilhões, enquanto em 30 anos anteriores (1933/1961) apenas somaram Cr$ 11,6 bilhões, o que dá a justa medida da alta prioridade atribuida pelo Govêrno à obra do saneamento.

Desenvolvimento Regional

Ao encarar os investimentos que, nos diversos setores da conjuntura nacional, estavam a merecer, preferencialmente, a atenção do Govêrno, tive a preocupação de considerá-los do ponto-de-vista regional, orientando-os no sentido da correção dos desequilibrios sócio-econômicos que distanciam as diversas regiões do País.

Dediquei especial cuidado aos problemas que angustiam as regiões menos desenvolvidas, acompanhando, com o maior interêsse, o prosseguimento dos programas de soerguimento econômico e melhoria do nível de vida das populações dessas áreas.

Do início de 1962 até fins de 1963, o meu Govêrno liberou verbas para aplicação na Amazônia, por intermédio do programa da SPVEA, no montante de 23,5 bilhões de cruzeiros, havendo sido projetados, para os próximos dois anos, investimentos que ascendem à ordem de 105 bilhões.

No Centro-Oeste, no Vale do São Francisco e na Fronteira Sudoeste, pelos respectivos órgãos federais de desenvolvimento, o Govêrno incrementou as aplicações de recursos para melhoria da infra-estrutura regional e apressou a eliminação dos principais óbices que entravam o progresso dessas áreas.

No Nordeste, a atuação do Govêrno se fêz sentir com particular eficácia no último ano. Uma análise das atividades da SUDENE evidencia que 1963 foi, seguramente, o ano de consolidação dêsse órgão de desenvolvimento no terreno das realizações concretas. O grande esfôrço de planejamento nos seus primeiros anos encontrou, no exercício de 1963, condições que permitiram alcançar, em rítmo acelerado, as metas estabelecidas. Apesar de ter a segunda etapa do Plano Diretor sido aprovada no mês de junho e de haver-se verificado apenas no último quadrimestre a entrega dos recursos, apreciável soma de realizações pode ser apresentada em abono da eficácia da ação planejada do Govêrno com o fito de corrigir distorções na economia, como é o caso do desequilíbrio no crescimento de diferentes regiões.

O volume de desembolsos efetuados em 1963 revela, em têrmos reais, um incremento de 100% em relação a 1962.

A significação dos trabalhos empreendidos na região avulta mais ainda ao considerar-se o volume dos recursos comprometidos, em 1963, para investimentos no Nordeste, e assegurados por convênios, projetos e acôrdos internacionais, no montante de Cr$ 114,7 bilhões.

Brasília

A consolidação administrativa da nova Capital vem sendo objeto de constante preocupação do Govêrno federal. A experiência demonstrou ser, não só impraticável, senão também desnecessária, a mudança da totalidade dos órgãos do Poder Executivo, com todos os seus servidores, pelo sistema do voluntariado, como originalmente se planejara. Entretanto, torna-se inadiável concentrar em tôrno dos podêres da República os serviços de assessoria indispensáveis ao comando das atividades políticas e administrativas da Nação.

O caminho racional será a completação da transferência, de acôrdo com uma escala prioritária, que tenha como objetivo central trazer, inicialmente, os órgãos de coordenação do comando de cada Ministério ou serviço. Cumpre, ainda, assisti-los com a instalação de um centro nacional de computação numérica, articulado com uma rêde auxiliar capaz de abranger todo o País e dotado de todos os requisitos modernos para assegurar ao Govêrno os elementos essenciais de informação e contrôle sôbre tôda a vida econômica nacional e tôda a administração.

O cumprimento dessa magna tarefa terá de ser

antecedido por sensível melhoramento das condições de oferta de habitações em Brasília e pela expansão de seus atuais serviços públicos. Para isso vem o Govêrno dando prosseguimento, com a maior intensidade, ao programa de edificação de residências. Assim é que, neste momento, o Grupo de Trabalho de Brasília, os Institutos de Previdência, os Ministérios Militares, a Universidade de Brasília, a Prefeitura e a NOVACAP, numa conjunção de esforços sem precedentes, têm em construção nada menos de nove mil unidades residenciais, entre casas e apartamentos. Por sua vez, os fundos especiais dos recursos provenientes da venda dos imóveis, já existentes e por concluir, asseguram o reinvestimento de apreciável importância em novas edificações.

Por outro lado, as obras de urbanização e, principalmente, os serviços de energia elétrica e telefone, elementos básicos para a consolidação da cidade-capital, estão sendo desenvolvidos com o máximo empenho.

Ao arrôjo urbanístico e arquitetônico de Brasília devem corresponder novos métodos e processos de trabalho que assegurem maior rendimento administrativo, de modo que a carência numérica de servidores seja suprida, com vantagem, por sua alta qualificação, fortalecendo-se assim os órgãos de comando e tornando possível a tão necessária descentralização dos serviços públicos da União.

A consolidação de Brasília — cuja instalação foi levada a efeito para atender a imperativo constitucional e, ao mesmo tempo, a generalizado anseio do povo brasileiro — constitui tarefa e dever aos quais não faltou, nem faltará, em momento algum, o Govêrno, consciente do que

representa, para o progresso e o prestígio do País, a implantação definitiva e perfeita de sua nova capital.

A DELIBERAÇÃO DE PROGREDIR

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Em 1963, o Poder Executivo preocupou-se intensamente com alguns problemas básicos, oferecendo-lhes as soluções que, dentro do quadro geral das graves dificuldades nacionais, se lhe afiguraram as melhores, e procurando, para êsse efeito, utilizar todas as suas atribuições legais, ainda quando providências definitivas ou mais eficazes ficassem a depender de cooperação do Poder Legislativo.

Assim, uma série de procedimentos, cujo efeito se fará sentir de modo sensível em várias esferas da vida nacional, marcou o esfôrço do Govêrno para assegurar a continuidade do desenvolvimento sócio-político e econômico do País. Entre elas, cito as relacionadas com a reformulação da ordem jurídica e os estudos consubstanciados nas mensagens encaminhadas ao Congresso, com o intuito de promover a reorganização do sistema administrativo federal.

Planejamento como Norma de Govêrno

Preocupou-se também a Administração em imprimir seqüência à atividade pública, com o que foi obtido melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. Êsse pensamento é que levou o Govêrno, em seguida à aprovação

do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, à criação de um sistema de planejamento, com estrutura adequada à ordem institucional vigente, o que fêz por intermédio do Decreto nº 52.256, de 11 de julho de 1963, que criou a Coordenação do Planejamento Nacional. Existe, agora, um órgão aparelhado para orientar as providências governamentais e estabelecer os critérios que devem ser observados na execução de projetos prioritários, possibilitando, assim, correto desdobramento do Plano de Desenvolvimento.

À racionalização dos gastos públicos vêm-se opondo, porém, como óbice intransponível, os graves defeitos de nosso tradicional sistema de elaboração orçamentária. Ao negar sanção ao Orçamento de 1964, tive precisamente em vista aproveitar a oportunidade a fim de atrair a atenção de Vossas Excelências para o irrealismo da nossa Lei de Meios, que não atende os requisitos de unidade e universalidade que lhe são próprios, em conseqüência da inadequação de seu processo de elaboração, votação e execução. Basta notar que a proposta orçamentária dêste ano previa um deficit *de Cr$ 287,8 bilhões,* deficit *elevado, no curso da votação legislativa, para Cr$ 631,5 bilhões e que potencialmente ascende a Cr$ 1,6 trilhão.*

O projeto sôbre matéria financeira, recentemente votado pelo Congresso Nacional, constitui lei que possibilita sanar algumas falhas na sistemática da elaboração e execução do orçamento.

Reescalonamento da Dívida Externa

Quando assumi a Presidência da República, sabem Vossas Excelências, Senhores Congressistas, eram vulto-

sos e de liquidação penosa os encargos do País no exterior. As sucessivas prorrogações de vencimento vinham comprometendo o nosso crédito, ao mesmo tempo em que se acumulavam as obrigações externas, as quais atingiam um total de 3,8 bilhões de dólares. Com vencimentos previstos para o biênio de 1964/65, êsses compromissos elevavam-se a quantia superior a um bilhão e trezentos milhões de dólares, para a quitação dos quais estaríamos obrigados a reservar a maior parcela da receita de nossas exportações.

Empenhou-se, pois, o Govêrno, no propósito de obter melhor compreensão internacional para recompor o processo de resgate dos compromissos no exterior, não só para o desafôgo financeiro interno, mas também, e sobretudo, para a elevação do nível de intercâmbio, de benefícios recíprocos, com áreas que sempre mantiveram conosco intensas relações comerciais.

Tive recentemente a satisfação de prestar contas ao povo brasileiro das gestões, conduzidas com êxito, que, como Presidente da República, promovi para o reescalonamento da nossa dívida externa. Tenho agora o orgulho de anunciar ao Congresso Nacional a concordância de nossos principais credores com os elevados têrmos propostos pelo meu Govêrno, que ajustaram os vencimentos dos débitos do País à sua efetiva capacidade de pagamento, sem a menor lesão de nossa soberania e sem entravar o nosso desenvolvimento emancipador, já que os acôrdos financeiros, em vias de conclusão, permitirão ao Govêrno, que disporá de maior soma de divisas para as importações essenciais, liberar mais recursos para acelerar o crescimento da economia nacional.

Remessa de Lucros

Obtivemos o reescalonamento da dívida externa do País pouco tempo após regulamentar a execução da lei de remessa de lucros, medida destinada a pôr côbro à sangria ilimitada e indiscriminada dos ganhos aqui havidos pelo capital alienígena e ao extorsivo sistema de pagamento de royalties.

Ninguém ignora tampouco o vulto das lesões que vimos sofrendo em razão das manipulações contábeis, que proporcionam rendimentos e lucros ilícitos, e das fraudes que são praticadas nos super e nos sub-faturamentos, especialmente quando envolvem negociações entre emprêsas estrangeiras, aqui localizadas, e suas matrizes no exterior.

Todo êsse processo de espoliação será, de agora em diante, combatido, com a aplicação das medidas previstas na regulamentação que baixei sôbre a remessa de lucros.

Defesa do Patrimônio Mineral

Travamos, também, e levaremos até o fim, o combate em prol da defesa das nossas riquezas minerais, contra a usurpação sofrida pela economia nacional, de que são agentes emprêsas e consórcios nacionais e estrangeiros, à sombra de equívocas interpretações de textos da Constituição e do Código de Minas. Enfrentamos, perante o Poder Judiciário, a luta pela manutenção de atos governamentais, que determinaram a recuperação de depósitos minerais ilicitamente concedidos e explorados, e haveremos de prossegui-la sem desfalecimentos.

No mês de dezembro do ano findo, coube-me a honra de, ainda uma vez, amparar e defender, com energia, os

interêsses do povo brasileiro ligados à exploração das riquezas do nosso subsolo.

Assim é que, por decreto baixado na Pasta das Minas e Energia, determinei a cassação de tôdas as concessões de pesquisa e lavra de minérios, que infrinjam as expressas disposições do Código de Minas e da Constituição. Determinei, igualmente, a cassação de tôdas as autorizações outorgadas a sociedades mercantis para funcionarem como emprêsas de mineração, nos casos em que tais emprêsas não se ajustem às exigências da legislação, especialmente no que concerne à nacionalidade brasileira dos seus dirigentes, sócios ou acionistas. Tais medidas de resguardo da lei e dos interêsses nacionais serão integralmente executadas, ainda quando contra ela se arregimentem e mobilizem instrumentos de pressão e veículos de publicidade para divulgar inverdades e falsas informações, que confundam a opinião pública.

Monopólio de Importação

Esta é uma luta que não envolve apenas o Govêrno. É uma reivindicação a que não renunciam o povo brasileiro, as Fôrças Armadas, os trabalhadores, os estudantes, os governos estaduais lesados, as mais vivas e conscientes fôrças do Congresso Nacional. Para ela está preparado o meu Govêrno e leva-la-á a têrmo, pois não cabem transigências e vacilações, quando a Nação está em causa.

Prosseguindo nessa política autênticamente nacionalista, o Govêrno baixou dois atos da maior significação para o fortalecimento da Petrobrás e a consolidação do monopólio estatal do petróleo.

Pelo Decreto nº 53.337, de dezembro do ano findo, instituí o monopólio da importação de petróleo, que passou a ser exercido por aquela emprêsa estatal, com repercussão imediata na poupança de divisas, já que as aquisições, em larga escala, feitas diretamente, implicam significativa redução de preços. Nos primeiros dias de vigência dêsse decreto, já as ofertas de petróleo eram feitas à Petrobrás a preços que importaram numa economia de mais de 6 milhões de dólares.

Por meio da Instrução nº 263 da SUMOC, o meu Govêrno assegurou ainda à Petrobrás o benefício de uma taxa especial de câmbio para a importação de petróleo e derivados, de equipamentos, peças e sobressalentes. Isso permitirá que a emprêsa estatal execute seu amplo programa de investimentos, sobretudo no campo da exploração petrolífera.

Convém salientar que a mesma Instrução da Superintendência da Moeda e do Crédito, além de significar maior estímulo às exportações, colocou a Companhia Vale do Rio Doce em situação de permanecer, em condições competitivas, no mercado internacional de minérios de ferro.

Supra e Refino

A deliberação de progredir, que caracteriza os brasileiros de nossos dias, traduz-se, no Poder Executivo, pelo esfôrço permanente em esgotar tôdas as suas potencialidades de ação, visando a atender aos anseios nacionais por novas e mais amplas perspectivas de desenvolvimento. Assim é que o Govêrno, no dia 13 de março em curso, acrescentou aos atos já firmados da

regulamentação de remessa de lucros, da decretação do monopólio de importação de óleo e derivados e da defesa do patrimônio mineral do País, dois novos decretos de importância capital para o povo brasileiro.

O primeiro dêles declara de interêsse social, para fins de desapropriação, uma faixa de dez quilômetros ao longo das rodovias e ferrovias, bem como das áreas beneficiadas por obras federais, como os açudes. Por êste ato, áreas inexploradas e sob o domínio de latifundiários, que não as cultivam nem permitem que outros a cultivem, serão desapropriadas e divididas em lotes para entrega aos camponeses que as queiram cultivar. Esta é a primeira ampla porta que se abre para uma reforma agrária que se realizará pacificamente, regida pelos preceitos democráticos e com fidelidade às tradições cristãs do nosso povo.

Convênios de assistência técnica, assinados entre as Fôrças Armadas e a Superintendência de Política Agrária, complementam êste ato e esgotam, também, no âmbito das relações do homem com a terra, tôdas as possibilidades de ação normativa do Poder Executivo.

O segundo ato, firmado na mesma data, salda um dos compromissos indeclináveis do Govêrno com a execução e o fortalecimento da política de monopólio estatal do petróleo, estabelecida já na Lei nº 2.004 e tantas vêzes defendida pelo Presidente Vargas.

Por intermédio dêsse ato, foram desapropriadas, em favor da Petrobrás, tôdas as ações de propriedade de particulares em emprêsas de refino de petróleo. Completa-se, assim, o embasamento nacional e estatal da Petrobrás, que ao monopólio de importação, já decretado, vê acrescentar-se o monopólio total do refino, assegurando-se, dêste modo, à grande emprêsa — objeto do

orgulho de todos os nacionalistas brasileiros — plenas condições de consolidação e expansão como o maior parque industrial da América Latina.

Mensagens do Poder Executivo

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Meu Govêrno estêve sempre empenhado em obter a colaboração do Poder Legislativo, quer para a reestruturação institucional que há de permitir as transformações necessárias à continuidade do nosso desenvolvimento econômico e social, quer para o encaminhamento de questões específicas que atendam os justos reclamos populares.

À sábia apreciação de Vossas Excelências apresentei, durante a sessão legislativa de 1963, uma série de proposições para as quais me permito, uma vez mais, solicitar a patriótica atenção da Câmara e do Senado.

Reforma Bancária

Entre outras, figura a Reforma Bancária, reclamada pelas exigências do crescimento da economia nacional e pela necessidade da execução de uma política financeira que nela encontre um dos instrumentos para a contenção do processo inflacionário.

De há muito o País reivindica, por intermédio de suas fôrças econômicas, a implantação de um órgão autêntico e centralizado, com autonomia de decisões, para a direção da política monetária e bancária, que disponha de maior fôrça coercitiva para o contrôle de processos inflacionários. Foi o que visou atender a proposta do Poder

Executivo enviada ao Congresso, ao mesmo tempo em que procura dotar o Govêrno de condições que melhor lhe permitam selecionar o crédito para o impulso das verdadeiras fôrças de produção.

Confio em que os princípios básicos que nortearam o projeto governamental de reforma bancária, recebendo de Vossas Excelências contribuição que os aprimorem, sejam mantidos em suas linhas mestras.

Sonegação Fiscal

Outro projeto do Poder Executivo para o qual aguardo, com justa esperança, um rápido pronunciamento dos Senhores Congressistas é o que procura combater, decididamente, a sonegação fiscal, já transformada num dos maiores escândalos dêste País e que defrauda o Tesouro Nacional de quantias que atingem níveis clamorosos.

Com essa proposição, constante da Mensagem enviada ao Parlamento em março de 1963, relaciona-se também o projeto remetido em dezembro do mesmo ano, que institui normas sôbre a cobrança do impôsto de renda e estabelece medidas para a modernização do aparelho arrecadador.

Reforma Administrativa

Encaminhei ainda ao Congresso Nacional, durante a última sessão legislativa, para seu alto exame, os projetos fundamentais da Reforma Administrativa, em número de quatro. Estou certo de que a Câmara e o Senado, de onde têm partido insistentes críticas ao caráter obsoleto de nosso atual sistema administrativo, fará do estudo e

da aprovação dêsses projetos, com as modificações que julgarem oportunas, uma das metas de seu programa de trabalho na atual sessão legislativa.

Os Códigos

Com o mesmo objetivo de reestruturação institucional, entregou o Govêrno à consideração de Vossas Excelências, durante a sessão legislativa de 1963, os projetos de Código de Contabilidade e de Processo do Trabalho, os dois primeiros da série de códigos com os quais se procura alcançar um ordenamento de nossas instituições jurídicas consentâneo com o nôvo estádio histórico em que ingressa a sociedade brasileira.

Salário Móvel

Finalmente, causou-me especial prazer a receptividade que encontrou, no Congresso, a Mensagem a êle por mim enviada, ao fim da última sessão legislativa, para a instituição da escala-móvel de salário, extensiva ao funcionalismo civil e militar da União. Na conjuntura inflacionária em que se encontra o País, a qual não pode ser debelada com providências a curto prazo nem exclusivamente com providências financeiras, a preservação do poder aquisitivo dos salários e ordenados é questão de importância vital para a própria ordem pública.

De Vossas Excelências, Senhores Deputados e Senadores, espero, e, mais do que eu, espera o povo, a concretização dessas e de outras medidas que tenho proposto e virei ainda a propor ao Congresso Nacional com a exclusiva preocupação de assegurar a marcha ininterrupta dêste País no sentido de sua completa emancipação econômica e de permitir às nossas populações os civilizados níveis de vida a que têm o direito de aspirar.

AS TAREFAS DO FUTURO

Senhores Membros do Congresso Nacional:

O próprio avanço do processo de industrialização verificado nos dois últimos decênios evidenciou a extrema precariedade da nossa infra-estrutura para suportar nôvo estádio do desenvolvimento brasileiro, caracterizado pela produção em larga escala e altamente diversificada, para um mercado em expansão e de âmbito nacional. Êsse nôvo surto produtivo, por sua natureza e amplitude, exige intensa movimentação de mercadorias e pessoas, energia abundante e utilização de novos tipos de matérias-primas.

Atender a êsses pré-requisitos da infra-estrutura econômica dêsse nôvo estádio do pleno desenvolvimento brasileiro importa levar avante uma tarefa histórica, expressa em investimentos e obras de vulto inéditos em nossa história.

Consciente do papel que o Estado deve desempenhar nessa tarefa de significação vital para o futuro do Brasil, o Govêrno se propôs um conjunto de trabalhos de grande porte que visam à criação de poderosa infra-estrutura, capaz de permitir a ascensão da nossa economia a novos níveis, abrindo ao Brasil as portas do pleno desenvolvimento.

Hidrelétrica de Sete Quedas

O aproveitamento do potencial energético do Salto de Sete Quedas, no rio Paraná, é obra que, por seu vulto e suas repercussões, justifica todos os trabalhos e sacrifícios que teremos de empreender para levá-la a cabo.

Prevista para alcançar uma potência total de 10 milhões de kw — a maior central hidrelétrica do mundo

— essa obra representará um acréscimo no potencial elétrico do país superior ao total que existirá até fins de 1965. Os trabalhos preliminares, inclusive a construção de uma usina-pilôto, implicarão um investimento, em moeda estrangeira, de cêrca de 162 milhões de dólares e o seu custo ascenderá a um bilhão de dólares. Entretanto, construindo Sete Quedas, estaremos assegurando, mediante a ligação com outros sistemas, a expansão econômica de todo o Centro-Sul, caracterizado pelo seu rápido incremento industrial e, portanto, por crescente necessidade de energia.

O prazo previsto para a construção da usina é relativamente breve: 55 meses para início da produção e 100 meses para o término da obra, que possibilitará solução racional à navegação no rio Paraná e à criação de hidrovias destinadas ao escoamento da produção agro-industrial de tôda a área do Planalto Central ao Oceano Atlântico.

Por outro lado, o empreendimento terá significativas implicações internacionais, pois reforçará os liames entre o Brasil e o Paraguai, bem como entre o nosso País e a Argentina e o Uruguai.

Dentro dos próximos trinta dias terei a oportunidade de inaugurar na região do Guaíra o campo de pouso, primeiro passo para a instalação do canteiro de obras da barragem de Sete Quedas.

Plano Nacional de Telecomunicações

Não poderíamos suportar por mais tempo os transtornos causados à nossa vida econômica pelo precário sistema de comunicações em funcionamento no País. Por isso mesmo, o Govêrno não poupa esforços para tornar realidade o Plano Nacional de Telecomunicações,

cujo instrumento será a Emprêsa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), que entrará em atividade dentro em breve.

A EMBRATEL representa a solução correta para o problema da modernização urgente do nosso sistema de comunicações, pois propiciará a construção das linhas-troncos entre os principais centros do País. São quinze circuitos principais que implicarão um investimento da ordem de 1 bilhão de dólares e de cuja instalação trata o Govêrno com o maior empenho, tendo em vista atender às prementes necessidades da vida nacional, a fim de permitir que dentro de dois a três anos ligações por telefone possam ser quase instantâneas, de Pôrto Alegre a Fortaleza ou a Belém do Pará, tal como hoje entre Brasília e São Paulo ou Guanabara.

Complexo de São Félix

Outro projeto de vulto, também intimamente relacionado com a solução de um dos problemas da nossa indústria básica, é o aproveitamento do potencial do rio Tocantins, por meio da construção da barragem e da usina de São Félix. A usina terá uma potência total de 500.000 kw, dos quais 100.000 kw na primeira etapa. A obra rasgará novas possibilidades à exploração das riquezas do vasto Centro-Oeste e, notadamente, permitirá a exploração de níquel em larga escala, nas jazidas do Município de Niquelândia, avaliadas em 16 milhões de toneladas.

Expansão da Petrobrás

Objetivo central do govêrno, ligado à própria emancipação da economia nacional e à consolidação de sua independência, a produção de petróleo, graças às

medidas já adotadas, deverá atingir cêrca de 70-80 milhões de barris anuais em 1966/67 e 140-150 milhões de barris no período imediatamente posterior.

Para lograr-se tal objetivo, que exigirá investimentos da ordem de 500 milhões de dólares, todo um programa terá de ser levado a cabo, abrangendo a utilização de nôvo equipamento técnico, remodelação de métodos de trabalho, formação de pessoal especializado e desenvolvimento da pesquisa mediante a criação do Centro de Pesquisas de Petróleo.

Reaparelhamento de Portos

O Govêrno vem-se ocupando, com o maior interêsse, da solução do problema do reaparelhamento dos portos, transformado, hoje, num dos mais sérios entraves ao desenvolvimento da economia nacional e, em particular, ao incremento do nosso comércio exterior. O sistema portuário nacional não se coaduna com o vulto da movimentação de mercadorias hoje exigida pela crescente ampliação e diversificação do nosso comércio. Basta a informação de que o principal pôrto de exportação, Santos, apresentou, em 1963, um índice de utilização de carga sêca, por metro de cais, igual a 740 toneladas, ao passo que o índice recomendado, internacionalmente, é de 500 toneladas. Não são menos desfavoráveis as condições de congestionamento do Rio de Janeiro e outros portos menores. Aliás, essas condições obsoletas de operação constituem a causa básica do encarecimento dos transportes marítimos.

São graves as perdas, diretas e indiretas, que essa situação provoca. Em 1963, em Santos, os prejuízos oriundos da falta de espaço e de equipamento técnico montaram a cêrca de 327 bilhões de cruzeiros.

O Govêrno pretende encetar, de imediato, as obras imprescindíveis ao reaparelhamento dos portos do Rio de Janeiro e de Santos, cujo custo, nos próximos dois anos, exigirá grandes investimentos. Recife será, também, objeto de providências especiais. Em conjunto, êste programa demandará vultosos recursos em cruzeiros e em moeda estrangeira.

Renovação Tecnológica das Fôrças Armadas

Nação tradicionalmente pacífica e ciosa da sua independência, o Brasil não pode deixar de preocupar-se constantemente com o aperfeiçoamento e a modernização das suas Fôrças Armadas.

Para êsse efeito, o Govêrno vem adotando tôdas as providências a fim de manter e elevar o nível de eficácia dos órgãos de Defesa Nacional, cuidando de acompanhar os progressos tecnológicos alcançados pelos países altamente industrializados, especialmente no setor dos mísseis e da energia nuclear. As Fôrças Armadas vêm dedicando-se, há tempos, à execução de projetos para a construção de protótipos de foguetes e já existem as condições básicas para satisfazer, ràpidamente, os pré-requisitos dessa importante realização.

Graças à formação de pessoal qualificado nas nossas duas maiores escolas de engenharia, ambas mantidas pelas Fôrças Armadas, e em associação com novos centros de pesquisas — tal como o que ora se instala na Universidade de Brasília — tornar-se-á possível, em futuro próximo, o acesso do País ao domínio das ciências fundamentais e da tecnologia mais avançada, que são os pressupostos indispensáveis dos empreendimentos dessa envergadura.

À execução dos programas de foguetes das Fôrças Armadas dependerá de investimentos vultosos que, correspondendo a exigências imperativas da Segurança Nacional, devem ser enfrentados, mediante a garantia de indispensável prioridade por parte dos podêres públicos.

No cumprimento dêsse programa, as Fôrças Armadas mais amadurecerão para o exercício da sua missão fundamental de manter a segurança nacional e, por essa forma, ainda mais poderão contribuir para o desenvolvimento da Nação.

Além de tudo, tornar-se-ão cada vez mais aptas a ampliar, conjuntamente, como poderosa unidade, o alto papel, que exercem em todos os níveis, de grande educadora da Nação: desde a alfabetização maciça das praças até à formação de numerosos contingentes de especialistas altamente qualificados e, por igual, à preparação dos quadros superiores de cientistas e tecnólogos.

Pela execução dêsse programa de sua instrumentação tecnológica, as Fôrças Armadas poderão trazer também concurso ainda mais eficaz às tarefas do desenvolvimento industrial, dos transportes e das comunicações.

Companhia Vale do Paraopeba

Com o propósito de aumentar a exportação de minérios de ferro, trata o Govêrno da constituição de nova emprêsa mista para a exploração das jazidas no Vale do Paraopeba, além de imediata expansão da Companhia Vale do Rio Doce.

A emprêsa do Vale do Paraopeba, localizada numa área produtiva da maior expressão, estará capacitada, em breve prazo, a alcançar os níveis da Companhia Vale

do Rio Doce e constituir com esta os dois centros capitais da exportação de minérios.

Por outro lado, a construção de uma grande usina siderúrgica no Paraopeba, já planejada, tornará possível, não só atender as necessidades internas, como também transformar a própria estrutura das exportações, que passará a incluir produtos acabados, matérias-primas e artigos semi-elaborados.

Sistema Ferroviário Nacional

No que respeita ao transporte por ferrovias, torna-se indispensável empreender extenso programa de remodelação e reaparelhamento. A etapa do pleno desenvolvimento que almejamos implica transportes de grandes massas de matérias-primas e produtos elaborados que precisam ser intercambiados entre os principais centros industriais e de consumo, inclusive os produtos agrícolas para abastecimento dos maiores centros urbanos. São necessidades que impõem a revisão de traçados ferroviários, em condições técnicas capazes de suportar o transporte de cargas pesadas a longas distâncias, utilizando grandes composições que trafeguem a velocidades médias condizentes com a moderna engenharia ferroviária.

O conjunto de projetos necessários a provocar alteração tão profunda na estrutura dos transportes pesados por via terrestre exigirá, para os próximos anos, recursos avaliados em alguns bilhões de dólares.

Universidade de Brasília

Outra magna tarefa a que se devota o Govêrno é a implantação, em Brasília, de uma universidade moderna

capaz de, além de cumprir as tarefas correntes de ensino e pesquisa, completar a cidade-capital com o núcleo científico e cultural que não lhe pode faltar e, ainda, proporcionar aos podêres públicos a indispensável assessoria no campo do planejamento e da assistência técnica e científica. A Universidade de Brasília concentra seus esforços na edificação, equipamento e operação de um conjunto de institutos de ciências fundamentais, montados especialmente para ministrar cursos de nível pós-graduado; de um sistema de escolas de engenharia devotado à formação das novas modalidades de tecnologistas altamente qualificados, necessários ao comando do desenvolvimento econômico do País; e de diversos centros de pesquisa e experimentação que cubram as áreas do planejamento geral e educacional, da tecnologia do cerrado, de edificação e de outros campos.

Obra dessa envergadura exige, além de investimentos em moeda nacional, gastos vultosos em moedas estrangeiras para custeio do equipamento científico indispensável, aquisição do acervo das bibliotecas e pagamento do pessoal docente e técnico que deverá vir de outros países. Graças à magnitude do empreendimento, à qualidade do plano estrutural e à confiança que inspiram seus dirigentes, a Universidade de Brasília já conta, para custear êsses gastos, com recursos que em 1964 deverão alcançar dez milhões de dólares, obtidos, na sua maior parte, como doação de organismos internacionais e fundações ou mediante programas bilaterais de assistência.

Financiamento do Programa

O esfôrço sem precedentes consubstanciado neste complexo de tarefas que abrirão ao Brasil as portas do

futuro, é indispensável para reforçar e modernizar a infra-estrutura de nossa economia. Importa, é certo, em gastos extremamente pesados — inclusive em moeda estrangeira — que o País não poderia suportar nas presentes condições, em conseqüência do acúmulo de dívidas a curto prazo contraídas no Exterior.

Entretanto, graças ao reescalonamento dos nossos compromissos externos e à consolidação da posição do Brasil junto aos seus credores, como resultado das negociações levadas a efeito pelo meu Govêrno, abrem-se perspectivas de eliminação dessas dificuldades e de levar avante os grandes cometimentos planejados.

Acresce que o próprio revigoramento da nossa infra-estrutura terá repercussões positivas imediatas na nossa capacidade de exportar com substancial aumento da receita cambial, o que permitirá, além de saldar mais ràpidamente as dívidas reescalonadas, atender a novos compromissos. Êstes deverão distribuir-se por diferentes áreas monetárias e terão preferencialmente a forma de contratos que vinculem a nossa crescente capacidade exportadora ao financiamento dos diversos projetos. A execução dêste programa propiciará, de um lado, a reativação do ritmo do nosso desenvolvimento e, de outro lado, a ampliação das oportunidades de trabalho mediante a exploração, em benefício do País, do imenso patrimônio de recursos naturais de que somos detentores.

O CAMINHO BRASILEIRO

Senhores Membros do Congresso Nacional:

No reiterado esfôrço pelo cumprimento da missão que me impus de presidir à luta pela renovação da socie-

dade brasileira, com o propósito de conduzi-la, mediante a convocação e o congraçamento de tôdas as fôrças políticas progressistas, permito-me encarecer, mais uma vez, ao Congresso Nacional a necessidade imperiosa de atendermos aos anseios e reclamos da Nação pelas Reformas de Base.

Sabem os nobres congressistas do empenho com que meu Govêrno se tem devotado à procura de uma solução harmônica e pacífica para o problema da renovação institucional de nossa Pátria.

Logo depois de restaurado o regime presidencialista, por meio de um plebiscito histórico em cuja campanha as Reformas de Base constituíram o meu compromisso fundamental, entrei em entendimento com tôdas as fôrças políticas da Nação, num esfôrço ingente por encontrar a fórmula mais adequada para a sua consecução democrática.

Participaram dêsse esfôrço os Presidentes das duas Casas do Congresso Nacional e as diversas chefias partidárias, tanto no exame acurado de fórmulas que me foram propostas, como na análise de sugestões que tive a oportunidade de apresentar. Assim é que, mais uma vez, me sinto no dever de expressar meu pensamento, num ato de colaboração com o Congresso Nacional, chamado ao cumprimento de sua mais nobre tarefa, que é a adoção de uma reforma constitucional capaz de superar os óbices ao pleno desenvolvimento de nossa Pátria, à democratização de nossa sociedade e à felicidade de nosso povo.

Se nos colocarmos todos à altura das nobres tradições de nossos maiores, que tiveram a grandeza de, em momentos históricos semelhantes ao que enfrentamos, conter o egoismo dos privilegiados para atender aos impe-

rativos do progresso nacional, a emancipação do País e a elevação do padrão de vida do nosso povo poderão, mais uma vez, ser alcançadas, sem o risco da convulsão social e, portanto, com a preservação da ordem, com a salvaguarda das garantias democráticas e com a fidelidade que todos devemos às tradições cristãs do povo brasileiro.

No cumprimento desta missão de paz é que coloco diante dos nobres representantes do povo, para a sua alta apreciação, o corpo de princípios que se me afiguram como o caminho brasileiro do desenvolvimento pacífico e da maturidade da nossa democracia. Faço-o com inteira consciência de minhas responsabilidades e para que jamais se diga que o Presidente da República não definiu com suficiente clareza o seu pensamento e a sua interpretação dos anseios nacionais, deixando de contribuir, por sua omissão, para o equacionamento e a solução do grande problema nacional do nosso tempo.

Reforma Agrária

Senhores Membros do Congresso Nacional:

No quadro das reformas básicas que o Brasil de hoje nos impõe, a de maior alcance social e econômico, porque corrige um descompasso histórico, a mais justa e humana, porque irá beneficiar direta e imediatamente milhões de camponeses brasileiros, é, sem dúvida, a Reforma Agrária.

O Brasil dos nossos dias não mais admite que se prolongue o doloroso processo de espoliação que, durante mais de quatro séculos, reduziu e condenou milhões de brasileiros a condições sub-humanas de existência.

Êsses milhões de patrícios nossos, que até um passado recente, por fôrça das próprias condições de atraso a que estavam submetidos, guardavam resignação diante da

ignorância e da penúria em que viviam, despertam agora, debatem seus próprios problemas, organizam-se e rebelam-se, reclamando nova posição no quadro nacional. Exigem, em compensação pelo que sempre deram e continuam dando à Nação — como principal contingente que são da fôrça nacional de trabalho — que se lhes assegure mais justa participação na riqueza nacional, melhores condições de vida e perspectivas mais concretas de se beneficiarem com as conquistas sociais alcançadas pelos trabalhadores urbanos.

Para atender velhas e justas aspirações populares, ora em maré montante que ameaça conduzir o País a uma convulsão talvez sangrenta, sinto-me no grave dever de propor ao exame do Congresso Nacional um conjunto de providências a meu ver indispensáveis e já agora inadiáveis, para serem, afinal, satisfeitas as reivindicações de 40 milhões de brasileiros.

Assim é que submeto à apreciação de Vossas Excelências, a quem cabe privativamente a reformulação da Constituição da República, a sugestão dos seguintes princípios básicos para a consecução da Reforma Agrária:

— A ninguém é lícito manter a terra improdutiva por fôrça do direito de propriedade.

— Poderão ser desapropriadas, mediante pagamento em títulos públicos de valor reajustável, na forma que a lei determinar:

a) tôdas as propriedades não exploradas;

b) as parcelas não exploradas de propriedade parcialmente aproveitadas, quando excederem a metade da área total.

— Nos casos de desapropriações, por interêsse social, será sempre ressalvado ao proprietário o direito de escolher

e demarcar, como de sua propriedade de uso lícito, área contígua com dimensão igual à explorada.

— O Poder Executivo, mediante programas de colonização promoverá a desapropriação de áreas agrícolas nas condições das alíneas "a" e "b" por meio do depósito em dinheiro de 50% da média dos valores tomados por base para lançamento do impôsto territorial nos últimos 5 anos, sem prejuízo de ulterior indenização em títulos, mediante processo judicial.

— A produção de gêneros alimentícios para o mercado interno tem prioridade sôbre qualquer outro emprêgo da terra e é obrigatória em tôdas as propriedades agrícolas ou pastoris, diretamente pelo proprietário ou mediante arrendamento.

I) O Poder Executivo fixará a proporção mínima da área de cultivo agrícola de produtos alimentícios para cada tipo de exploração agropecuária nas diferentes regiões do País.

II) Tôdas as áreas destinadas a cultivo sofrerão rodízio e a quarta cultura será obrigatòriamente de gêneros alimentícios para o mercado interno, de acôrdo com as normas fixadas pelo Poder Executivo.

— O preço da terra para arrendamento, aforamento, parceria ou qualquer outra forma de locação agrícola, jamais excederá o dízimo do valor das colheitas comerciais obtidas.

— São prorrogados os contratos expressos ou tácitos de arrendamento e parceria agropecuários, cujos prazos e condições serão regidos por lei especial.

Para a concretização da Reforma Agrária é também imprescindível reformar o § 16 do art. 141 e o art. 147 da Constituição Federal. Só por êsse meio será possível empreender a reorganização democrática da economia brasileira, de modo que efetue a justa distribuição da propriedade, segundo o interêsse de todos e com o duplo propósito de alargar as bases da Nação, estendendo-se os benefícios da propriedade a todos os seus filhos, e multiplicar o número de proprietários, com o que será melhor defendido o instituto da propriedade.

Para alcançar êsses altos objetivos seria recomendável, a meu ver, incorporarem-se à nossa Carta Magna, os seguintes preceitos:

— Ficam supressas, no texto do § 16 do art. 141 a palavra "prévia" e a expressão "em dinheiro".

— O art. 147 da Constituição Federal passa a ter a seguinte redação:

— O uso da propriedade é condicionado ao bem-estar social.

— A União promoverá a justa distribuição da propriedade e o seu melhor aproveitamento, mediante desapropriação por interêsse social, segundo os critérios que a lei estabelecer.

Reforma Política

Senhores Membros do Congresso Nacional:

O amadurecimento da democracia brasileira está a exigir que as nossas instituições políticas se fundem na maioria do povo e que o corpo eleitoral, raiz da legitimidade de todos os mandatos, seja a própria Nação.

A Constituição de 1946, entre outros privilégios, consagrou, no campo eleitoral, normas discriminatórias que já não podem ser mantidas, em razão da justa revolta

que provocam e da limitação numérica dos quadros eleitorais, que vem estimulando as atividades de órgãos de corrupção, os quais, por fôrça do poderio econômico, procuram degradar a mais nobre das instituições democráticas: a representação popular.

São inadmissíveis, na composição do corpo eleitoral, discriminações contra os militares, como as praças e os sargentos, chamados ao dever essencial de defender a Pátria e assegurar a ordem constitucional, mas privados, uns, do elementar direito do voto, outros da elegebilidade para qualquer mandato.

Outra discriminação inaceitável atinge milhões de cidadãos que, embora investidos de tôdas as responsabilidades civis, obrigados, portanto, a conhecer e a cumprir a lei e integrados na fôrça de trabalho com seu contingente mais numeroso, são impedidos de votar, por serem analfabetos. Considerando-se que mais da metade da população brasileira é constituída de iletrados, pode-se avaliar o pêso dessa injustiça, que leva à conclusão irrecusável de que o atual quadro de eleitores já não representa a Nação, urgindo sua ampliação para salvaguarda da democracia brasileira.

Acresce, ainda, a vizinhança cultural entre o analfabeto e o simples alfabetizado, nesta era em que a divulgação radiofônica estendeu a área de informações.

A essas razões aliam-se também as discriminações políticas, que impedem — por mero arbítrio policial — concorram a quaisquer eleições ou se diplomem candidatos elegíveis ou que alcançaram as mais expressivas votações.

A verdade, já agora irrecusável, é que o nosso processo democrático só se tornará realmente nacional e livre quando estiver integrado por todos os brasileiros e

aberto a tôdas as correntes de pensamento político, sem quaisquer discriminações ideológicas, filosóficas ou religiosas, para que o povo tenha a liberdade de examinar os caminhos que se abrem à sua frente, no comando do seu próprio destino.

Para êsse passo essencial e inadiável, é, a meu ver, imprescindível que se altere a Constituição da República, a fim de nela incorporar, caso nisto aquiesça o Congresso Nacional, no exercício de sua atribuição privativa, como princípios básicos de nossa vida política, as seguintes normas:

— *São alistáveis os brasileiros que saibam exprimir-se na língua nacional e não hajam incorrido nos casos do art. 135 da Constituição.*

— *São elegíveis os alistáveis.*

Reforma Universitária

Senhores Membros do Congresso Nacional:

É também imperativa a reforma dos dispositivos constitucionais, disciplinadores da educação nacional, a fim de ampliarem-se as garantias da liberdade do docente e redefinir-se o instituto da cátedra, retirando-lhe o caráter de domínio arbitrário e irresponsável de um campo do saber, para possibilitar ao ensino superior a renovação de seus quadros, o domínio da ciência e da técnica e maior eficácia na transmissão do conhecimento.

Para êsse efeito, sugiro seja estudada pelo Congresso Nacional a conveniência de integrar no texto constitucional os seguintes princípios:

— *É assegurada ao professor de qualquer dos níveis de ensino plena liberdade docente no exercício do magistério.*

— *É abolida a vitaliciedade da cátedra, assegurada aos seus titulares a estabilidade, na forma da lei.*

— *A lei ordinária regulamentará a carreira do magistério, estabelecendo os processos de seleção e provimento do pessoal docente de tôdas as categorias e organizará a docência, subordinando os professôres aos respectivos departamentos.*

— *Às Universidades, no exercício de sua autonomia, caberá regulamentar os processos de seleção, provimento e acesso do seu pessoal docente, bem como o sistema departamental, ad referendum do Conselho Federal de Educação.*

Delegação Legislativa

Senhores Membros do Congresso Nacional:

O cumprimento dos deveres do Estado moderno não se concilia com uma ação legislativa morosa e tarda. São incompatíveis, sobretudo nos instantes de crise social, a presença atuante e responsável do poder público e as normas anacrônicas de uma ação legislativa que são fruto de um sistema econômico ultrapassado e ainda se vinculam a uma concepção abstencionista do Estado, apenas espectador do desenvolvimento e das atividades sociais.

Em nossos dias e em tôdas as nações, o poder público não pode restringir-se à atitude cômoda de simplesmente manter a ordem e administrar a justiça, indiferente ao destino do povo e desatento ao esfôrço de construção de um país próspero.

A rapidez das mudanças e transformações que a sociedade experimenta, em virtude da fôrça incoercível das tensões sociais e das inovações geradas pela ciência e pela tecnologia, exige do Estado, sobretudo em países

que travam a luta pelo progresso, procedimentos legislativos que o habilitem a agir rápida, eficaz e corajosamente.

Assim, à semelhança do que já fêz a maioria das nações, impõe-se também ao Brasil suprimir o princípio da indelegabilidade dos podêres, cuja presença no têxto constitucional só se deve aos arroubos de fidelidade dos ilustres constituintes de 1946 a preceitos liberais do século XVIII.

A emenda poderia ter, caso assim o decida o Congresso Nacional, a seguinte redação:

— Fica revogado o § 2º do art. 36 da Constituição Federal.

Soberania Popular

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Momentos há do desenvolvimento histórico de um povo em que sua própria sobrevivência e a autonomia no comando do seu destino se podem pôr em risco, caso se deixe abrir uma brecha entre as aspirações populares e as instituições responsáveis pela ordenação da vida nacional. Para fazer face a êsse risco, permito-me sugerir a Vossas Excelências, Senhores Congressistas, se julgado necessário para a aprovação das Reformas de Base indispensáveis ao nosso desenvolvimento, a utilização de um instrumento da vida democrática, jurídico e eficaz, que torne possível salvaguardá-la mediante consulta à fonte mesma de todo poder legítimo que é a vontade popular.

Assim, peço a Vossas Excelências que também estudem a conveniência de realizar-se essa consulta popular para a apuração da vontade nacional, mediante o voto de todos os brasileiros maiores de 18 anos para o

pronunciamento majoritário a respeito das Reformas de Base.

Nossa Missão

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Atribuo a mais alta importância, para os destinos da nossa Pátria, à alteração dos textos constitucionais, à luz dêste corpo de sugestões. Permitam-me os nobres Congressistas assinalar que, a meu juízo, êsses princípios, traduzidos em atos, contribuirão decisivamente para libertar as energias nacionais juguladas pela estreiteza de uma estrutura econômica inatual, cuja perpetuação sòmente serve a grupos privilegiados e já é incapaz de abrir perspectivas de progresso a uma Nação de 80 milhões de habitantes, que cresce num ritmo acelerado. Tais preceitos, se acolhidos pelo Congresso Nacional na reformulação de nossa Carta Magna, haverão de emancipar o povo brasileiro das peias institucionais que o aviltam, pois o mantêm dividido em dois grupos que se extremam pelo contraste: um, o reduzido núcleo dos privilegiados; outro, a imensa massa dos deserdados dos quais tudo se exige, sem assegurar-lhes sequer o calor da certeza de um futuro melhor.

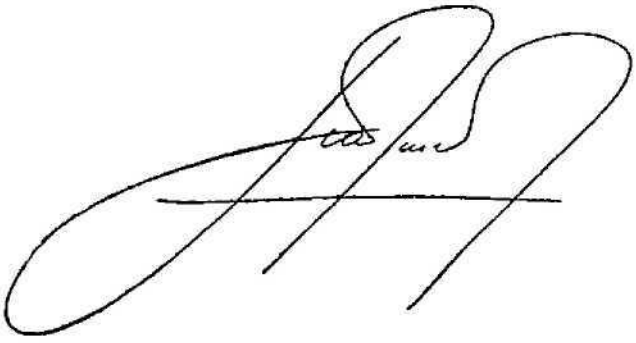
É, pois, com o mais alto aprêço que me dirijo ao Congresso Nacional a fim de pedir-lhe o exame desapaixonado das diretrizes aqui formuladas para as modificações do texto constitucional, visando à consecução pacífica e democrática das Reformas de Base.

Estou certo de que os nobres Parlamentares do Brasil, dêste ano de 1964, guardam fidelidade às honrosas tradições dos nossos antepassados, que, em conjunturas semelhantes da vida nacional, como a Independência, a

Abolição da Escravatura, a Proclamação da República e a Promulgação da Legislação Trabalhista, tiveram a sabedoria e a grandeza de renovar instituições básicas da Nação, que se haviam tornado obsolêtas, assim salvaguardando o desenvolvimento pacífico do povo brasileiro.

O desafio histórico repete-se outra vez. Agora, nossa geração é que está convocada para cumprir a alta missão de ampliar as estruturas sócio-econômicas e renovar as instituições jurídicas, a fim de preservar a paz da família brasileira e abrir à Nação novas perspectivas de progresso e de integração de milhões de patrícios nossos numa vida mais compatível com a dignidade humana.

Brasília, 15 de março de 1964.



I — SITUAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

A — PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇAO

Cônscio de que o planejamento — ordenação racional de procedimentos que asseguram a propriedade e a coerência das atividades administrativas — é condição essencial para o bom êxito de qualquer tipo de administração, o Govêrno sentiu a necessidade de estabelecer um sistema de planejamento adequado à estrutura administrativa do País.

O desconhecimento da distinção nítida entre plano e planejamento tem contribuído para que se empreste maior importância à elaboração de planos do que ao estabelecimento de um sistema de planejamento.

Ora, o plano é apenas fase inicial, representada pela análise de uma situação estática.

Por intermédio da análise da conjuntura demográfica, econômica e social e do exame dos problemas e pela avaliação dos meios disponíveis, é possível obterem-se imagens críticas da realidade e, nela, aspectos da situação em que se pretende intervir para o efeito de modificá-la.

E' o que se denomina plano, primeira fase da ação planificada pròpriamente dita, à qual deve seguir-se um processo contínuo de atualização e de completação por meio de outras providências.

Assim, e dando seqüência à aprovação do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, o Govêrno criou, pelo Decreto número 52.256, de 11 de julho de 1963, a Coordenação do Planejamento Nacional, para orientar as providências governamentais e estabelecer os critérios para a fixação de prioridades, por forma que se torne possível o desdobramento executivo do Plano.

Foram criados, igualmente, Grupos de Planejamento, nos Ministérios e demais órgãos da Administração Federal, com a função de selecionar preliminarmente, os mais importantes projetos de suas respectivas áreas de competência.

Êsse processo de determinação de prioridades, por meio da filtragem sucessiva dos programas de trabalho, através dos diversos escalões de decisão tem o mérito de reduzir os riscos de uma visão parcial e a vantagem de envolver no planejamento a participação e conseqüente co-responsabilidade dos órgãos executores.

Visando à necessidade de correlação e coerência na atuação dos diversos órgãos que assessoram o Govêrno ou para êle promovem estudos, os Grupos de Trabalho, criados por decreto para a execução de tarefas específicas, e a Secretaria-Geral do Conselho de Desenvolvimento ficaram subordinados à Coordenação do Planejamento Nacional. A êsse órgão foi ainda subordinada a Secretaria Técnica da Comissão Nacional do Planejamento (COPLAN), encarregada do contrôle das obras e empreendimentos da União, do levantamento e elaboração de dados para a realização das pesquisas e dos estudos necessários ao aperfeiçoamento das políticas e dos programas de ação do Govêrno Federal.

Paralelamente, a Comissão Coordenadora da "Aliança para o Progresso" (COCAP), vinculada à Assessoria Técnica, continuará disciplinando tôda a assistência externa, prestada ao País nos têrmos dêsse programa internacional, de modo que os recursos daí oriundos possam ser aplicados em projetos de efetivo interêsse para o desenvolvimento nacional.

Êsse conjunto de órgãos vinculados, sem deformação do regime de subordinação a que obedecem por fôrça da organização dos respectivos setores administrativos, forma o sistema de planejamento do Govêrno. Sua cúpula é a Coordenação do Planejamento Nacional assistida pela Assessoria Técnica da Presidência da República que lhe serve de Secretaria Executiva.

Durante o segundo semestre de 1963, a Coordenação do Planejamento Nacional, realizou, por três vêzes, reuniões em Brasília com o objetivo de ordenar as decisões governamentais para a disciplina dos investimentos públicos e privados, mediante a definição dos planos prioritários.

À racionalização dos gastos públicos vem-se opondo, porém, como dificuldade das mais notórias, o sistema tradicional da nossa elaboração orçamentária. É de esperar que o recente projeto

de lei, votado pelo Congresso, que estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e contrôle dos Orçamentos, contribua para podermos, já em 1965, contar com uma Lei de Meios mais favorável ao rendimento da atividade pública.

Paralelamente ao disciplinamento das inversões, outras medidas estão em curso, visando à reformulação dos instrumentos da Administração Pública, para adaptá-los às exigências do desenvolvimento sócio-econômico do País.

B — ORDENAMENTO JURIDICO

É sensível a todos a contradição hoje existente entre o dinamismo da sociedade nacional, em fase acelerada de industrialização e desenvolvimento, e o ordenamento jurídico institucional vigente, que contemplava uma realidade econômica e social qualitativamente diversa da em que estamos vivendo.

A começar pela própria Constituição, elaborada antes que se fizesse sentir o impacto do processo de industrialização e urbanização que vem apontando novos objetivos à comunidade brasileira e integrando, na vida política, novas e vastas camadas da população, tôdas as leis básicas do País reclamam, na verdade, a necessária revisão e atualização.

Daí porque a ação do meu Govêrno tem como tônica uma constante preocupação reformista para que possamos obter, pacíficamente, e dentro das melhores tradições políticas nacionais, as transformações constitucionais e estruturais indispensáveis à sustentação de nosso progresso material e cultural. E, ainda, para que o desenvolvimento econômico se processe de maneira equilibrada, reduzindo-se ao máximo os chocantes desníveis regionais e as profundíssimas desigualdades, hoje existentes na repartição da renda nacional.

Enquanto aguarda do Legislativo a iniciativa, que só a êle cabe, de rever as imperfeições e omissões da Carta Constitucional e de regulamentar, por intermédio de leis complementares, alguns

de seus dispositivos, que até agora não puderam ter vigência efetiva, cuida o Govêrno de dar prosseguimento, em sua área de atribuições, ao trabalho de renovação dos demais institutos jurídicos básicos, notadamente, dos Códigos Civil, do Processo Civil, Comercial, Penal, do Processo Penal, do Trabalho, Judiciário do Trabalho e de Contabilidade Pública.

Para essa tarefa, foi arregimentada a elite especializada do País e, com a sua imprescindível colaboração, já pôde encaminhar, ao exame do Congresso, os projetos de Códigos de Processo do Trabalho e do Código de Contabilidade Pública da União. Foram também publicados, para recebimento de subsídios dos juristas brasileiros, os anteprojetos dos Códigos Civil, do Trabalho, Penal e das Execuções Penais, Penal Militar e de Processo Penal Militar, assim como a Lei das Contravenções Penais e a Lei de Introdução ao Código das Obrigações, enquanto se concluem as redações dos demais anteprojetos.

C — REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Reforma Administrativa

Na Mensagem anual que enviou a Vossas Excelências em 1963, o Govêrno assinalava a necessidade urgente e indeclinável de reestruturação da máquina administrativa federal, cujos defeitos entravam a eficiência e comprometem o rendimento da administração.

Para a consecução dêsse propósito, foi nomeado um Ministro Extraordinário para a Reforma Administrativa, que, reunindo técnicos e especialistas, e após acurados estudos, formulou diretrizes consubstanciadas em quatro anteprojetos de lei que o Govêrno submeteu à consideração do Congresso, antes do término da última sessão legislativa. São êles:

— Anteprojeto de Lei Orgânica do Sistema Administrativo Federal;
— Anteprojeto de Lei que reorganiza o Sistema de Material do Serviço Público;

— Anteprojeto de Lei que dispõe sôbre o Sistema de Mérito no Serviço Civil Brasileiro;

— Anteprojeto de Lei que altera a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União.

Também, em decorrência dos estudos promovidos pelo Ministro Extraordinário da Reforma Administrativa, foi submetido, ao julgamento da Câmara e do Senado, importante anteprojeto que dispõe sôbre a organização administrativa do Distrito Federal, instrumento imprescindível para a consolidação de Brasília, como sede do Govêrno da União.

Outras medidas

Em 1963, o Govêrno providenciou a complementação, no âmbito de suas atribuições específicas, de várias leis do Congresso para cuja vigência se impunha cuidadosa regulamentação. Adotou, também, uma série de providências normativas, que julgou oportunas, para disciplinar e, ao mesmo tempo, dinamizar e vitalizar setores essenciais da vida nacional, ou ainda, para acorrer em defesa dos interêsses populares.

Pela sua significação excepcional, pode encabeçar a relação dêsses atos o decreto que regulamentou a lei sôbre remessa de lucros, e que se constitui em instrumento hábil para a disciplinação, de acôrdo com as necessidades nacionais do regime, até agora anárquico e lesivo ao País, de entrada e saída dos capitais estrangeiros e de sua remuneração.

Ainda no campo das providências de ordem financeira, baixou o Govêrno outros atos destinados ao fortalecimento das finanças públicas. Entre êstes, vale enumerar: o decreto que dispõe sôbre as atribuições do Serviço Federal de Prevenção e Repressão das Infrações contra a Fazenda Nacional; o decreto que aprovou o regulamento para a cobrança do empréstimo compulsório instituído pelo art. 72 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963; o decreto que instituiu comissão de sindicância para apurar denúncias de infrações contra a Fazenda Nacional; o decreto que aprovou o regulamento para a cobrança e fiscalização do impôsto de renda:

o decreto que instalou, a título provisório, a Procuradoria da Fazenda Nacional no Distrito Federal, merece também menção o anteprojeto de lei, já remetido ao Congresso, que capitula como crime a sonegação fiscal.

Reflexos imediatos e positivos na economia brasileira terão as decisões que o Govêrno adotou, por intermédio do decreto que determina providências para a declaração de nulidade ou caducidade de autorizações de pesquisa ou lavra de jazidas minerais, concedidas em desacôrdo com os dispositivos constitucionais e com o Código de Minas. E, também o decreto que estabeleceu o monopólio da importação de óleo cru, pela PETROBRÁS.

Destacam-se, ainda, por sua importância, os decretos que estabeleceram normas para o desenvolvimento de nossa indústria químico-farmacêutica e instituiu o Grupo Executivo da Indústria Químico-Farmacêutica (GEIFAR) e o que instituiu, no Ministério da Indústria e Comércio, o Grupo Executivo da Indústria de Fertilizantes e Corretivos do Solo (GEIFERC).

Mediante atos de sua competência, cuidou o Executivo de impor planificação racional e objetiva às suas atividades na área dos transportes, baixando para isso decretos que aprovam os planos preferenciais nos setores rodoviário e ferroviário e estabelecem normas especiais para a sua execução. Simultâneamente, foram adotadas as providências iniciais para a implantação do sistema de transporte fluvial, com a utilização de nossas vias navegáveis interiores. Nesse sentido, foi baixado o decreto que cria a Comissão de Estudos dos Rios e Canais Interiores Navegáveis (CERCIN), cujos trabalhos se encontram bem avançados.

Providenciou-se, também, a completa regulamentação do Código Brasileiro de Telecomunicações, com a aprovação, por decreto, do seu Regulamento Geral e, ainda, dos Regulamentos dos Serviços de Rádiodifusão e do Fundo Nacional de Telecomunicações. Ao mesmo passo, foram adotadas as necessárias medidas para a imediata constituição da Emprêsa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL —, que se encarregará dos serviços de telecomunicações reservados à exploração direta pela União. Sua implantação definitiva ocorrerá dentro de poucos dias.

Tem estado continuamente nas atenções do Govêrno, o problema da defesa das massas trabalhadoras e populares, e da ele-

vação do seu nível de vida, duramente atingidas pelo processo inflacionário. Assim, para impedir a queda do poder aquisitivo das massas assalariadas, baixou o Govêrno vários decretos, entre êles o que instituiu o Conselho Nacional de Política Salarial, o que aprovou o Regulamento do Salário-Família do Trabalhador e, mais recentemente, o que promoveu o rezoneamento do País, para efeito de pagamento de salário-mínimo, há pouco reajustado de acôrdo com os índices do custo de vida.

Na mesma ordem de preocupações, foram tomadas medidas destinadas a regularizar o abastecimento de gêneros de primeira necessidade, em todo o País, e para coibir a especulação a que se entregam grupos monopolistas e gananciosos, em detrimento da bôlsa do povo. Para tanto, baixaram-se os decretos necessários ao imediato funcionamento da Superintendência Nacional de Abastecimento e das suas emprêsas subsidiárias — a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEN).

Paralelamente, várias disposições foram adotadas para maior estímulo às atividades agropecuárias, mediante reestruturação do Ministério da Agricultura, reorganizado pela Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962. Através de decretos, o Govêrno aprovou o nôvo Regulamento Geral daquele Ministério e os regimentos de seus diversos órgãos.

Ao mesmo tempo, o Govêrno cuidava de instalar e regulamentar a Comissão Administrativa de Defesa Econômica (CADE), que se destina à repressão dos abusos do poder econômico, sem descurar, mais especìficamente, da proteção à bôlsa do povo, para o que criou, por ato recente, o Comissariado de Defesa da Economia Popular.

Finalmente, para a proteção e defesa do trabalho, o Govêrno baixou o decreto que aprova o Regulamento da Previdência Social Rural, tendo em vista a levar aos trabalhadores do campo, até aqui marginalizados e espoliados, benefícios de que desfrutam, há muito, os trabalhadores urbanos.

Essas, entre muitas outras de relevância, as providências que o Govêrno adotou, durante o ano decorrido e que bem expressam o esfôrço do Poder Executivo no sentido de utilizar suas prerro-

gativas constitucionais, objetivando sempre o atendimento às necessidades do desenvolvimento nacional e às aspirações de bem-estar do nosso povo.

D — SEGURANÇA NACIONAL

O verdadeiro conceito de segurança nacional transcende o plano militar e situa-se na própria estrutura de um complexo social, político e econômico, que representa realmente o Poder Nacional.

O poder militar, parte dêsse complexo, integra-se no todo, que tem a sua mais elevada forma de coordenação e direção no Conselho de Segurança Nacional, competindo ao Estado Maior das Fôrças Armadas (EMFA) a tarefa de preparar o emprêgo, em conjunto, das três fôrças, as quais têm, por sua vez, a sua expressão executiva nos Ministérios da Marinha, da Guerra e da Aeronáutica.

Além de cumprirem com exatidão e fidelidade as altas e graves atribuições que lhes confere a Constituição, a Marinha, o Exército e a Aeronáutica desdobram a sua capacidade de fazer e servir em ações múltiplas e variadas, cujo sentido e amplitude as tornam sumamente benéficas a todo o País, comunicando dinamismo e eficácia a estabelecimentos fabris, arsenais, parques militares, transportes terrestres, marítimos e aéreos; levando a efeito pesquisas científicas, levantamentos geográficos, tombamento de riquezas do solo e do subsolo, trabalhos de engenharia e industrialização; formando técnicos e especialistas; alfabetizando e difundindo conhecimentos; aperfeiçoando o nosso povo, intelectual e tècnicamente; valorizando, assim, o homem brasileiro e mantendo-se na vanguarda das fôrças que mais se empenham pela completa emancipação da nossa Pátria.

Entre essas atividades merecem destaque especial: no Exército — as operações astronômicas e geodésicas e a preparação de cartas geográficas, inclusive para vários órgãos estatais e autárquicos; e os trabalhos executados, tanto no Nordeste quanto na região Centro-Sul, para implantação e melhoramento de rodovias e

ferrovias; na Marinha — as atividades de pesquisa científica, não só no terreno da oceanografia, que visa ao melhor conhecimento dos mares e das suas riquezas naturais, como no campo do material, com que também se beneficia a indústria civil; e as obras de construção e reparo navais, principalmente ao longo da costa, onde é notória a carência de oficinas e diques da indústria privada; na Aeronáutica — os programas de desenvolvimento da infra-estrutura aeroviária, com a expansão e melhoramento das rêdes de aeroportos e de proteção, contrôle e informações fundamentais à realização de vôos em todo o território nacional; e as medidas tomadas com o objetivo de assegurar taxa justa para a expansão das indústrias de transporte aéreo e de construção e manutenção de aeronaves.

A participação das Fôrças Armadas no desenvolvimento cultural e no setor assistencial acha-se explicitada na parte desta Mensagem referente ao Progresso Social.

Todavia, para o exato cumprimento dessas missões, as Fôrças Armadas Brasileiras têm profunda consciência das suas próprias dificuldades em face do obsoletismo da maior parte de seus materiais, instalações, equipamentos e serviços.

Não obstante, procuram eliminar êsses óbices e sanar tais deficiências mediante a execução de um programa racional de modernização e graças a um sistema que prevê, ao mesmo tempo, uma linha normal de aperfeiçoamento e uma outra, mais dinâmica, dotada de ritmo mais intensivo e caracterizada por prioridades absolutamente indispensáveis.

Consciente de tal verdade, o Govêrno não pode deixar de conceder atenção a êsse plano de modernização progressiva das nossas Fôrças Armadas e tem satisfação patriótica em registrar os têrmos em que está formulado e o severo espírito de economia que o anima.

Durante o corrente ano, procurará o Govêrno atendê-lo, não só no relativo às prioridades consideradas imprescindíveis à estrutura das Fôrças Armadas, senão também no tocante à modernização do material a elas necessário, seguro de que se trata de investimento altamente reprodutivo pelos benefícios gerais que dêle advirão para o País.

II — FINANÇAS

A) FINANÇAS PÚBLICAS

1. Execução Orçamentária

A Proposta Orçamentária para o exercício de 1963 consignava uma receita de Cr$ 590 bilhões e uma despesa de Cr$ 793,8 bilhões, deixando a descoberto a importância de Cr$ 203,8 bilhões. Com as alterações feitas pelas duas Casas Legislativas, por ocasião do exame da referida Proposta, o anteprojeto, transformado em lei, registrava os seguintes valôres: receita, Cr$ 737,3 bilhões e despesa, Cr$ 1.024,5 bilhões, daí resultando o *deficit* de Cr$ 287,2 bilhões. A diferença para mais entre a receita prevista na Proposta e a estimada na Lei Orçamentária decorreu, principalmente, da majoração dos impostos de renda, consumo e energia elétrica, cuja legislação foi promulgada em fins de 1962. Isso não impediu, contudo, um desequilíbrio, entre a proposta e a Lei Orçamentária, superior a Cr$ 80 bilhões, pois a despesa foi aumentada mais do que a receita.

Ainda assim, não era essa a verdadeira situação das finanças da União para o exercício considerado. O *deficit* potencial prenunciava-se maior, em virtude de despesas que deveriam incorporar-se à execução financeira, tais como:

a) créditos especiais transferidos de 1962 para 1963;
b) créditos que teriam de ser abertos em 1963;
c) gastos por fazer sem crédito:
d) despesas inadiáveis;
e) liquidação de resíduos passivos;
f) financiamentos a Entidades Públicas;
g) insuficiência de verbas constantes do Orçamento;
h) reajustamento de rubricas de gastos vinculados à receita efetivamente recolhida.

Além dêsses dispêndios, cujo valor ascenderia a várias centenas de bilhões de cruzeiros, havia ainda que considerar a não inclusão, na programação ordinária do exercício, da despesa proveniente do reajustamento salarial do funcionalismo público civil e militar, concedido pela Lei nº 4.242, de 17-7-63, para a qual se admitira um desembôlso de 210 bilhões. Assim, o *deficit* potencial acercar-se-ia dos 800 bilhões de cruzeiros.

Não se deve, porém, avaliar o Orçamento Público sob êsse único aspecto. Programa da atividade do Govêrno que é, o Orçamento deveria constituir uma etapa do planejamento nacional. Todavia, embora no atual Govêrno se venha desenvolvendo real esfôrço para planejar o desenvolvimento econômico e social do País, persistem as imperfeições na elaboração, votação e execução do Orçamento, sendo certo que o Executivo não tem contado, neste particular, com um instrumento razoável para condicionamento dos problemas por solucionar e coordenação de sua atividade financeira.

Por outro lado, em país no estádio de desenvolvimento em que se encontra o Brasil, espera-se do Govêrno atuação decisiva no setor das finanças.

O desenvolvimento brasileiro vem exigindo esfôrço governamental crescente no sentido de realizar, direta e indiretamente, investimentos de capital muito além do que permite a sua receita orçamentária atual. Só isso já explicaria um *deficit* apreciável no Orçamento. As conseqüências do *deficit*, porém, ainda são agravadas pela pulverização dos meios disponíveis, em virtude de modificações nas verbas da proposta original e inclusão de novos gastos que, embora muitas vêzes defensáveis, não se ajustam a um plano prioritário de aplicação dos recursos, principalmente em face de situação deficitária que já se prenunciava muito difícil.

Apesar de tudo, o Govêrno procurou, na medida do possível, manter sob contrôle o desequilíbrio orçamentário.

Para êsse efeito, baixou o Decreto nº 51.814, de 8-3-63, que fixou normas para a execução orçamentária, estabelecendo

uma redução inicial de aproximadamente 400 bilhões de cruzeiros para uma despesa prevista em cêrca de 1,2 trilhão, do que resultaria a redução do *deficit* de caixa do exercício para 300 bilhões, consideradas as fontes de financiamento do Orçamento Monetário elaborado para o mesmo período. Com o aparecimento de pressões, provindas principalmente de setores da economia cuja assistência financeira por parte do Govêrno se fazia imperativa, tornou-se necessária a reformulação do programa. No início do segundo semestre, admitia-se que a despesa e a receita se limitariam, em seus grandes totais, ao seguinte:

1 — *Despesa*	*Cr$ bilhões*
a) orçamentária	820
b) reajustamento salarial	220
c) créditos especiais	18
d) despesas sem crédito	79
e) financiamentos	100
f) resíduos passivos	83
Soma	1.320
2 — *Receita*	1.000
Deficit de caixa presumível	320

No entanto, as despesas de caixa, registradas por intermédio do Banco do Brasil, montaram a Cr$ 1.415 bilhões. Relativamente à arrecadação, o seu montante líquido atingiu a importância de Cr$ 915 bilhões, contra uma estimativa de um trilhão. Do confronto dessas cifras infere-se que o desequilíbrio, em 1963, correspondeu a um *deficit* de caixa de Cr$ 500 bilhões.

Conhecido o resultado do exercício, que importou na redução de cêrca de quarenta por cento do *deficit* potencial, pode-se afirmar que não foram vãos os esforços do Govêrno no sentido de, com os instrumentos obsoletos de que dispõe, controlar de modo positivo a execução orçamentária.

Algumas medidas, porém, revelaram-se ineficazes, principalmente porque assentavam em premissas que não condiziam com a realidade brasileira. Certos efeitos da política de contenção manifestaram-se desnorteadores. A verdade é que o setor de investimentos privados do País ainda não é suficientemente vigoroso e organizado para compensar uma diminuição muito grande das inversões de capital do setor público. Ao contrário, sua rentabilidade depende, indiretamente, de investimentos governamentais, e considerável parte das inversões privadas derivam, diretamente, das despesas do Govêrno.

Assinalada tal situação, promoveu-se o aperfeiçoamento do programa financeiro, a fim de adaptá-lo ao sistema econômico nacional.

2. Dívida Interna da União

O saldo da dívida consolidada evidenciou em 1963 acréscimo de 25 bilhões de cruzeiros, aproximadamente, atingindo, no fim do exercício, 55 bilhões. Isto traduz, principalmente, o lançamento do empréstimo de emergência de que trata a Lei nº 4.069, de 11-6-62, e do compulsório sôbre que dispõe a Lei nº 4.242, de 17-7-63, além da emissão de obrigações do Reaparelhamento Econômico, resultantes das operações de crédito provenientes das contribuições obrigatórias de pessoas físicas e jurídicas (adicional do impôsto de renda destinado ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico). No relativo ao débito representado pelas Apólices e Obrigações da União, seu saldo global permaneceu práticamente estável, em tôrno de Cr$ 11,1 bilhões.

A dívida flutuante acusou acentuada elevação, tanto em virtude do desequilíbrio financeiro do exercício de 1963 como do acúmulo mais elevado de resíduos passivos (restos a pagar), fundos e depósitos inscritos naquele ano, cujo saldo líquido global fôra acrescido de pelo menos 150 bilhões de cruzeiros. Assim,

levando em conta outras parcelas que a integram, essa dívida acusava os seguintes valôres, em dezembro de 1963:

DÍVIDA FLUTUANTE DA UNIÃO

Saldo em fins do ano — Cr$ bilhões

Itens	1962	1963
Restos a pagar e depósitos	219,4	400,0 (*)
Bancos e Correspondentes	540,7	950,0 (*)
Letras do Tesouro	45,0	100,6 (*)
Fundos	12,3	15,0 (*)
Total	817,4	1.465,6

(*) Estimativa.

B) MOEDA E CRÉDITO

1. Mercado Monetário

A política monetária adotada em 1963, embora orientada no sentido de resguardar a taxa de crescimento já alcançada pela economia brasileira, visou precipuamente a disciplinar os meios de pagamento, inclusive mediante a adoção de rigorosos critérios seletivos para o crédito bancário.

Dois problemas exigiam solução preferencial. O primeiro, resultante da procura excessiva de bens e serviços, tem origem tanto no setor governamental como no setor privado. O segundo, não menos importante que o primeiro, é oriundo de alterações na estrutura da procura orientadas pelo mecanismo de preços, nas fases de mudança no ritmo da inflação e na política cambial. Tanto as deficiências como os excessos dos meios de pagamento são condenáveis, quando não guardam correlação com o nível de preços e o volume dos negócios. Por um lado, tal fenômeno produz inadequação ao emprêgo total da fôrça de trabalho e à melhor utilização do estoque existente de bens de capital; por outro lado, pode também exercer pressão sôbre as fontes de su-

primentos estrangeiros, acima das possibilidades do balanço de pagamentos do País.

Para enfrentar os problemas da procura excessiva, estabeleceu-se um Orçamento Monetário, na elaboração do qual procurou o Govêrno conter, dentro de limites razoáveis, a expansão monetária global e a despesa pública, sujeitando o crescimento de gastos públicos e privados à estrutura da produção, com o que se obviariam sérias distorções de alguns setores. As despesas públicas e as ampliações dos empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado foram condicionadas, respectivamente, ao aumento previsto na receita pública e aos recursos não monetários absorvidos pelo referido estabelecimento, de modo que se contivessem as emissões de papel-moeda em níveis razoáveis. Por outro lado, várias instruções baixadas pela Superintendência da Moeda e do Crédito sôbre matéria cambial e de comércio exterior voltaram-se para o problema de correção do mecanismo de preços, utilizando-se ainda, para o mesmo fim, os instrumentos de política de crédito.

Pela Instrução nº 235, de 7-3-63, da SUMOC, foram elevados os tetos de recolhimento compulsório à ordem daquele órgão para 28% sôbre os depósitos à vista e de aviso prévio até 90 dias, e para 14% sôbre o total dos demais depósitos recebidos pelo sistema bancário. Êsse documento, ao limitar a expansão secundária do crédito pelo sistema bancário, instituiu ainda faixas de prioridade para as aplicações dos estabelecimentos de crédito, como condição de acesso ao redesconto.

A distribuição do crédito em bases regionais, que beneficiavam as áreas menos desenvolvidas do País, continuou a merecer especial atenção do Govêrno. Ainda de acôrdo com a Instrução nº 235, manteve-se o princípio de favorecer os bancos que operam exclusivamente nos Territórios Federais e nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso, com menores recolhimentos compulsórios, ao passo que, mediante a Instrução nº 238, de 26-3-63, se revigorava o preceito de favorecimento, em regiões menos assistidas,

aos estabelecimento que aplicassem no interior do País os recursos localmente arrecadados. Empenhou-se também o Govêrno no uso de instrumentos de política de crédito para o desenvolvimento do setor rural da economia, havendo concedido (Instrução nº 247, de 3-9-63) tratamento preferencial, pela redução da taxa de recolhimento compulsório à ordem da SUMOC, aos estabelecimentos bancários que efetivamente apliquem recursos em operações de crédito rural a pequenos produtores, em praças onde o Banco do Brasil não tenha agências. Finalmente, pelas Instruções nºs 254 e 256, respectivamente de 11-10-63 e 29-10-63, elevaram-se as taxas de recolhimento obrigatório sôbre contratos de câmbio, com o que passou o Govêrno a dispor de maiores recursos não inflacionários para atender ao financiamento de suas aplicações, desencorajando-se, ao mesmo tempo, as importações menos essenciais ou simples remessas financeiras.

Além das medidas adotadas para o contrôle do mercado monetário, preocupou-se o Govêrno com a disciplina do mercado interno de capitais, havendo, para isso, baixado a Instrução nº 251, de 26-9-1963, da SUMOC.

2. Meios de Pagamento

A exceção dos primeiros três meses do ano, os meios de pagamento elevaram-se em ritmo acentuado em 1963, expandindo-se em 64,5% no período (estimativa). No primeiro trimestre, de fato, a vultosa absorção de recursos dos banco comerciais, feita por meio de depósitos compulsórios, conjugada com a estabilização dos depósitos do público, que decorreu do declínio do papel-moeda em circulação, fêz que se reduzisse o encaixe voluntário dos bancos, forçando maior comedimento na concessão de crédito. Vale acentuar que parcela substancial dos recursos retirados da rêde privada orientou-se, no mencionado período, para a expansão dos empréstimos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, destinados principalmente ao setor rural. Em virtude da contenção de crédito por parte dos Bancos Comerciais e do deslocamento de recursos do Banco do Brasil para as ativi-

dades rurais, a que se aliou retração na procura de bens duráveis e de consumo, as emprêsas dos grandes centros passaram a experimentar dificuldades diante do crescimento de seus estoques, com reflexos negativos sôbre o nível da atividade econômica.

Por sua vez, a insuficiência da procura final por parte dos consumidores foi agravada pelas características da despesa pública e da evolução dos salários, bem como pelo crescimento dos preços dos produtos agrícolas. O retardamento das despesas de pessoal em relação aos demais gastos públicos influiu na renda do funcionalismo e, daí, na procura de bens duráveis de consumo. A elevação de preços dos produtos agrícolas e industriais influenciou também a renda dos assalariados, que poderia ser orientada para a compra de bens duráveis de consumo.

A partir do segundo trimestre, registrou-se vultosa expansão do saldo do papel-moeda emitido, dos empréstimos e dos depósitos dos Bancos Comerciais e, conseqüentemente, dos meios de pagamento. A expansão do papel-moeda decorreu do financiamento do *deficit* de caixa do Tesouro Nacional e do aumento dos empréstimos ao setor privado, bem como da menor drenagem de recursos em moeda nacional para as Autoridades Monetárias, em face da redução do *deficit* cambial e, ainda, do declínio no saldo de depósitos compulsórios sôbre remessas cambiais.

Não obstante os contrôles monetários, os meios de pagamento elevaram-se, de acôrdo com estimativas preliminares, de Cr$ 1.097,7 bilhões, o que equivale a 64,5%, como antes assinalamos. No ano anterior, a taxa de incremento foi de 63,4%, tendo sido mais volumosas em 1963 do que em 1962 as emissões de papel-moeda — base para a expansão dos meios de pagamento. Tais emissões, em 1962, elevaram-se a Cr$ 182,1 bilhões e, no passado exercício, a Cr$ 351,1 bilhões.

C) POLÍTICA FINANCEIRA

1. Diretrizes do Programa

Conquanto o *deficit* do orçamento votado para 1964 se apresente na ordem de grandeza de Cr$ 631,5 bilhões, êsse mesmo

resultado negativo atinge, potencialmente, cêrca de Cr$ 1,6 trilhão, como se verá mais adiante.

É certo que êsse irrealismo da lei de meios decorre primordialmente do processo inflacionário, não estando ausentes, entretanto, defeitos institucionais e circunstanciais, que lhe desfiguram a elaboração, a votação e a execução.

Relembre-se que o Poder Executivo, na elaboração de sua Proposta Orçamentária, estima seus planos financeiros com antecedência de um a dois anos. Em novembro de 1963, por exemplo, os órgãos públicos federais já estavam elaborando suas propostas parciais, para o exercício de 1965, e encaminhando-as ao DASP.

Por fôrça de dispositivos constitucionais, o Congresso tem, pràticamente, 6 meses para a votação final da Proposta do Poder Executivo.

Como se vê, a sistemática de elaboração e votação é demasiadamente longa, e, diante da continuidade do processo inflacionário, impõem-se reajustes de preços e salários, que se refletem, por via de conseqüência, nas dotações consignadas, desvirtuando violentamente, na fase executória, o plano original do Govêrno.

Na verdade, o Orçamento Público, tal como se apresenta, está cada vez mais perdendo os seus princípios básicos de unidade e universalidade.

Disso resulta, em última análise, a grande discrepância entre o *deficit* contábil e o *deficit* de caixa do Tesouro, que é o que mais interessa ao Govêrno, em virtude das suas implicações na emissão primária de papel-moeda e seu financiamento não-inflacionário, mediante captação de recursos em moeda sã.

O que mais agrava a situação é o crescimento também do valor das emissões de papel-moeda em relação percentual com o *deficit* de caixa do Tesouro. De 41,4% em 1956, essa relação saltou para 69%, em 1962, tendo atingido 78%, em 1963.

Por outro lado, a pulverização excessiva de verbas compromete sèriamente o esfôrço que a administração pública tem de realizar, tornando, em alguns casos, inteiramente ineficiente sua aplicação. Parece, pois, que uma lei orçamentária assim elabo-

rada se constitui em sério obstáculo à boa administração e, sobretudo, à direção da política econômico-financeira do Poder Executivo, cuja preocupação máxima reside em conter a inflação, propiciando, ao mesmo tempo, os meios necessários ao aumento da produção.

Enquanto não se implanta uma reforma de base, disciplinadora do campo financeiro público, no qual avulta o orçamento, vê-se o Govêrno na contingência de elaborar planos de contenção e programas de aplicação consentâneos com os recursos disponíveis, para diminuir a pressão dos gastos sôbre a Caixa do Tesouro, pondo a salvo os quantitativos necessários à continuidade do desenvolvimento sócio-econômico do País.

Essa irrealidade orçamentária, além da desconfiança e do descrédito que gera na opinião pública nacional — e cujas críticas atingem o Congresso —, pesa também no crédito externo do País, embaraçando as negociações junto aos nossos credores, que não compreendem a previsão de vultosos *deficits* sem a indicação dos meios para o seu financiamento.

Cumpre, pois, prosseguir nas providências já encetadas a fim de manter o equilíbrio monetário do sistema, evitando-se perturbações no nível dos meios de pagamento. Com êsse objetivo, além de outras medidas adequadas, dever-se-ão utilizar, sobretudo, processos de obtenção de recursos internos ociosos, para aplicá-los em empreendimentos fundamentais, como a execução do plano rodoviário, o reaparelhamento dos portos, as centrais elétricas já em construção ou em vias de conclusão, os empreendimentos do programa siderúrgico e outras realizações em andamento nos setores da infra-estrutura e das indústrias de base.

É claro que essa captação de recursos não deve prejudicar a adequação dos meios de pagamento aos reclamos da produção, mesmo que para tanto se tenha de recorrer às emissões primárias de papel-moeda. A colocação de títulos públicos no mercado interno terá evidentemente que levar em conta variações de comportamento sazonal, que indiquem maiores encaixes voluntários dos Bancos, quando a canalização de recursos por meio de títulos deveria ser mais intensa, e maior arrecadação tributária do Tesouro,

quando tal processo de mobilização financeira deveria sofrer algum arrefecimento.

Terá de ser mantida, igualmente, a ação governamental destinada a financiar o *deficit* do balanço de pagamentos, mediante severo disciplinamento dos gastos em divisas e acentuado incremento das exportações.

Para preservar essa orientação e, mesmo, sistematizá-la e desenvolvê-la, é essencial, em vista das circunstâncias, adotar-se plano de execução orçamentária para 1964, de modo que atenda a êsses objetivos. Entende-se que tal plano há de tentar o equilíbrio entre a receita total e a despesa total. Para tanto, não poderá restringir-se aos recursos da lei orçamentária e aos créditos adicionais, mas terá de abranger todos os recursos e dispêndios do Govêrno, entre êles os das autarquias, órgãos autônomos e sociedades de economia mista, bem como fundos especiais e outras formas de receita extra-orçamentária, procurando prever, coordenar e disciplinar todo o movimento financeiro do setor público, e não apenas o adstrito ao Tesouro Nacional.

Dentro dessa ordem de idéias, e atento o princípio de que o Estado não pode paralisar a sua atividade no campo econômico, para bem desempenhar o papel que lhe compete na estimulação do progresso nacional, a política financeira do Govêrno para 1964 nortear-se-á pela adoção das seguintes providências:

A — Elaboração do Orçamento Monetário, que contemple todos os recebimentos e pagamentos da União, com desdobramento, mês a mês. Para êsse efeito, dever-se-á, principalmente:

I — Estimar uma taxa inflacionária, como hipótese de trabalho, para projeção das receitas e despesas globais, a preços correntes.

II — Indicar as fontes de financiamento do *deficit* de caixa do Tesouro, tendo-se em conta, sobretudo, os meios de captação de recursos internos ociosos e apontando-se os instrumentos adequados para êsse fim, tais como letras do Tesouro indexadas e outros títulos oficiais semelhantes. Com o lançamento dêsses títulos, poder-se-á reorientar a aplicação de poupanças populares, visando a reduzir a área de especulação financeira e favorecer os investimentos preferenciais.

III — Prever o *quantum* das emissões primárias, assegurando o equilíbrio dos meios de pagamento, a fim de não comprometer o desenvolvimento do País nem provocar o desemprêgo, com as conseqüentes tensões sociais e crises políticas.

IV — Buscar o financiamento do *deficit* do balanço de pagamentos, sem permitir que a liquidação de obrigações externas venha a comprometer a capacidade de importar do País e produzir pressão insuportável na caixa do Tesouro, pondo em risco a própria segurança nacional.

V — Assegurar à produção e ao comércio a manutenção de um volume de crédito, em têrmos reais, que torne possível atender as necessidades decorrentes do incremento do produto.

VI — Promover, periòdicamente, reajustamentos de tarifas e subsídios à importação, eliminando-se as subvenções como critério geral, para mantê-las apenas nos casos em que as condições econômicas e sociais as justifiquem.

VII — Considerar as necessárias correções de salários, mediante a instituição do salário móvel e, ainda, assegurar a participação dos trabalhadores no incremento da renda nacional.

B — Elaboração de um programa para execução do Orçamento da União para 1964, observando-se as seguintes diretrizes:

I — As dotações referentes a despesas "não-obrigatórias" de custeio deverão ser revistas, de modo que, dentro da parcimônia que a situação exige, se assegurem os meios para o funcionamento dos serviços essenciais, especialmente quando já tiverem encargos fixos com pagamento de pessoal, que ficariam improdutivos, se não fôssem complementados.

II — Quanto aos investimentos, dar-se-á prioridade à conclusão das obras fundamentais em andamento. Não se pode admitir permaneçam inacabados importantes empreendimentos ou que se arrastem, no decorrer dos anos, por insuficiência de provisões ou pela pulverização de verbas.

III — Em relação aos novos empreendimentos, só deverão ser incluídos no programa financeiro aquêles que, dentro do Planejamento Nacional, forem considerados preferenciais pela sua importância econômica e social.

IV — No que concerne aos resíduos passivos do Orçamento, deverá ser examinada a possibilidade de utilizá-los para o custeio de empreendimentos preferenciais.

V — No pagamento de dotações orçamentárias, deverão ser utilizadas as delegacias fiscais, as agências do Banco do Brasil e a rêde de bancos oficiais e particulares, a fim de acelerar a operação e desonerá-la das despesas de recebimento.

VI — A melhoria de arrecadação, notadamente pelo aperfeiçoamento do aparelho arrecadador, há de ser providência fundamental. A reforma tributária, nesta fase, terá de incidir, principalmente, nos aspectos administrativos, preocupando-se com o reforço da receita tributária, dentro do sistema fiscal vigente. Se, por um lado, não seria justo onerar mais ainda os contribuintes que cumprem as obrigações, seria inútil, de outra parte, estabelecer novos sistemas e métodos inexeqüíveis no momento. As medidas já postas em prática, como o reaparelhamento das principais repartições coletoras e as providências de caráter legal encaminhadas recentemente ao Congresso, entre as quais a melhoria do sistema de arrecadação do impôsto de renda e o estabelecimento de penalidades eficazes contra os sonegadores de impostos, muito contribuirão para a elevação da receita em 1964.

C — Paralelamente, deverão ser adotadas as seguintes medidas de ordem administrativa ou legislativa:

Medidas de Ordem Administrativa:

I — Criar condições que, já em 1964, atenuem os fortes desequilíbrios que se registram nos orçamentos de algumas autarquias e sociedades de economia mista, resultantes dos elevados *deficits* de seus serviços.

II — Envidar esforços no sentido de obter a decisiva colaboração dos governos estaduais para que também nas unidades federativas se alcance o desejado equilíbrio orçamentário.

III — Dar opção ao contribuinte para o pagamento do impôsto de renda no ato da declaração.

Medidas de Ordem Legislativa:

I — Pleitear, junto ao Congresso Nacional, a mudança do atual exercício financeiro para o calendário de julho a junho.

II — Propor ao Congresso Nacional se consigne, na lei de meios, declaração explícita de que o Poder Executivo poderá financiar o *deficit* mediante colocação de títulos no mercado interno, e/ou contratar empréstimos externos para o mesmo fim.

A modificação do "exercício financeiro" da União, de forma que seu início se dê a 1º de julho e seu término a 30 de junho de cada ano, será, em breve, objeto de mensagem ao Poder Legislativo. Efetivamente, as vultosas emissões de papel-moeda nos últimos meses de cada exercício indicam que a circulação monetária, no segundo semestre, padece de um estrangulamento estacional decorrente de pressões monetárias crescentes e simultâneas.

Nesse período, além de atendidas as obrigações do Tesouro Nacional, são feitos, forçosa e simultâneamente, entre outros, o financiamento do café e maiores compras de câmbio de exportação. Impõe-se, por isto, a redistribuição das pressões por todo o ano, de forma que o crédito apresente fluxo mais regular e conveniente aos interêsses da economia.

Demais, e como já assinalado, não se compreende que os orçamentos da União, como vem acontecendo, sejam votados com vultosos *deficits*, sem qualquer indicação da maneira de financiá-los, o que inibe a ação saneadora das finanças públicas que o Poder Executivo mais fàcilmente pudesse pôr em prática, pela captação de recursos hígidos no mercado interno e/ou externo de capitais.

2. Perspectivas Financeiras Internas

Em face da programação do Orçamento para o exercício de 1964 e dos gastos que forçosamente se incorporarão à execução financeira, estima-se que as despesas originàriamente votadas se elevem de Cr$ 2,1 para Cr$ 3,3 trilhões. Ao mesmo passo, admite-se um reajustamento da receita de Cr$ 1,5 para Cr$ 1,7 trilhão, donde o *deficit* potencial de Cr$ 1,6 trilhão.

Considerando-se que o Govêrno tem em vista uma contenção global da despesa orçamentária da ordem de 40%, ter-se-ia uma redução de gastos equivalente a Cr$ 840 bilhões.

Mesmo que não se atinja êsse corte nos gastos globais, mas supondo que êle se situe ao redor de Cr$ 800 bilhões, a despesa potencial, da ordem de Cr$ 3,3 trilhões, reduzir-se-ia a Cr$ 2,5 trilhões.

Assim, ter-se-ia um *deficit* de caixa em tôrno de Cr$ 838 bilhões, proveniente de uma despesa de Cr$ 2,5 trilhões e de uma receita de Cr$ 1,7 trilhão.

Conquanto substancial em têrmos absolutos, a contenção contemplada supõe comportamento proporcional da despesa semelhante ao do exercício de 1963, quando, em têrmos percentuais, atingiu a taxa de cêrca de 14% do produto nacional bruto.

PRODUTO NACIONAL BRUTO E DESPESAS DO TESOURO NACIONAL

(Em Cr$ bilhões)

ANOS	PRODUTO NACIONAL BRUTO	DESPESAS	
		ABSOLUTAS	RELATIVAS
1957	1.063	120,2	11 %
1958	1.320	137,9	11 %
1959	1.804	199,6	11 %
1960	2.408	296,0	12 %
1961	3.550	447,0	13 %
1962	5.700	736,2	13 %
1963	(*) 10.000	1.416,0	14 %
1964	(*) 17.000	2.500,0	(*) 14 %

(*) Estimativa.

3. Orçamento Monetário

Embora ainda não disponíveis muitos dos elementos necessários à elaboração de um Orçamento Monetário, é possível ter-se, com apoio em certas grandezas financeiras básicas previstas para 1964 e em algumas hipóteses sôbre o comportamento financeiro dos individuos, bancos e firmas, uma visão circunstancial do de-

senrolar da situação monetária. Admitindo-se uma razoável expansão creditícia do Banco do Brasil ao setor privado não-bancário e um aumento, ainda aqui cauteloso, no saldo de redescontos a bancos comerciais, as Autoridades Monetárias teriam que desembolsar para êsse fim, em 1964, cêrca de Cr$ 410 bilhões. Se se junta a esta cifra o assinalado *deficit* de caixa de Cr$ 838 bilhões, o total dos recursos reclamados ascenderia a Cr$ 1,2 trilhão, em números redondos.

Para financiar êsses desembolsos, poderá o Govêrno contar com recursos de três tipos principais: 1) recursos não-monetários, como os vinculados aos depósitos prévios sôbre importação; 2) recursos ligados à expansão monetária, como os depósitos voluntários e obrigatórios do público e dos bancos nas Autoridades Monetárias; e 3) emissões de papel-moeda.

Bem ressalvada a hipótese de que os padrões de comportamento do público e dos bancos permaneçam, em 1964, no nível médio dos últimos anos, e de que haja substancial contribuição dos recursos não-monetários, terão as Autoridades Monetárias, ainda assim, que recorrer, inapelàvelmente, às emissões de papel-moeda, uma vez que os recursos ligados à expansão monetária, somados aos não-monetários, serão insuficientes, por si sós, para financiar o mencionado desembôlso de Cr$ 1,2 trilhão, previsto, em primeira aproximação, para o Orçamento Monetário do corrente exercício.

Isto se deve, em parte, à impossibilidade de conter, *ex abrupto*, o processo inflacionário e, em parte, às deficiências da lei de meios, conseqüentes aos defeitos circunstanciais e institucionais assinalados.

D) BALANÇO DE PAGAMENTOS

1. Comportamento em 1963

As estimativas preliminares do balanço de pagamentos indicam que os movimentos de mercadorias, serviços e capitais foram, em 1963, deficitários em US$ 284,7 milhões, aproximadamente.

Comparativamente a 1962, o período em exame revela resultado menos desfavorável, pois naquele ano o *deficit* atingiu US$ 343 milhões.

Cabe assinalar que, ao encerrar-se o primeiro semestre de 1963, o resultado negativo de nossas transações com o exterior totalizava US$ 298,2 milhões, deixando perspectivas pouco promissoras para a segunda fase do ano.

A recuperação da receita de exportações e a redução de transferências financeiras de serviços respondem pela recuperação registrada em relação ao *deficit* parcial ocorrido até o final de junho. Cumpre consignar que, ao contrário do ocorrido em outros exercícios, não contou o País em 1963 com um movimento favorável de capitais, porquanto as saídas superaram os ingressos ocorridos em cêrca de US$ 35 milhões.

O *deficit* global assinalado de US$ 284,7 milhões foi financiado por empréstimos externos, no montante de US$ 193,2 milhões, pela utilização de reservas internacionais do País e aumento dos compromissos vinculados a importações de petróleo.

Comércio Exterior

A maior receita de exportações obtida em 1963, da ordem de US$ 1.370 milhões, ou seja, cêrca de US$ 155 milhões a mais sôbre o total exportado em 1962, deveu-se à recuperação registrada nas vendas de café, ao melhor preço internacional do açúcar e ao aparecimento do milho, com US$ 30 milhões, na pauta de exportações. Mantiveram-se estáveis as exportações de minérios e declinaram as vendas externas de cacau e de outros produtos.

As exportações brasileiras de café reagiram significativamente em 1963. O volume exportado foi de 19,6 milhões de sacas aproximadamente e a receita da ordem de US$ 745 milhões. O cotejo com os dados de 1962 evidencia o aumento de 3,2 milhões de sacas e US$ 102 milhões.

O incremento das exportações de café decorreu das perspectivas de melhoria das cotações, logo positivadas, em virtude de haver a produção sido prejudicada pelas geadas, sêcas e incêndios que assolaram, principalmente, os cafèzais do Paraná e de São Paulo, e cujos reflexos incidirão, principalmente, na safra 1964-65, que se

iniciará em julho próximo. A expectativa de pequena produção da safra futura e mais a produção reduzida no ano agrícola 1963-1964 trouxeram, como conseqüência, cotações internacionais mais compensadoras.

No que respeita à queda estimada das exportações de cacau, cabe assinalar, como causas fundamentais, a incidência de infestações de pragas nas lavouras e a ocorrência de sêcas nas regiões produtoras. Assim, embora as cotações de cacau se tenham mantido em alta durante 1963, as quantidades exportáveis foram reduzidas em virtude dos fatôres já assinalados.

As importações brasileiras em 1963 situaram-se em tôrno de US$ 1.250 milhões, abaixo US$ 54 milhões das realizadas no ano anterior.

Exceto as importações do item "outros produtos", que apresentou considerável acréscimo, e as de máquinas e veículos, que acusaram substancial redução, tôdas as outras se mantiveram aproximadamente nos mesmos níveis de 1962, registrando-se oscilações em valôres, para mais ou para menos, de pequena expressão.

As importações de petróleo, maiores de US$ 10 milhões em relação às efetuadas em 1963, refletem o cerscimento do consumo interno de derivados para automotores, em virtude do aumento progressivo da frota de veículos, proporcionado pela produção nacional.

A redução verificada nas importações de trigo teve por causa principal a política de contenção do consumo dêsse cereal, mediante o aumento da percentagem de mistura obrigatória da farinha de trigo com outras farinhas, inclusive a de milho.

A maior redução, todavia, ocorreu no grupo de máquinas e veículos e originou-se não só da crescente produção interna como, também, de menores importações beneficiadas por financiamentos e inversões diretas do exterior.

Serviços

Também a rubrica "Serviços" acusou sensível melhoria em relação ao movimento ocorrido no exercício anterior. Enquanto a receita se elevou de US$ 5 milhões aproximadamente, a despesa experimentou redução da ordem de US$ 63 milhões.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
BIBLIOTECA

No que toca à despesa, o fato se explica não só pela adoção de política que veio exercer contrôle mais seguro das remessas financeiras, como também pelo retardamento das remessas de lucros, dividendos, *royalties* e outros rendimentos de capitais, provenientes da necessidade de registro, instituído pela Lei nº 4.131, regulamentada sòmente em princípio de 1964, pelas razões expostas em capítulo próprio.

Capitais

O movimento de capitais estrangeiros denotou, em 1963, total inversão. De fato, o saldo positivo que se observava no confronto entre entradas e saídas transformou-se em 1963 em resultado deficitário, reduzindo-se o ingresso de capitais autônomos a US$ 298,2 milhões e elevando-se as saídas (inclusive amortizações de empréstimos compensatórios) a US$ 333 milhões.

Comparativamente a 1962, registrou-se queda de US$ 130,4 milhões nas entradas e elevação de US$ 51 milhões nas saídas a título de amortizações.

2. Perspectivas Financeiras Externas

As perspectivas do balanço de pagamentos para 1964 indicam *deficit* provàvelmente superior ao registrado em 1963, não obstante a substancial melhoria prevista para exportações. Como causa fundamental do esperado desequilíbrio, apresentam-se obrigações externas globais do País, que ascendem a mais de 3 bilhões de dólares, metade das quais, aproximadamente, exigível no biênio 64-65. O vulto das responsabilidades para êstes dois últimos anos, que quase iguala a receita de exportação prevista para 1964, está a indicar a necessidade de sua redistribuição no tempo. A satisfatória solução dêsse problema contribuirá decisivamente para o ajuste do balanço de pagamentos, permitindo a manutenção de nossa capacidade de importar, vital para a continuidade do processo de desenvolvimento econômico do País.

Conquanto as previsões de exportação levem a admitir o valor de US$ 1.500 milhões, em virtude não só do comportamento es-

perado para o café como também da adoção de medidas de estímulo às exportações, que serão intensificadas em 1964, a causa primeira do *deficit* resultará do vulto de compromissos por atender no período, dos quais US$ 630 milhões com vencimentos já programados e US$ 200 milhões de atrasados comerciais, inclusive compromissos de importação de petróleo.

Ainda admitindo que as importações sejam comprimidas ao nível de US$ 1.250 milhões, FOB, como em 1963, e que os ingressos de capitais se revitalizem, uma vez que a expectativa em tôrno do tratamento ao capital estrangeiro acaba de ser aliviada pela regulamentação que veio preencher as omissões e harmonizar os dispositivos contraditórios da lei de "Remessas de Lucros", é de convir-se que qualquer melhoria em nosso balanço de pagamentos irá depender, principalmente, de se conseguir reescalonamento dos vencimentos dos compromissos externos.

De qualquer maneira, impõem-se severas medidas de contrôle cambial, dando-se primazia às importações vitais ao nosso processo de desenvolvimento, até porque só assim o Brasil terá condições de saldar seus compromissos externos, acumulados em tão reduzido período, sem criar tensões internas de ordem econômica, social e política, que poderão ser de suma gravidade.

E) SITUAÇÃO CAMBIAL

Não obstante a elevada incidência de compromissos financeiros em 1963 e as perspectivas pouco animadoras que se delineavam para as exportações brasileiras no exercício, a situação cambial do País, ao encerrar-se o ano, apresentou ligeira melhoria em relação a 1962, sendo de assinalar que no primeiro semestre se verificara agravamento superior a US$ 100 milhões.

Todavia, a melhoria da situação cambial torna-se inexpressiva, pois os compromissos a prazo curto ou médio ascendem a US$ 1.732 milhões, a maioria dos quais vencíveis no biênio 64-65. Isto significa que aproximadamente 50% das exportações globais do País estariam comprometidas na solvência de tais dívidas. E, se se considera que essas obrigações são tôdas pràticamente em moedas con-

versíveis, a situação torna-se muito mais grave. Quer dizer: cêrca de 70% das exportações para a área conversível teriam de ser reservadas para o resgate da dívida.

Por certo, nenhum país em processo de desenvolvimento, como é o caso do Brasil, pode suportar impacto de tal ordem, sem ver comprometida, além da continuidade de sua evolução econômica, a sua própria estabilidade política e social.

Logo, impõe-se, inelutàvelmente, o reescalonamento dos compromissos financeiros do País, numa base de amortização que não ultrapasse 15% da receita anual da exportação. Observe-se, a propósito, que o Comitê dos Nove, do Programa da Aliança para o Progresso, ao examinar a situação econômico-financeira de país irmão, do Continente, reconheceu que o serviço da dívida externa, *latu sensu*, não deve superar de 12% a receita de exportação.

SITUAÇÃO CAMBIAL

(Em US$ milhões)

ITENS	31-12-62	30-6-63	31-12-63
I — *A Curto e Médio Prazos*	1.745	1.844	1.732
Posição de Câmbio a Liquidar	334	280	285
Posição Líquida junto a Banqueiros	— 112	— 25	— 117
Saldos Credores	237	197	(*) 282
Saldos Devedores	125	172	(**) 165
Atrasados Comerciais	150	172	122
Promissórias de Petróleo	35	—	89
Linhas de Crédito	11	—	—
"Swaps"	394	401	564
Empréstimos Compensatórios	953	1.016	991
II — *A Longo Prazo*	1.787	1.789	1.787
Empréstimos Específicos (**)	1.690	1.702	1.707
Dívida Pública Externa	97	87	80
TOTAL	3.532	3.633	3.519

(*) — Dados relativos a 30-11-1963.

(**) — Inclusive juros.

F) POLÍTICA CAMBIAL

As dificuldades encontradas, em 1963, para levar a bom têrmo as negociações com credores estrangeiros, — quer no referente à concessão de novos créditos, quèr no relativo ao reescalonamento dos compromissos, — a queda que se vinha observando nos preços externos dos principais produtos de exportação brasileira e a necessidade de importar bens essenciais em valôres elevados, imprimiram a tôdas as normas de politica cambial adotadas cunho de incentivo à ampliação da receita e de compressão das despesas em moedas estrangeiras.

O estimulo às exportações constituiu constante preocupação do Govêrno, que procurou, mediante reajuste da taxa de câmbio, conseguir melhores condições competitivas nos mercados internacionais, compensando os efeitos negativos da inflação interna sôbre a taxa de câmbio vigorante até o mês de abril.

A progressão do processo inflacionário, com a conseqüente distorção do valor externo do cruzeiro, levou o Govêrno, em meados de 1963, a reajustar as quotas de contribuição anteriormente fixadas para as exportações de cacau e seus derivados, bem como a extinguir a estabelecida para o algodão. Medidas referentes à comercialização cafeeira externa, inclusive a fixação de novas quotas de contribuição para os cafés da safra de 1963-64 e de safras anteriores, completam o quadro do tratamento dispensado aos produtos tradicionais da pauta de exportação.

No setor dos manufaturados, cujo desenvolvimento nos últimos anos abre perspectivas de colocação externa, procurou-se criar condições à exportação. Nesse sentido, além de conceder-se prioridade aos fabricantes-exportadores para a obtenção de coberturas cambiais posteriores necessárias à importação de matérias-primas ou partes complementares, instituiu-se um sistema de bonificações ajustáveis periòdicamente, graças ao qual as exportações contratadas ficam resguardadas das desvalorizações monetárias internas e de seus efeitos sôbre os custos de produção.

O estabelecimento de medidas complementares ao financiamento de exportações de bens de capital e de consumo durável,

modificando normas baixadas em 1962, criou condições mais favoráveis, também, às exportações dessa natureza.

O incentivo à receita cambial não se limitou às exportações. Algumas transações financeiras mereceram a concessão de bonificação, em tôrno de 50% da taxa cambial, quando trazidas as divisas aos bancos autorizados a operar em câmbio. O fato de virem essas cambiais sendo negociadas no "mercado negro" e o de vir sendo exigida aos bancos a cobertura de despesas da mesma natureza constituíam fator de perturbação do mercado, que se procurou corrigir, de um lado, pela concessão de bonificação e, de outro, com o acréscimo da taxa sôbre as remessas para o exterior.

Paralelamente às medidas relacionadas com o crescimento da receita, foram tomadas providências no sentido de reduzir gastos externos, quer pela elevação do depósito compulsório exigido nas transações de câmbio, quer pelo aumento do repasse obrigatório das cambiais do café ao Banco do Brasil.

G) AREA BILATERAL DE PAGAMENTOS

Durante o ano de 1963, a situação do País na área bilateral evoluiu de forma favorável, notadamente nas relações com os países socialistas. No início do período, negociou-se com a Delegação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas um Acôrdo de Comércio e Pagamentos para substituir os Têrmos de Entendimento de 1959. Firmado em 20 de abril, o ajuste significou progresso importante na aplicação, pelo Brasil, de uma política comercial objetiva.

De fato, ampliou-se o elenco dos pagamentos admitidos por meio do *clearing*, sem prejuízo da segurança das operações e respaldado o interêsse das partes, mercê da judiciosa aplicação da experiência dos acôrdos anteriores.

Simultâneamente com o instrumento principal, firmaram-se protocolos adicionais sôbre escritórios comerciais, malas diplomáticas, rendas consulares, promoção de vendas e viagens comerciais, listas de mercadorias e, ainda, normas técnicas para dis-

ciplina e funcionamento do acôrdo recém-firmado e liquidação do antigo.

Com relação aos convênios mantidos com as demais nações do bloco socialista, também se registraram progressos para um regime de maior flexibilidade.

Aos poucos, as autoridades dêsses países vão aceitando a tese de que o bilateralismo tem por objetivo precípuo promover, em caráter pioneiro, o intercâmbio comercial entre duas nações, resguardando os respectivos interêsses contra a natural concorrência dos países de economia mais forte ou que já disponham de organização comercial mais eficiente.

Outro fato que deve ser salientado é a dinamização dos vultosos saldos ociosos, mantidos nas contas da maioria dos convênios com países da área socialista. Além de evoluirem para o enquadramento nos limites dos créditos técnicos em vigor, tais saldos passaram a ter essência dinâmica, isto é, uma rotatividade maior. Exemplos típicos são os da Polônia e da Alemanha Oriental. Tais países, não só intensificaram seus esforços para vender no Brasil, como ainda aceitaram a transferência de saldos entre as contas-convênio e destas para a área multilateral.

A permanência das atuais condições permite prever-se para 1964 um progresso ainda mais auspicioso nas relações de comércio e pagamentos na área bilateral.

H) POLÍTICA DE CAPITAL ESTRANGEIRO

A manutenção das importações, em níveis compatíveis com a preservação da taxa de crescimento da economia, está condicionada ao refinanciamento de parcela ponderável das obrigações externas, vencíveis no biênio 64-65.

É pacífico, portanto, que não se poderá continuar aumentando, como anteriormente, o grau de nosso endividamento externo para liquidação em curto prazo, pois o comprometimento de nossas receitas em futuro próximo chegaria a um ponto em que as importações seriam comprimidas de tal forma, que o próprio ritmo de expansão da economia seria desfavoràvelmente atingido, restando

apenas o recurso do desvio das correntes de comércio para áreas que nos ampliem a oferta de bens e serviços.

Todavia, importa considerar, acima de tudo, que a redução do intercâmbio a ninguèm beneficia, antes a todos prejudica. Na verdade, os países credores — justamente os de comércio tradicional e mais ponderável em nossas relações econômicas —, vêem, assim, também atingido seu nível de renda e emprêgo, o qual, à luz de melhor compreensão, poderia ser elevado, em benefício recíproco.

O financiamento externo do desenvolvimento econômico do País, supletivo à mobilização das poupanças nacionais, vinha sendo feito mediante, principalmente, *suppliers' credit*, modalidade de empréstimo com amortização a prazo não excedente a 7 anos.

Em condições normais, a concentração em curto prazo dos vencimentos de vultosos compromissos financeiros já seria suscetível de comprometer parcela substancial das receitas futuras do País.

Se bem que os preços dos produtos primários de exportação já viessem experimentando redução à época em que foi negociada a maioria dêsses empréstimos, havia reais perspectivas de que, mediante cooperação dos países mais desenvolvidos, recomendada em conferências econômicas de âmbito mundial e ratificadas por órgãos técnicos internacionais, as cotações dos bens primários fôssem, pelo menos, estabilizadas.

Demais, é de convir-se que a própria deterioração dos têrmos de intercâmbio, em desfavor dos países subdesenvolvidos e em processo de desenvolvimento, compelia tais países a recorrerem, em escala crescente, ao financiamento externo, como forma de assegurar o suprimento de importações essenciais, em nível satisfatório para as suas necessidades.

Considerando-se a incompreensão dos países industrializados, diante dos problemas peculiares dos países da periferia, é fácil entender porque a receita cambial dêstes últimos não evoluiu como era de prever-se.

A conjugação dêsses nesses dois fatôres (acúmulo de compromissos a curto prazo e deterioração dos têrmos de intercâmbio)

teria de expressar-se, como ocorreu, pela redução gradativa, após o qüinqüênio 1956-60, da tomada de empréstimos no exterior para financiar projetos específicos, uma vez que, de imediato, não seria possível obterem-se dos financiadores estrangeiros condições mais favoráveis de prazo para tais empréstimos.

Realmente, o afluxo e o montante de financiamentos, em cobertura de importação de bens de capital, a partir de 1961 não mais se situaram nos elevados níveis médios verificados no citado qüinqüênio.

Por outro lado, e tendo-se em vista que no qüinqüênio de 1956-60, se deu curso, em larga escala, à instalação e ampliação de unidades industriais, já pràticamente integradas em nosso complexo industrial, é de convir-se que o ingresso de equipamento procedente do exterior, quer sob a forma de financiamento, quer de investimento estrangeiro, tende a reduzir-se em têrmos relativos.

Cumpre, aliás, recordar que, após 1960, os programas de desenvolvimento industrial deixaram de contar com importantes modalidades de subsídio oficial. Com efeito, os incentivos especiais assegurados a várias indústrias, e que incluíam isenções fiscais e concessões de câmbio favorecido, foram eliminados.

Mantida a mesma orientação seguida no referido qüinqüênio, os incentivos de tôda ordem, que seria necessário assegurar aos investidores, exigiriam recursos em cruzeiros, susceptíveis de acelerar a espiral inflacionária, com o que o bom êxito dos programas de investimentos, governamentais e privados, ficariam bastante comprometidos, pois é sabido que a exacerbação do processo inflacionário, além de produzir o agravamento das tensões sociais, tem por efeito a distorção dos investimentos.

Já agora ,desenvolvidos os setores da indústria leve e lançadas as bases para o desenvolvimento de nossa infra-estrutura, inicia-se um processo mais intensivo de substituição de importações no setor da produção de equipamentos. Nesse processo, é peça estratégica a adoção de critérios inflexíveis para a aprovação de importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial,

como investimento de capital estrangeiro, ou com financiamento, e que possam ser supridos satisfatòriamente pela indústria nacional.

Considerando-se o quadro geral apresentado pela conjuntura, observa-se que a expedição, em 28-6-63, da Instrução nº 242, da Superintendência de Moeda e do Crédito (que subordina a normas especiais o registro de operações referentes à importação de máquinas ou equipamentos, sem cobertura cambial ou financiados no exterior) está vinculada à evolução natural do processo de substituição de importação de equipamentos pelos de produção nacional.

Em última análise, pode-se concluir que as medidas consubstanciadas naquela Instrução tiveram em vista os efeitos, sôbre a política econômica, da evolução do referido processo de substituição de importações, cujas peculiaridades estavam a exigir fôssem estabelecidas normas e condições especiais para o registro, na SUMOC, de investimentos e financiamentos estrangeiros, quando vinculados a importações de máquinas e equipamentos. Dentro dessa orientação adotou aquêle órgão, por meio da Instrução citada, os seguintes princípios:

> "*a*) destinarem-se as máquinas ou equipamentos à implantação ou complementação de projetos de real interêsse para o processo de desenvolvimento da economia nacional, com características de absoluta inadiabilidade, sob pena de retardamento ou interrupção do referido processo;
>
> *b*) para as importações cobertas por financiamentos externos, será exigido prazo não inferior a 7 anos, iniciando-se a amortização a partir do 3º ano;
>
> *c*) não serão admitidas, de forma alguma, importações de máquinas e equipamentos que possam ser supridos, satisfatòriamente, pela indústria nacional".

Do mesmo modo, o problema do disciplinamento do capital estrangeiro investido no Brasil continuou a exigir do Govêrno tôdas as atenções e cuidados com que deve ser estudado, principalmente em função da Lei nº 4.131, de 3-9-62.

Como já assinalado, o interêsse em tôrno de tão importante assunto reflete, sem dúvida, a preocupação constante, não só no Brasil, mas em todos os países em desenvolvimento, de preservar, dado o desequilíbrio estrutural de seus balanços de pagamento, a sua "capacidade de pagamento", tanto quanto possível, em níveis suficientes para atender importações de bens considerados essenciais ao seu grau de evolução econômica. Evidentemente, todos os países nessas condições estão empenhados num processo de progressiva substituição de importações, não só pelo seu interêsse em se industrializarem, como também porque a isto estão sendo compelidos pela deterioração secular dos têrmos de intercâmbio.

Demais, e como é conveniente encaminhar os capitais estrangeiros, juntamente com os capitais nacionais, às atividades que mais consultem o processo de desenvolvimento econômico e conduzam à melhoria do padrão de vida da população, torna-se necessário sejam estabelecidos critérios de prioridade para a aplicação dêsses capitais em atividades e regiões em que o seu concurso ofereça maior coeficiente de rentabilidade econômica e de benefício social.

Realmente, a Lei nº 4.131, não só entendeu desejável a limitação de remessas de lucros, como consagrou o princípio da mais racional utilização dos recursos estrangeiros disponíveis em consonância com o planejamento.

A despeito de ter fixado de maneira inequívoca as diretrizes de limitação de remessas de lucros e de retôrno de capital estrangeiro, bem como de racional distribuição dos recursos captados no exterior, a Lei nº 4.131 apresentou em seu texto notórias incoerências e omissões, que exigiam regulamentação capaz de torná-la exeqüível.

Tratava-se, sem dúvida, de matéria cuja magnitude e complexidade exigiram do Poder Executivo a maior diligência na elaboração dos estudos necessários para suprir as deficiências apontadas. Assim, a regulamentação da "Lei de Remessas" corrigiu tais impropriedades, assegurando a plena execução dos seus dispositivos.

Apesar das observações expostas anteriormente, graças à regulamentação da "Lei de Remessas" será possível imprimir

maior dinamização aos serviços de contrôle e disciplinamento do capital estrangeiro.

É de convir-se que o conhecimento das normas aplicáveis aos capitais estrangeiros contribuirá, até certo ponto, para neutralizar os reflexos desfavoráveis do interregno que mediou entre a data da "Lei de Remessas de Lucros" e a respectiva regulamentação.

Finalmente, quanto aos investimentos que vierem a ser realizados no País, dando cumprimento a dispostivo legal, pretende o Govêrno, mediante a aplicação de incentivos de ordem fiscal e segundo estudos que terão prosseguimento em 1964, orientá-los para setores e regiões onde, em função supletiva das poupanças nacionais, obtenham utilização ótima e ofereçam maior rentabilidade social.

III — ECONOMIA

A)— INFRA-ESTRUTURA

1. Recursos minerais

De acôrdo com as diretrizes do Govêrno, houve, em 1963, significativa atividade no setor da pesquisa mineral, além da continuação dos esforços nas áreas do petróleo e do minério de ferro, áreas que, como é sabido, têm merecido a atenção preferencial do Govêrno Federal.

As atividades de pesquisa a cargo do Departamento Nacional da Produção Mineral e de órgãos de âmbito regional concentraram-se, bàsicamente, no levantamento de novas áreas de prospecção, ainda não estudadas do ponto-de-vista mineralógico, e na avaliação mais precisa das jazidas ou ocorrências minerais já conhecidas, mas cujas potencialidades e utilização econômica ainda permaneciam no terreno das possibilidades.

Nesse particular, vale citar os projetos denominados "Brasília" e "Cuiabá", que alcançam o planalto central e o oeste do País, respectivamente, além dos levantamentos por fotografia aérea e geologia de campo, em trechos da Região Amazônica, Nordeste, Leste e Centro-Sul.

Pelo projeto "Brasília" foi completado em 1963 levantamento aerofotogramétrico que cobre extensa área, mas confere importância especial à região central do Estado de Goiás e ao Distrito Federal. Esse levantamento, seguido de trabalhos complementares de pesquisa geológica, já em fase avançada, permitirá avaliação exata dos depósitos de níquel, cobre, chumbo, estanho e amianto, no Estado de Goiás, e constituirá o ponto de partida para o desenvolvimento de mineração em grande escala no Planalto Central.

O reconhecimento por meio de fotografia aérea numa extensão de 144 mil quilômetros quadrados em áreas de formações antigas

pré-cambrianas, na região central do Estado de Mato Grosso, propiciará a base geológica necessária para orientação de pesquisa mineral intensa, em região até agora muito pouco conhecida.

Ainda na parte de pesquisas minerais, foram contratados, em 1963, vários levantamentos em extensas áreas na região amazônica, que abrangem especialmente os Estados do Pará e do Amapá e o Território Federal de Rondônia e terão em mira a ocorrência de depósitos auríferos, estaníferos e de outros minerais.

Com a preocupação de assegurar o suprimento interno de matérias-primas para a indústria e a agricultura, a União tem desenvolvido grande atividade no sentido de encontrar depósitos de minerais não ferrosos, em relação aos quais a produção nacional se tem mostrado insuficiente, pela ausência de reservas conhecidas e de fácil exploração. Dêsse modo, tem sido prestada tôda a colaboração à iniciativa privada, tanto no que respeita à pesquisa e verificação de novas ocorrências, quanto no que se refere ao estudo e reavaliação dos depósitos conhecidos e explorados. Assim, foram estudadas, mediante levantamentos geológicos e de reconhecimento geoquímico, extensas áreas dos Estados da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Ceará. Tais pesquisas, que deverão estar concluídas em 1964, têm por principal finalidade revelar a presença de novas reservas de bens minerais na área do Nordeste brasileiro, especialmente a do minério de cobre.

Nos Estados de Minas Gerais e Goiás, o Govêrno federal, em colaboração com o setor privado, desenvolveu estudos e trabalhos de pesquisa, a fim de melhor avaliar a possança dos depósitos de minérios de zinco, vanádio, estanho, chumbo e cobre. Os resultados já obtidos no relativo ao minério de zinco sòmente, nos depósitos de Vazante, permitem afirmar que as reservas são superiores a onze milhões de toneladas de minério, com um teor médio de 17,4% de óxido de zinco. Os êxitos obtidos, nesse campo, autorizam prever-se auto-suficiência nacional de zinco metálico, no futuro próximo. Quanto a outros minerais, vale mencionar o prosseguimento das pesquisas de cassiterita (minério de estanho), em várias regiões do País, bem como as ocorrências de vanádio, chumbo e prata nas cercanias de Itacarambi e Januária, em Minas

Gerais. Com o objetivo de localizar novos e importantes depósitos de alumínio, está sendo realizado o levantamento de vasta área do Estado de Minas Gerais, o qual deverá ser concluído no próximo ano.

Menção especial merecem os esforços desenvolvidos pela Comissão Nacional de Energia Nuclear e pelo DNPM, no sentido de conhecer e avaliar, com a necessária precisão, as reservas de minerais físseis e terras raras, tarefa indispensável à existência de uma nova indústria que, tudo indica, terá importância decisiva para o futuro do País. As atividades desenvolvidas na prospecção de minérios nucleares alcançaram resultados significativos, revelando a existência de zona extensa de mineralização uranífera, em áreas do Nordeste — particularmente nas bacias sedimentares do Recôncavo Baiano, Tucano e Buíque — em condições altamente promissoras. O desenvolvimento de métodos de prospecção sistemática, com a assistência de geólogos do Comissariado de Energia Atômica da França, permitiu o reconhecimento de área cinco vêzes superior ao total conhecido até 1962. A colaboração da Fôrça Aérea Brasileira na prospecção aerocintilométrica, iniciada em 1963, lançou bases para a realização de vasto programa que será realizado no decorrer do presente ano.

Finalmente, a excelência dos resultados obtidos pelas novas pesquisas realizadas no Planalto de Poços de Caldas, particularmente nas áreas do "Morro do Ferro" (minério de tório e terras raras) e no "Morro do Taquari" (urânio associado com zircônio), dependentes ainda dos estudos de concentração de minério, poderá significar que o Brasil contará com jazida complexa e riquíssima de urânio, zircônio, molibdênio, fluorita e pirita, cuja reserva será da ordem de dezenas de milhões de toneladas de minério com teor de óxido de urânio (U_3O_8) de cêrca de 200 gramas por tonelada.

a) Água Subterrânea.

Em 1963, prosseguiram os esforços do Govêrno federal no sentido da mobilização das reservas de águas subterrâneas, acumuladas no Nordeste brasileiro, nas fases favoráveis do ciclo hidro-

Inventariado sob o nº
29140

lógico anual, com o objetivo do seu aproveitamento para irrigação de lavouras e abastecimento de água para as cidades. Essa tarefa tem estado a cargo do Departamento Nacional da Produção Mineral e de órgãos de âmbito regional, especialmente a SUDENE e o DNOCS, e alcançou o total de 450 poços perfurados.

O DNPM fêz perfurar 64 poços para captação de água nos Estados do Nordeste e no Estado de Minas Gerais. A SUDENE, com um investimento de 210 milhões de cruzeiros, realizou expressivo programa de perfuração, num total de 139 poços, 80% dos quais executados diretamente e o restante em cooperação com proprietários (20 poços) e em convênio com o Primeiro Grupamento de Engenharia e o Grupo Garanhuns (21 poços). Além disso, juntamente com o DNOCS e o Govêrno do Ceará, iniciou a SUDENE programa de pesquisa de água subterrânea destinada ao abastecimento de Fortaleza, empenhando-se igualmente na recuperação de poços públicos naquele Estado. Finalmente, o DNOCS, no cumprimento de sua atribuição de localizar poços profundos para abastecimento dágua, com utilização de lençóis freáticos, ultimou a perfuração de 247 poços.

Com o fim de incrementar as pesquisas de água subterrânea, o Ministério das Minas e Energia criou o Setor da Hidrogeologia, providência de que se espera a obtenção de maior número de perfurações para fornecimento de água às populações necessitadas.

b) Minério de Ferro

A política do Govêrno, em matéria de exploração de minério de ferro, tem sido orientada no sentido de conseguir uma vigorosa corrente comercial exportadora, sem prejuízo do suprimento da indústria siderúrgica interna, em expansão.

A política de exportação de minério de ferro do Govêrno federal é executada por intermédio de uma sociedade de economia mista, a Companhia Vale do Rio Doce, que, a partir de 1962, vem desenvolvendo intenso programa de exportação, graças a excelentes planos de expansão, que põem em linha de conta as modificações do mercado internacional e a própria evolução tecno-

lógica pela qual vem passando a indústria consumidora de minério de ferro, bem como as tendências que o estudo dêsse mercado está a indicar para o futuro.

De fato, a procura do mercado internacional vem-se orientando no sentido da aquisição de quantidades crescentes de minério de alto teor, bitolado, para alto forno, deixando de ter a importância que tinha no passado o minério compacto para aciaria. Como êsse último apresenta cotações mais elevadas vem decrescendo o preço unitário da matéria-prima no mercado internacional.

Em 1963, do fato assinalado acima, isto é, da preferência pelos minérios para alto forno, em detrimento do *lump*, resultou que a receita em moeda estrangeira obtida com a exportação total fôsse apenas ligeiramente maior que a alcançada no ano anterior, apesar do expressivo aumento da tonelagem exportada, conforme mostra o quadro abaixo.

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE MINÉRIO DE FERRO

Ano	*Mil t*	*US$ Mil*
1961	6.237	59.785
1962	7.528	68.319
1963	8.246	69.559

A exportação total de minério de ferro compreende, além da realizada pelo pôrto de Vitória, por intermédio da Companhia Vale do Rio Doce, a levada a efeito pelo pôrto do Rio de Janeiro, cujo volume aumentou igualmente, podendo-se estimar que, em 1963, alcançou cêrca de 1,8 milhão de toneladas.

No momento, o Govêrno empenha-se por valorizar a exploração do minério de ferro do Vale do Paraopeba, tendo em vista a necessidade de preservar os êxitos já alcançados pela Companhia Vale do Rio Doce e, sobretudo, a de assegurar-lhe condições mais estáveis para a realização dos seus programas de expansão.

O ano de 1964 será assinalado, no que respeita ao programa de exploração de minério de ferro, pela execução dos projetos

de aglomeração de minérios finos sob a forma de *pellets*, o que constituirá marco importantíssimo na evolução econômica da Companhia Vale do Rio Doce.

c) *Carvão*

As características técnicas do carvão brasileiro, que limitam o seu uso a 40% apenas da carga dos altos fornos das usinas siderúrgicas nacionais, bem como a política de uso de locomotivas Diesel na rêde ferroviária do País, têm sido fatôres limitativos do aumento do consumo do carvão nacional. Por outro lado, certas peculiaridades do beneficiamento para a sua utilização industrial contribuem para que a indústria carbonífera não tenha podido oferecer o mesmo grau de rentabilidade e eficiência que suas congêneres em outros países.

Êsses fatos tornaram imperativa a necessidade de adotar-se plano de ação orientado pelo poder público, com o fim de encontrar-se solução definitiva para os problemas da indústria carbonífera, que já dispõem de instrumentos legais adequados.

Para êsse efeito, iniciou-se uma série de medidas que abrangem as atividades de pesquisa, lavra, beneficiamento, industrialização e distribuição dêsse combustível, que visam a sua maior participação, como matéria-prima, em diversos ramos da indústria nacional.

No sentido de obter colocação para os excedentes resultantes do tratamento do carvão metalúrgico (28% de carvão vapor), vem empenhando-se o Govêrno na construção de várias centrais termelétricas nos Estados do Sul, iniciativa que, ao mesmo tempo, deverá diminuir a escassez aguda de energia dominante na região.

Assim, foi construída e encontra-se em funcionamento, a partir do segundo semestre do ano passado, a Usina Termelétrica de Figueira, que fornece energia para diversas cidades do Estado do Paraná, consumindo o combustível ali localizado.

No Estado de Santa Catarina, maior centro carbonífero do País, está sendo construída outra central termelétrica, a SOTEL-

CA, cuja primeira unidade, de 50 megawatts, deverá entrar em funcionamento ainda êste ano. Várias linhas de transmissão acham-se em construção, sob regime de convênio firmado entre a Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional e a CELESC, a fim de possibilitar a rápida utilização da energia gerada pela SOTELCA nos mercados consumidores do Planalto de Lajes, Alto Vale do Itajaí e Norte do Estado. Os recursos necessários à realização das obras programadas para 1964 estão fixados em cêrca de Cr$ 2 bilhões. No Rio Grande do Sul, prosseguem os trabalhos para ampliação da Usina Termelétrica de Charqueadas.

As providências adotadas permitirão a rápida absorção dos excedentes de carvão vapor, cujos estoques, sem a adoção dessas providências, tenderiam a crescer na medida em que aumentasse a procura nacional do carvão metalúrgico.

Ainda como parte da politica do Govêrno, foi criado pelo Decreto nº 52.128, de 17 de junho de 1963, o Grupo Executivo para a implantação da Usina Siderúrgica de Santa Catarina, velha aspiração daquele Estado sulino, tendo êsse projeto, como característica principal, o consumo exclusivo do carvão nacional. E' justo citar, finalmente, o início da construção da usina siderúrgica Aços Finos Piratini, que, consumindo carvão nacional, deverá produzir 45 mil toneladas por ano.

Preocupado, igualmente, na melhoria dos padrões de eficiência e rentabilidade da indústria carbonífera nacional, o govêrno vem incentivando o estudo e a pesquisa das caracteristicas do carvão nacional com o fim de, mediante o aproveitamento dos resíduos piritosos, desenvolver importante indústria química: produção de enxôfre, de ácido sulfúrico, de fertilizantes, para só citar os de maior consumo e em relação aos quais o País ainda depende de importações. Os resultados obtidos pelos ensaios realizados com a pirita do carvão brasileiro, na Polônia, autorizam a prever-se, para futuro próximo, a instalação de importante conjunto industrial no sul, graças à utilização dessa matéria-prima.

2. Energia

a) *Energia Elétrica*

A política nacional de eletrificação vem sendo orientada no sentido de alcançar a capacidade de geração exigida pelo desenvolvimento do País, mediante investimentos que apresentem os melhores índices de produtividade e rentabilidade. De acôrdo com essa diretriz básica, o Govêrno federal preocupa-se em ampliar a área de suprimento dos sistemas existentes e promover a sua integração, tendo em vista que a procura pode ser atendida pelo aproveitamento de possível capacidade ociosa de alguns dêsses sistemas.

Ressaltam, pela sua importância no quadro energético do País, os seguintes empreendimentos, entre outros: *a*) entrada em operação das duas primeiras unidades da Central Elétrica de Furnas S.A., as quais, com a construção do Sistema de Transmissão Guarulhos-S. José dos Campos e da linha de engate com o sistema da São Paulo Light, afastaram a possibilidade de colapso no abastecimento dos mercados de São Paulo e Guanabara; *b*) chegada da energia da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco a Natal, que, assegurando o suprimento já existente, permitirá a expansão futura do mercado regional e redução de cêrca de 50% nas tarifas; *c*) programa de eletrificação rural, objeto de estudo e planejamento da Eletrobrás, em cooperação com outras entidades do poder público, esfôrço que teve marco expressivo na constituição da Eletrificação Rural de Paulo Afonso S.A. (ERPRASA); *d*) assistência técnica e financeira do Govêrno às emprêsas de energia controladas pelos Estados, que vem contribuindo para o fortalecimento da unidade federativa.

As obras que vem executando no setor de energia elétrica atestam o firme propósito do Govêrno de enfrentar êste importante problema, em escala compatível com as nossas reais necessidades. Assim, a entrada em operação de novas usinas e a ampliação das existentes aumentaram, em 1963, a potência instalada em 650.000 kW, elevando, dêsse modo, a capacidade total de energia elétrica a 6,4 milhões de kW, ou seja, 23,2% a mais do que em fins de 1961. Finalmente, a realização dos programas previstos

para o triênio 1964/66 possibilitará dobrar a capacidade existente ao iniciar-se o atual Govêrno.

A consecução dêsses objetivos vem-se verificando graças a rigoroso planejamento, no qual o Ministério das Minas e Energia é o órgão formulador e fiscalizador da política nacional de eletrificação, cabendo à ELETROBRÁS a parte executiva. No primeiro ano de existência, a emprêsa demonstrou cabalmente o acêrto da sua constituição, comprovando a magnífica visão do Presidente Getúlio Vargas, que a projetou como instrumento hábil do progresso do povo brasileiro. As aplicações do Govêrno da União no setor de energia elétrica, durante o ano de 1963, somaram Cr$ 55,4 bilhões, das quais Cr$ 25,7 bilhões efetivadas pela Eletrobrás, Cr$ 12,2 bilhões pelo Ministério das Minas e Energia, Cr$ 6,7 bilhões pela SUDENE e Cr$ 10,8 bilhões por outros órgãos federais. A previsão dêsses investimentos setoriais em 1964 é de Cr$ 130 bilhões, assim discriminados: pela ELETROBRÁS — Cr$ 60 bilhões; Ministério das Minas e Energia — Cr$ 37 bilhões; outros órgãos — Cr$ 20 bilhões; e recursos oriundos de créditos especiais que serão aplicados pela ELETROBRÁS — Cr$ 15 bilhões, a fim de ser possível cumprir, neste exercício, o programa de instalação de mais 928.000 kW e a construção das respectivas linhas de transmissão e distribuição.

Entre as iniciativas adotadas com o fim de encaminhar adequadamente a solução dos nossos problemas de energia elétrica, dos mais prementes aos que se orientam no sentido do futuro mais distante, figuram os trabalhos efetuados pelo Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Região Centro-Sul, constituído por acôrdo entre o Govêrno brasileiro e o Fundo Especial das Nações Unidas, e a organização do Grupo de Trabalho de Sete Quedas (GTSQ). Graças à primeira iniciativa, foi propiciada a adoção de providências para amenizar o racionamento a que foi submetida a área São Paulo-Guanabara-Rio de Janeiro, situação resultante, além das condições climatéricas desfavoráveis, exatamente da ausência de planejamento adequado; bem assim, foi estabelecido programa de obras prioritárias até 1980, capaz de assegurar o abastecimento e o desenvolvimento da área centro-sul. O

Grupo de Trabalho de Sete Quedas, instalado oficialmente em agôsto de 1963, adotou importantes providências, entre as quais:

a) a realização de completo estudo da hidrologia da bacia do rio Paraná, em colaboração com a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai;

b) a reconstituição aerofotogramétrica da faixa de 20 km, ao longo do rio Paraná, entre Guaíra e Pôrto Britânia, em escala de 1:10.000, com curvas de nível de 5 metros;

c) o estudo completo da geologia da região, no trecho citado anteriormente, numa faixa de 6 km, que tem por eixo o talvegue do rio Paraná;

d) o levantamento batimétrico, com apoio de telurômetro, do leito do rio entre Pôrto Mendes e Pôrto Britânia, e da faixa situada no início e acima das quedas onde estão projetadas a barragem do rio e as estruturas do extravasor das cheias e tomada de água, com a colaboração da Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha;

e) o exame do carreamento do material sólido do rio, em face do assoreamento existente junto a Pôrto Guaíra e formação recente de grandes ilhas de aluvião;

f) as providências para melhoria das condições de acesso (terrestre, aéreo e fluvial) a Guaíra e do sistema de radiocomunicação, e construção de usina-pilôto para suprimento de energia ao canteiro de obras e à zona de influência do empreendimento (raio de 120 km);

g) as gestões junto ao Estado e Municípios do Paraná para criação da indispensável infra-estrutura capaz de assegurar condições normais ao trabalho da população operária que será empregada na construção da usina.

A interligação dos sistemas, como exposto ficou, é ponto essencial do programa de eletrificação do Govêrno. No momento, a ELETROBRÁS estuda a possibilidade de ligar o sistema Nordeste ao do Centro-Sul, tendo iniciado o levantamento geral dos recursos hidráulicos da bacia do rio Jequitinhonha, para permitir a ligação dêsses dois sistemas básicos, mediante a construção de usinas na referida região. O estímulo que a ELETROBRÁS vem

dando ao aproveitamento dos resíduos obtidos com a produção do carvão metalúrgico no sul do País, implicará o exame da ligação dessa última região com o sistema Centro-Sul. Finalmente, prosseguem com intensidade os estudos de novos aproveitamentos hidráulicos e dos projetos de construção de usinas e regularização do abastecimento de áreas-chave, como atestam, entre outros exemplos, as iniciativas para o aproveitamento de Estreito (800.000 kW) e outros do rio Grande e a linha de transmissão que ligará os potenciais dêsse rio aos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro. Finalmente, com o objetivo essencial de realizar a ligação Peixoto-Cachoeira Dourada e a duplicação do circuito Peixoto-Uberlândia, a ELETROBRÁS vem mantendo entendimentos com o B.N.D.E., a CEMIG, a CELG, a NOVACAP e a Prefeitura de Brasília, para permitir, mediante a constituição de uma sociedade de economia mista, a produção e a distribuição de energia na Capital do País.

Consciente da importância do problema, o Govêrno tem dedicado tôda a atenção à formação de pessoal especializado, capaz de assegurar a execução dos programas de eletrificação. Para tal efeito, a ELETROBRÁS firmou convênio com o Instituto de Eletrotécnica da Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais, e está tomando outras iniciativas que permitirão o encaminhamento de soluções adequadas para a relevante questão.

Permitirá melhor ajuizar da atuação da ELETROBRÁS a seguinte relação das aplicações feitas por essa emprêsa no setor sob sua responsabilidade e das realizações e programas de suas subsidiárias e associadas:

Em Cr$ milhões

Emprêsas	Em 1963	*Programa*
Subsidiárias		*para 1964*
CHEVAP	5.633	14.347
FURNAS	12.545	11.781
CHESF	2.600	7.344
CHARQUEADAS	550	770

Associadas		
CEMIG	1.500	1.000
CELUSA	130	2.130
COHEBE	77	2.208
CEEE	1.200	1.000
ELETROCAP	50	1.250
CELF	120	1.080
ESCELSA	280	900
CELG	400	400
CEMAT	150	300
SOTELCA	270	—
ENERGIPE	2	48
Outras Emprêsas		
USELPA	—	300
CEA	100	—
CELESC	100	—
ERMIG	—	60
Grupo de Trabalho		
SETE QUEDAS	—	255
Estudos, Projetos e novas aplicações	—	14.512
Total	25.707	59.685

As principais realizações e projetos das emprêsas componentes do sistema ELETROBRÁS podem ser assim resumidas:

SUBSIDIÁRIAS:

— *Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba (CHEVAP)* — Concluiu, em 1963, o desvio do rio Paraíba, para o aproveitamento hidrelétrico do Funil, que exigiu a perfuração de um túnel de 400 m de comprimento, e iniciou as obras para a instalação dos dois grupos turbogeradores de 80.000 kW, cada um, da Central Termelétrica de Santa Cruz. A continuação acelerada dessas obras é o seu programa para 1964, de modo que, no 2º semestre de 1966, esteja concluída a usina do Funil (210.000 kW) e, no 1º semestre do mesmo ano, a Central Termelétrica de Santa Cruz ..... (160.000 kW). Uma vez em funcionamento, ambas reforçarão em

cêrca de 50% a atual capacidade de geração destinada ao abastecimento do mercado da Guanabara.

— *Central Elétrica de Furnas S.A.* (*FURNAS*) — Entraram em operação, em 1963, as duas primeiras unidades geradoras de 150.000 kW cada uma. A usina, com capacidade final de 1.200.000 kW, terá uma potência de 750.000 kW em 1964. Para resolver o problema de abastecimento de energia à Guanabara e ao Estado do Rio de Janeiro foi decidida a construção de uma linha de transmissão, que ligará os potenciais do rio Grande à cidade do Rio de Janeiro, e foram tomadas providências para sua realização a curto prazo.

— *Companhia Hidro Elétrica do São Francisco* (*CHESF*) — A potência instalada da usina de Paulo Afonso é de 310.000 kW e da termelétrica de Cotegipe, de 20.000 kW. No exercício passado, a CHESF aumentou as suas linhas de transmissão de alta tensão em 745 km, as quais atingem, presentemente, 252 municípios do Nordeste. O programa para 1964 compreende, basicamente, a instalação da 3ª unidade (65.000 kW) da 2ª casa-de-máquinas, a construção da linha de transmissão Milagres—Fortaleza (400 km), a ampliação dos sistemas regionais e a continuação dos trabalhos para instalação das três unidades geradoras (240.000 kW) que completarão a 2ª casa-de-máquinas da usina de Paulo Afonso, o que elevará a sua potência a 615.000 kW.

— *Termelétrica de Charqueadas S. A.* — Manteve em 1963 a operação programada e realizou a concorrência para a instalação do 4º gerador (18.000 kW), que elevará a potência da usina a 72.000 kW. O programa de 1964 é, essencialmente, de obras para a instalação dessa nova unidade.

ASSOCIADAS:

— *Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A.* (*CEMIG*) — No exercício de 1963, entrou em operação a 3ª unidade geradora de 65.000 kW da usina de Três Marias, elevando, assim, a sua capacidade instalada a 195.000 kW. Foram iniciados os traba-

lhos para a instalação da 4ª unidade. Ainda nesse ano, o sistema de transmissão foi acrescido de 380 km, a rêde de distribuição ampliada em 352 km e estendidos 259 km de linhas para eletrificação rural. O programa fundamental para 1964 compreende a instalação da 4ª unidade (65.000 kW) de Três Marias e o prosseguimento do plano de extensão das linhas de transmissão e distribuição.

— *Centrais Elétricas de Urubupungá S.A.* (*CELUSA*) — Em 1963, foram concluídas as ensecadeiras, continuados os trabalhos para construção da usina de Jupiá e de vários trechos da barragem, e começada a ligação dos sistemas elétricos de São Paulo e Mato Grosso, mediante a construção de uma linha de transmissão entre a cidade de Campo Grande e a usina de Jupiá, que passará pela usina de Mimoso, da CEMAT. Para 1964, o programa compreende a continuação das obras de construção da usina de Jupiá (1.200.000 kW), de modo que entre em operação no início de 1967.

— *Companhia Hidro Elétrica de Boa Esperança* (*COHEBE*) — Foram atacados, em 1963, os trabalhos iniciais para a construção de uma usina de 20.000 kW, cujo papel estratégico para a região será equivalente à de Paulo Afonso. Em 1964, serão iniciadas as obras da barragem, com desvio do rio Parnaíba, e a construção das ensecadeiras.

— *Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul* (*CEEE*) — Transformada de autarquia em sociedade de economia mista, a CEEE, em 1963, concluiu a 1ª fase da usina de Jacuí, com aumento de mais 23.000 kW, e prosseguiu nas obras da termelétrica de Alegrete (60.000 kW), bem como na ampliação das linhas de transmissão do seu sistema. O programa para 1964 visa à conexão dos diversos sistemas do Estado e especialmente aos projetos destinados a regularizar o abastecimento de energia na área de Pôrto Alegre, o prosseguimento das obras de Jacuí (2ª etapa — 70.000 kW) e da central térmica de Alegrete e respectivo sistema de transmissão (928 km), bem como as obras da usina hidráulica de Passo Real (250.000 kW).

— *Central Elétrica Capivari-Cachoeira S.A. (ELETROCAP)* — Constituída em fins do exercício de 1963 para construir uma usina hidrelétrica de 230.000 kW, que, duplicando a capacidade instalada do Estado do Paraná, resolverá o problema de abastecimento das regiões de Curitiba e do Oeste paranaense. Já foram iniciadas as obras civis para construção da barragem e abertura dos túneis. A fim de utilizar a produção da Central Termelétrica de Figueira, foi reiniciada a construção de linha para ligação do sistema USELPA, de São Paulo, com a zona de Curitiba. O programa de 1964, em essência, compreende o término dessa linha e sua complementação no trecho Figueira-Chavantes e a continuação das obras de Capivari-Cachoeira.

— *Centrais Elétricas Fluminenses S.A. (CELF)* — Criada em 1963, com o apoio e a colaboração financeira da ELETROBRÁS, a CELF tem por fim coordenar as diversas emprêsas mistas que operam no Estado e executar o desenvolvimento do plano estadual de eletrificação. Foram intensificadas, em 1963, as obras da termelétrica de Campos (30.000 kW) e tomadas as primeiras providências para a construção da usina de Rosal (100.000 kW). Como medida de curto prazo, foi projetada e iniciada a construção de linha de transmissão (130 km) entre a central de Macabu e Petrópolis, a fim de permitir a transferência de energia para as zonas mais deficientes do Estado. O programa para 1964 compreende, essencialmente, a construção dessa linha e a continuação das obras da termelétrica de Campos e da hidrelétrica de Rosal.

— *Espírito Santo Centrais Elétricas S. A. (ESCELSA)* — Com o plano financeiro ajustado com a ELETROBRÁS, a ESCELSA acelerou as obras da usina de Suíça, de cuja primeira etapa (30.000 kW) se prevê a conclusão para êste ano de 1964. Ainda em 1963, a emprêsa aumentou seu sistema de transmissão em 126 km. O programa para 1964 será, fundamentalmente, a conclusão e entrada em funcionamento da usina de Suíça, início das obras das usinas de Fumaça e Inferno, e da barragem de regularização do rio Santa Maria.

— *Centrais Elétricas de Goiás S.A. (CELG)* — Em 1963, concentrou seus esforços nas obras civis da 2ª etapa da usina de

Cachoeira Dourada (instalação de mais duas unidades geradoras de 50.000 kW, cada uma) e ampliou o sistema de transmissão, com a construção de 150 km de linhas de alta tensão. A concretagem da barragem, a construção da casa-de-máquinas para conclusão da 2ª etapa em fins de 1965 e a reforma de rêde de distribuição em Goiânia e Anápolis são os objetivos básicos do programa para 1964.

— *Centrais Elétricas Mato-Grossenses S.A. (CEMAT)* — Com a participação da ELETROBRÁS, a CEMAT, em 1963, retomou o ritmo de construção da usina de Mimoso (33.000 kW) tendo concluído a ensecadeira e parte da barragem e prosseguido na construção da casa-de-máquinas, a fim de permitir, ainda em 1964, a instalação da 1ª unidade de 8.400 kW. Também no exercício passado, a emprêsa instalou, em outras áreas do Estado, centrais termelétricas, com potência de 7.000 kW. O programa de 1964 objetiva, bàsicamente, a conclusão da 1ª etapa da usina de Mimoso e a ampliação dos sistemas regionais.

— *Sociedade Termelétrica de Capivari (SOTELCA)* — Foram acelerados, em 1963, os trabalhos e concluídas as obras civis, tendo sido adiantada a montagem das duas unidades geradoras. Prosseguiram, também, os serviços de construção das linhas de transmissão do sistema (já atingiram Florianópolis) e foram efetuados entendimentos para duplicação da atual capacidade prevista da usina (100.000 kW). O programa básico de 1964 consiste no início do funcionamento da 1ª unidade (50.000 kW) e na construção do sistema de transmissão até Joinvile.

— *Emprêsa Distribuidora de Energia em Sergipe S.A. — (ENERGIPE)* — A ELETROBRÁS tornou-se acionista da ENERGIPE no final de 1963. O programa de 1964 objetiva, principalmente, a reforma da rêde de distribuição em Aracaju e a extensão do serviço para Simão Dias e outras áreas do Estado.

— *Centrais Elétricas do Rio das Contas S.A. (CERC)* — Prosseguiu, em 1963, na expansão do seu sistema de transmissão, tendo concluído também a rêde de distribuição para as cidades de Itabuna e Ilhéus. O programa para 1964 compreende a integra-

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
BIBLIOTECA

ção na Companhia de Eletricidade da Bahia (COELBA) e a conclusão do seu sistema de transmissão na zona do cacau.

OUTRAS EMPRÊSAS:

— *Usinas Elétricas do Paranapanema S.A. (USELPA)* — Conta, no programa de aplicações da ELETROBRÁS para 1964, com um financiamento de Cr$ 300 milhões, a fim de serem acelerados os trabalhos de construção da usina de Chavantes ..... (400.000 kW).

— *Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)* — Recebeu da ELETROBRÁS, em 1963, um adiantamento de Cr$ 100 milhões para aplicar na construção da usina de Coaracy Nunes ..... (180.000 kW) na Cachoeira do Paredão.

— *Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (CELESC)* — Para diversas obras de regularização dos seus empreendimentos hidrelétricos, compra de equipamento e construção de linhas de transmissão do programa catarinense de eletrificação, a CELESC recebeu, em 1963, um adiantamento de Cr$ 100 milhões da ELETROBRÁS.

— *Eletrificação Rural de Minas Gerais S.A. (ERMIG)* — Obteve dotação de Cr$ 60 milhões no programa de 1964 da ELETROBRÁS, a fim de aplicar na extensão do fornecimento de energia elétrica à zona rural de Minas Gerais.

Registre-se, finalmente, que em 1963 a ELETROBRÁS avalizou um empréstimo de US$ 15,5 milhões da CHEVAP com AID, para compra dos dois turbogeradores, de 80.000 kW cada um, destinados à Central Termelétrica de Santa Cruz.

b) Petróleo

É inegável que a política de petróleo imposta pela Lei nº 2.004, que criou a Petrobrás para levar a efeito o monopólio estatal daquele produto, tem contribuído significativamente para que a situação do balanço de pagamentos do País não se encontre, hoje, em posição ainda mais desequilibrada. Tal resultado insofismável

tem de ser assinalado, logo de início, sem prejuízo das importantes considerações de outra natureza, sobretudo as de natureza política, que ditaram a instituição da política nacional de petróleo.

Com efeito, em conseqüência das atividades da indústria petrolífera brasileira, foi possível estabilizar, quando não reduzir, o dispêndio em moeda forte com o suprimento dos combustíveis petrolíferos essenciais à vida e à expansão econômica do País. Graças às atividades da Petrobrás, no ano findo, o dispêndio líquido com a importação de petróleo e derivados foi reduzido para 224,5 milhões de dólares, quando em 1955 êsse mesmo dispêndio ultrapassou a cifra dos 250 milhões, apesar de ter havido, no período considerado, aumento no consumo da ordem de 7% ao ano. Em 1963, o mercado brasileiro de petróleo apresentou valor próximo de US$ 425 milhões, calculado o consumo aos preços CIF da importação.

O total de economia de divisas proporcionado pela indústria nacional de petróleo no período 1955/63 alcançou a elevada cifra de 1.269 milhões de dólares.

Ainda na ordem de considerações estritamente econômicas, deve-se destacar a importante contribuição da Petrobrás para impulsionar o parque manufatureiro nacional, por meio da política de intensificação de suas compras no mercado interno, que permitiu ponderável alívio ao balanço cambial, pela substituição de materiais e equipamentos destinados à indústria de petróleo, os quais, de outro modo, teriam de figurar na pauta de nossas importações. Em 1963, as aquisições da emprêsa, excetuadas as compras de petróleo e derivados, totalizaram cêrca de Cr$ 50 bilhões, ou seja, 81% de todo o dispêndio feito pela sociedade executora do monopólio estatal. Assinale-se que tal cifra representa sensível progresso em relação ao resultado verificado no ano anterior, já bastante expressivo, da ordem de dois terços.

Como extraordinário empreendimento industrial (faturamento em 1963 da ordem de Cr$ 445 bilhões), a Petrobrás tem assegurado recursos suficientes para a contínua expansão de nossa economia petrolífera, embora, nos últimos anos, os índices de rentabilidade não tenham sido inteiramente satisfatórios. Tal fato constitui mes-

mo assunto de indagação para o efeito de apurar-se com rigor o papel representado no decréscimo dos lucros, quando postos em confronto com a receita industrial, pelo subsídio ao consumo estabelecido pela política de preços de derivados, especialmente no referente à influência da relativa rigidez das taxas cambiais adotadas no tabelamento do órgão competente, o C.N.P.

Em 1963, houve ligeiro aumento da produção de petróleo. Assinale-se, porém, que o resultado não foi satisfatório, uma vez que o volume atingido, da ordem de 5.678 mil metros cúbicos, representou apenas um aumento inferior a 3% sôbre a produção alcançada em 1961.

Registre-se, também, o fato de que, embora no ano passado a Petrobrás haja alcançado progressos importantes na ampliação e reconhecimento de novas áreas sedimentares altamente prospectivas e favoráveis à acumulação de óleo, especialmente nas bacias do Recôncavo e do Tucano, na Bahia, em Alagoas, Sergipe e em Barreirinhas, no Maranhão, os trabalhos de perfuração exploratória registraram um decréscimo de 15% em relação à metragem perfurada em 1962.

É evidente que reside na intensificação das atividades exploratórias e no aumento da capacidade de produção de óleo e gás de poço e de xisto o problema fundamental da Petrobrás, uma vez que o nível atual da extração do petróleo ainda representa cêrca de um têrço das necessidades totais do País.

Os resultados alcançados nos três últimos anos, no relativo a êsses setores, estão a indicar que a emprêsa precisa aperfeiçoar seus métodos de exploração, de desenvolvimento e de produção tanto no que diz respeito às perfurações, como no que concerne às práticas de extração e recuperação secundária das jazidas. Aliás, já a partir do ano passado o Govêrno mandou proceder a completo reexame dos problemas de pesquisa de petróleo, trabalho em que cooperaram notáveis autoridades internacionais; e os resultados dêsse esfôrço indicam a perspectiva de ser duplicada, em prazo curto, a produção atual. Ao mesmo tempo que é necessário corrigir os vícios e erros da orientação seguida no

passado relativamente à produção de petróléo de póço e intensificar os trabalhos com êsse objetivo, deverá a Petrobrás acelerar o programa que visa à extração, em condições econômicas satisfatórias, do óleo contido no xisto betuminoso cujas jazidas se apresentam, em grandes extensões, no sul do País, conforme revelam as pesquisas até agora realizadas.

Por outro lado, será imprescindível intensificar esforços no sentido de obter-se adequada refinação do petróleo nacional, para obtenção de produtos de preços internacionais mais elevados, em relação aos quais não somos ainda auto-suficientes. Com isso, será possível obterem-se melhores condições para a aquisição do petróleo bruto no exterior e, simultâneamente, reduzir-se o custo da importação dos derivados.

Em 1963, a Petrobrás deu importante passo no setor da refinação, ao iniciar a produção de combustível para aviões a jato, produto cujo consumo, já ponderável, tende a crescer à medida que se expande e se moderniza o transporte aéreo do País. Infelizmente, não foi possível conseguir rendimento adequado das instalações para produzir óleos lubrificantes básicos, em Mataripe, situação que deverá ser objeto de enérgicas providências por parte da administração da emprêsa, à vista do alto interêsse nacional em jôgo, bastando assinalar que a importação dêsse produto é da ordem de US$ 20 milhões anuais e se poderia esperar, com o funcionamento normal dessa unidade, poupança de cêrca de metade dêsse valor.

Outros pontos não inteiramente satisfatórios na execução do programa de refinação da Petrobrás foram o retardamento das obras industriais da Refinaria Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul, que tornou necessário alterar o projeto inicial, que previa capacidade de 35.000 barris diários, finalmente estipulada em 45.000; e o atraso da entrada em operação da unidade de craqueamento catalítico da Refinaria Duque de Caxias, que deverá aumentar substancialmente o rendimento daquele importante conjunto industrial, mediante a produção de derivados, de preços de importação mais altos.

Na mesma ordem de considerações, devem ser mencionados os atrasos verificados na construção do Terminal de São Sebastião, cujos projetos estão sendo reestudados, na parte relativa ao parque de tanques e ao traçado do oleoduto até Cubatão; e a demora no início das obras para a instalação de um conjunto petroquímico no Estado da Bahia, destinado à fabricação de amônia e fertilizantes nitrogenados. Tais obras, verificada a insuficiência dos estudos iniciais, sofreram paralisação a fim de serem preparados novos projetos.

Fatos como êsses não devem ser omitidos e sonegados ao conhecimento do povo brasileiro. O Govêrno, vigilante e vivamente empenhado na solução dêsses problemas, já expediu instruções para que os erros porventura cometidos sejam emendados com tôda presteza, e o programa, assim, possa ser cumprido em regime da maior urgência, visto que, de outro modo, estaria comprometido o crescimento de importantes setores da indústria nacional.

Sanadas essas deficiências, feitas as ampliações, já planejadas, das refinarias e alcançadas as soluções ora em estudo para atender o *deficit* previsto para o planalto paulista, a Petrobrás, em futuro bem próximo, colocará o País em condições de prescindir, inteiramente, de importações para o abastecimento de combustíveis líquidos.

Entre os êxitos alcançados em 1963, merece menção o resultado conseguido na produção da borracha sintética, de 29.926 toneladas, que significa cêrca do dôbro da obtida no ano anterior (15.959 toneladas).

No que se refere pròpriamente à política do petróleo, quatro fatos merecem especial citação. Na órbita do Poder Legislativo, é de relêvo a aprovação, pelo Congresso Nacional, de projeto de lei que concede à Petrobrás isenção de pagamento dos impostos federais e torna obrigatória a reinversão dos dividendos da União Federal, sua principal acionista, medidas que permitirão a consolidação econômica e financeira da emprêsa. Por outro lado, entre as providências da alçada do Poder Executivo, sobressaem, pela sua importância: a) a concentração das importações de petróleo bruto pela Petrobrás, providência com a qual se prevê nova econo-

mia de divisas, da ordem de US$ 6 milhões; *b*) a outorga à Petrobrás, pelo Conselho Nacional de Petróleo, da distribuição direta de produtos petrolíferos, a granel, às entidades estatais, que assegura, em condições mais econômicas, o suprimento de combustíveis líquidos a importantes setores da atividade do poder público; c) a resolução do Conselho Nacional de Petróleo pela qual foram tabelados os óleos lubrificantes, que constituíam exceção no regime de tabelamento a que estão submetidos os principais derivados de petróleo, com o fim de se defenderem os interêsses dos consumidores.

O Govêrno, à vista da crise irrompida na alta direção da Petrobrás, resolveu constituir Comissão Especial para Assuntos de Petróleo junto ao Ministério das Minas e Energia, com a finalidade precípua de proceder a exame da atuação da emprêsa, no seu primeiro decênio de funcionamento, e, em conseqüência, sugerir fundamentalmente a adoção de providências para que sejam cumpridos todos os objetivos colimados pela sua criação, com rigorosa observância das disposições da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953.

De qualquer modo, o Govêrno só tem motivos para afirmar o acêrto da política nacional do petróleo, e acredita firmemente que a reorganização e aperfeiçoamento da Petrobrás, a par da complementação e extensão do monopólio estatal, de acôrdo com a experiência obtida nestes dez primeiros anos de funcionamento da emprêsa, consolidarão e ampliarão os êxitos alcançados, constituindo-se em fator decisivo do progresso brasileiro.

c) *Energia Nuclear*

Duas ordens principais de considerações justificam a atenção especial que o Govêrno vem dispensando ao desenvolvimento, no País, da tecnologia nuclear correspondente ao uso da fissão atômica como recurso energético. Uma diz respeito às condições naturais do território nacional; a outra inspira-se em exigências de natureza técnica.

Na primeira ordem de considerações, avulta, de um lado, a posição privilegiada do Brasil como possuidor de apreciáveis reser-

vas das matérias-primas essenciais à tecnologia nuclear; de outro, a sua situação não inteiramente satisfatória em matéria de combustíveis físseis. Além disso, o potencial hidráulico apresenta-se com distribuição geográfica que nem sempre atende ao imperativo do nosso desenvolvimento geral.

Do ponto-de-vista técnico, sobressai a capacidade, que vem apresentando a energia nuclear, de competir econômicamente com a energia obtida dos combustíveis clássicos.

Essa última consideração, principalmente, recomenda o início, sem perda de tempo, da construção da nossa primeira central nuclear, decisão já adotada e anunciada a 31 de dezembro de 1963, como meta governamental para o ano corrente. Essa central utilizará como combustível o urânio natural, para o qual conta o País com suprimento próprio; ao mesmo tempo, será gerado plutônio necessário ao início de uma segunda linha de reatores no ciclo tório-plutônio e tório-urânio 233, o que permitirá o aproveitamento de incalculável potencialidade energética.

Baseada em método entre nós desenvolvido, foi projetada usina para a produção de urânio metálico de pureza nuclear, devendo a sua construção iniciar-se êste ano.

As atividades na prospecção de minérios nucleares alcançaram resultados significativos, conforme o relato feito na parte referente às pesquisas de recursos minerais.

A Comissão Nacional de Energia Nuclear vem realizando a lavra e o beneficiamento das areias monazíticas, e dirige o funcionamento de suas usinas de Comuruxatiba, no litoral sul da Bahia, e em Barra do Itabapoana, no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro, com a produção da monazita e de subprodutos: rutilo, zirconita, ilmenita, matérias-primas indispensáveis a várias atividades da indústria nacional. Finalmente, o tratamento químico da monazita produz, além do óxido de urânio e óxido de tório, quantidades apreciáveis de cloreto de cério e fosfato trissódico, cuja total absorção pelas indústrias já vem beneficiando o País com apreciável poupança de divisas.

Ao lado das atividades de formação de técnicos e especialistas nos vários setores de aplicação da energia nuclear, medicina, agri-

cultura, indústria etc., a Comissão Nacional de Energia Nuclear tem aplicado grande esfôrço no desenvolvimento das tecnologias básicas destinadas a capacitar plenamente a indústria nacional para projetar e construir centrais nucleares. Assim, foi terminada, em 1963, a construção de um reator de pesquisas tipo Argonauta, com 93% de componentes fabricados pela indústria nacional, que entrará em pleno funcionamento durante o primeiro semestre do corrente ano, no Instituto de Engenharia Nuclear, no Rio de Janeiro. Um reator subcrítico para fins de ensino, totalmente projetado e construído no País, será instalado, êste ano, na Universidade de Recife.

No setor da metalurgia nuclear, construiram-se elementos combustíveis de urânio para reatores de pesquisas, o que demonstra a nossa capacidade nessa tecnologia e permitirá a construção de protótipos para reatores de potência, no decorrer do presente ano.

O desenvolvimento das atividades acima referidas constitui magnífico esfôrço para atingirmos o domínio completo da tecnologia nuclear, sob todos os seus aspectos, a fim de que, nos próximos quinze anos, possamos instalar e fazer funcionar centrais nucleares, com potência da ordem de um milhão de quilowatts.

3. Transportes

Considerações Gerais

No quadro das realidades nacionais, a problemática dos transportes apresenta-se como uma das mais complexas, continuando a exigir equacionamento que possa conduzir a soluções capazes de atender eficazmente ao bem-estar e à segurança que cabe ao Estado proporcionar ao povo.

Com 42% do seu território situado a mais de 1.000 km do mar, o Brasil apresenta um complexo marítimo-continental cujo desenvolvimento e povoamento exigem um sistema de transportes múltiplos, racionalmente coordenados em sua exploração e harmônicamente considerados em seu crescimento.

Na verdade, só assim será possível satisfazer aos interêsses de uma economia em progressiva interiorização e diversificação e às imposições estratégicas da preservação da unidade nacional contra quaisquer antagonismos que tendam à fragmentação de nosso espaço físico ou à quebra da coesão política do grupo social brasileiro.

Consciente da magnitude de tal problema, tem o Govêrno, dentro das limitações financeiras conhecidas, procurado enfrentar as dificuldades que, de longa data, vêm gravando os sistemas de transportes pesados, a fim não só de sustar a deterioração continuada de suas condições econômico-financeiras, como também de possibilitar melhor prestação de serviços.

No tocante à aplicação de investimentos, desde a elaboração do Plano Trienal vem o Govêrno envidando esforços para afirmar uma política ordenada e prioritária de transportes, com o objetivo de evitar a pulverização de recursos, sempre limitados, e obter o máximo de produtividade econômica e social.

Procurou-se, assim, em 1963 — e a mesma orientação será mantida em 1964 e 1965 — canalizar recursos para atender aos empreendimentos capazes de atenuar as distorções resultantes de política anteriormente seguida nas inversões públicas em transportes, em virtude das quais, fôsse por influência de fundos de destinação especial e subsídios cambiais indiretos, fôsse por implicações político-regionais, o crescimento físico do sistema não se fazia coerentemente e sua exploração econômica se verificava menos em função das características próprias dos seus componentes do que da procura que se impunha atender inadiàvelmente.

Foram, assim, elaborados planos preferenciais de obras, perfeitamente enquadrados nas diretrizes básicas do "Plano Trienal 1963-1965 de Desenvolvimento Econômico e Social", planos êsses que, pela sua importância e significação na vida nacional, vêm atender ao fomento da produção, à intensificação da circulação de bens e ao desenvolvimento econômico e social do País.

Evidentemente, em face das realidades da conjuntura, os programas prioritários estabelecidos deverão, em um processo per-

manente de atualização, sofrer alterações capazes de melhor conciliá-los com as situações surgidas no decorrer de sua execução e permitir constante adequação dos meios aos fins.

a) Ferroviário

As modificações estruturais que nos últimos tempos vêm influindo sôbre a economia brasileira, com a implantação, cada vez mais pronunciada, das indústrias básicas, a ampliação crescente do mercado interno e a interiorização das atividades agrícolas, teriam de fazer sentir os seus efeitos na procura dos sistemas de transporte, favorecendo o surto dos denominados transportes leves, o rodoviário e o aéreo, e obrigando mesmo, para evitar colapso dos transportes pesados, à entrada do Estado no campo de sua exploração, a fim de substituir a ação coordenadora e fiscalizadora até então exercida por fôrça de disposições legais.

No relativo aos transportes ferroviários, são do conhecimento público as condições cada vez mais onerosas de seu funcionamento, motivadas pela falta de produtividade dos sistemas, função do custo elevado de operação e de tarifas desfavoráveis, que resultam numa distorção acentuada entre o preço da prestação do serviço e o custo real de sua execução.

Tem sido difícil ao sistema ferroviário nacional — não obstante os melhoramentos de sua infra-estrutura e a renovação constante de seu equipamento, a partir de 1957 — enfrentar, com êxito, a concorrência da rodovia, que, além de favorecida pelas condições de utilização do veículo rodoviário, está livre de qualquer ônus de conservação da parte dos transportadores, ao passo que o transporte ferroviário é agravado pelas imposições regulamentares que sôbre êle pesam.

Sem embargo dos esforços que vêm sendo desenvolvidos na esfera governamental, inicialmente com a execução dos projetos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, em seguida com a criação da Rêde Ferroviária Federal S. A., mediante inversões vultosas e radical reorganização administrativa, os resultados de recuperação geral ainda não se apresentam condizentes com as ne-

cessidades do País, que precisa dispor efetivamente de um sistema de transporte pesado interior, eficiente e rentável, capaz de atender ao desenvolvimento de seu parque industrial básico, proporcionar o aproveitamento intensivo de seus recursos minerais e permitir o deslocamento rápido das outras massas econômicas a grandes distâncias.

Consoante as diretrizes básicas fixadas no Plano Trienal do Desenvolvimento Econômico e Social, foi elaborado cuidadoso programa de construção de novas linhas-tronco, ramais e variantes, indispensáveis ao escoamento da produção, além de medidas destinadas a conseguir em curto prazo índices mais significativos na produtividade do sistema ferroviário e melhores resultados financeiros.

Os programas acima, elaborados pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro — transformado em autarquia, para permitir-lhe maior flexibilidade de ação — e pela Rêde Ferroviária Federal S. A., ambos sob orientação do Ministério da Viação e Obras Públicas, estimaram os investimentos necessários à sua execução em Cr$ 413 bilhões, no triênio 1963-65, dos quais, 58% (Cr$ 239 bilhões) deverão ser aplicados na construção de novas linhas, ramais e variantes.

Em 1963, foram realizados em treze diferentes trechos do Nordeste, Leste, Centro e Sul do País importantes serviços de implantação de linhas, construção de ramais ferroviários e variantes, que, em conjunto, absorveram recursos superiores a Cr$ 19 bilhões.

Prosseguiu ativamente a construção do Tronco Principal Sul, que fará a ligação ferroviária da Capital da República a Pôrto Alegre, e já foram entregues ao tráfego 235 quilômetros de linhas, correspondentes ao trecho Mafra-Ponte Alta do Norte. Os trilhos atingiram a cidade de Lajes, em Santa Catarina, estando prevista para breve a entrega ao tráfego de mais êsse trecho.

Simultâneamente, vêm sendo atacadas as obras dos trechos Brasília-Pires do Rio, Itanguá-Eng. Bley, Ponte Alta do Norte-Roca Sales e Gen. Luz-Roca Sales, todos integrantes do Tronco

Principal Sul, cujos investimentos em 1963 somaram cêrca de Cr$ 13 bilhões.

Dos cinco trechos não integrantes do Tronco Principal Sul, dois já estão sendo construídos: um no Rio Grande do Sul, que liga Passo Fundo a Roca Sales, e outro em Minas Gerais, entre Dom Silvério e Nova Era, nos quais foram investidos mais de Cr$ 4 bilhões, em 1963. O primeiro atenderá regiões produtoras de trigo e o segundo facilitará o transporte de minério no quadrilátero ferrífero, bem como o escoamento de produtos das companhias siderúrgicas existentes naquela área. Os três restantes também possuem grande significação econômica. A ligação Suzano-Ribeirão Pires oferecerá maiores facilidades de abastecimento à COSIPA, evitando o tráfego suburbano de São Paulo; a variante Dom Silvério-Nova Era impõe-se pelo intenso progresso que se vem registrando naquela região de Minas Gerais.

O reaparelhamento das ferrovias está a cargo da Rêde Ferroviária Federal S. A., que se constitui no maior *holding* da América do Sul e engloba 21 estradas, as quais representam 70% do total do sistema ferroviário nacional.

Dando prosseguimento à política de remodelação das linhas permanentes e modernização do equipamento ferroviário, o Govêrno levou a têrmo, no ano passado, por intermédio da Rêde Ferroviária Federal S. A., grande parte dos empreendimentos programados, cabendo salientar: a incorporação de 110 locomotivas Diesel-elétricas; aquisição de 26.500 toneladas de trilhos para remodelação da via permanente; compra de 331 aparelhos para mudança de via, instalação de 5 das 11 usinas adquiridas para tratamento de dormentes e convênio com a Companhia Vale do Rio Doce para fornecimento de dormentes, no valor de Cr$ 10 bilhões.

Prosseguiram igualmente as obras de construção de variantes indispensáveis ao alívio do tráfego de várias linhas, merecendo menção os trechos Hulha Negra-Herval, na VFRGS; Jaguaraíva-Joaquim Murtinho, da RVPSC; Penápolis-Coroados, na EFNOB; Esperança-Rio Acima, na EFCB; e Jaguaraíva-Fábio Rêgo, na RVPSC.

Dando solução aos problemas do escoamento da produção salineira do Nordeste, a Rêde Ferroviária Federal S. A. ini-

ciou os trabalhos de reconstituição da linha férrea que liga as cidades de Macau e Natal, no Rio Grande do Norte, e aparelhou-a para o transporte de 1.000 toneladas diárias de sal a granel, destinado à exportação. Essa medida possibilitará uma redução de cêrca de 50% no preço do transporte do produto.

Foram aplicados Cr$ 4,2 bilhões nos trabalhos de remodelação e unificação das linhas que servem aos subúrbios do Rio de Janeiro, com o fim de solver o angustioso problema de saturação do tráfego suburbano. Está marcado para agôsto dêste ano o início dos serviços eletrificados, no trecho Triagem-Penha Circular, da Estrada de Ferro Leopoldina, além de vários outros melhoramentos destinados a proporcionar sensíveis benefícios ao transporte nas imediações da Guanabara. Os investimentos foram estimados em Cr$ 51,7 bilhões, dos quais Cr$ 19,7 devem ser aplicados no biênio 1964-65.

Para evitar novos estrangulamentos de tráfego, estuda-se a construção de um "metropolitano" entre S. Diogo e o Largo da Lapa, com o fim de descongestionar o movimento de passageiros da estação D. Pedro II, devendo êsse benefício estender-se numa segunda etapa, até Deodoro.

Para executar o programa de expansão da rêde ferroviária e remodelação das vias permanentes, está previsto o emprêgo de 156 mil toneladas de trilhos, para cuja aquisição já foi aberta concorrência pública.

O programa de revitalização do Sistema Ferroviário Federal representa grande incentivo a importantes setores da indústria nacional, bastando citar a compra de 400 vagões fechados com capacidade de lotação de 42 toneladas, 200 gôndolas e 1.000 vagões de vários tipos para entrega em 1964.

Ao lado do reequipamento das ferrovias e da extensão da rêde, cuida-se da atualização das tarifas, com o objetivo de nivelá-las, quanto possível, com o aumento dos custos dos serviços oferecidos à comunidade. As características próprias dos serviços públicos não devem impedir remuneração proporcional aos seus custos.

Dadas a situação deficitária da maioria das estradas incorporadas à Rêde Ferroviária Federal S. A. e a insuficiência de re-

cursos proporcionados pelos Fundos e Impostos, o financiamento dos investimentos pesará fortemente sôbre a União, que arcará com 58% aproximadamente.

b) Rodoviário

A profunda alteração que a estrutura dos transportes do País sofreu no decênio passado, com o transporte rodoviário evoluindo de uma participação de 41,4% do total, no ano de 1950, para 61,1% em 1960, números êsses que continuam em ascensão, revela uma nítida distorção, favorável ao rodoviário, o que se traduz, na prática, por maior procura dos usuários, compelindo o Govêrno a construir novas rodovias federais em condições técnicas ainda mais aprimoradas e, principalmente, a pavimentar as estradas de rodagem mais importantes, sob o ponto de vista econômico-social.

Acontece, entretanto, que, por fatôres vários, vinham sendo realizados serviços em 104 das 106 estradas federais, o que não permitiria a conclusão, em tempo hábil, de nenhuma delas, daí resultando que os recursos financeiros aplicados só se traduziriam em benefícios para a coletividade a longo prazo.

Para a solução do problema, foi elaborado o Plano Preferencial Rodoviário, destinado a concentrar recursos financeiros em obras de caráter altamente prioritário, cuja conclusão terá grande influência na economia nacional.

No ano passado, a União investiu, nesse setor, Cr$ 67,6 bilhões proveniente da Lei de Meios do exercício de 1963, Restos a Pagar de Exercícios Anteriores e Créditos Especiais, além de Cr$ 12,9 bilhões oriundos do Fundo Rodoviário Nacional.

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem realizou trabalhos de conservação em 37.580 km de estradas, construiu 709 quilômetros, pavimentou cêrca de 1.000 km e construiu 1100 metros de obras de arte especiais, além de desincumbir-se de outros trabalhos.

Como afirmação da política do Govêrno, no sentido de concentrar esforços na realização de tarefas primordiais, foram con-

cluídos, em 1963, o Anel Rodoviário de Belo Horizonte, a Rodovia Rio-Bahia (BR-4), com 1.275 km de extensão, e o trecho Pôrto Alegre-Pelotas (BR-2), com 224 km, todos inteiramente pavimentados.

Dando prosseguimento ao Plano Preferencial, pretende o Govêrno realizar, em 1964, os serviços de implantação básica e melhoramentos em 2.046 km de estradas e, ainda, pavimentar 1.630 km, distribuídos pelas principais rodovias, conforme o quadro abaixo:

BR	TRECHO	IMPLANTAÇÃO E MELHORAMENTOS	PAVIMENTAÇÃO (km)
2	Rio — São Paulo (2.ª pista)	20	82
5	Rio — Feira de Santana	34	97
11	Boqueirão Cesário — Feira de Santana	54	170
13	Feira de Santana — Fortaleza	530	530
21	São Luís — Peritoró	14	14
22	Fortaleza — Belém	75	20
25	Recife — Salgueiro	70	30
29	Cuiabá — Rio Branco	109	—
31	Vitória — Uberaba	102	26
34/16/33	Presidente Epitácio — Corumbá	312	146
35	Curitiba — Foz do Iguaçu	290	320
37	Pôrto Alegre — Uruguaiana	95	27
43	Vacaria — São Borja	83	35
43	São Borja — Uruguaiana	185	99
59	Curitiba — Pôrto Alegre	75	35

Já foram realizadas as concorrências para a execução dessas obras, que, no período compreendido entre 1-7-63 e 15-12-63, foram em número de 69, no valor da ordem de Cr$ 40 bilhões, enquanto, no período compreendido entre 15-12-63 e 31-12-63, foram publicados editais de concorrência para a realização de novas tarefas cujo valor total é estimado em Cr$ 36 bilhões. Entre as obras de arte especiais salientam-se a Ponte Internacional Brasil-Paraguai, em Foz do Iguaçu, cuja conclusão está prevista para setembro de 1964; a ponte sôbre o rio Paraná, na diretriz da BR-34, com 2.550 m, e outra ponte sôbre o rio Paranaíba, no

eixo da BR-14, com 278 m, ambas com a conclusão prevista para março dêste ano.

Êsse programa, aliado ao plano para 1965, permitirá a ligação de regiões de grande potencial econômico, a do sistema federal brasileiro ao de outras repúblicas vizinhas e a integração Norte-Sul do País, um vez que, até 1965, deverá ser possível o percurso, por vias complementares pavimentadas, de Uruguaiana, no extremo sul, até Belém, no Estado do Pará.

c) *Hidroviário*

O Govêrno tem plena consciência da importância dos transportes hidroviários para a economia nacional e acolhe e examina quaisquer críticas que, inspiradas por interêsses legítimos ainda não completamente atendidos, exigem maior eficiência da marinha mercante brasileira.

Entretanto, é forçoso considerar as notáveis alterações produzidas no quadro dos transportes do País, que reclamam nova conceituação ou modificação na escala de valôres, para que se fundamentem com propriedade os esforços em prol da melhoria dos transportes hidroviários. De acôrdo com essa orientação, um dos fatos mais significativos que considerar é o da expansão dos transportes rodoviários, a qual, ao contrário do que tem sido afirmado, não ocorreu exclusivamente por deficiência do transporte hidroviário e do ferroviário, sendo inegável que essa conjuntura é irreversível. A navegação de cabotagem, ainda com aumento de produtividade, não poderá recuperar extensa gama de cargas, objeto atualmente do transporte rodoviário.

Como verificação animadora das perspectivas do transporte hidroviário brasileiro, há que salientar o rejuvenescimento da frota mercante. De fato, com as incorporações de navios realizadas no último decênio, a marinha mercante nacional se encontra modernizada, em grande parte, com 80% da tonelagem representadas por embarcações de idade inferior a 20 anos.

Por outro lado, a existência de uma indústria de construção naval dotada de elevada capacidade de produção e de notável

diversificação assegura êsse processo de renovação da nossa frota mercante.

Os investimentos necessários à execução do programa preferencial, conforme as diretrizes do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, somam Cr$ 180 bilhões, dos quais 85% destinados à construção de novas embarcações em estaleiros nacionais. Estima-se que, até fins de 1965, haverá um aumento de tonelagem de 576,300 tdw.

Em 1963, os estaleiros nacionais construiram e entregaram ao tráfego sete navios para carga geral e graneis sólidos, num total de 46.595 tdw, quase todos incorporados ao Lóide Brasileiro. Uma unidade de 5.600 tdw, construída especialmente para o transporte fluvial na Amazônia, foi destinada ao Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Pôrto do Pará — SNAPP.

NAVIOS INCORPORADOS A FROTA MERCANTE EM 1963

Nome	*Emprêsa*	*Capacidade (tdw)*
NM "Barão de Mauá"	Lóide Brasileiro	6.300
NM "Barão de Jaceguai"	Lóide Brasileiro	6.300
NM "Barão do Rio Branco"	Lóide Brasileiro	6.175
NM "Londrina"	Lóide Brasileiro	5.860
NM "Márília"	Lóide Brasileiro	5.860
NM "Pereira Carneiro"	Lóide Brasileiro	10.500
NM "Cidade de Belém"	SNAPP	5.600

Na parte referente ao transporte de derivados de petróleo, é digno de menção que foram incorporadas em 1963 à Frota Nacional de Petroleiros quatro novas unidades, num total de ..... 37.000 tdw., sendo digno de nota um superpetroleiro de 31.000 toneladas. As outras unidades são navios especializados no transporte de gás liquefeito do petróleo (propaneiros).

Considerando que ainda há mercado para o transporte de passageiros a longa distância, por via marítima; e, sobretudo, que

êsse é um meio de fomentar o turismo nacional, o Govêrno encomendou a estaleiros estrangeiros 3 (três) navios para essa modalidade de transporte, os quais entraram em operação no ano passado.

Tampouco foi descurada a solução dos problemas de transporte regional, que exige embarcações especiais. Assim, para atender aos justos reclamos da pecuária mato-grossense, foram construídos e estão funcionando, desde o ano passado, três modernos navios-currais, destinados ao transporte de gado para os grandes centros de consumo do Estado de São Paulo e do extremo Sul da País.

Finalmente, considerando a importância social do transporte de passageiros na Baía da Guanabara, para a travessia Rio-Niterói, que, no último ano, se elevou a cêrca de 40 milhões de pessoas, foram construídas nos estaleiros do Arsenal da Marinha quatro novas barcas para transportar, cada uma, 2.000 pessoas, com segurança e confôrto, enquanto prosseguem os estudos para a solução definitiva.

Apreciável também foi o resultado obtido na recuperação e consertos de embarcações, mediante reaparelhamento das oficinas e instalações de docagem. Em 1963, foram recuperados 5 navios de longo curso, 12 embarcações para o transporte fluvial na Amazônia e na Bacia do Prata e vários petroleiros da FRONAPE. Outras onze pequenas unidades auxiliares foram reparadas nos estaleiros do Lóide Brasileiro e da Companhia Nacional de Navegação Costeira.

No presente ano, espera-se a entrega ao tráfego de navios encomendados aos estaleiros nacionais num total de 122,9 mil tdw, que representam mais de 60% das encomendas. Nos próximos meses, deverá a frota mercante nacional ser enriquecida com a entrada em operação de quatro novos petroleiros, construídos em estaleiros nacionais, e nove navios, para transporte de cabotagem e de longo curso de carga sêca e granéis sólidos. A nossa indústria de construção naval contribuirá ainda, em 1964, para diversificar a nossa pauta de exportação.

Portos

A concentração de fatôres de produção nas proximidades da orla marítima, bem como a amplitude do litoral brasileiro, tornou imperativo da integração e do desenvolvimento da economia nacional a existência de rêde portuária em condições de enfrentar as exigências de expansão do comércio exterior e do intercâmbio entre as diversas regiões do País.

Entretanto, é forçoso reconhecer que o sistema portuário não tem recebido tratamento compatível com a sua importância. O notável e rápido crescimento do transporte por vias internas, especialmente do transporte rodoviário, contribuiu para a acentuada queda da cabotagem, daí advindo a estagnação dos investimentos e a relativa falta de interêsse do poder público em revigorar o sistema.

Consciente de tal realidade e da urgência da solução do problema dos portos, o Govêrno procurou adotar, de imediato, providências de caráter operativo, administrativo e institucional, para propiciar as bases da infra-estrutura portuária correspondente às nossas necessidades.

E' inegável, por exemplo, que os baixos rendimentos do transporte hidroviário derivam, em grande parte, da insuficiência e da inadequação das instalações portuárias. Com os recursos consignados ao Fundo Portuário Nacional, vasto plano de realizações foi organizado pelo Govêrno, segundo prioridades cuidadosamente estudadas. O ritmo de sua execução padece, todavia, de entraves de ordem burocrática, que têm de ser superados.

A solução dos problemas portuários não será, portanto, atingida exclusivamente mediante a aplicação de vultosos investimentos. Será necessário modificar o regime de trabalho nos portos, para assegurar o funcionamento contínuo das instalações, atualmente não completamente utilizadas, e pôr têrmo à sobrestadia dos navios nos portos. Apenas com essa providência se dará importante passo para beneficiar, imediatamente, a navegação mercante, ficando resguardados, ao mesmo tempo, os legítimos

interêsses da classe trabalhadora, graças a novas oportunidades de emprêgo abertas para revitalização dos transportes hidroviários.

O programa que vem sendo realizado por intermédio ou com supervisão do DNPVN, transformado em autarquia a partir de 1963, o que lhe conferirá maior flexibilidade e alcance de ação, prevê a aplicação de recursos da ordem de Cr$ 55 bilhões e US$ 13,1 milhões, maior parte dos quais fornecidos pelo Fundo Portuário Nacional, conforme ficou assinalado, e pelo Fundo de Melhoramento dos Portos. A extensão dessa meta, relacionada estreitamente com o reaparelhamento da Marinha Mercante, é peça básica do Plano e proporcionará revigoramento do comércio exterior e de cabotagem.

Em 1963, foram aplicadas na execução dessas obras quantias da ordem de Cr$ 19,2 bilhões.

Na construção do Pôrto de Mucuripe, no Ceará, de importância capital para o escoamento da produção regional, aplicou-se quantia de mais de metade de um bilhão de cruzeiros, num total previsto de cifra superior a Cr$ 1,5 bilhão, e concluíram-se os estudos geofísicos de projetado pôrto de Areia Branca, no Rio Grande do Norte, para dar saída à produção salineira nordestina.

No litoral baiano, estão sendo melhorados os portos de Salvador e Ilhéus — êste último para atender à exportação de cacau, principal riqueza do sul do Estado —, e acha-se em construção ainda o pôrto de Campinho, para facilitar a exportação do minério de ferro.

Com o objetivo de ampliar a capacidade de manipular carga de minérios e carga sêca, em geral, do pôrto do Rio de Janeiro, a APRJ exigiu recursos superiores a Cr$ 216 milhões, dos quais mais de 85% foram aplicados na construção do parque de minérios e carvão, com a capacidade para a exportação de 7 milhões de toneladas anuais.

No pôrto de Santos, para eliminar congestionamentos periódicos, causados por falta de instalações adequadas, foi aplicada quantia superior a um bilhão de cruzeiros. Ampliou-se o cais de Macuco em mais de 360 metros e adquiriram-se quatro sugadores

pneumáticos para trigo com capacidade de 150 toneladas/hora, dez para milho a granel e diversos equipamentos para movimentação de carga.

Mais de Cr$ 100 milhões foram aplicados em obras portuárias nos Estados do Sul.

No corrente ano, o programa de investimentos deverá atingir Cr$ 26 bilhões, que deverão provir do Fundo Portuário Nacional (45%), do Fundo de Melhoramento dos Portos (17%) e de verbas orçamentárias (31%).

Finalmente, prosseguiu em ritmo acelerado a construção do terminal exportador de minério de ferro da Ponta do Tubarão, próximo a Vitória, o qual, construído por conta da Companhia Vale do Rio Doce, deverá absorver recursos avaliados em Cr$ 16 bilhões, dos quais a parte em moeda estrangeira corresponderá a US$ 10 milhões. A sua capacidade de exportação na primeira etapa será superior a 17 milhões de toneladas anuais, incluindo-se, portanto, entre os maiores empreendimentos no gênero, em todo o mundo.

d) Aeroviário

A partir de 1963, a rêde denominada "Plano de Integração Nacional", que mantém linhas de penetração no interior do território brasileiro e serve a mais de quatrocentas cidades, passou a contar com auxílios diretos, sob regime de subvenção por quilômetro, tanto para as emprêsas que funcionam em linhas internas, quanto para as que exploram as linhas internacionais. Além disso, previu-se contribuição financeira para reequipamento. Em 1963, a aviação comercial incluiu, na sua frota, 28 novas unidades de turbo-jato e turbo-hélice, a saber: 8 "Caravelle VI-R", 3 "Convair 990-A", 1 "Boeing 707-441", 1 "Douglas DC-8", 5 "Electra II" e 10 "Vicker Viscount". Para possibilitar essa renovação de equipamento e subvencionar a exploração das linhas consideradas comercialmente deficitárias, o Govêrno concedeu à aviação comercial ajuda no montante de Cr$ 18 bilhões.

Em 1963, foram igualmente intensificados esforços no sentido do melhoramento e expansão da infra-estrutura aeronáutica (campos de pôuso, aeroportos e serviços de proteção ao vôo). O "Plano Aeroviário Nacional" apresentado pelo Ministério da Aeronáutica previu, inicialmente, obras em 70 aeroportos, da maior importância para o tráfego aéro-comercial e a própria segurança do País. No ano passado, obras contratadas pelo Ministério da Aeronáutica, abrangendo 54 aeroportos, somaram cêrca de Cr$ 4 bilhões e destinaram-se a serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação, balizamento noturno e diurno e estações de passageiros.

O Govêrno continuará a cuidar do reequipamento e renovação da frota aero-comercial, bem como do melhoramento e expansão da infra-estrutura, da melhoria da produtividade e da rentabilidade dêsse meio de transporte, com o fito de reduzir o montante das subvenções.

4. Comunicações

Apreciação Geral dos Problemas

De modo geral, o setor de comunicações no Brasil ressente-se ainda dos tradicionais entraves que dificultam seu desenvolvimento, da crônica insuficiência de verbas à disparidade dos serviços prestados, ora diretamente pela União, ora por concessionárias particulares, o que tudo gera progressiva deterioração do sistema, contra a qual o govêrno vem tomando as medidas mais eficazes.

Assim, em 1963, o Departamento dos Correios e Telégrafos conseguiu, na medida dos recursos disponíveis, atualizar os seus serviços, melhorando-os e estendendo-lhes a rêde, que veio a cobrir maior número de localidades, para o que foram criadas 844 agências postais em vários pontos do território nacional.

Foi dada, também, especial importância à expansão da Rêde Nacional de Telex, ampliando-se as centrais de Brasília, Rio de

Janeiro e São Paulo e aumentando-se o número de canais que as ligam.

Essa expansão do Serviço Nacional de Telex, com as mesmas tarifas, teve um aumento de renda que vai de 84 milhões de cruzeiros, em 1962, para 151 milhões de cruzeiros em 1963, sendo, na América Latina, a que mais ràpidamente se desenvolve.

Expandiram-se as atividades da telegrafia pública, tendo-se melhorado as condições de tráfego do trecho Rio-São Paulo e preparado as condições para o funcionamento, no ano em curso, do trecho São Paulo-Curitiba. Outras medidas foram tomadas, como obras civis, aquisição de equipamento, instalações diversas, no Norte e no Nordeste, num plano nacional de racionalizar e tornar mais eficaz êsse importante serviço.

Sistema de Telecomunicações

As telecomunicações, implantadas de modo descontínuo e sem observância dos preceitos da técnica, não compunham verdadeiro sistema nacional. E' que as concessões para exploração dos serviços eram feitas por podêres diversos, sem uma política orientadora da formação de uma rêde nacional de telefonia.

Nos serviços telegráficos a situação é mais grave: apesar de sempre ter existido um único poder concedente, a União, a política seguida era ainda mais prejudicial aos interêsses do País. De um lado, oferecia-se a emprêsas privadas — tôdas estrangeiras — a exploração dos circuitos que, ligando os centros de maior desenvolvimento sócio-econômico, proporcionam ótimas condições de rentabilidade, enquanto, de outro, se entregava ao órgão estatal, Departamento dos Correios e Telégrafos, a exploração das linhas de penetração, deficitárias por natureza, condenando-se aquêle órgão a um aviltamento progressivo.

Providências desconexas eram tomadas. Para estudar o assunto, nomeavam-se comissões, que tôdas encontravam as mesmas dificuldades, apontando em seus relatórios a inexistência de uma política nacional de telecomunicações, além de multiplicidade de órgãos, no plano federal, no estadual e no municipal.

Com o advento do Código Brasileiro de Telecomunicações, — Lei nº 4.117, de 27 de agôsto de 1962 — que estabeleceu uma política e criou um órgão apto a executá-la e fiscalizá-la, o Govêrno iniciou as providências para solução de tão magno problema.

Assim é que organizou o Conselho Nacional de Telecomunicações, tendo-lhe baixado diretrizes para que, com urgência, fôsse elaborada a regulamentação da lei e estabelecidos critérios tarifários, que, assegurando economia na execução dos serviços, permitissem, não só a sua eficácia, como também a sua expansão.

Como tarefa preferencial, aprovou ainda o Plano Nacional de Telecomunicações, oferecendo ao País, pela primeira vez, instrumento capaz de promover a integração nacional por intermédio da circulação rápida da informação e da cultura.

Não teria sentido, no entanto, a aprovação do Plano, se o Govêrno não diligenciasse a efeito de criar os meios capazes de permitir a sua implantação e exploração, que foram consubstanciados na aprovação do Regulamento do Fundo Nacional de Telecomunicações e na constituição da Emprêsa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL).

O ano de 1963 constituiu-se, pois, em notável marco no setor das telecomunicações, graças à criação da EMBRATEL.

No corrente ano, o Govêrno iniciará, por intermédio do Conselho Nacional de Telecomunicações e da EMBRATEL, a execução do Plano Nacional de Telecomunicações — conjunto de medidas capazes de dotar o País de um Sistema Nacional de Telecomunicações integrado, apto a promover e estimular o desenvolvimento da indústria nacional de telecomunicações e concorrer para a formação do pessoal especializado indispensável à implantação, funcionamento e manutenção do Sistema.

B) AGRICULTURA

1. Comportamento geral do setor

A economia brasileira vem experimentando, nos últimos anos, sensível modificação de estrutura, particularmente a partir

de 1950, o que se traduziu no ritmo bem mais intenso de expansão do setor industrial, deixando de ser o setor agrícola a principal fonte de suprimento de mercadorias.

A preços constantes de 1949, as atividades agropecuárias representavam, em 1950, cêrca de 27% do produto interno, enquanto o produto gerado no setor industrial correspondia a 23% do total. No ano de 1960, as atividades do setor agrícola representavam 23% do produto nacional, ao passo que os bens originários da indústria participavam com 33% do total.

A ação governamental tem sido decisiva no sentido de manter o ritmo de crescimento do parque manufatureiro e mesmo de elevá-lo, com as providências de longo alcance no campo energético e dos transportes, visando à associação de recursos estatais e privados para empreendimentos no setor de indústrias de base.

É indispensável, porém, que, a par das medidas que objetivam o desenvolvimento industrial, trace e execute o Poder Público uma política de expansão e modernização da agricultura, elevando-se a sua produção e a produtividade desta a níveis compatíveis com o crescimento da população, o aumento da renda individual e da demanda crescente da indústria — fatôres de expansão da procura interna.

A redução nos efetivos da mão-de-obra agrícola, cujo excesso deve transferir-se para as fábricas e múltiplas atividades urbanas, acompanhada de melhor tecnologia nos processos culturais e modernização geral da agricultura, faz parte do desenvolvimento econômico. Na realidade, êsse fenômeno, corolário da industrialização, não se vem observando na atividade agropastoril, verificando-se, ao contrário, ritmo muito lento de expansão nas atividades do campo e, até, a estagnação em determinadas áreas, o que significa não estar o setor agrícola respondendo, na medida necessária, ao esfôrço nacional, que fica, assim, incompleto, provocando graves tensões econômicas e sociais.

Ao progresso do meio urbano pela expansão das indústrias e criação de novos empregos nas diversas atividades, acompanha-

do de legislação trabalhista que procura aperfeiçoar-se no atendimento das justas reivindicações dos trabalhadores já sindicalizados e aptos a defender seus legítimos interêsses, corresponde uma agricultura que, de modo geral, permanece atrasada em seus processos de produção.

O fundamento da questão agrária nacional reside, em grande parte, na defeituosa distribuição de terras, fruto do processo histórico que reteve, em poucas mãos, a maior parte das terras cultiváveis próximas aos grandes centros consumidores. Dissemina-se no meio rural brasileiro, de um lado, o latifúndio ocioso ou produtor exclusivo de culturas de exportação, quase sempre em regime de baixa produtividade, e, de outro, milhares de pequenos estabelecimentos constituídos por posseiros ou simples ocupantes de terra, sem qualquer garantia ou estímulo para o seu trabalho, caracterizados, uns e outros, por formas retrógradas de exploração agropastoril.

Constitui rara exceção, no meio rural, a propriedade familial de alta produtividade, dedicada a culturas alimentares, com o emprêgo de técnicas modernas e onde usufruam o proprietário e demais moradores padrões de confôrto, possibilidades de desenvolvimento, cultura, e melhoria de condições sanitárias, próximas às que já se oferecem aos brasileiros residentes no meio urbano.

Os resultados do Censo de 1960 revelam o agravamento dos defeitos da estrutura fundiária do país no último decênio, indicando a tendência para diminuição do número de propriedades de tamanho médio, que se vêm fragmentando e a conservação de estabelecimentos de grandes áreas improdutivas.

Além disso, o ritmo de crescimento do setor agrícola tem sido continuamente influenciado por outros fatôres negativos, agravados pela irregularidade climática que a falta de tecnologia adequada impede de controlar ou atenuar. Em 1961, o cômputo global da expansão agrícola revelava a taxa de 5,1% em relação à safra anterior. No ano de 1962 assinala-se crescimento quase nulo.

A precariedade dos meios de informação e a falta da coincidência do ano agrícola nas diversas regiões e em relação às safras dos diferentes produtos dificultam o conhecimento exato de como se comportou o *quantum* da agricultura em 1963, causando carência de dados com os quais se possam fazer observações seguras. Entretanto, as informações preliminares sôbre as safras de algumas lavouras autorizam-nos a afirmar não ter havido nesse ano de 1963 qualquer expansão da produção agropecuária que se expresse em têrmos significativos.

Entre os demais fatôres impeditivos do crescimento da agricultura, cita-se, por sua relevância, o mecanismo de comercialização dos principais produtos agrícolas, dominados por grupos de especuladores que, além de forçarem constantemente a alta dos preços pagos pelo consumidor, criando "situações de escassez" artificiais, apropriam-se das vantagens advindas da exacerbação da demanda, as quais deveriam constituir o estímulo natural para a reorganização das atividades rurícolas em escalas compatíveis com as mutações dos mercados que as influenciam.

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA — "QUANTUM"

(1953 — 100)

ESPECIFICAÇÃO	1959	1960	1961	1962
Produtos para consumo interno	128,8	134,8	144,8	147,3
— Para alimentação	130,1	138,2	143,6	146,1
— Para indústria	123,6	118,3	154,1	156,9
Produtos para exportação	146,1	148,2	160,9	159,9
— Café	154,5	146,4	150,6	134,6
— Cacau	129,8	119,2	113,8	120,8
— Outras	167,9	145,2	161,8	181,6
— Total	133,2	138,4	146,0	150,9

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

2. Produção agropecuária

Produtos Alimentares

O programa agrícola que vem sendo pôsto em prática pelo Govêrno visa, bàsicamente, à expansão das culturas alimentares, por meio de medidas concretas no campo do crédito agrícola e da fixação de preços mínimos compensadores, que se devem reajustar pelos índices de desvalorização da moeda, a fim de estimular o produtor e contribuir para o aumento da produção. Em complemento a essas medidas, tem procurado o Govêrno adotar providências de largo alcance nos setores da mecanização rural, da pesquisa e experimentação agrícola, possibilitando melhorar a tecnologia das atividades rurais.

A produção alimentar não vem aumentando em proporção suficiente para atender à demanda. Entre 1953 e 1962, acusou um aumento de 46%. No mesmo período, o crescimento vegetativo da população atingiu 28% (taxa média anual de incremento demográfico de 3,1%), enquanto a renda individual experimentou aumento de cêrca de 30%. Tomando-se por base um coeficiente de elasticidade-renda igual à unidade (maior procura de determinados alimentos em função do aumento de renda *per capita*), e tendo-se em vista os reflexos da elevação da renda individual no aumento do consumo de largas camadas da população, verifica-se ter sido insuficiente a oferta no período citado.

Os dados preliminares referentes à safra de 1963 não são, de modo geral, satisfatórios. A produção de arroz experimentou aumento de 8% em relação ao ano de 1962; a produção de milho acusou incremento da ordem de 7%, enquanto a de feijão aumentou de 3%. A produção de trigo reduziu-se de 16%.

No cômputo global da produção alimentar verifica-se crescimento de 3,7%.

Daí o acêrto de conceder-se especial atenção aos produtos que constituem a base alimentar da população brasileira, não só estimulando o plantio em novas áreas e proporcionando meios

para o aumento da produtividade, como também procurando eliminar os desperdícios resultantes das dificuldades de transporte, além de organizar a comercialização de modo que se anulem as especulações verificadas no comércio dos principais produtos.

Matérias-primas

A produção de matérias-primas tem experimentado aumento superior ao registrado para os produtos alimentares. Entre 1953 e 1962, notou-se uma expansão de 56,9%, em relação ao *quantum* do primeiro ano, correspondente a um incremento médio anual de 5,7%.

Não obstante êsses dados globais, no que toca a algumas matérias-primas de importância capital no suprimento de nossa indústria, o volume de produção obtido não é satisfatório.

Algodão — A produção de algodão, que nos últimos anos sofreu acentuada crise, mostra tendência à recuperação, tendo alcançado em 1963 o volume de 1.933.000 toneladas, o que revela pequeno aumento em relação ao ano anterior.

Borracha — A produção de borracha, em 1963, situou-se em tôrno de 44.240 toneladas, das quais apenas 36% de borracha natural (pouco mais de 16.000 toneladas).

Como se vem prevendo, a borracha natural entra em sua fase de declínio, malgrado os esforços desenvolvidos em favor da heveicultura.

Outros produtos — Outras matérias-primas vegetais, tais como a juta e algumas sementes oleaginosas, demonstram tendência à expansão, embora os volumes produzidos venham crescendo em ritmo inferior às reais possibilidades dos mercados.

Produtos de Exportação

A política seguida no setor da exportação tem procurado expandir o comércio exterior pela conquista de novos mercados,

atenta, ao mesmo tempo, à necessidade de diversificação dos produtos exportáveis.

Café — No tocante ao café, que continua sendo a principal fonte de divisas com que conta o País, vêm-se envidando esforços no sentido de ajustar a produção às possibilidades dos mercados e de evitar-se o desperdício de recursos reais, mediante a racionalização da lavoura cafeeira.

O plano inicial do Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura — GERCA — visa a eliminar cêrca de 2 bilhões de cafeeiros antieconômicos e ao replantio, em bases racionais, de 500 milhões de pés de café, prosseguindo com a fixação de quotas individuais de produção, renovação dos cafezais remanescentes e diversificação de culturas nas áreas liberadas.

Cacau — Quanto à produção de cacau, atua o Govêrno a fim de desenvolver os trabalhos para o incremento dessa cultura e obtenção de maiores rendimentos por área cultivada. Intensifica-se a pesquisa para o melhoramento genético e resolução dos problemas de fisiologia e nutrição da planta, adoção de métodos culturais mais adequados e melhores processos de beneficiamento e industrialização do produto.

Além disso, preocupa-se o Govêrno em ativar por outros meios o desenvolvimento sócio-econômico das áreas cacaueiras, tendo, para êsse efeito, reestruturado a Comissão Executiva de Proteção à Lavoura Cacaueira (CEPLAC).

Açúcar para exportação — No setor da economia açucareira nacional registrou-se acontecimento dos mais importantes, em 1963: foi a conclusão, pelo Instituto do Açúcar e do Álcool, dos estudos pertinentes à ampliação da capacidade de produção de açúcar instalada no País, estimada hoje em 61,8 milhões de sacas de 60 kg e que deverá elevar-se ao nível de 100 milhões de sacas na safra de 1970-71. O incremento previsto, de 38,2 milhões, é suficiente para assegurar a satisfação da crescente demanda interna, que, segundo as projeções, deverá atingir a 80 milhões de

sacas em 1971. Isso permitirá um consumo médio *per capita* de 48 kg e proporcionará, ainda, um volume de 20 milhões de sacas, correspondentes a 1,2 milhão de toneladas métricas, que significará a presença do Brasil no mercado internacional do produto.

Madeiras — No ano passado foram exportados cêrca de 330.000.000 de p2 de pinho serrado, no montante aproximado de 36 milhões de dólares. O plantio realizado nos diversos parques do Instituto Nacional do Pinho totalizou 5.266.560 pés, com área reflorestada de 1.100.950 hectares. No mesmo exercício foi realizada uma prospecção das possibilidades da comercialização das madeiras amazônicas, esperando-se, assim, disciplinar a produção regional, defender os preços e fomentar as vendas para o exterior.

Mate — As exportações de mate representaram o volume de 51.297 toneladas, no valor aproximado de Cr$ 8.376.160,00.

O ano de 1963 foi para a economia ervateira um dos mais graves de sua história, não só em virtude do decréscimo verificado no consumo interno, como também em razão do agravamento da posição do produto nos chamados *mercados tradicionais*, cujas perspectivas de melhoria são remotas.

O Instituto Nacional do Mate realizou um programa de assistência ao produtor e disciplinamento dos negócios de exportação. Foram, ainda, intensificadas as operações dos campos de sementagem e experimentação agrícolas, para seleção e fornecimento de mudas destinadas ao replantio, e mantida a política de retificação dos ervais nativos, com o fim de transformá-los em ervais plantados, sem a incidência de outras espécies vegetais, que dificultam as operações de colheita.

Pecuária

Os dados do Censo Agrícola de 1960 (Quadro) demonstram uma expansão na população bovina, relativamente aos algarismos do censo anterior, de cêrca de 20% (55,7 milhões de cabeças contra 49,9 milhões), com um ritmo médio de crescimento bem inferior ao da população humana, o que agrava a tendência ao

desequilíbrio entre demanda e oferta da produção de origem animal.

BRASIL — POPULAÇÃO BOVINA

1950 — 1960

REGIÕES FISIOGRÁFICAS	ANO DE 1950	ANO DE 1960
Norte	1.031.360	1.228.540
Nordeste	5.560.625	6.424.038
Leste	16.356.839	18.880.045
Sul	16.901.249	18.663.980
Centro-Oeste	7.041.135	10.396.050
BRASIL	46.891.208	55.692.653

Fonte: Serviço Nacional do Recenseamento.

Tendo sido o decênio caracterizado por forte mudança estrutural da economia brasileira, com elevação progressiva da renda, é fácil atribuir-se a ocorrência, no período de uma maior pressão sôbre o consumo de carnes, forçando o aumento da taxa de desfrute dos rebanhos, ao mesmo tempo que o conhecimento da realidade nos dá conta de que não houve melhoria significativa de produtividade no cômputo global da pecuária nacional.

A criação de animais de menor porte não teve um incremento capaz de gerar uma oferta em volume bastante para influenciar o mercado pela substituição da carne bovina. A suinocultura continua dedicada mais especificamente à produção de banha e o rebanho ovino tem maior expressão no sul do País, onde é explorado para obtenção de lã.

Para os anos de 1962 e 1963, as estimativas da população bovina são contraditórias, não oferecendo segurança os seus dados. Entretanto, seria de incontestável bom senso admitir a persistência das condições observadas no período entre os censos de 1950 e 1960. As campanhas para debelar a aftose e outras moléstias tiveram intensificação recente demais para apresentar resultados positivos. Quanto aos programas de renovação de plantéis e melhoria de forragens, concentram-se apenas nas bacias leiteiras dos

maiores centros de consumo, a fim de atenuar a carência de leite local.

O desenvolvimento da avicultura, conquanto avulte em algumas regiões, tem expressão limitada, quando computado em têrmos globais

AVICULTURA — NÚMERO DE AVES — (1.000 cabeças)

ANOS	GALINHAS	FRANGOS	TOTAL
1958	97.557	63.414	160.971
1959	100.774	66.099	166.873
1960	106.297	69.089	175.386
1961	112.802	73.016	185.818
1962	119.523	78.268	197.791

Fonte: Serviço de Estatística da Produção.

Observando-se o incremento da produção de leite, nos últimos anos, tem-se, igualmente, conclui-se pela existência de uma oferta relativamente rígida, que não vem correspondendo à evolução da demanda, apesar dos esforços governamentais no sentido de incrementá-la. Partindo-se de 1960 com uma produção de 4,9 bilhões de litros, temos, em 1961, 5,07 bilhões e, em 1962, 5,30 bilhões.

3. Estrutura agrária

A Posse e Utilização da Terra

Não se pode negar a estreita dependência em que se acha a continuidade do processo de desenvolvimento nacional da resposta que o setor agrícola possa dar às mutações que se vão operando na economia. A par disto, evidencia-se a impossibilidade de ativar a dinamização da agricultura brasileira sem corrigir a defeituosa estrutura fundiária que lhe serve de base.

A regra geral, em tôdas as regiões do País, é a elevação da concentração territorial, sem adequado aproveitamento da terra. O acentuado aumento no número de estabelecimentos agrícolas,

no decênio 1950/60, verificou-se sem atingir a grande propriedade ou reduzir sua elevada extensão territorial. Em algumas regiões observou-se até aumento no grau de concentração.

Em 1950, havia no País 2.604.642 estabelecimentos agrícolas que ocupavam uma área de 232 milhões de hectares, ou 27% do território nacional. Em 1960, elevou-se para 3.349.484 o seu número e a área para 265 milhões de hectares, o que significa ainda reduzida ocupação da superfície nacional, ou sejam 31,2%.

Apenas 2,2% do número total de estabelecimento (74.000, em números absolutos), com área igual ou superior a 500 hectares abrangem 58% da superfície agrícola total do País, ou sejam 154 milhões de hectares, num total de 265 milhões.

Verifica-se, também, que em nossos estabelecimentos de elevada extensão, a área cultivada corresponde a 3,5% apenas da área total. Ainda levando-se em conta a parcela de terras reservadas a pastagens, geralmente fracas e de baixa produtividade, evidencia-se elevado índice de ociosidade da terra.

Reforma Necessária

A política do Govêrno, quanto ao programa agrário, visa fundamentalmente a facilitar o acesso à terra pelos legítimos produtores. Milhões de brasileiros não tiveram ainda oportunidade de cultivar suas próprias terras, num país de tão vasta extensão.

A correção das anomalias da estrutura fundiária nacional, originada de obsoleta concepção do direito de propriedade, faz-se mister seja iniciada com urgência, pois, além de constituir ponto de estrangulamento que impede a rápida dinamização da produção agrícola, causa mal-estar social capaz de assumir proporções imprevisíveis, na medida em que a explosão demográfica, principalmente nas áreas mais subdesenvolvidas, aumenta a pressão pela posse da terra, como meio de sobrevivência.

Impõe-se, assim, a Reforma Agrária, e, para isto, necessário se torna dotar o poder público de instrumentos legais que lhe permitam executá-la, em bases objetivas e a custos compatíveis com a conjuntura sócio-econômica nacional.

O argumento de que se pode realizar a Reforma Agrária com as terras públicas não resiste à mais simples análise. Excluindo-se as terras virgens, e presentemente inaproveitáveis, da região amazônica ou do Centro-Oeste, onde não se encontram as condições mínimas para a realização de projetos de colonização acompanhados da indispensável assistência técnica ao produtor, não dispõe o poder público de mais de 5% das terras agrícolas do país, incluídas as da União, as dos Estados e as dos Municípios.

Providências adotadas

Enquanto o Congresso Nacional não oferece os instrumentos legais adequados para a realização da Reforma Agrária, o Poder Executivo vem adotando uma série de providências, por intermédio da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), mediante a utilização do poder de desapropriação nos têrmos em que legalmente está investido. Dentro dessa limitação, foi concebida a providência de desapropriar terrenos rurais mal aproveitados, em tôrno de estradas, ferrovias e açudes públicos.

As providências ora em curso incluem a execução de programas preparatórios em terras disponíveis, para a sua distribuição a lavradores sem terra, oferecendo-se, ao mesmo tempo, um mínimo de assistência, por meio de programas específicos de comercialização, sindicalização rural, alfabetização e treinamento.

Procedeu-se ao levantamento das necessidades imediatas dos Núcleos Coloniais, Postos de Migração, Imigração e Hospedarias do antigo Instituto Nacional de Imigração e Colonização e ultimam-se as medidas de emancipação de diversos núcleos coloniais, com entrega aos colonos dos respectivos títulos de propriedade das terras que ocupam. Em dezembro de 1963, foram outorgadas 2.000 escrituras definitivas.

Visando a lograr a mobilização total dos recursos disponíveis, foram celebrados convênios entre a SUPRA e as Fôrças Armadas, mediante os quais se estabeleceu a participação destas nos progra-

carência de muitos serviços para os quais a SUPRA não está aparelhada.

Merece particular referência pela sua significação social e econômica o trabalho que vem sendo realizado pela SUPRA em duas áreas recentemente desapropriadas: Imbé, no Município de Campos, e Fazenda Florestal, em Paracambi. Essas desapropriações foram motivadas por grave comoção social nas respectivas regiões, o que obrigou a imediata ação do Govêrno.

Organização do Trabalho Rural

A incipiente organização social da massa de camponeses vinha-se constituindo em fator propício às agitações, pois, ignorante das causas reais de seus males, tornava-se prêsa fácil das pregações demagógicas. Ademais, dificultava o aproveitamento racional da fôrça de trabalho da população rural ativa, favorecendo a exploração desumana do lavrador sem terra, mediante processos espoliativos que repugnam à consciência de justiça do povo brasileiro.

Estatuto do Trabalhador Rural — Antiga reivindicação, o Estatuto do Trabalhador Rural foi, afinal, promulgado pela Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963. Após cuidadosos estudos, a lei foi regulamentada pelo Decreto nº 53.154, de 10 de dezembro do mesmo ano. Tão auspicioso evento dará ao trabalhador rural os direitos e vantagens da previdência social, assegurar-lhe-á salário mínimo, jornada de 8 horas, férias, etc.

Sindicalização Rural — O Poder Executivo acompanha com o máximo interêsse o movimento de sindicalização no meio rural, que se desenvolve em todo o País. Cabe estimulá-lo na defesa dos interêsses dos trabalhadores do campo, em harmonia com a política de proteção às legítimas reivindicações dos que trabalham.

Mediante esforços comuns, do Ministério do Trabalho e Previdência Social e da SUPRA, conjugados na forma de convênio, mereceram, já, exame e aprovação os processos de reconhecimento de nada menos de 1.177 sindicatos de trabalhadores rurais, e 40 de trabalhadores autônomos do campo.

4. Pesquisa e experimentação

O Ministério da Agricultura vem atuando em alguns projetos, que envolvem estudo da produtividade de diversas culturas, de fertilizantes do solo, irrigação, contrôle e resistência a pragas e doenças, produção de sementes selecionadas básicas, seleção e melhoramento de animais produtores de carne, leite, lã e ovos.

E' de pôr em relêvo, ainda, que, para completo conhecimento dos solos no território nacional, estão já concluídos os levantamentos pedológicos dos Estados do Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, desenvolvendo-se êsse trabalho, atualmente, nos Estados de Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Resultados experimentais positivos já foram obtidos. Atualmente, 90% das áreas canavieiras dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro são cobertas com variedades obtidas na Estação Experimental de Campos (RJ), as quais já despertam invulgar interêsse em outras regiões canavieiras do país e até do exterior. De trigo, foram oferecidas aos plantadores 10 novas variedades com boas características agronômicas, sobretudo de resistência a doenças. Além disso, já se dispõe de clones de cacau que apresentam produtividade até 10 vêzes maior que as plantas comuns.

5. Incentivos à produção

Fundo Federal Agropecuário

A criação do Fundo Federal Agropecuário pela Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962, veio diminuir as dificuldades originadas pela corrente inoportunidade com que é possível liberar as verbas necessárias ao financiamento de projetos do Ministério da Agricultura. Pela administração do Fundo Federal Agropecuário têm sido examinados diversos projetos essenciais ao desenvolvimento agropecuário, de aplicação em todo o território nacional; e, direta ou indiretamente, relacionados com a expansão das culturas alimentares e com o aumento da produtividade agrícola em geral.

Encontram-se em início de execução projetos de desenvolvimento agropecuário, elaborados pelo Ministério da Agricultura,

referentes a: *Motomecanização Agrícola*, que visa incrementar a formação de patrulhas mecanizadas em todo o País, para atender diretamente aos agricultores, aproveitando os equipamentos já produzidos pela indústria nacional; *Campanha contra a Febre Aftosa*, cujo objetivo é estabelecer as medidas necessárias ao contrôle dessa grave doença do rebanho; *Produção de Sementes e Mudas*, institucionalizando a produção de sementes e mudas melhoradas em todo o território nacional; *Erradicação do Cancro Cítrico nos Estados do Paraná e Mato Grosso*, que tem por fim eliminar doença gravíssima das plantas cítricas, pela primeira vez assinalada no Brasil; *Pesquisa Agrícola*, destinado a estabelecer e manter as bases para o aumento da produção de alimentos; *Desenvolvimento da Triticultura*, que estudará e adotará as medidas que se tornarem necessárias para a solução adequada dos problemas da lavoura do trigo em nosso País; *Melhoramento do Gado Leiteiro*, com a finalidade de fomentar a produção da pecuária leiteira, a médio prazo, mediante a melhoria de pastagens, da produção e conservação de forragens e da generalização de algumas práticas aperfeiçoadas de manejo; *Pesquisas Zootécnicas e Veterinárias*, para dinamizar e ampliar as pesquisas e experimentação destinadas a melhorar a produtividade dos rebanhos nacionais.

Os projetos acima relacionados, e outros destinados ao desenvolvimento agropecuário nacional, prevêm a utilização de recursos avaliados em 164 bilhões de cruzeiros que serão despendidos até janeiro de 1966.

Crédito Rural

A ação desenvolvida pelo Govêrno, no que respeita ao Crédito Rural, tem por meta primordial imprimir a êsse tipo de crédito especializado caráter de instrumento econômico básico para a dinamização da política agrícola e auxiliar a correção da estrutura agrária, visando ao aumento da produção de bens agropecuários e melhoria da produtividade do trabalho rural.

O quadro abaixo oferece elementos de comparação entre créditos deferidos pelos bancos federais e organismos financiadores

da rêde estadual e privada. nos anos de 1962 e 1963, pelos quais se pode ter uma idéia do incremento verificado no exercício recém-findo.

BANCOS	1962		1963	
	NÚMERO DE CONTRATOS	VALOR 1.000.000	NÚMERO DE CONTRATOS	VALOR 1.000.000
Bancos Federais (1).....	372.506	168.734	404.800	240.296
Bancos Estaduais e Privados..	35.646	12.373	66.288	23.669
TOTAL.....	408.152	181.107	500.088	236.965

(1) Bancos do Brasil, Nordeste do Brasil, Nacional de Crédito Cooperativo e Crédito da Amazônia.

De outra parte, pretende-se oferecer efetiva assistência creditícia, de sentido social, aos pequenos e médios produtores rurais, em todo o País. Esfôrço considerável vem sendo desenvolvido neste sentido, traduzindo-se na dispensa de garantias reais e grande simplificação da burocracia operacional dos Bancos do Govêrno, de forma que a oferta de crédito se torne acessível aos ruricolas mais pobres. No ano de 1963, a CREAI do Banco do Brasil S. A., de acôrdo que o seu programa de favorecimento de crédito ao pequeno produtor, contratou cêrca de 195.600 operações, no valor de 21 bilhões de cruzeiros.

E' de ressaltar que, em conseqüência de estudos concluídos no ano recém-findo, elaborou-se o Plano de Crédito Rural para o triênio 1963-1965, aprovado pelo Govêrno em maio do ano passado, no qual se condensa a política de crédito à agropecuária.

Ao Crédito Rural, no exercício que se inicia, está reservado importante papel como fator coadjuvante do fortalecimento da economia agrícola, mormente em face do Projeto nº 710-D, de iniciativa do Poder Executivo, já aprovado pela Câmara dos Deputados e enviado ao Senado Federal para exame e decisão.

A aprovação pelo Senado do referido projeto de lei, que institucionaliza a Coordenação Nacional do Crédito Rural, propiciará ao Poder Executivo condições e recursos técnicos e financeiros capazes de permitir atuação mais eficaz e de dinamizar outros serviços assistenciais de que se ressente o meio rural.

E' de notar que órgãos de concessão de crédito, de atuação importante para auxiliar programas essenciais — por exemplo, a Carteira de Colonização do Banco do Brasil, à qual caberia papel de relevância, como suporte financeiro para a reorganização fundiária da Agricultura — não dispõem de suficientes recursos para o desenvolvimento de seus trabalhos.

Não obstante, espera-se sanar essa dificuldade e outras, mediante a instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural, dotado de fundo específico — projeto que, no momento, se acha ainda na dependência de aprovação do Congresso Nacional.

Preços Mínimos

A Comissão de Financiamento da Produção, transformada, por fôrça da Lei Delegada nº 2, de 26 de setembro de 1962, em autarquia federal jurisdicionada à SUNAB, passou a operar no exercício de 1963 em volume bem mais expressivo, tendo realizado mais de 28 mil transações de compra que totalizaram 711 milhões de quilos de produtos, no valor de 21 bilhões de cruzeiros.

A concessão de financiamentos totalizou cêrca de 1.700 operações, no valor aproximado de 19 bilhões de cruzeiros, com predominância do algodão (12 bilhões) e arroz (4 bilhões).

Em resumo, durante o ano de 1963, foram beneficiados, por meio de operações de compra ou de financiamento, cêrca de 30 mil solicitantes, ou seja, 22 mil a mais do que no ano anterior. Aproximadamente 1 bilhão de quilos de produtos agrícolas, no valor de 40 bilhões de cruzeiros, foram amparados pelo sistema de garantia de preços mínimos do Govêrno, o que significa 3,5 vêzes o volume do ano de 1962.

Incremento do Cooperativismo

Com o intuito de fortalecer o sistema cooperativista, no meio rural, foi baixado o Decreto nº 52.093, de 4 de junho de 1963, que aprovou o nôvo Regulamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC). Caracterizado como sociedade de economia mista, recebeu aquela entidade maior autonomia administrativa e operacional, além da incumbência de prestar assistência técnica e contábil às cooperativas mutuárias, como complementação do amparo creditício.

Às reservas do BNCC foi incorporado o empréstimo de 1 bilhão de cruzeiros, proveniente do Fundo de Recuperação e Modernização da Lavoura.

No exercício de 1961, as aplicações totais do BNCC foram da ordem de 2 bilhões de cruzeiros, passando a 3, em 1962 e a 4 bilhões, em 1963.

E' de notar, no último exercício, a maior penetração do Banco no meio rural, que atingiu a número superior a 700 cooperativas.

Além do amparo técnico, o Govêrno espera, no exercício de 1964, ampliar significativamente a ajuda financeira ao desenvolvimento do cooperativismo. Está programada a instalação de 11 novas agências do Banco Nacional do Crédito Cooperativo, de modo que todos os Estados e Territórios possam com elas contar em futuro próximo.

Constitui parte dêsse programa a elevação do capital do BNCC, cuja proposta, que o fixa em 10 bilhões de cruzeiros, já foi encaminhada à Câmara dos Deputados. O projeto, que mereceu aprovação da Câmara, prevê, após a integralização do capital, a quota de 20 bilhões de cruzeiros do Fundo Nacional de Empréstimos Rurais, para financiamento de cooperativas.

O Ministério da Agricultura, pelo seu órgão específico, articula-se com a SUMOC e a SUDENE a fim de traçar orientação comum e estabelecer um plano de trabalho para ampliar o sistema cooperativo no meio rural.

Assistência Técnica

Qualquer programa de reforma da nossa estrutura agrária só poderá produzir efeitos se cuidar de oferecer ampla assistência técnica ao agricultor, concretizada no ensinamento das técnicas objetivas e na prestação dos serviços de que êle não dispuser.

Os dois meios de que o Govêrno dispõe para atingir tais objetivos são:

I — *Extensão Rural* — Para êsse efeito, estreitou-se e reforçou-se em 1963 o entrosamento entre o Ministério da Agricultura e o Sistema de Extensão, integrado pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), e suas filiadas, com atuação nos Estados do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Observando-se que, no Brasil, a Extensão Rural tem a característica especial de utilizar o crédito como instrumento de real valia para facilitar ao agricultor a adoção de novas técnicas, cabe registrar que, ao findar o exercício de 1963, o Sistema de Extensão Rural já dispunha de 370 Escritórios Locais e Regionais e 800 técnicos em serviço. A expansão programada para o corrente ano prevê a elevação dêsses números para 444 Escritórios e 957 técnicos.

II — *Promoção Agropecuária* — Em atuação paralela à Extensão, o Govêrno presta assistência direta aos agricultores por intermédio do Departamento de Promoção Agropecuária, cujos principais órgãos executivos, o Serviço de Produção de Sementes e Mudas, o Serviço de Revenda de Material Agropecuário e o Serviço de Promoção Agropecuária, pròpriamente dito, se ramificam nas zonas produtoras por meio de serviços de âmbito estadual como Fazendas Regionais de Criação, Patrulhas Motomecanizadas, Postos Agropecuários e Campos de Multiplicação de Sementes, além de algumas centenas de Residências Agrícolas e Postos de Revenda de Material.

A reorganização e a ampliação dessas unidades disseminadas pelo País, como conseqüência da reestruturação e da atual política

do Ministério da Agricultura, asseguram ao Govêrno os meios para prestação de maiores serviços aos produtores rurais.

AQUISIÇÃO E REVENDA DE MATERIAL AGROPECUÁRIO EM 1963

MATERIAL	VALOR/Cr$
Tratores e implementos financiados	970.447.972,00
Máquinas agrícolas	225.489.712,00
Motores etc.	16.176.000,00
Reprodutores	177.829.651,00
Defensivos e produtos veterinários	213.661.018,00
Material agrícola	16.196.115,00
Ferramenta e instrumentos	77.938.649,00
Arame farpado	512.980.000,00
Sementes e adubos	54.693.990,00
TOTAL	2.265.313.007,00

Com os recursos consignados no Orçamento vigente e com os auxílios extraordinários provenientes do Fundo Federal Agropecuário, prevê-se, durante o próximo exercício, a triplicação do volume do material revendido.

O Serviço de Produção de Sementes e Mudas fêz previsões, constantes do quadro abaixo, para os períodos 1963/1964 e 1964/1965, referentes a cinco espécies cultivadas:

PRODUÇÃO DE SEMENTES MELHORADAS EM ÁREAS PRÓPRIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

	1963/64			1964/65		
	ÁREA (ha)	SEM. PL. (ton.)	PRODUÇÃO (ton.)	ÁREA (ha)	SEM. PL. (ton.)	PRODUÇÃO (ton.)
Arroz	450	22,5	1.800	900	45	3.600
Milho	700	14	2.100	1.400	28	4.200
Feijão	700	42	1.400	1.400	84	2.800
Batata	250	300	1.500	500	500	3.000
Amendoim	130	8,5	260	260	17	520
Soja	300	18	600	600	36	1.200
Algodão	270	16,2	54	540	32,4	108
	2.800	421,2	7.714	5.600	742,4	15.428

Mecanização

No tocante à mecanização da agricultura, as atividades em 1963 começaram pela aquisição de 630 tratores de esteira, dos quais 615 importados e 15 adquiridos à indústria nacional. Foram comprados, ainda, 1.560 tratores de rodas, além de 440 outras unidades para o Estado do Rio Grande do Sul. Assim, atingiu-se o total de 2.000 tratores, dos quais 1.020 para uso do Ministério e 980 para revenda aos interessados.

Para 1964 prevê-se a recuperação das 43 Patrulhas Motomecanizadas existentes e a instalação de novas unidades até o total de 200.

A formação dessas patrulhas, destinadas à prestação de serviços aos agricultores, obedece a um Plano de Mecanização do Ministério da Agricultura, iniciado em 1963, devendo prolongar-se até 1970 e incluir a formação de tratoristas, em cursos de nível médio e superior, capacitação de fazendeiros e montagem de oficinas mecânicas adequadas e suficientes em todos os Estados.

Até 1965, a execução do Plano prevê, com a organização e funcionamento dessas Patrulhas, a despesa total de cêrca de 64 bilhões de cruzeiros.

Fertilizantes, Corretivos e Defensivos

Fertilizantes — Várias são as causas apontadas como responsáveis pelos baixos níveis de consumo de fertilizantes no Brasil, distinguindo-se entre outras as seguintes:

a) Preços elevados dos fertilizantes, particularmente nos últimos anos, de que resulta uma relação pouco favorável entre preços de adubos e produtos agrícolas;

b) Número reduzido de trabalhos de experimentação;

c) Limitação da rêde de serviços de extensão;

d) Dependência do mercado consumidor, em nível razoável, de suprimento externo, o que implica irregularidade constante no abastecimento.

Para estudar os problemas de fertilizantes foi criado o Grupo Executivo da Indústria de Fertilizantes e Corretivos (GEIFEC), que traçará a política nacional de fertilizantes, proporá estímulos e sugerirá medidas de vária natureza capazes de propiciar o desenvolvimento da produção nacional de fertilizantes.

A Petrobrás e a Cia. Siderúrgica Nacional, especialmente, desenvolvem projetos de produção nacional de fertilizantes nitrogenados, dos quais ainda importamos mais de 75% do total que consumimos.

A carência de jazidas de minerais potássicos é a principal dificuldade neste setor de fertilizantes, no qual importamos 100% do que consumimos. Alguns estudos estão em desenvolvimento, para obtenção de sais de potássio das águas-mães das salinas e, também, para prospecção de jazidas.

Corretivos — A necessidade de corrigir a acidez de grande parte dos solos brasileiros é bem conhecida. Apesar da existência de jazimentos de calcários e calcários dolomíticos no País, suficientes para a correção dos nossos solos, o problema dos corretivos está na localização dêsses jazimentos e dos moinhos de calcário. O transporte a longa distância torna o produto caro, para uso agrícola. Por isso, cogita-se do subsídio ao calcário e estimula-se a localização de moinhos nos principais centros agrícolas.

Defensivos — O Brasil gasta, anualmente, cêrca de 14 milhões de dólares na importação de produtos defensivos das lavouras, importância insuficiente, se consideradas as nossas necessidades reais.

Atualmente a produção nacional atende à procura de paration metílico, paration etílico e bissulfureto de carbono e, parcialmente, à de BHC e DDT.

Em relação aos fungicidas, a produção nacional está limitada a uma parte da procura de sulfato de cobre, ao passo que os produtos herbicidas são totalmente importados.

Serão adotadas, neste setor, medidas de apoio ao desenvolvimento da indústria nacional.

6. Pesca

As atividades pesqueiras nacionais encontram-se ainda prêsas a métodos primitivos de exploração.

Apesar das perspectivas econômicas favoráveis e da grande fertilidade de nossas águas meridionais em pescado de baixo preço, especialmente adequado ao abastecimento popular, e ainda da existência, em todos os nossos mares, especialmente no Nordeste, de produtos exportáveis de alto valor, a pesca só teve, no Brasil, até o momento, crescimento vegetativo, que mal corresponde ao incremento da população e deixa à margem da vida econômica numerosa população de pescadores.

A fim de promover o incremento do setor pesqueiro, foi criada, pela Lei Delegada nº 10, de 11 de outubro de 1962, a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca — SUDEPE.

Instalada em maio de 1963, a SUDEPE elaborou o Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca, que prevê para 1970, quando a população deverá atingir cêrca de cem milhões de habitantes, uma oferta anual de dez quilogramas de peixe por habitante, oferecendo-se, assim, às áreas do Nordeste e outras de população mais pobre e carente de proteínas, o pescado do Sul, mais abundante e barato, e aos mercados de maior poder aquisitivo, um produto esmeradamente industrializado, como o peixe fino do Nordeste. O Plano prevê ainda que o seu custeio resulte da exportação dos produtos nobres — camarão, lagosta e atum.

O Plano dá marcada importância ao amparo ao artesanato das praias, que terá sua produtividade estimulada por influência direta do poder público e, graças às providências estabelecidas, iniciará, em 1964, o incremento da produção pesqueira de forma que seja possível alcançar a meta fixada para 1970 — dez quilogramas de peixe por habitante ano.

7. LIMITAÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

A consideração dos fatos expostos leva a concluir que, apesar da intensificação dos programas governamentais, o setor agrícola nacional, de cujo desenvolvimento rápido depende a continuidade

do processo de industrialização iniciado no País, chegou a um estado de quase estagnação.

Atento à significação dêste fenômeno, o Govêrno tem mobilizado quantos instrumentos e meios lhe estão ao alcance, para fomentar a produção agropecuária e incrementar a produtividade do campo. Reestruturam-se os órgãos estatais, aparelham-se os serviços de assistência técnica, criam-se facilidades de crédito, alfabetiza-se, organiza-se a vida e o trabalho rural e, cada vez menos, a agricultura corresponde aos estímulos recebidos. A defeituosa estrutura agrária que se vem conservando impede o desenvolvimento agrícola, constituindo-se empecilho ao progresso rural e fator limitativo da ação do Govêrno.

C) ABASTECIMENTO

1. Evolução do consumo

Representado por um índice agregativo, o consumo de quinze produtos agropecuários básicos, e seus derivados, evoluiu, entre 1950 e 1961, de forma que acusa um aumento de 60%, aproximadamente. Tendo em conta o crescimento da população, êsse aumento resulta numa melhoria *per capita* de cêrca de 1/5 no nível físico dêsses consumos (Quadro I).

Entretanto, a melhoria não é de ritmo contínuo. No início do período, realiza-se a uma taxa de 3% ao ano. No final, há forte arrefecimento na melhoria do nível físico do consumo por habitante, que cai para 0,3%, entre 1958 e 1961.

Prosseguindo essa tendência, ou desaparece, em breve, qualquer melhoria ou será tão pequena, que a modificação na pirâmide de rendas, aliada ao crescimento industrial e urbano de certas áreas, resultará na sua absorção pela população de maior poder de compra, em detrimento das classes de renda baixa ou populações de áreas mais atrasadas.

Para os mesmos quinze produtos agropecuários de consumo básico ou seus derivados, tem-se, no quadro II, um confronto entre produção doméstica e consumo humano, em 1960 e 1970.

Os dados prospectivos representam tentativa de estimar a produção e o consumo futuro dêsses quinze produtos básicos. Os dados de produção foram projetados com base numa expansão das terras de cultivo e pastagem e em ligeira melhoria no rendimento por hectare, ao passo que os de consumo foram calculados com base no crescimento da população e na projeção da renda real disponível para 1970, estimados os coeficientes de elasticidade-renda da demanda.

Em 1960, com exceção do pescado e do trigo (sendo de notar que a procura interna dêste último terá de ser satisfeita por meio de importações), pràticamente todos os demais produtos tiveram seus consumos atendidos pela produção nacional.

QUADRO I

EVOLUÇÃO REAL DO CONSUMO DE BENS ALIMENTARES — 1950/1961

ANO	ÍNDICE: 1950 = 100		TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO (%)	
	TOTAL	PER CAPITA	TOTAL	PER CAPITA
1950	100,0	100,0	7,4	5,0
1951	103,3	100,3	3,3	0,3
1952	108,1	101,9	4,6	1,6
1953	117,6	107,6	8,8	5,6
1954	126,2	112,1	7,3	4,2
1955	127,3	109,7	0,9	— 2,1
1956	136,1	113,9	6,9	3,8
1957	140,3	113,9	3,1	0,0
1958	139,5	109,9	— 0,6	— 3,5
1959	145,9	116,7	4,6	1,6
1960	155,7	119,9	6,7	3,6
1961	159,6	119,2	2,5	— 0,6

Fonte: Conselho Coordenador de Abastecimento e Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

QUADRO II

NÍVEIS VIGENTES E PROSPECTIVOS DE PRODUÇÃO E CONSUMO PARA OS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE FIM ALIMENTAR — 1960/1970

PRODUTO	PRODUÇÃO (100 t)		CONSUMO (100 t)		CONSUMO HUMANO PER CAPITA Kg/Hab/Ano	
	1960	1970	1960	1970	1960	1970
Açúcar	3.300	4.600	2.600	4.300	36	46
Arroz	4.800	7.800	4.800	8.300	42	54
Banana	5.100	7.100	4.900	10.200	62	96
Banha	120	120	120	180	2	2
Batata	1.100	1.500	1.100	2.100	10	15
Carne bovina	1.300	3.200	1.400	1.800	19	19
Carne suína	250	440	270	360	4	4
Feijão	1.700	2.100	1.700	2.200	21	21
Laranja	1.700	2.600	1.600	2.100	20	20
Leite	5.000	7.600	5.300	13.400	46	90
Mandioca	17.600	27.200	17.300	30.400	88	87
Milho	8.700	14.100	8.700	13.400	35	40
Ovos	260	420	260	670	3	6
Pescado	240	420	320	400	3	4
Trigo	710	1.300	2.700	5.400	28	60

Fontes: Conselho Coordenador do Abastecimento, Serviço de Estatística da Produção e Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

Nota: Os dados de consumo total diferem dos dados de consumo humano pela existência de outras destinações como, por exemplo, semeadura e consumo animal, a par de perda de processamento e transporte.

Deve-se reconhecer, entretanto, que, em bom número de situações, a produção doméstica atende ao consumo porque êste se mantém em níveis absolutos mais baixos. Assim é que, em têrmos médios por habitante, produtos como o leite e a carne, bens "superiores" e de elevada elasticidade-renda, são consumidos à razão de 0,125 litros e 60 gramas diários, respectivamente.

Depreende-se, também, do exame do Quadro II, que, sem modificações na estrutura agrária, capazes de permitir uma revolução

de técnica que altere as hipóteses utilizadas para a expansão da oferta, o desejo de melhoria dos padrões de consumo, estimulado pelo crescimento da renda disponível, provocará, ao longo do decênio, crescente *deficit* potencial da disponibilidade de certos alimentos.

As informações disponíveis sôbre a produção de alguns gêneros revelam que, nos anos de 1962 e 1963, não há qualquer indício de melhora da situação analisada. Muito ao contrário, a tendência, infelizmente, é para um agravamento progressivo, se medidas muito radicais não forem tomadas pelo poder público.

2. Fatôres negativos e ação governamental

a) Aspectos Gerais

Depreende-se do exposto que fatôres negativos, causando distorção nas reações do sistema econômico nacional, vêm impedindo que os estímulos do processo de industrialização acelerem a oferta de bens agrícolas. Tais fatôres confundem-se e alternam-se, como causas e efeitos uns dos outros, e, como já se afirmou anteriormente, são originários, bàsicamente, dos defeitos da estrutura fundiária rural, da deficiência dos meios de transporte e de um mecanismo de comercialização da produção agrícola dominado por grupos especuladores.

Sabe-se da incapacidade da agricultura para apresentar pronta resposta aos incentivos do mercado e, até mesmo, aos subsídios diretos que o poder público lhe destine. As características próprias da atividade rural opõem resistência às mutações rápidas, não apresentando grande dinamismo na absorção de capitais, condicionada sempre, em certa medida, à evolução tecnológica.

QUADRO III

ÍNDICES DE PREÇOS AGRÍCOLAS EM DIVERSAS ETAPAS DE COMERCIALIZAÇÃO — 1950/1962

(1950 = 100)

ANOS	PREÇOS DE PRODUTOR		PREÇOS POR ATACADO		PREÇOS DE CONSUMO FINAL
	GERAL	EXCLUSIVE CAFÉ	GERAL	INCLUSIVE CAFÉ	
1950.....	100	100	100	100	100
1951.....	113,8	116,4	121,9	123,7	112,7
1952.....	125,9	129,3	157,5	144,1	134,9
1953.....	155,7	157,8	156,3	169,5	168,7
1954.....	184,9	177,0	201,6	200,0	192,1
1955.....	217,7	216,4	226,6	249,2	239,7
1956.....	259,1	265,1	262,5	298,3	296,8
1957.....	288,7	297,7	285,9	332,2	341,3
1958.....	316,2	341,6	309,4	369,5	590,5
1959.....	424,2	459,6	410,9	525,4	566,7
1960.....	564,6	617,3	565,6	742,4	739,7
1961.....	745,1	816,8	764,1	1.025,4	905,2
1962 (*).....	1.192,3	1.299,8	1.220,3	1.601,7	1.611,1

(*) Dados provisórios.
Fonte: Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

Não se pode, porém, permitir que os efeitos da relativa rigidez da oferta agrícola sejam aumentados pela especulação e que um processo de comercialização defeituoso anule os resultados dos estímulos dirigidos ao campo, retardando, ainda mais, o desenvolvimento do setor agropecuário.

De igual maneira, entende o Govêrno ser necessário manter, de qualquer modo, o abastecimento dos grandes centros consumidores, em condições e custos suportáveis pelo povo Neste sentido, usando de prerrogativas legais e no intuito de preservar a paz social e coibir os abusos especulativos, resolveu intervir com decidida energia no setor de abastecimento, para regularização da oferta alimentar, mediante:

a) combate à sonegação, ao açambarcamento e à intermediação onerosa;

b) organização da distribuição dos produtos básicos pela manutenção de estoques reguladores nos grandes centros de consumo;

c) concessão de subsídios diretos, que assegurem preços acessíveis ao consumidor, sem sacrifício da justa remuneração aos gêneros nas fontes produtoras.

b) *Instrumentos de Ação*

Para o desencadeamento da sua ação, conta o Govêrno, no setor do abastecimento, com a Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), criada pela Lei Delegada nº 5, de 26 de setembro de 1962, a ela vinculando-se a Comissão de Financiamento da Produção, a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) e a Companhia Brasileira de Alimentação (COBAL).

A conjugação de tais instrumentos, quando devidamente aparelhados para o cumprimento de suas finalidades, dará à SUNAB notável poder de ação, permitindo-lhe desenvolver um plano nacional de abastecimento.

Por outro lado, o Serviço de Alimentação da Previdência Social — SAPS — amplia a assistência alimentar aos previdenciários, mediante execução de um programa de fornecimento de gêneros alimentícios projetado para o triênio 1963-65, que objetiva o aumento de suas unidades abastecedoras (521 em 31-12-62) com a instalação de mais 1.281 estabelecimentos. A execução dêsse programa tem o seu custo estimado em 12,5 bilhões de cruzeiros.

Intensifica, ainda, o SAPS as providências para melhoria e ampliação do serviço de fornecimento de refeições preparadas, exigindo e possibilitando, pela ajuda técnica, que as emprêsas com mais de 300 operários cumpram a obrigação de manter instalações convenientes para refeitório dos empregados.

c) *Regularização da Estocagem*

Óbice dos mais notórios, que preocupa fundamentalmente o Govêrno, é a necessidade urgente de aumentar a capacidade de armazenagem e conservação dos produtos alimentares.

Entre 1960 e 1962, os depósitos em geral, computados armazéns com mais de 100m2 e silos de capacidade superior a 50 toneladas, aumentaram de 3.391 para 3.954. O exame dêsses números, que figuram em levantamento do IBGE, dá uma idéia de nossa pobreza neste particular. Deve-se, ainda, ter em conta que nem sempre a localização de tais depósitos e suas características técnicas permitem o seu aproveitamento mais racional.

QUADRO IV

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E DEPÓSITOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS — 1960/1962

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS	
	1960	1962
ESTABELECIMENTOS	2.678	2 903
Privativos	2.068	2.286
Públicos	610	617
DEPÓSITOS	3.391	3.954
Armazéns	2 618	3.158
Silos	656	694
Frigoríficos	31	82
Outros	86	20

Fonte: Diretoria de Levantamentos Estatísticos, IBGE e Serviço.

Nota: Foram computados apenas os armazéns com mais de 100m2 e os silos com capacidade de mais de 50 toneladas.

Em conseqüência da criação da CIBRAZEM, foram a ela incorporados os acervos da Superintendência de Armazéns e Silos (SAS) e da Comissão Executiva de Armazéns e Silos (CEAS). O Balanço dêsses acervos revelou a existência de 102 estabelecimentos, dos quais, apenas 24 em condições normais de operação, 60 com possibilidade de operar a título precário e os 18 restantes inoperantes.

Além da recuperação total dêsses acervos e de um esfôrço amplo no sentido de conhecer, para atendê-las, as necessidades de

armazenamento no País e em cada região, cogita-se, ainda em 1964, de recuperar a rêde de silos metálicos Butler, do Rio Grande do Sul, ampliando a sua capacidade a cêrca de 100.000 toneladas.

Também em 1964, dever-se-á ampliar a capacidade de frigorificação dos armazéns frigoríficos do pôrto do Rio de Janeiro, de 6.000 toneladas para 14.000 toneladas. Tal providência, aliada a outras em curso, trará, certamente, melhora sensível ao angustioso problema do abastecimento na Guanabara.

D) INDÚSTRIA

1. Características do Processo Brasileiro

O desenvolvimento econômico brasileiro tem sido predominantemente orientado no sentido da industrialização. A excepcional expansão da indústria deve-se, em grande parte, à política, adotada pelo Govêrno, de estímulo direto mediante a concessão de benefícios fiscais, cambiais e financiamentos a longo prazo e providências indiretas de ampliação dos setores infra-estruturais do sistema econômico, como, por exemplo, energia e transportes.

Êsse estímulo, conjugado com as medidas anteriormente tomadas para a instalação da indústria de bens de consumo e com o início da produção, em larga escala, de bens de consumo duráveis e de bens de produção, assegurou a consolidação do parque industrial do País. Aspectos institucionais foram, igualmente, ultrapassados graças aos esforços da classe empresarial para cometimentos compatíveis com o grau do desenvolvimento nacional.

O principal propulsor do nosso crescimento econômico, o investimento global em capital fixo, que nos últimos 15 anos alcançou a expressiva taxa média anual de cêrca de 15%, reflete êsse esfôrço excepcional da economia brasileira, por meio do qual foi realizado um programa de desenvolvimento econômico em meio a condições adversas observadas nos últimos anos, entre as quais sobrelevam as pressões inflacionárias e a deterioração das relações de troca.

O impacto da industrialização verificado em tôda a dinâmica do crescimento econômico brasileiro criou, por seu turno, algumas

condições que devem ser mencionadas. Assim, a industrialização exige ainda apoio para atingir sua plena maturidade, e larga margem do processo de substituição de importações depende do setor externo no que se refere às indústrias de base, à metalúrgica dos não-ferrosos, à siderurgia, às indústrias químicas e mecânicas e às de material elétrico.

O índice de crescimento dessas indústrias, nos próximos anos, deverá ser maior do que a média de crescimento do setor industrial, uma vez que terão de atender, não só ao crescimento normal da procura dos seus produtos, mas também propiciar a gradativa redução das importações, em têrmos relativos, senão absolutos.

O desenvolvimento recente da economia brasileira promoveu modificações estruturais relativamente rápidas. Ainda mais: outras estruturas, como a agrária, permaneceram desajustadas à nova situação dinâmica criada pela rápida industrialização de determinadas áreas do País. Não foi harmônico o ritmo do desenvolvimento, cujo impacto mal se fêz sentir em algumas regiões brasileiras ou se fêz sentir, apenas, no aparecimento de um potencial de reivindicações para a correção do atraso em que ainda estão mergulhadas, agora mais dramático ante o contraste com as áreas em mais rápida expansão. Tudo isso gerou distorções, que se refletem, particularmente, no processo inflacionário, o qual, embora tenha acompanhado e mesmo, até certo ponto, estimulado o processo de rápida industrialização do País, dificulta uma distribuição mais equitativa da renda nacional em crescimento.

Daí a impossibilidade de adotar uma deflação brusca, que não só comprometeria a manutenção da elevada taxa de crescimento do produto, como teria, do ponto-de-vista social, reflexos ainda mais negativos do que o desenvolvimento presente, a despeito de suas distorções, que o Govêrno vem procurando corrigir.

As medidas adotadas visam a evitar que os desequilíbrios (financeiros, monetários e cambiais) se agravem, comprometendo o ritmo de progresso até agora alcançado, com o crescimento do produto real da indústria à taxa anual de cêrca de 11%.

A manutenção do nível e da composição dos investimentos industriais exigirá considerável mobilização de recursos, não só de capital privado, que deve arcar com a maior parcela dos investi-

mentos necessários, como também de recursos governamentais sob a forma de financiamentos e de participação no capital de emprêsas incorporadas para empreendimentos de grande vulto. O esfôrço dessas fontes não deve ser maior do que o despendido no passado, a não ser o mercado de capitais que será utilizado mais intensamente em consonância com a vigorosa expansão que apresenta.

A industrialização vem merecendo do Govêrno proteção tarifária adequada e o financiamento necessário ao desenvolvimento de sua capacidade produtiva, bem como ao aumento do volume de manufaturas exportadas.

2. Indústrias Metalúrgicas

a) *Siderurgia*

A indústria brasileira de aço continuou aumentando sua capacidade de produção em 1963, graças à implantação de dois altos fornos da USIMINAS, com capacidade para produzir 60 mil toneladas anuais, e às unidades de laminação da COSIPA e da Ferro e Aço de Vitória.

Em conseqüência, o consumo aparente de aço, em lingotes, elevou-se a cêrca de 3,3 milhões de toneladas, em 1963, tendo apresentado, assim, um incremento próximo de 5% em relação ao ano anterior. A produção interna contribuiu com 88% dêsse total e a importação com 12%. É o que mostra o quadro a seguir:

CONSUMO APARENTE DE AÇO EM LINGOTES — 1959/1963

(Em 1.000 t)

ANOS	PRODUÇÃO NACIONAL	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	CONSUMO APARENTE
1959	1.866	651	—	2.517
1960	2.279	558	15	2.822
1961	2.485	433	—	2.918
1962	2.700	450	—	3.150
1963 (*)	2.900	400	—	3.300

(*) Estimativa.

O ritmo de crescimento alcançado pela economia brasileira e a necessidade de sua aceleração implicam o aumento da procura de aço, levando o Govêrno a dar apoio integral aos planos de ampliação dessa indústria básica, não só por meio da criação de emprêsas siderúrgicas, como, também, pela sua associação a capitais privados ou, ainda, pela cooperação financeira e por estímulos de outras espécies às emprêsas particulares.

Dos créditos autorizados em 1963 pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, no montante de 56,6 bilhões de cruzeiros, 53,8 bilhões, ou 95%, foram destinados à indústria siderúrgica para a concretização de empreendimentos de vulto.

Tendo-se em conta os projetos de ampliação da capacidade existente e de construção de novas usinas em fase de execução, é lícito prever-se que a produção siderúrgica nacional alcançará, até 1965, cêrca de 4,8 milhões de toneladas de lingotes.

b) Metalurgia dos Não-Ferrosos

O nosso desenvolvimento industrial nos últimos anos promoveu a ampliação da procura interna de metais-não-ferrosos.

Apesar do avanço já conseguido na produção de alguns dêsses metais, a indústria brasileira não se acha ainda em condições de atender em grau satisfatório à procura nacional. Em certos casos, como nas indústrias de chumbo e alumínio, a capacidade de produção já é suficiente para satisfazer a 60% do consumo; em outros, porém, a produção tem sido insuficiente, como ocorre com o zinco e o cobre.

Alumínio — Levantamentos preliminares indicam que o consumo aparente de alumínio, em 1963, situo-se ao nível de 48 mil toneladas, equivalente a um incremento de 10% em relação ao ano anterior, conservando, dessa forma, o ritmo de crescimento observado durante os últimos dez anos.

Em 1964 a capacidade instalada para a produção de alumínio será acrescida de mais 11 mil toneladas/ano, o que representa um aumento superior a 45% sôbre a produção interna verificada no ano anterior. Com isso a capacidade produtiva do País passará a

totalizar 35 mil toneladas/ano, que correspondem a 2/3 do consumo estimado para 1964, da ordem de 52 mil toneladas.

Dadas as condições excepcionalmente favoráveis do País para o desenvolvimento da indústria do alumínio, o Govêrno está adotando providências no sentido de ampliar a capacidade de sua produção.

Chumbo — O consumo aparente de chumbo primário em 1963 situou-se ao redor de 34 mil toneladas, contribuindo a produção interna com 50% dêsse total, aproximadamente.

O País já está apto a adotar os processos tecnológicos necessários à expansão da indústria do chumbo em escala que satisfaça às necessidades internas e empreender a identificação de novas reservas minerais econômicamente favoráveis à sua exploração.

Zinco — Ao desenvolver tecnologia própria capaz de aproveitar industrialmente os minerais silicatados, dos quais o Brasil possui amplas reservas, a indústria brasileira afastou o grande empecilho à produção interna de zinco, que era o desconhecimento de reservas de minérios suscetíveis de aproveitamento pelos processos tradicionais de produção.

Reconhecendo a importância dêsse metal no processo de desenvolvimento nacional, o Govêrno vem dando o necessário apoio a empreendimentos que se dispõem a explorar, industrialmente, o nôvo processo de produção de zinco, e, a partir do corrente ano, já contaremos com uma capacidade de produção correspondente a 15% do consumo previsto para 1964, estimado em 50 mil toneladas, esperando-se que até o fim da presente década se alcance a auto-suficiência neste setor.

Estanho — O consumo aparente de estanho em 1963 foi de 2,5 mil toneladas aproximadamente, admitindo-se possa crescer num ritmo superior a 5% nos próximos anos.

O País dispõe de capacidade instalada suficiente para atender às necessidades internas e a utilização da produção em larga escala depende de ampliação do suprimento interno de cassiterita.

O Ministério das Minas e Energia intensificou os estudos sôbre as ocorrências de minérios estaníferos, tendo alcançado boas perspectivas de ampliar explorações no Território de Rondônia.

Cobre — É o metal de que o Brasil apresenta maior deficiência no suprimento interno, a êle correspondendo cêrca de 50% do valor das importações anuais de metais não-ferrosos.

O consumo do produto, segundo levantamentos preliminares, foi superior a 45 mil toneladas em 1963, representando a produção interna aproximadamente 5% dêsse total.

Para afastar o grande entrave ao desenvolvimento interno da indústria de cobre, que é o desconhecimento da existência de reservas minerais de vulto e com teor metálico capaz de permitir-lhe a exploração em bases econômicas, o Govêrno intensificou o estudo das jazidas de minérios cupríferos, já identificadas em diversos Estados, e a pesquisa de novas reservas.

c) *Mecânica Pesada*

A indústria mecânica brasileira vem merecendo especial atenção do Poder Executivo, consciente da importância dêsse setor na consolidação do nosso complexo industrial . De acôrdo com pesquisas recentes, sob a orientação do Grupo Executivo da Indústria Mecânica Pesada (GEIMAPE), a indústria brasileira de bens de capital apresta-se para operar em nível competitivo, pois disporá de capacidade para produzir, nos próximos dez anos, 80%, em têrmos de valor, da procura interna de equipamentos para setores como a indústria petrolífera, a de energia elétrica, a siderúrgica, a de cimento, a de papel e celulose.

No campo da produção de máquinas-ferramentais, máquinas para indústria têxtil e ferramentas de corte, a indústria mecânica nacional já eleva para cêrca de 60% a capacidade de atender a procura interna.

No setor da indústria petrolífera, a procura nacional de equipamentos é atendida na proporção de 65%, com perspectivas de ampliação em face da rápida expansão do setor e graças ao estímulo das encomendas feitas à indústria nacional.

As atividades do Govêrno para o fomento da indústria mecânica pesada têm sido intensificadas no exame das possibilidades do mercado e no amparo aos planos de implantação ou ampliação de emprêsas.

Os vários projetos aprovados em 1963 para implantação de indústrias mecânicas em vários pontos do território nacional visam setores como os de produção de equipamentos elétricos de geração, transformação, potência e segurança, bem como conjuntos mecânicos de aproveitamento de quedas dágua.

No mesmo ano foram aprovados projetos de ampliação da capacidade da fábrica de equipamentos para a indústria açucareira, de unidades produtoras de máquinas operatrizes, de pontes rolantes, turbinas hidráulicas, máquinas e instalações para indústrias siderúrgicas, de papel e celulose, além de unidades produtoras de máquinas-ferramentas destinadas às indústrias de transformação.

A consolidação do parque de indústrias mecânicas não depende apenas de aumento de investimentos. É necessário fortalecer a infra-estrutura de pesquisas científicas, tecnológicas e de formação de pessoal qualificado.

Os aspectos particulares da utilização eficiente da capacidade produtiva vêm sendo estudados, na medida em que dependem do Govêrno, mediante o estabelecimento de mecanismo apropriado de financiamento do capital de giro e das vendas dos bens fabricados, que exigem elevado volume de recursos em virtude das suas características e do alto preço dos produtos .

3. Produção Automobilística e Fabricação de Tratores

a) Indústria Automobilística

A indústria automobilística brasileira possui um parque de onze fábricas de veículos e cêrca de mil e quinhentas de auto-peças.

A produção de veículos automotores estimulou a instalação e a expansão de grande número de outras indústrias produtoras de matérias-primas e equipamentos, de acôrdo com o plano de implan-

tação da indústria automobilística estimulado pelo Govêrno, que concedeu isenção de direitos de importação de máquinas, equipamentos e peças complementares para a produção de veículos, além de financiamentos e isenções fiscais.

A partir de 1957, quando iniciou suas atividades, a produção evoluiu de maneira apreciável como indicam os dados a seguir:

PRODUÇÃO AUTOMOBILÍSTICA BRASILEIRA — 1957/1963

ANOS	QUANTIDADE (Unidades)					
		SEGUNDO OS TIPOS DE VEÍCULOS				
	TOTAL	Caminhões pesados e ônibus	Caminhões médios	Camionetas	Jipes	Automóveis de passageiros
1957.....	30.700	5.372	15.475	2.562	9.291	—
1958.....	61.129	5.215	25.713	15.692	14.322	2.189
1959.....	96.243	5.031	34.625	26.408	18.178	12.001
1960.....	135.078	6.495	35.204	34.022	19.514	37.843
1961.....	146.674	5.147	25.362	42.492	17.618	55.065
1962.....	191.194	4.113	35.557	54.390	22.247	74.887
1963.....	174.126	3.478	20.546	50.157	13.922	86.023

A redução observada em 1963 na produção de veículos de carga decorreu da formação de estoques por parte de especuladores, em prejuízo dos produtores e distribuidores, como reação às medidas adotadas no setor de crédito no início do ano. As providências tomadas no segundo semestre permitiram a recuperação do ritmo da produção.

O ano de 1964 se caracterizará pela consolidação da indústria automobilística, quando se verificará intensa concorrência entre os fabricantes, principalmente no que se refere a veículos de carga, por fôrça das características do tipo do produto e do financiamento de sua venda.

Os anseios da indústria automobilística de ampliação das exportações estão assegurados pelas providências adotadas no ano findo pelo Govêrno, por meio das instruções da SUMOC nº' 242,

.249, 250 e 258, que estabelecem estímulos, sob a forma de bonificação, aos exportadores de produtos manufaturados.

b) Fabricação de Tratores

O desenvolvimento da fabricação de tratores é fator de importância considerável no incremento da produtividade agrícola e, por conseqüência, na melhoria do abastecimento de alimentos.

O parque industrial de tratores, composto de seis fábricas, oferece índices de nacionalização expressivos, alcançando 77,4% e 69,3%, respectivamente em pêso e valor, para tratores leves; 90,5% e 82,3% para tratores médios e 74,4% e 62,3% em relação aos tratores pesados.

A utilização dêsses equipamentos no meio rural vem aumentando com o desenvolvimento da produção constante do quadro abaixo:

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE TRATORES DE RODAS — 1960/1963

ANO	TRATORES			
	TOTAL	LEVES	MÉDIOS	PESADOS
1960	57	—	37	—
1961	1.678	25	1.573	80
1962	7.556	1.984	4.779	825
1963	9.908	3.990	4.179	1.759

As perspectivas de fabricação, em 1964, situam-se em tôrno de 14 mil unidades, graças ao estímulo ao desenvolvimento da indústria de implementos agrícolas, como arados e grades.

A produção de tratores de esteira e de motoniveladoras deverá ser iniciada, no corrente ano, com a conclusão dos estudos relativos aos estágios de nacionalização.

Os estímulos do Govêrno à indústria de tratores e máquinas rodoviárias consistem na concessão de financiamentos para a compra, pelos agricultores, dêsses equipamentos, por intermédio da

Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil e do Fundo Federal Agropecuário a cargo do Ministério da Agricultura, além de isenções tributárias e formação de pessoal especializado no manejo e conservação da maquinaria.

4. Construção Naval

A consolidação da indústria naval brasileira foi, pràticamente, iniciada com a promulgação da Lei nº 3.381, de 1958, que criou o Fundo de Marinha Mercante, destinado a financiar o reaparelhamento e a implantação de emprêsas de navegação e construção naval, bem como a aquisição de embarcações. A isenção de direitos de importação e taxas alfandegárias e a concessão de prêmios à construção naval que não ultrapasse a diferença entre os custos de produção internos e os vigentes no mercado internacional estão igualmente previstas na criação do Fundo.

O Decreto nº 48.180, de 1960, ao regulamentar a Lei nº 3.381, definiu a política de renovação e expansão da frota mercante nacional com a utilização dos estaleiros em bases econômicas.

Apesar de tratar-se de indústria nova, com produção ainda modesta, os estaleiros nacionais estarão dotados, a partir de 1965, de capacidade nominal de produção equivalente a 200 mil toneladas *deadweight* por ano, operando em um turno de 8 horas de trabalho.

A partir do ano findo, a indústria naval passou a contar com apreciável suporte em suas atividades, ao ser iniciada a produção de chapas navais e de motores diesel marítimos, tanto para propulsão como para fins auxiliares, o que permitirá a gradativa redução de importação dêsses produtos, com reflexos favoráveis sôbre o custo das embarcações produzidas no País.

Com instalações que permitem a construção de qualquer tipo de embarcação até 80 mil *tdw*, segundo elevados padrões técnicos, os estaleiros nacionais entregaram, em 1962, 5 embarcações num total de 24.800 *tdw* e, em 1963, 6 embarcações, que perfazem 39.750 *tdw*.

O total de encomendas feitas pelo Govêrno aos diversos estaleiros, já em fase de construção, atinge atualmente 23 unidades com

a tonelagem global de 206.750 *tdw*, nas quais se incluem seis petroleiros.

Atento às necessidades de reequipamento da marinha mercante nacional, o Govêrno está adotando providências que fortaleçam a capacidade financeira do Fundo de Marinha Mercante com o refluxo a êle das amortizações das unidades entregues ao serviço das companhias de navegação para o financiamento de novas encomendas, inclusive do exterior.

5. Outras Indústrias

a) *Petroquímica*

Em 1963, cresceu, de modo geral, a produção da indústria petroquímica e prosseguiram, em ritmo acelerado, as obras programadas com o fim de assegurar a expansão dêsse setor de importância vital para a nossa economia.

A produção de nitrocálcio da Fábrica de Fertilizantes, de Cubatão, da Petrobrás, foi maior que a obtida no ano anterior, atingindo 56.266 toneladas. Mas o resultado mais auspicioso verificado em 1963, no setor das atividades petroquímicas da Petrobrás, foi o aumento registrado na produção de borracha (29.926 toneladas), quase o dôbro da produção de 1962. Aliás, no corrente ano, tudo indica que a Fábrica de Borracha Sintética produzirá 40 mil toneladas, das quais parte significativa se destinará à exportação.

PRODUÇÃO DA FÁBRICA DE BORRACHA SINTÉTICA — 1959/1963

ANOS	QUANTIDADE (tonelagem)					
	SEGUNDO OS TIPOS					
	Total	SBR	SBR	SBR	SBR	BC
1962	15.959	5.433	3.839	2.140	4 472	75
1963.	29.926	7 704	6 026	6 024	10 924	248

Fonte: Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRÁS)

Intensificaram-se, no último ano, os trabalhos de construção e montagem das unidades de extração de aromáticos, pirólise do etano e reformação catalítica da Refinaria Presidente Bernardes, tendo, por igual, prosseguido as obras de construção da unidade de butadieno da Fábrica de Borracha Sintética da Petrobrás. Essa ultima unidade proporcionará ao País poupança de divisas da ordem de 7 milhões de dólares. Teve início, em 1963, a construção do Conjunto Petroquímico da Bahia, que ampliará de 2 vêzes e meia a produção atual de nitrogênio para fabricação de adubos e representará economia de cêrca de 12 milhões de dólares por ano.

b) Álcalis

A industrialização dos álcalis básicos e os subprodutos industrializáveis gozam de elevada prioridade nos investimentos governamentais pela importância de suas inúmeras aplicações em indústrias de transformação, como as de vidro, sabão, metais, tecidos e química em geral.

A produção de barrilha foi iniciada em 1960 com a entrada em operação da Companhia Nacional de Álcalis, sob contrôle do Estado, dentro do processo da industrialização substitutiva de importações.

O aumento da participação proporcional da produção de barrilha em relação ao consumo pode ser observado no quadro seguinte:

EVOLUÇÃO DO CONSUMO APARENTE DE BARRILHA NO BRASIL — 1960/1963

(Em mil t.)

Anos	Importação	Produção	Consumo Aparente
1960	79,0	14,8	93,8
1961	61,0	38,5	99,5
1962	46,4	69,0	115,4
1963 (*)	48,7	76,0	124,7

(*) Estimativa.

A produção de barrilha alcançada em 1963 contou com o suprimento de 57 mil toneladas de sal obtido por meio de cristali-

zadores solares, em função do programa de auto-suficiência em sal pôsto em prática pela CNA.

A Companhia Nacional de Álcalis desenvolve, no momento, um plano de obras de ampliação de sua capacidade produtiva para 120 mil t/ano, com recursos substanciais concedidos pelo Govêrno a partir do ano findo.

A produção de soda cáustica no País, bàsicamente a cargo da iniciativa privada, tem recebido apoio financeiro e isenções fiscais para vários empreendimentos que atenderam o consumo aparente mencionado a seguir:

CONSUMO APARENTE DE SODA CÁUSTICA NO BRASIL
— 1960/1963

(Em mil t.)

Anos	Importação	Produção	Consumo Aparente
1960	101	69	170
1961	109	78	187
1962	147	83	230
1963 (*)	143	90	233

(*) Estimativa.

Apesar do aumento atingido no ano findo, a produção brasileira de soda cáustica ainda se mostra insuficiente. O Govêrno proporcionará os recursos de que necessita a indústria privada, para expandir a sua capacidade de produção, e a Companhia Nacional de Álcalis, para superar as dificuldades que limitam a sua plena utilização.

c) *Produtos Farmacêuticos*

O extraordinário desenvolvimento alcançado pela indústria brasileira de medicamentos pode ser avaliado pelo seu faturamento que, segundo estimativas, teria alcançado, em 1962, a importância de 65 bilhões de cruzeiros.

A evolução do número de estabelecimentos e do valor da produção, apresentados pelo Censo Industrial, no período 1950 a 1960,

permite identificar a existência de uma estrutura monopolista na concentração da produção em pequeno número de emprêsas, habitualmente geradora de altos preços e também da absorção de pequenas e médias emprêsas por grandes consórcios internacionais, que dispõem de maior poder competitivo facultado pela capacidade técnica, financeira e administrativa — do que se origina a gradativa desnacionalização do setor.

Dadas a importância econômica e industrial do setor e as repercussões da sua consolidação no bem-estar e nas condições sanitárias da população, o Govêrno baixou, no ano findo, o Decreto nº 51.685, que criou um Grupo de Trabalho com a incumbência de incentivar a indústria farmacêutica nacional mediante o reequipamento dos laboratórios privados e estatais, visando à produção a baixo custo de medicamentos essenciais às necessidades mais prementes da população, com prioridade no amparo do poder público. Os Decretos nºs 52.471 e 52.824 instituíram, no ano findo, várias normas para ampliação da produção farmacêutica, substituição de importações, facilidade de acesso às matérias-primas e à tecnologia moderna pelo incentivo à pesquisa.

Assim, foi constituído o Grupo Executivo da Indústria Farmacêutica (GEIFAR) que, além de elaborar uma relação de medicamentos utilizados na terapêutica de doenças mais freqüentes, procederá ao levantamento de dados referentes à estrutura da indústria farmacêutica nacional.

Com a finalidade de disciplinar e conter a alta desmesurada dos preços de venda dos medicamentos, o GEIFAR entrou em entendimento com a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil e a Superintendência Nacional do Abastecimento, no sentido de disciplinar a aquisição de matérias-primas e produtos farmacêuticos importados e a comercialização de tais produtos.

Outras medidas legislativas deverão ser aplicadas para consolidar o amparo e o reaparelhamento dos laboratórios estatais e privados que contribuirão para diminuir as importações e, assim, melhor atender às necessidades de medicamentos essenciais à população.

d) Celulose, Papel e Papelão

Estatísticas preliminares indicam que, em 1963, a produção interna de celulose de fibra curta teria atingido o nível de 240.000 toneladas, enquanto o nível da de celulose de fibra longa permanecia inalterado. Para o ano de 1966, estão previstos incrementos na produção de fibra curta que permitirão auto-suficiência, ao passo que, relativamente à fibra longa, considerados os projetos em execução, parece possível atingir-se, em 1966, a produção de 273.000 toneladas, o que asseguraria o suprimento total das necessidades da matéria-prima.

A produção nacional de papel, por seu turno, encontra-se relativamente bem desenvolvida, salvo no pertinente ao papel de imprensa, o que se atribui à política de subsídios às importações por meio de taxas cambiais favorecidas.

Com efeito, a produção de papéis de todos os tipos, principalmente de impressão e *kraft*, êste de importância fundamental na indústria, atingiu níveis satisfatórios, permitindo quase eliminar as importações.

A capacidade de produção de papel de jornal, em fins de 1963, foi ampliada de 65.000 toneladas/ano para 155.000 toneladas/ano, com a instalação de máquina de capacidade teórica igual a 90.000 toneladas/ano.

Principalmente por intermédio de suas agências financeiras, vem o Govêrno apoiando os projetos de produção de papel e celulose, a fim de dotar o País, no prazo mais curto, de condições para substituir as importações de papel de jornal.

e) Cimento

Dados preliminares relativos ao ano de 1963 permitem estimar o consumo aparente nacional de cimento *portland* comum em cêrca de 5.045 mil toneladas, acusando, assim, em relação ao ano de 1962, um crescimento de 0,9% apenas.

A taxa de crescimento, que se vinha mantendo em tôrno de 8% anuais, experimentou substancial retração em 1963, em conseqüência da redução no volume das construções civis.

A reativação dêste setor, que tem demonstrado grande dinamismo, reagindo favoràvelmente aos incentivos do mercado, deverá correr paralela com o aumento do volume de obras esperado para êste ano.

Vale notar, ainda, a possibilidade, dentro de certos limites, da montagem de fábricas de cimento com base em equipamentos de fabricação nacional, o que se reflete nos projetos de expansão em curso, que visam a aumentar a capacidade de produção para 7 milhões de toneladas/ano em 1965.

E) PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

1. Correção dos desequilíbrios regionais

Durante o ano de 1963, o Govêrno prosseguiu na aplicação das diretrizes traçadas para corrigir os desequilíbrios regionais. Essa política obteve alguns êxitos de monta, especialmente em relação ao Nordeste. Pode-se afirmar que, graças à ação governamental por intermédio da SUDENE, o Nordeste é, hoje, em comparação com os seus próprios níveis anteriores, a região que mais cresce no País. A participação do Nordeste na renda nacional passou de 13,9%, o seu ponto mais baixo, em 1955, a cêrca de 19%, em 1963, enquanto a renda *per capita*, na região, evoluiu, no mesmo período, de 42,9% da média nacional, a cêrca de 52,5%, segundo as estimativas feitas com base nas projeções dos dados dos anos anteriores.

Outros órgãos de planejamento e ação regionais, alguns dêles atuando também no Nordeste, como o DNOCS, realizaram, por igual, empreendimentos significativos no decurso de 1963, quer no campo das pesquisas e levantamentos, visando à elaboração de planos e projetos, quer na execução de obras e serviços, entre os quais alguns de grande repercussão para a economia e a vida social de diversas regiões.

Já a essa altura, torna-se evidente, como o atesta o exemplo do Nordeste, que o processo de desnivelamento crescente entre as várias regiões que compõem o País pode ser contido pela ação do

Estado. Com base num diagnóstico seguro das economias regionais, e conhecidos os fatôres da desigualdade de desenvolvimento nas distintas áreas do território nacional, pode e deve o Estado democrático, por meio de medidas de política econômica, exercer papel corretivo no sistema, neutralizando tendências negativas e estimulando outras, de incentivo às regiões de mais baixa renda em relação aos centros mais dinâmicos. Achamo-nos, contudo, no início ainda de um processo de mudança, estando quase tudo por fazer, principalmente em regiões subdesenvolvidas que não o Nordeste, algumas das quais enfrentam, ainda, os problemas elementares do desbravamento e da ocupação. O aceleramento dêsse processo de correção dos desequilíbrios regionais depende, entretanto, da remoção de obstáculos vários, alguns de natureza institucional, que não podem ser superados exclusivamente pelas medidas administrativas correntes e pelos esforços dos órgãos governamentais, cuja eficiência estaca, em geral, diante da pobreza de recursos e de um quadro geral de desencanto e ceticismo das nossas populações rurais, ainda não incorporadas ao processo de desenvolvimento, por fôrça das estruturas ainda vigentes em nosso País.

A implantação das reformas de base pelas quais luta o Govêrno, acompanhada de medidas administrativas capazes de dinamizar os órgãos governamentais, permitirá vislumbrar a época em que deixem de conviver, lado a lado, dentro da mesma nação, verdadeiros países econômicos separados uns dos outros por alguns séculos de distância, quanto ao estágio de desenvolvimento.

Se é verdade que um resultado de importância capital está sendo obtido no Nordeste, mercê da ação da SUDENE, diversos óbices à melhoria da atividade dos órgãos do Govêrno nas diferentes regiões, já apontados na Mensagem enviada a Vossas Excelências em 1962, não foram ainda de todo corrigidos. Êsses obstáculos estão ligados ao problema da reforma administrativa e à necessidade de adaptar o aparelho governamental aos novos níveis de complexidade e grandeza da vida nacional. Nesse particular, o Poder Executivo tratou de realizar a sua parte, empreendendo a elaboração, por intermédio do Ministro da Reforma Administrativa, de um projeto que há de merecer, por certo, a atenção e os cuida-

dos do Congresso, plenamente consciente da gravidade do problema.

Além da reforma administrativa geral, há que empreender reformas na estrutura e nos métodos de trabalho de alguns órgãos regionais, notadamente a SPVEA, a Comissão do Vale do São Francisco, a Superintendência da Fronteira Sudoeste do País e as entidades que atuam na área do Centro-Oeste Brasileiro. Todos êsses órgãos, como a experiência o demonstrou, vêm sendo entravados por uma série de dificuldades, quer oriundas de sua própria estrutura, quer ligadas à falta de uma legislação complementar sôbre planos e verbas. Por outro lado, vinham trabalhando sem a menor coordenação, no âmbito nacional, entre os seus programas e projetos.

Com a instalação, em 11 de julho do ano passado, da Coordenação do Planejamento Nacional, um passo importante foi dado no sentido de corrigirem-se alguns defeitos apontados nas atividades dêsses instrumentos. A atividade planejadora dos diferentes órgãos ganhou nôvo impulso e um princípio de coordenação foi estabelecido entre êles. Estimuladas pelas solicitações da Presidência da República, tôdas as entidades regionais passaram a caminhar no sentido do trabalho com base num plano geral e elaboraram numerosos projetos, já sob a influência de critérios de prioridade segundo os interêsses da economia nacional. Êsses trabalhos tiveram igualmente o mérito de evidenciar as deficiências de cada entidade, pondo em relêvo os óbices principais a uma ação mais racional e positiva.

Dentre êsses obstáculos figura o problema dos recursos financeiros, particularmente no que concerne ao nível das dotações e, acima de tudo, no que se refere ao ritmo de liberação das verbas e sua destinação. Também no setor de economia regional, a experiência está indicando quanto é necessário enfrentar o problema de levar a cabo a reforma do sistema orçamentário da União, hoje incompatível com os padrões de eficiência mínima que presidem ao dispêndio de dinheiros públicos.

2. Amazônia

A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia é, sem dúvida, o principal instrumento da ação governamental na Bacia Amazônica. A relevância do seu papel ressalta mais ainda diante do fato de que a criação da SPVEA, carreando recursos certos e volumosos para a Região por fôrça de preceito constitucional, como que provocou uma retração dos demais órgãos federais no Extremo Norte, condicionando fundamentalmente o seu progresso às possibilidades financeiras da entidade e à maior ou menor eficácia de sua ação.

Contudo, a SPVEA, que completou, em 1963, dez anos de existência, tem tido a sua atividade tolhida por diversos obstáculos de monta, a começar pela ausência de um plano diretor, que deveria ser votado pelo Congresso, onde tramita, desde 1954, um projeto de plano qüinqüenal a ela destinado. Por outro lado, a experiência dos últimos anos demonstrou que a estrutura da organização não está perfeitamente ajustada ao seu objetivo de atacar os pontos de maior interêsse, considerada a Região em conjunto. Reivindicações de natureza puramente localista ou de interêsse restrito figuram lado a lado com tarefas de maior repercussão para a Amazônia, prejudicando-se, assim, a visão dos objetos principais e comprometendo-se a eficiência dos investimentos.

Compreendendo a importância do papel desempenhado pela SPVEA e as limitações práticas impostas à ação da entidade, o Govêrno procurou proporcionar-lhe todos os estímulos e facilidades. Assim é que, desde que se instalou, em fins de 1961, até o final do ano passado, o atual Govêrno, não obstante o seu empenho em conter as despesas, liberou para a SPVEA um total de ..... Cr$ 23.487.464.768,40, nêle incluídas as verbas destinadas à Rodovia Belém-Brasília.

De outra parte, a SPVEA está trabalhando por um plano de conjunto e visando reorientar e disciplinar a sua atividade, quanto à elaboração de projetos de estudos e obras prioritárias.

Já em 1963, embora cingindo-se aos recursos orçamentários, a SPVEA aplicou em investimentos reprodutivos cêrca de 26% (mais de três bilhões e duzentos milhões de cruzeiros) do total recebido. Sòmente no setor do Crédito Industrial e na conta de par-

ticipação em empreendimentos básicos para a economia amazônica foi empregada a importância de cêrca de um bilhão de cruzeiros.

Entre as principais atividades do órgão em 1963 figuram, além da execução de diferentes programas governamentais, por intermédio do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Norte (IPEAN), da SUPRA e outros, os programas no campo da heveicultura, que visam à formação de seringais de cultura, e a formação de técnicos madeireiros, em cooperação com a Missão da FAO.

No campo da energia elétrica, teve a SPVEA, em 1963, o seu ano mais promissor, com a sistematização das atividades nesse setor fundamental. Mereceu especial esfôrço a construção da Hidrelétrica "Coaracy Nunes", empreendimento prioritário de singular significação para o Amapá e o norte do País, comprometendo-se a entidade a investir na obra Cr$ 2,5 bilhões até 1966.

Um Grupo de Trabalho foi criado para acelerar o projeto de aproveitamento do rio Curuá-Una, que beneficiará a área de Santarém e no qual a entidade investirá cêrca de Cr$ 8 bilhões. Por outro lado, o Govêrno determinou o reequipamento da Fôrça e Luz do Pará, mediante a aquisição de duas unidades termelétricas de 25 MW cada, assumindo a SPVEA uma responsibilidade no montante de Cr$ 10 bilhões, em dez anos. Foi sustada, assim, a ameaça que pairava sôbre Belém, de colapso no fornecimento de energia.

Em Mato Grosso, a entidade vem colaborando com as Centrais Elétricas de Mato Grosso (CEMAT), tendo em vista suprir de energia a área de Cuiabá. Tanto as Centrais Elétricas de Goiás (CELG), como as Centrais Elétricas do Maranhão e a Companhia de Eletricidade de Manaus, receberam importantes subsídios financeiros para o prosseguimento de suas atividades.

No setor da saúde pública, a entidade cumpriu diferentes programas de serviços básicos de saneamento, esgotos, assistência médico-sanitária, postos de higiene, doenças transmissíveis, etc., sempre por intermédio do SESP.

Não obstante os limites impostos pela lei de meios, foram concedidos auxílios substanciais ao ensino médio, bem como à formação de pessoal técnico, nos têrmos do Programa de Desenvolvimento Cultural.

A Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília (RODOBRÁS) possibilitou o tráfego normal na BR-14, "Rodovia Bernardo Sayão" — empreendimento capital para tôda a Amazônia — durante todo o ano, apesar das chuvas no período de inverno. Atenção particular foi dada à construção de ramais da mesma rodovia, a fim de permitir o escoamento das safras em numerosas áreas e estimular a economia da região. Os programas da RODOBRÁS para êsses ramais compreendem a construção, até junho de 1964, de 1.200 km de estradas, dos quais cêrca da metade já concluída no decurso do ano passado.

Programas Para os Anos Vindouros

A atividade da SPVEA na Amazônia para 1963 está compreendida num conjunto de programas que se prolongarão até 1965, senão além.

Assim é que, no decurso dos próximos dois anos, a execução dos projetos já aprovados para a Amazônia implicará o investimento da ordem de 105 bilhões de cruzeiros, oriundo do Fundo de Valorização da Amazônia e de créditos especiais para a RODOBRÁS. Dêsse total, mais de 58 bilhões deverão ser aplicados em 1964, e, do montante dessas aplicações, 81,8% se destinarão à infra-estrutura, 9,2% à indústria e agricultura, e 9% aos programas de saúde e educação. Mais da metade (59,6%), entretanto, das verbas será encaminhada para o setor rodoviário, a fim de concluirem-se a Belém-Brasília e suas ramificações (Quadro número 1).

Entre os principais projetos no setor de Energia Elétrica, figuram a Usina Coaracy Nunes (no Amapá), de 16,9 MW; a do rio Casca, em Mato Grosso, de 13 MW; a da Curuá-Una, na área de Santarém, de 30 MW; a do Lajeado, em Goiás, em cooperação com a CELG; a do Farinha, no Tocantins, também em convênio com outras entidades; e a de Mosquito-Arraias, em Goiás, em cooperação com a CELG. Além da execução dos projetos mencionados acima, serão empreendidos estudos e trabalhos preliminares para a construção do projeto integrado do Gurupi; da Usina de São Feliz, no Tocantins, e da Usina de Criminosa, de 22,5 MW, no rio Itapecuru. Por outro lado, cuidará o Govêrno

da ampliação do sistema de Belém, já indicado, e da construção da Linha de Transmissão Belém—Castanhal.

No setor rodoviário, além da "Bernardo Sayão", seis outras rodovias consumirão cêrca de Cr$ 9,6 bilhões.

Quanto ao setor portuário, serão executadas obras de construção do pôrto de Santarém, da «Zona Franca» de Manaus e do cais de acostagem e *pier* em Macapá.

No campo educacional, cumpre destacar o Plano Educacional do Estado do Amazonas e o Projeto de Educação para o Território do Amapá.

Projetos de abastecimento dágua serão levados a cabo em Belém, São Luís, Cuiabá, Macapá e Bela Vista, além de outros em 45 núcleos populacionais do Pará, Maranhão e Mato Grosso, e rêdes de esgotos serão construídas em Belém, São Luís, Cuiabá e Macapá. Entre outras realizações no campo da Saúde Pública, figuram ainda o Projeto Integrado de Saúde do Território do Amapá e a Maternidade-Escola de Belém.

Pelo menos nove projetos de instalação de indústrias merecerão financiamentos da SPVEA: fábricas de cimento, óleos, tecidos de juta, papel, açúcar, beneficiamento de madeiras e a construção da SIDERAMA, primeiro empreendimento siderúrgico na Amazônia.

No campo da agricultura, sete projetos serão encetados nos próximos dois anos, os quais absorverão cêrca de Cr$ 2,4 bilhões, sòmente do Fundo da SPVEA, salientando-se o projeto de Combinado Agro-Urbano, de Arraias, de iniciativa do Govêrno de Goiás.

3. Nordeste

No Nordeste, a atuação do Govêrno se fêz sentir com particular relêvo no último ano. Uma análise das atividades da SUDENE evidencia que 1963 foi, seguramente, o ano de consolidação dêsse órgão de desenvolvimento no terreno das realizações concretas. O grande esfôrço de planejamento nos seus primeiros anos encontrou, no exercício de 1963, condições que permitiram

alcançar, em ritmo acelerado, as metas estabelecidas. Apesar de ter a segunda etapa do Plano Diretor sido aprovada no mês de junho e de ter-se verificado apenas no último quadrimestre a entrega dos recursos, apreciável soma de realizações pode ser apresentada em abono da eficácia da ação planejada do Govêrno com o fito de corrigir distorções na economia, como é o caso do desequilíbrio de crescimento entre diferentes regiões.

O volume de desembolsos efetuados em 1963 (Quadro nº 2) revela, em têrmos reais, um incremento de 20% em relação a 1962.

A significação dos trabalhos empreendidos na região avulta mais ainda ao considerar-se o volume dos recursos comprometidos, em 1963, para investimentos no Nordeste, e assegurados por convênios, projetos e acôrdos internacionais, no montante de Cr$ 114,7 bilhões (Quadro nº 3). De tal cifra, provêm da SUDENE Cr$ 54,5 bilhões (47,5%), do setor privado Cr$ 35,2 bilhões (30,7%) e da ajuda externa Cr$ 25 bilhões (21,8% do total).

Dentre os recursos comprometidos pela SUDENE, 78,2% (Cr$ 42,8 bilhões) referem-se a investimentos diretos e 21,8% (Cr$ 11,9 bilhões) a subsídios fiscais concedidos ao setor privado. Dos investimentos diretos, 55,7% (Cr$ 30 bilhões) destinam-se à infra-estrutura, 10% (Cr$ 5,4 bilhões) à agricultura e abastecimento, 11% (Cr$ 6 bilhões) a pré-investimentos ligados ao aperfeiçoamento do fator humano e ao levantamento de recursos naturais. Energia e transportes absorvem, por si sós, respectivamente, 31,8% e 12,6% dos recursos.

Entre as indústrias que receberam subsídios da SUDENE, os setores mais favorecidos foram o da indústria química, com Cr$ 5,3 bilhões (9,7%), e o da indústria têxtil, com Cr$ 2,7 bilhões (4,9%).

O setor privado apresentou 86 projetos industriais, comprometendo recursos em volume superior a Cr$ 36 bilhões, destinados à indústria química (Cr$ 13,3 bilhões), à têxtil (Cr$ 2,3 bilhões) e à alimentícia (Cr$ 1,2 bilhões).

Os recursos comprometidos pela ajuda externa provieram de duas fontes: o Govêrno dos Estados Unidos da América do Norte e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. 26,7%

dessa ajuda é representada por dólares e 73,3% por cruzeiros, provenientes dos Acôrdos do Trigo. Do total, 75,1% destinam-se a projetos de educação de base e de saúde e 23% a investimentos de infra-estrutura, sendo 9,9% para cada um dos setores de energia e abastecimento dágua e 3,2% para transportes.

Analisando-se, globalmente, os recursos comprometidos, sem distinção de suas fontes, verifica-se que quase metade se destina ao processo de industrialização (41,1% equivalente a 47,1 bilhões de cruzeiros) e 31,2% (Cr$ 35,8 bilhões) à infra-estrutura. Assim, considerando-se que energia, transporte e industrialização constituem a base de qualquer processo de transformação estrutural de economias de baixo índice de produtividade, o volume de recursos comprometidos em investimentos naqueles setores (71,1% do total) está amplamente justificado e assegura o êxito da política de desenvolvimento do Nordeste realizada pelo Govêrno Federal, por intermédio da SUDENE.

A análise do dispêndio efetivo do setor público oferece, também, resultados satisfatórios. Do total dos investimentos realizados, a SUDENE contribuiu com 86,4%, equivalentes a Cr$ 17,3 bilhões, e a ajuda externa com 13,6% (Cr$ 2,7 bilhões). Dessa maneira, sem obscurecer a relevância da contribuição externa, pode afirmar-se que o sentido e a dinâmica do processo de desenvolvimento regional são condicionados, fundamentalmente, pela mobilização dos recursos internos, o que, aliás, corresponde aos modernos princípios da ajuda internacional consagrados na Carta de Punta del Este.

O esfôrço financeiro realizado resultou num apreciável acervo de obras e serviços já incorporados ao patrimônio de diversos Estados da região.

No setor da Energia, por exemplo, a extensão da eletricidade de Paulo Afonso ao Rio Grande do Norte bastaria para justificar o trabalho de 1963, tal a repercussão que exercerá sôbre a economia e as condições de vida do povo naquele Estado. Além disso, 22 novas cidades nordestinas, no Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, passaram a receber energia da CHESF. Foram ainda realizados investimentos nos sistemas de

geração e de distribuição de São Luís, Fortaleza e Teresina. Por outro lado, teve início, e prossegue em ritmo acelerado, a execução do programa de eletrificação rural, que abarca vârias dezenas de comunidades nordestinas.

No setor dos Transportes, prosseguiram os trabalhos de construção ou melhoramento de rodovias em todos os Estados da região, merecendo registro especial os executados na BR-22 e na BR-11. 1963 consignou, ainda, fato de enorme repercussão para a economia nordestina: a pavimentação da Rio-Bahia, uma das metas principais do Plano Prioritário de Rodovias constante do Primeiro Plano Diretor da SUDENE, financiada com recursos de créditos especiais abertos ao DNER.

No setor de Abastecimento dágua, tiveram início ou prosseguimento os trabalhos de construção ou ampliação dos sistemas fornecedores em dezenas de cidades. Mediante convênios com os governos estaduais, a SUDENE adquiriu e pôs à sua disposição 89 carros-pipas, para atender as populações necessitadas, em caso de sêca.

No campo dos investimentos ligados ao aperfeiçoamento do fator humano, deve ser pôsto em relêvo o início da execução do Programa de Educação de Base, em cooperação com o Govêrno dos Estados Unidos. Visando ao aumento da oferta de técnicos naqueles setores em que o Nordeste se apresenta mais carente, a SUDENE concedeu 510 Bôlsas de Estudo para candidatos aos exames vestibulares de Agronomia, Veterinária e Engenharia, nas Universidades do Nordeste. No campo de treinamento, quase mil alunos passaram pelos cursos organizados pela SUDENE.

Entre os investimentos realizados na pesquisa de recursos naturais, tiveram continuidade os levantamentos cartográficos, geológicos, agrológicos e outros. De maior significação, entretanto, foi a conclusão da rêde hidrológica, com a instalação de 2.000 pluviômetros em todo o Nordeste, o que permite, já a essa altura, enfrentar, com eficácia e de acôrdo com padrões técnicos aceitáveis, os fenômenos climáticos que periòdicamente afligem a região.

No Setor da Agricultura, merecem registro especial o início da irrigação na região do São Francisco, tarefa a que se dedica,

igualmente, a Comissão do Vale do São Francisco, de grande importância para o aumento da produção de alimentos: o início de um programa de organização de trabalhadores rurais, na Cooperativa Agrícola de Tiriri; o plantio de 4.000 hectares de campos de palmas e gramíneas, em oito Estados; os programas de ajuda à pecuária (pesquisas sôbre a desintoxicação da torta de mamona e multiplicação de plantas forrageiras); a perfuração de 160 poços na zona árida, as obras da Central de Abastecimento do Recife e os trabalhos do Projeto de Povoamento do Maranhão.

Perspectivas para 1964

O êxito obtido em 1963 permite esperar para o corrente ano um período de intensa atividade no Nordeste. Considerando-se que mais da metade dos recursos do Plano Diretor correspondentes a 1963 tiveram a sua aplicação diferida para 1964 em conseqüência da publicação da Lei nº 4.239 sòmente em junho último, pode-se assegurar que, mesmo admitindo-se que igual porcentagem se mantenha em relação às verbas de 1964, o valor dos investimentos no ano em curso será, em têrmos reais, no mínimo, triplicado, em relação a 1963. Isso exigirá, sem nenhuma dúvida, enorme esfôrço administrativo da Secretaria Executiva da SUDENE, dos governos estaduais e dos órgãos federais executores de obras no Nordeste, para que não venha a ser comprometido o ritmo de execução dos trabalhos.

No Setor de Energia, 1964 deverá ser o marco de eventos auspiciosos, tais como: a chegada da energia de Paulo Afonso a Fortaleza, a intensificação dos trabalhos de construção da Usina de Boa Esperança, e o fornecimento de energia térmica a mais de 100 pequenas comunidades nordestinas, dentro do Programa de Eletrificação Rural. O número de cidades servidas pela energia de Paulo Afonso deverá ser elevado ao duplo, no mínimo, das que foram atendidas em 1963.

No Setor de Transportes, dar-se-á importância capital aos trabalhos da BR-11, estrada que permitirá a articulação de tôdas as capitais do Nordeste, com evidente lucro para a integração do

mercado regional, e aos da BR-22, que ligará o Nordeste à Amazônia.

No setor de abastecimento d'água, duas centenas de cidades do interior receberão investimentos da SUDENE, podendo-se estimar, desde logo, a conclusão dos trabalhos em 50 cidades pelo menos. Utilizando recursos do BID, terão sua execução iniciada, em ritmo intensivo, os sistemas de água e/ou esgotos de importantes cidades do Nordeste como Natal, S. Luís, Recife, Campina Grande, Maceió e Teresina. Demais, deverá ser concluída a elaboração do Projeto de Fortaleza, cuja execução parcial teve início em 1963.

O Programa de Perfuração de Poços deverá prosseguir intensivamente, podendo-se prever que, em fins de 1964, meio milhar de unidades esteja em funcionamento.

No Setor Agrícola, duas grandes pesquisas permitirão conhecer as reais condições da agricultura da zona úmida do Nordeste e a formulação de uma política agrária e agrícola adequada: a Pesquisa sôbre a Economia Canavieira e a Pesquisa em convênio com o Comitê Interamericano do Desenvolvimento Agrícola, ambas já iniciadas. O entrosamento dos trabalhos da SUDENE, do Banco do Brasil, do Departamento de Assistência às Cooperativas dos Estados e do Banco de Crédito Cooperativo permitirá grande incremento do crédito agrícola e da formação e funcionamento das Cooperativas do Nordeste. Em cooperação com o Govêrno de Israel, será executado um projeto de irrigação para plantio de milho híbrido, o que abre a possibilidade de elevação de 40% no rendimento da cultura daquele cereal. Ainda com o auxílio de técnicos israelenses, terão prosseguimento os trabalhos de irrigação com o uso de água subterrânea, no Estado do Piauí, os quais, uma vez comprovada a sua exeqüibilidade em escala econômica, poderão exercer notável influência na agricultura daquele Estado e de tôda a zona semi-árida. No Maranhão, onde a SUDENE realiza importante projeto de colonização, em 1964 serão instaladas 1.300 famílias de acôrdo com as normas técnicas estabelecidas para implantação de uma agricultura permanente naquela região de floresta equatorial.

No Setor Industrial, a SUDENE marcará sua contribuição com o início dos trabalhos de construção da Usina Siderúrgica da Bahia — USIBA —, o maior empreendimento industrial do Nordeste, e com a dinamização dos trabalhos de PESCAS DO NORDESTE S. A. (PENESA). Numerosas indústrias, que tiveram os seus projetos aprovados nos anos anteriores e ora em fase final de execução, deverão iniciar as suas atividades, entre elas a Fábrica de Borracha Sintética de Pernambuco, empreendimento de inegável repercussão na vida econômica do Estado.

No campo educacional, a SUDENE duplicará o seu Programa de Bôlsas para a preparação de candidatos a exames vestibulares, elevando-as de 500 a mil unidades, que se somam a 500 bôlsas para estudantes universitários: 60 Laboratórios de Ciências Básicas serão instalados nos colégios secundários da região e o Programa de Reequipamento das Universidades terá sua execução acelerada com o financiamento de inúmeros projetos já aprovados. Êsse Programa dará realce especial ao reaparelhamento, em convênio com a Escola de Agronomia de Piracicaba, da Escola de Agronomia de Areia, Paraíba, destinada a transformar-se no melhor centro de ensino agronômico do Nordeste.

A Ação do DNOCS

E' justo pôr em relêvo, ainda no Nordeste, a ação eficaz empreendida pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas (DNOCS), transformado em órgão autônomo.

Agindo em estreita cooperação com a SUDENE e, segundo o Plano de Desenvolvimento do Nordeste, utilizando os recursos do Fundo Nacional de Obras Contra as Sêcas, ou trabalhando em convênio com outras entidades, o DNOCS emprendeu intensa atividade em 1963, para fornecer água às populações da região semi-árida, além de trabalhos diversos no setor rodoviário e no de energia elétrica.

Assim, o DNOCS trabalhou, o ano passado, na construção de 111 açudes, dos quais 83 em cooperação com outras entidades. Dêstes últimos, 62 foram concluídos em 1963.

Os trabalhos de abastecimento dágua abarcaram mais de uma centena de cidades, tendo sido concluídas as rêdes em 19.

Foram ainda ultimadas construções de 203 poços, enquanto prosseguiu a construção de 98.

BNB e ETENE

E' notável, também, na região, a atividade desenvolvida pelo Banco do Nordeste do Brasil e seu Departamento de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE). Êste último realizou uma série de importantes pesquisas em 1963 sôbre a economia algodoeira, a pecuária e o abate de gado, o abastecimento alimentar das capitais, a indústria de couros, a fabricação de óleos, o aproveitamento de frutos regionais e a situação econômica do Vale do Jaguaribe.

O Banco, instituição pioneira de uma política racional de estímulo à economia nordestina, teve seus recursos e aplicações grandemente aumentados durante o ano passado. Os recursos à disposição do BNB, de janeiro a outubro de 1963, aumentaram de 61,3% em relação a igual período do ano anterior, graças, sobretudo, à regularidade com que o Tesouro Nacional cumpriu as suas obrigações para com a instituição.

As aplicações totais do Banco aumentaram de 67,6% em relação a 1962. Até novembro último, o Banco havia aplicado cêrca de trinta bilhões de cruzeiros, dos quais mais de dez bilhões em créditos especializados para a indústria, a agricultura e as cooperativas.

4. Centro-Oeste

Constitui o Centro-Oeste do País vastíssima região escassamente povoada (1,6 hab./km²), em grande parte ainda desconhecida, com uma economia primitiva, de baixíssima renda *per capita*, e com uma população cuja vida tem padrões extremamente precários. Englobando três sub-regiões distintas: a Amazônia, ao norte; o Pantanal de Mato Grosso, a sudoeste; e o Planalto Central, a economia de Centro-Oeste retrata, em grande

parte, essa diferenciação regional, predominando a indústria extrativa e a agricultura de subsistência na área amazônica, a pecuária no Pantanal, onde repontam algumas atividades industriais incipientes, e uma economia mais diversificada no Planalto Central, por fôrça da presença de importantes centros urbanos, entre os quais a Capital da República.

O panorama geral, contudo, excluidas as grandes cidades, é pobre e nitidamente arcaico: uma infra-estrutura ainda precaríssima, que tolhe as iniciativas industriais, uma agricultura caracterizada por campos de rendimento inexpressivo e uma pecuária extensiva e ainda desligada, em geral, de qualquer processo industrial. As condições de saúde dos pequenos e esparsos aglomerados demográficos chegam a ser intoleráveis e o índice de analfabetismo chega a 65%, média que sobe a bastante mais nas zonas rurais.

Embora contando apenas pouco mais de 3 milhões de habitantes, o Centro-Oeste está a assumir importância crescente do ponto-de-vista do interêsse nacional, tanto pela vastidão de seu território (cêrca de 1.880.000 km²) e pelas possibilidades econômicas que encerra, como porque nêle está situada a Capital do País.

Assim, a região está a merecer sérios cuidados e esforços inadiáveis por parte do poder público. Se a mudança da sede do Govêrno para Brasília teve em mira o desbravamento, a ocupação e o desenvolvimento do vasto interior pátrio, as condições de atraso da região em que está a nova Capital devem constituir objeto de preocupação constante para a União, a que incumbe planejar e criar atividades capazes de inventariar-lhe as riquezas, impulsionar-lhe a economia e criar, assim, razoáveis condições de vida para uma população que tenderá fatalmente a crescer de maneira acentuada. Do contrário, perderia boa parte de sentido a própria mudança da Capital para o âmago do interior brasileiro.

Por outro lado, o estabelecimento das bases para o soerguimento econômico da região é o único caminho que levará a consolidar a situação da Capital e tornar menos oneroso o seu funcionamento em Brasília.

A despeito dos amplíssimos investimentos representados pela construção da Capital, com reflexos positivos, embora desordenados, em boa parte do Planalto Central, resta ainda imenso trabalho imediato que realizar. Antes de mais nada, impõe-se reexaminar a situação dos órgãos federais que nela atuam e sua adequação às tarefas a êles cometidas. Entre êsses figuram: a Fundação Brasil Central, a SPVEA, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Fronteira Sudoeste do País, a Comissão do Vale do São Francisco, a NOVACAP, a Prefeitura do Distrito Federal e as repartições federais. Ao lado dêsses numerosos órgãos do poder central, trabalham ainda os governos de Goiás e Mato Grosso e seus diversos instrumentos de ação, entre os quais companhias mistas.

Preliminarmente, cumpre assinalar a completa ausência de coordenação entre os programas e obras de todos êsses órgãos, a falta de uma convergência de esforços que tenha por base um plano geral. De outra parte, diversas dessas entidades enfrentam, hoje, problemas que põem em xeque a sua própria organização e seus métodos de trabalho, já que foram criadas para atender a situações que se modificaram substancialmente nos últimos anos. E' o caso, por exemplo, da Fundação Brasil Central e dos órgãos que atuam na área do Distrito Federal.

O Govêrno estuda, presentemente, o problema da reestruturação dos diferentes órgãos e seus respectivos âmbitos de ação. O próximo passo deverá ser, portanto, o exame de esquemas de reagrupamento de alguns dêsses órgãos e a criação de outros, autônomos, aptos a uma ação mais racional e eficaz, tanto no Distrito Federal como em tôda a região, onde, provàvelmente, terão de ser reunidos a Fundação Brasil Central e outros órgãos permanentes e temporários num único instrumento capaz de realizar tarefas e empreendimentos pioneiros.

Não obstante as deficiências acima, evidenciadas no processo de ativação dos órgãos federais, importantes progressos foram conseguidos, em 1963, na elaboração de planos e projetos para 1964 e 1965.

Assim é que a Fundação Brasil Central, em 1963, dedicou-se, sobretudo, ao prosseguimento das obras da Ilha do Bananal e à sua reorganização administrativa. A entidade teve de enfrentar, ao lado de problemas criados pela necessidade de reorganizar-se, a questão da falta de recursos e as conseqüências da passagem de seus empregados à condição de funcionários públicos. Contudo, quatro importantes projetos serão levados a cabo pela Fundação nos próximos dois anos, exigindo investimentos no valor global de Cr$ 2.130 milhões, dos quais Cr$ 1.025 milhões serão empregados ainda êste ano. Os projetos abrangem os seguintes setores: Estudos e Pesquisas, Colonização, Penetração e Desbravamento e Transporte.

Na área do Distrito Federal, a NOVACAP elaborou, para os próximos dois anos, uma série de projetos, todos indispensáveis para manter a Capital em condições de funcionamento. A execução de tais projetos importa um dispêndio global superior a 57,5 bilhões de cruzeiros em dois anos, dos quais cêrca de 30,5 bilhões se aplicarão êste ano (Quadro nº 4).

Além dos trabalhos a cargo do Departamento de Viação e Obras — terraplenagem, pavimentação e urbanização —, obras preferenciais serão executadas pelo Departamento de Edificações, no montante de cêrca de Cr$ 7 bilhões: Prédio do Tribunal de Contas, dois blocos de apartamentos, Tôrre de TV, usina de leite, depósito da NOVACAP, Teatro Nacional e Palácio do Ministério das Relações Exteriores.

Importantes realizações, que exigirão gastos superiores a Cr$ 10 bilhões, em dois anos, terão de ser empreendidas para assegurar e ampliar o serviço de águas e esgotos da Capital, que se encontra em condições precárias sob diversos aspectos, particularmente nos núcleos satélites.

No setor de Energia Elétrica, providências terão de ser tomadas com urgência para evitar uma retração insuportável na oferta de energia, já deficitária. Nesse sentido, o Govêrno já adotou medidas, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, para a interligação dos sistemas de Peixoto e da CELG, aproveitando-se, por êsse meio, refôrço da energia proveniente de Furnas.

Outras alternativas estão sendo estudadas para satisfazer a procura crescente, que deverá aumentar de 50% até 1965, como a montagem de uma Linha de Transmissão de Três Marias a Brasília e o aproveitamento do potencial de Cachoeira Queimada, localizada nas proximidades do Distrito Federal. Por outro lado, será inevitável um reajustamento nas tarifas, inteiramente inatuais dos serviços de luz e fôrça, bem como no de telefones.

Com a instalação de mais quatro mil linhas, êste ano, estará inteiramente saturada a Estação Sul do D.T.U.I., que não mais poderá atender às solicitações da população. Uma solução cabal importará na construção da Estação Telefônica do Centro, para 80 mil linhas, o que exigirá investimento de Cr$ 1 bilhão, sòmente para a construção do prédio.

Outras obras deverão ser ainda executadas pelo Grupo de Trabalho da NOVACAP, entidade criada para promover, ràpidamente, as soluções de emergência no terreno da construção civil. Entre essas edificações figura a construção de unidades hospitalares, escolas, quartéis, edifícios públicos e residenciais e centros esportivos. Constituem elas um conjunto de obras que absorverão cêrca de 3,2 bilhões de cruzeiros em dois anos.

Todos êsses empreendimentos, além dos que terão de ser executados pela Prefeitura do Distrito Federal e outros órgãos governamentais, como o DNER, no setor rodoviário, implicam pesados gastos, o que envolve uma séria de dificuldades. Trata-se, contudo, de obras imprescindíveis para dotar Brasília das condições mínimas exigidas de uma Capital Federal. Por isso mesmo, o Govêrno, longe de recuar diante dos obstáculos, trata de estudar soluções, as quais envolverão, certamente, uma reorganização e uma redefinição dos serviços públicos que atuam no Distrito Federal, bem como um reajustamento dos encargos que devem recair sôbre os usuários.

5. Vale do São Francisco

A atividade da Comissão do Vale do São Francisco, em 1963, foi bastante tolhida pela escassez dos recursos efetivamente

colocados à disposição da entidade: cêrca de três bilhões de cruzeiros. A política de contenção de despesas importou em pesados cortes nas verbas destinadas à CVSF, compelindo-a a ater-se aos serviços e trabalhos em execução, sem empreender muitas tarefas novas.

A ação da entidade se fêz sentir de maneira particularmente positiva no setor de energia elétrica: foi iniciada a construção da Linha de Transmissão Três Marias—Montes Claros, de 240 km de extensão, bem como de algumas subestações e rêdes de distribuição, no Alto Vale, em convênio com a CEMIG. Numerosas Linhas de Transmissão foram ainda montadas tanto na área de influência da CEMIG como na da CHESF.

No setor dos transportes, prosseguiram os trabalhos de urbanização de áreas portuárias em diversas cidades e foram realizados numerosos serviços na construção de estradas intermunicipais e de novos campos de pouso.

Foi reduzida a verba destinada a Irrigação e Transporte, em virtude de não ter sido possivel, em 1963, encetar a execução dos importantes projetos hidro-agrícolas, especialmente o do Rio Grande. Contudo, a Comissão ingressará, ainda êste ano, na fase da grande irrigação, contando também com recursos externos.

No campo da saúde pública, o grosso das verbas foi aplicado em serviços básicos de abastecimento dágua e esgotos, cuja execução é prejudicada pelo excessivo número de obras atacadas ao mesmo tempo, por fôrça de imposição de emendas orçamentárias. Há ainda que assinalar os serviços de assistência médico-sanitária, reforçados, o ano passado, pelos convênios assinados com o SESP, os governos estaduais e entidades particulares.

No setor da Educação, a CVSF manteve e ampliou o seu triplice programa de auxílio às dioceses são-franciscanas, ajuda direta a estabelecimentos escolares e manutenção de escolas primárias. Mas a atividade da Comissão no campo educacional, embora de grande utilidade, terá de ser mais bem coordenada com outras instituições, especialmente o Ministério da Educação, a fim de que possa concentrar seus esforços nos programas de educação rural e ensino técnico-profissional.

Cabe mencionar ainda o programa de fomento e defesa da produção agropecuária, de caráter extensivo e de efeitos imediatos, por vários meios, entre êles a revenda de material agrícola e veterinário, financiada pela Carteira de Revenda da Comissão, bem como a ampliação da rêde de dependências para o fomento agropecuário, mediante a criação de novas Residências Agrícolas e Postos de Veterinária e de Assistência à Irrigação.

Os projetos e programas elaborados pela CVSF para os próximos dois anos importam em investimentos que ascendem a mais de 27 bilhões de cruzeiros. O grosso dêsses investimentos se dirigirá (52,1%) para o Setor de Drenagem e Irrigação e Regularização Fluvial, muito embora parte incida sôbre realizações relacionadas com o empreendimento hidrelétrico da Barragem de Sobradinho, mas que envolvem, igualmente, problemas de navegação, irrigação e prevenção de enchentes. Dessa forma, a Comissão pretende corrigir uma relativa retração nos empreendimentos nesse setor nos anos anteriores e atender, assim, ao cumprimento de um de seus objetivos básicos (Quadro nº 5).

Entre os projetos de irrigação, cuja realização exigirá dispêndio superior a Cr$ 14 bilhões, figuram, além dos relativos a Sobradinho, a irrigação dos Municípios de Santa Maria da Vitória, Barra e Pilão Arcado, que visa, entre outras finalidades, a diversificar a agricultura; estudos nas bacias dos rios Verde e Jacaré, para o efeito de fixar as populações deslocadas pela barragem de Sobradinho; serviços e obras complementares no Reservatório de Três Marias, em colaboração com o Govêrno de Minas Gerais; delimitação dos perímetros irrigáveis no Submédio São Francisco; estudos nas várzeas Marituba e Betume, já iniciados, para o seu aproveitamento rizícola; e projeto patrocinado pela Aliança para o Progresso para a utilização de água nas áreas de baixo índice pluviométrico, pelo sistema cooperativista, que abrange 19 cooperativas.

No setor de Energia Elétrica, além da grandiosa obra de Sobradinho, cujo custo deverá ascender a Cr$ 90 bilhões e na qual serão investidos cêrca de Cr$ 13 bilhões nos próximos dois

anos, a Comissão empreenderá a construção de numerosas linhas de transmissão, inclusive a Três Marias—Montes Claros, que deverá estar concluída êste ano, e a linha para Juàzeiro e Petrolina, de 130 km de extensão. Também serão levadas a cabo a montagem de subestações e a ampliação da Usina Presidente João Goulart, em Correntina.

No terreno das pesquisas e levantamentos, a CVSF prosseguirá no levantamento aerofotogramétrico do São Francisco, que estará todo êle fotografado até o fim dêste ano.

A Comissão prosseguirá na execução do programa de abastecimento dágua em 168 localidades e construirá rêdes de esgotos em Bom Jesus da Lapa, Juàzeiro e Petrolina. Por outro lado, poços tubulares continuarão a ser perfurados em larga escala.

No fomento à agricultura e à pecuária, a Comissão, além do que já consta de outros programas, que interessam igualmente a êste setor, empregará Cr$ 600 milhões em suas áreas de demonstração.

No setor dos transportes, serão atacadas 14 rodovias e a construção de oito pontes, além de melhorias diversas em outras estradas, e serão construídos cais de acostagem em dez portos fluviais, bem como numerosas balsas, devendo verbas consideráveis ser consumidas na construção, melhoria e manutenção de campos de pouso.

Entre as realizações na área da saúde pública, cumpre salientar o equipamento de unidades sanitárias em 75 localidades e a ampliação dos prédios de outras 57 já em funcionamento, em convênio com os governos estaduais e o SESP.

O programa de educação inclui a construção de 160 estabelecimentos de difusão cultural, a organização de cursos de aperfeiçoamento em quatro cidades, obras culturais e sociais com a cooperação das dioceses, a expansão da Fazenda-Escola de Pôrto Real do Colégio, o estabelecimento do Patronato Agrícola de Boa Vista, além de numerosas outras iniciativas de difusão do ensino artesanal e de preservação do folclore. Muitas dessas obras já foram iniciadas em 1963.

O Govêrno, em relação ao Vale do São Francisco, tratará de estudar providências que permitam à Comissão, que tantos serviços relevantes vem prestando à região, conseguir ainda maiores resultados na consecução de seus objetivos. Além de dispensar-lhe assistência na formulação de seus planos e projetos, o Govêrno cuidará de resolver problemas econômico-administrativos, que vêm criando embaraços à Comissão, entre os quais figura a definição de atribuições no relativo a aeroportos, escolas e estações elétricas.

6. Fronteira sudoeste

Embora criada em 1956, para atender a uma vasta área fronteiriça que se estende dos limites com o Uruguai até o Sudoeste de Mato Grosso — cêrca de 1,8 milhão de quilômetros, com uma população de 13 milhões de habitantes —, a Superintendência do Plano de Valorização da Fronteira Sudoeste do País foi instalada em 1960 e só em dezembro de 1961 foi autorizada a receber as primeiras parcelas das verbas dos anos anteriores, que lhe eram devidas.

Dedicando-se a estudar e promover o desenvolvimento da região, a SPVFSP empenhou-se, nos primeiros anos, em realizar estudos e levantamentos preliminares, elaborar projetos isolados e financiar emprendimentos de interêsse para o refôrço da infra-estrutura e da assitência educacional e sanitária.

Em 1963, entretanto, a Superintendência deu um passo importante no sentido de uma ação mais eficaz de conjunto, dedicando-se à elaboração do seu primeiro Plano Qüinqüenal, cuja aplicação sofreu, entretanto, severo abalo em conseqüência da pulverização das verbas orçamentárias.

Entre as atividades realizadas pela SPVFSP, o ano passado, são dignos de citação os trabalhos relacionados com a criação da Comissão Mista Brasil-Uruguai, com origem nas Notas Reversais assinadas, em 26 de abril de 1963, em Montevidéu, para o desenvolvimento unificado da Bacia da Lagôa Mirim.

Igualmente importante foi a constituição da Comissão Mista-Brasil-Uruguai para a construção da ponte internacional sôbre o rio Quaraí.

Por intermédio do seu setor de investimentos, a entidade iniciou a construção de 25 açudes no Rio Grande do Sul, destinados a suprir de água lavouras de arroz, aplicando nesse trabalho Cr$ 75 milhões, realizou estudos técnicos sôbre a fertilização e correção de solos, no Rio Grande do Sul, e, em relação com tais estudos, concedeu financiamento, no valor de Cr$ 27,5 milhões, a uma cooperativa tritícola para a implantação de uma indústria de calcário moído, tendo ainda promovido, em 1963, 98 convênios com beneficiários de verbas orçamentárias, aos quais fêz entrega de Cr$ 900 milhões, e instalado um serviço próprio de estatística, para estudos da área especial em que atua, não coincidente com os limites dos Estados, nem mesmo com as zonas fisiográficas.

Os projetos em execução ou em vias de iniciação a partir de 1964 implicariam um dispêndio global, nos próximos dois anos, da ordem de Cr$ 8,7 bilhões (Quadro nº 6). Entretanto, a sua execução defronta dificuldades quase intransponíveis, em virtude da pulverização, pelo Congresso, das verbas previstas no Plano Qüinqüenal da Fronteira Sudoeste.

Entre êsses projetos, sobressaem, por sua importância e significação, os que serão executados juntamente com a República irmã do Uruguai. A Ponte Internacional Quaraí—Artigas, que será financiada, em partes iguais, pelo Brasil e pelo Uruguai, importará, no que diz respeito ao nosso País, gastos no montante aproximado de Cr$ 370 milhões e US$ 970 mil. A SPVFSP, concorrerá para o seu custeio, juntamente com o Ministério de Viação e Obras Públicas e o DNER. O projeto unificado da Lagoa Mirim, que valorizará uma bacia de 632 km² no extremo sul será emprendido também em convênio com o Uruguai e contará, além dos recursos em moedas nacionais e dólares dos dois países, com a ajuda do Fundo Especial das Nações Unidas.

Outro importante projeto especial é o da ligação entre as bacias dos rios Jacuí e Uruguai, por meio da ligação — Jacuí-Ibicuí, o qual absorverá, nos próximos dois anos, cêrca de Cr$ 535 milhões.

QUADRO N.º 1

PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL — ÓRGÃO REGIONAL: S.P.V.E.A. — INVESTIMENTOS (Em milhões de cruzeiros)

PROJETOS	1964	1965	TOTAL	%
1 — *Infra-estrutura:*				
a) Energia	13.674	9.615	23.289	
b) Transportes e comunicações	33.694	28.913	62.607	
SUBTOTAL	47.368	38.528	85.896	81,8
2 — *Indústria e Agricultura:*				
a) Indústria	3.458	3.804	7.262	
b) Agricultura	1.667	712	2.379	
SUBTOTAL	5.125	4.516	9.641	9,2
3 — *Desenvolvimento Social:*				
a) Saúde	6.092	3.424	8.516	
b) Educação	475	460	935	
SUBTOTAL	5.567	3.884	9.451	9,0
TOTAL	58.060	46.928	104.988	100,0

QUADRO Nº 2

PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

ÓRGÃO REGIONAL: SUDENE

INVESTIMENTOS DIRETOS DA SUDENE

(Em Cr$ 1.000.000)

	1962	1963
Infra-estrutura	4.577	11.599
Rodovias	2.369	2.831
Energia Elétrica	2.067	6.737
Abastecimento dágua	141	2.031
Recursos Humanos	56	788
Recursos Naturais	285	1.258
Agricultura e Abastecimento	994	3.449
Industrialização (*)	94	155
Total Geral	6.006	17.249

(*) Não inclui os incentivos concedidos aos investidos particulares.

QUADRO N.º 3

PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL — ÓRGÃO REGIONAL: SUDENE — INVESTIMENTOS (Em milhões de cruzeiros)

DESTINAÇÃO	SUBTOTAL	TOTAL	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PREVISTOS	A FINANCIAR
I. *Criação de uma infra-estrutura econômica:*		*142.011*	*111.538*	*30.473*
a) Rodovias		89.395		
1) Federais	52.911	—	52.911	—
2) Estaduais	36.482	—	23.330	13.152
b) Energia Elétrica		52.618	35.297	17.321
II. *Transformação da estrutura agrária:*		*43.292*	*14.186*	*29.106*
a) Povoamento do Maranhão	18.601	—	—	18.601
b) Zona Canavieira	5.810	—	—	5.810
c) Terras Públicas na Zona da Mata	940	—	—	940
d) Irrigação das bacias dos açudes	7.823	—	7.823	—
e) Projetos no São Francisco	3.635	—	2.263	1.372
f) Projetos no Parnaíba e no Jaguaribe	5.483	—	4.100	1.383
g) Projeto Colonização no sul da Bahia	1.000	—	—	1.000
III. *Racionalização da oferta de alimentos:*		*5.961*	*1.000*	*4.961*
a) Comercialização	3.700	—	1.000	2.700
b) Fomento à indústria da pesca	2.261	—	—	2.261
IV. *Reequipamento da indústria têxtil:*		*5.674*		*5.674*
V. *Investimentos de caráter sócio-cultural:*		*41.225*	*8.740*	*32.475*
a) Habitação popular	5.000	—	—	5.000
b) Recuperação de áreas urbanas	1.500	—	—	1.500
c) Transportes urbanos	4.500	—	—	4.500
d) Abastecimento dágua e esgotos	17.457	—	—	—
Capitais 9.717	—	—	470	9.247
Outras cidades 7.337	—	—	2.572	4.765
Chafarizes 403	—	—	—	403
e) Energia elétrica para pequenas comunidades	3.218	—	—	3.218
f) Formação de pessoal de nível superior	9.550	—	5.698	3.852
TOTAL GERAL	—	238.163	135.464	102.699

Inclusive Cr$ 23.330 milhões, dos Estados, para os Planos Estaduais de Obras Rodoviárias, Cr$ 263 milhões, do Fundo Especial das Nações Unidas, e Cr$ 100 milhões da Cooperação Técnica Francesa.

Estimativa dos gastos que serão efetuados em moeda estrangeira (em milhões de dólares)		75.8
Energia elétrica	48.7	
Reequipamento da industrial têxtil	12.8	
Formação de pessoal de nível superior	14.3	75.8

QUADRO N.º 4

PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL — ÓRGÃO REGIONAL: NOVACAP — INVESTIMENTOS PREVISTOS PARA OS PRÓXIMOS DOIS ANOS

(Em milhões de cruzeiros)

PROJETOS	1964	1965	TOTAL	%
Departamento de Viação e Obras Públicas (D.V.O.)	6.429	5.262	11.691	20,31
Departamento de Águas e Esgotos (D.A.E.)	4.280	6.522	10.802	18,75
Departamento de Fôrça e Luz (D.F.L.)	7.400	2.300	9.700	16,84
Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos (D.T.U.I.)	4.000	4.000	8.000	13,89
Departamento de Edificações (D.E.)	6.100	5.900	12.000	20,83
Grupo de Trabalho	1.200	2.000	3.200	5,66
Parques e Jardins	1.100	1.100	2.200	3,82
TOTAL	30.509	27.084	57.593	100,00

QUADRO N.º 5

PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL — ÓRGÃO REGIONAL: COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO — GASTOS POR SETORES EM ORDEM DE PRIORIDADE

(Em milhões de cruzeiros)

PROJETOS	1964	1965	TOTAL	%
Grupo I:				
Drenagem, irrigação e regularização fluvial	2.793	11.500	14.293	52,1
Energia Elétrica	2.662	1.016	3.678	13,4
SUBTOTAL	5.455	12.516	17.971	65,6
Grupo II:				
Estudos e Pesquisas	220	16	256	0,8
Saneamento	2.290	2.045	4.335	15,8
SUBTOTAL	2.510	2.061	4.571	16,6
Grupo III:				
Agricultura	266	334	600	2,2
Transportes e Comunicações	648	2.255	2.903	10,6
SUBTOTAL	914	2.589	3.503	12,8
Grupo IV:				
Saúde	226	104	330	1,2
Desenvolvimento Cultural	477	603	1.080	3,9
SUBTOTAL	703	707	1.410	5,1
TOTAL	9.582	17.873	27.455	100,0

QUADRO N.º 6

PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL — ÓRGÃO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DA FRONTEIRA SUDOESTE DO PAÍS
INVESTIMENTOS (Em milhões de cruzeiros)

PROJETOS	1964	1965	TOTAL	%
1 — *Desenvolvimento Social:*				
a) Serviço Social	267	447	713	
b) Saúde	424	596	1.020	
c) Educação e Cultura	233	484	717	
SUBTOTAL	924	1.527	2.451	28,0
2 — *Infra-estrutura:*				
a) Pesquisas e Explorações	160	192	352	
b) Energia Elétrica	566	1.186	1.752	
c) Transportes e Comunicações	1.008	1.141	2.149	
SUBTOTAL	1.734	2.519	4.253	48,7
3 — *Indústria e Agricultura:*				
a) Fomento agropecuário	249	606	855	
b) Industrialização	69	179	248	
c) Investimentos	62	170	232	
SUBTOTAL	380	955	1.335	15,3
4 — *Planejamento:*				
a) Projeto unificado de desenvolvimento da Lagoa Mirim	187	270	457	
b) Organização Administrativa	68	169	237	
SUBTOTAL	255	439	694	8,0
TOTAL	3.293	5.440	8.733	100,0

IV — PROGRESSO SOCIAL

A) DESENVOLVIMENTO CULTURAL

1. Educação

Considerações Gerais

Um govêrno voltado para as legítimas reivindicações populares — neste momento em que vastas áreas das populações marginais do País aspiram à integração na vida social e política e à redenção econômica — não poderia deixar de estar atento ao problema da educação nacional. Pois nêle se encontra instrumento insubstituível para as soluções reclamadas pelo tipo de sociedade que o povo brasileiro está construindo.

Neste País em que amplas camadas populares já foram atingidas, decisivamente, pelas mudanças dos métodos de produção e no qual se altera, ràpidamente, o teor das relações sociais, a democratização do ensino é condição básica para a continuidade do desenvolvimento econômico e o próprio funcionamento do regime democrático. Sem sistema escolar que assegure educação às gerações jovens, a participação no processo político e o domínio das modernas técnicas de produção ficariam restritos à minoria privilegiada que pode freqüentar as escolas dos diversos graus.

Os fenômenos da industrialização e da urbanização — normais em regime de desenvolvimento — exigem urgentes medidas de habilitação profissional, já para as populações rurais, que têm o encargo do abastecimento, já para as populações urbanas, já para os que emigram para as cidades, atraídos pelas novas oportunidades de emprêgo que o surto industrial oferece. A verdade é que há, presentemente, um profundo desajustamento cultural de massas consideráveis de nossas populações em face das mudanças estruturais provocadas pelo crescimento econômico do País. Os campos despovoam-se, porque não se procede a rápida mudança

de processos agrícolas e das relações de trabalho, enquanto as cidades ficam sitiadas por populações adventícias que acorreram ao chamado da industrialização, mas não conseguiram a necessária integração ao meio urbano, com suas formas de vida cada vez mais dependentes de complexos processos tecnológicos. Não mais se pode esperar, assim, que as próprias fôrças sociais espontâneas corrijam, ainda que lentamente, os danos provocados pelas mudanças estruturais. Na conjuntura atual, cabe ao poder público tomar providências para que o desenvolvimento não se faça a preço tão oneroso e com tanto sacrifício das populações menos favorecidas.

A incapacidade do nosso sistema educacional para atender às solicitações do desenvolvimento e do processo de democratização da sociedade brasileira, há muito evidente, obrigou êste Govêrno a um esfôrço extraordinário de revisão de objetivos, fundamentos e métodos da política nacional de educação.

Se, tradicionalmente, a amplitude e a qualidade dos sistemas escolares eram consideradas simples conseqüência de firme e próspera economia, acredita-se, hoje, que a educação é uma das condições mesmas do desenvolvimento, na medida em que promove a habilitação de populações para melhorar, em bases tecnológicas, os índices de produção e propiciar a elevação dos níveis das aspirações populares.

Daí a legitimidade da ambição, formulada por êste Govêrno, de pôr o sistema educacional brasileiro, não sòmente em consonância com as necessidades presentes do País, mas, ainda, de lhe imprimir características científicas das mais avançadas.

A complexidade progressiva da civilização, caracterizada pelo avanço da tecnologia, levou os estudiosos da educação a reconhecer que um sistema escolar capaz, apenas, de atender a primeira fase de maturação do ser humano é de todo em todo insuficiente, razão por que vem crescendo o período de escolaridade da juventude nos países mais adiantados. Os educadores reconhecem, igualmente, que educação é fenômeno contínuo e continuado, independentemente da idade dos indivíduos e do seu grau de cultura. Pois não é só a mudança tecnológica que exige a permanente revisão

da habilitação técnica dos indivíduos, mas, por igual, a extensão e o aprofundamento do regime democrático, que coloca o povo diante de complexos problemas para a solução dos quais deve estar em condições de contribuir conscientemente.

Compreendeu-se, finalmente, que os textos constitucionais e as leis protetoras dos econômicamente mais fracos nenhum efeito possuem se êles não forem preparados, culturalmente, para o exercício pleno de seus direitos e para o correto desempenho de seus deveres. Sem tal condição, os direitos constitucionais são apenas letra morta, e inútil será esperar que todos possam oferecer, para o progresso político e social, a contribuição que seria lícito dêles exigir.

Verifica-se, ainda, que num país como o Brasil, onde permanecem profundos desequilíbrios regionais, criando desníveis muito acentuados nas possibilidades de cada unidade federativa para a realização de planos educacionais, as áreas nas quais se reclama um esfôrço mais extenso são, precisamente, as que dispõem de menos recursos próprios para tal finalidade.

Orientando-se pela compreensão dêsses aspectos essenciais do problema educacional brasileiro, o Govêrno empenha-se em proceder, nessa área, a uma das mais profundas reformas de base, a fim de que os benefícios da educação deixem de constituir privilégio de grupos sociais e mesmo de regiões do próprio País.

Esforçar-se-á o Govêrno por assegurar a todos o direito à escola média, tornando-a acessível, em etapas sucessivas de escolarização, a tôda a juventude, como ainda tentará recuperar a população que a falta secular de escolas tornou marginal do processo educacional e, por conseqüência, do sistema de produção. Por outro lado, imprimirá nôvo sentido ao sistema escolar, de modo que êle não sirva, apenas, a uma camada privilegiada, mas seja a forma de habilitação do homem comum para o trabalho e para a sua integração na comunidade nacional.

Democratização da cultura e *habilitação profissional* são os princípios básicos que nortearão todo o esfôrço governamental para que o sistema escolar possa satisfazer, de fato, as aspirações e necessidades do povo brasileiro.

Educação Elementar e Cultura Popular

No campo do ensino elementar, a ação do Govêrno se fará sentir por meio dos recursos atribuídos pela União aos Estados e aos Municípios, com o objetivo de proporcionar oportunidade de educação primária a tôdas as crianças da faixa etária de 7 a 11 anos, das quais contamos ainda cêrca de 6 milhões fora da escola. Constituem evidência as dificuldades que o País enfrenta para o alcance dêsse objetivo que, pelas razões mais diversas e complexas, demanda grande concentração de recursos para ser atingido em breve lapso de tempo. Entretanto, a ação planejada do Govêrno federal, somando-se aos esforços desenvolvidos pelos governos estaduais e municipais, permitirá que nos aproximemos decididamente do objetivo de escolarização de tôdas as crianças brasileiras compreendidas na faixa de educação compulsória.

Ao lado dessa meta quantitativa, o Govêrno continuará empenhando-se na realização de metas qualitativas, visando ao aperfeiçoamento do ensino elementar, notadamente em zonas rurais e até urbanas em que a escolarização primária se realiza nas mais precárias condições.

Assim sendo, definidos bem claramente, não apenas os objetivos do Govêrno, mas também a forma de sua atuação junto aos Estados e Municípios, de acôrdo com as normas do planejamento educacional, deveremos prosseguir na execução do programa de construção de 5.984 salas e reequipamento de 10.000. Por meio dessas e de outras medidas objetivas e realistas que estão sendo postas em prática, espera o Govêrno, no decurso do presente ano, promover em todo o País um aumento superior a 2 milhões no número de vagas em nossa rêde escolar de primeiro grau.

Por outro lado, atenção especial será dispensada à formação, aperfeiçoamento e especialização de professôres primários — condição indispensável para a realização de todos os objetivos quantitativos e qualitativos que nos propomos no campo da educação elementar —, de tal forma que o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos deverá, em 1964, preparar 2.000 professôres-supervisores e especialistas em educação elementar e o Departamento Nacional de Educação, mais 1.150 professôres-supervisores.

Pretende ainda o Govêrno, no ano de 1964, promover ampla mobilização para alfabetizar mais de 5 milhões de brasileiros que vivem marginalizados por não possuírem o mínimo de condições culturais para participar do sistema de produção e do processo político que, cada vez mais, exigem cidadãos capazes de velar pelos interêsses da comunidade. Nessa mobilização dever-se-á desenvolver ação cuidadosamente planejada, para que sejam utilizadas técnicas modernas e meios suficientes, aptos não apenas a levar o analfabeto ao domínio do mecanismo da leitura e da escrita, mas também a habilitá-lo a participar conscientemente da vida política.

Procurar-se-á convocar para essa obra milhões de brasileiros, todos os setores da comunidade nacional que possam oferecer uma contribuição válida, tais como estudantes de ensino médio e superior, professôres de todos os graus de ensino, escolas oficiais e particulares, as classes produtoras e as Fôrças Armadas. Não serão esquecidos os modernos recursos de comunicação, utilizando-se o sistema nacional de TV-Rádio Educação e ainda 35 mil projetores, nos círculos de cultura — unidades alfabetizadoras que, no Sistema Paulo Freire, substituem as clássicas e custosas salas de aula. Além disso, será assegurado todo o apoio do Govêrno aos movimentos e campanhas de cultura popular, partam de fontes oficiais ou sejam fruto de iniciativas particulares.

Por outro lado, dando cumprimento ao dispositivo constitucional do art. 168, item III, que estabelece a obrigatoriedade, por parte das emprêsas industriais, comerciais e agrícolas em que trabalhem mais de cem pessoas, de manutenção do ensino primário gratuito para seus empregados e os filhos dêstes, o Govêrno baixou o Decreto nº 53.453, que estabelece normas para a execução daquele preceito.

Outro problema que será enfrentado com o máximo de decisão é o dos salários do professorado primário brasileiro, infelizmente um dos mais baixos do mundo. Já foram adotadas as necessárias medidas, devendo a União despender, no ano em curso, 10 bilhões de cruzeiros para a suplementação dos salários de 120 mil professôres.

Atribuirá o Govêrno à educação elementar, tanto de crianças como de adultos, a maior soma de recursos e a mais absoluta prioridade de tratamento, uma vez que nesse nível se cruzam e encontram os dois grandes objetivos que devem presidir a todos os investimentos governamentais em matéria de educação: — a democratização da cultura e o incremento da produção nacional.

Educação Média

No que diz respeito à educação de nível médio — grau escolar que está passando a constituir, cada vez mais, aspiração popular em todos os pontos do País, — o esfôrço do Govêrno será orientado no sentido de serem multiplicadas as oportunidades de educação sistemática para os 12 milhões de adolescentes brasileiros que, por motivos os mais diversos, não têm acesso às escolas de segundo grau. Na verdade, se considerarmos que êsses 12 milhões representam nada menos de 90% da população compreendida na faixa etária de 11 a 16 anos, teremos de ceder à evidência de que há urgente necessidade de uma reformulação da política educacional do País, para adoção de planos mais realistas e até de emergência, capazes de impedir que essa aspiração popular continue frustrada, com grandes prejuízos para o desenvolvimento do País.

Ao lado disso, deverá o ano de 1964 ser decisivo para a nova orientação da nossa escola média, que se tornará mais adequada à realidade brasileira. Se é verdade que mais de 80% dos estudantes brasileiros de nível médio freqüentam cursos secundários de orientação ainda teórica e formal, temos que imprimir à escola secundária sentido nôvo, levando-a a preparar para as atividades produtivas do País os 93% de matrículas que não se destinam a estudos universitários, mas às atividades industriais ou agrícolas e aos serviços em geral.

Em face, portanto, dessas duas necessidades — ampliação da rêde escolar de grau médio e orientação do sistema no sentido da educação para o trabalho — elaborou o Govêrno extenso programa, todo êle já em expressivo ritmo de execução. Pretende-se, inicialmente, estender a todos os municípios brasileiros,

dos quais apenas 52% possuem ginásios ou colégios, a possibilidade de instalação de escolas de 2º grau. Para tanto, será incentivado o aproveitamento da capacidade ociosa dos grupos escolares a fim de que nêles funcionem a 1ª e a 2ª séries do primeiro ciclo, enquanto, nas cidades mais populosas, se cuidará de estender a escolaridade até à 3ª e à 4ª séries, possibilitando, progressivamente, a tôda a população o acesso à escola média completa, principalmente em sua forma profissional, no 2º ciclo, onde se preparam os técnicos de nível médio, condição indispensável a qualquer plano de desenvolvimento. O Govêrno incentivará a mocidade a procurar o acesso à Universidade por intermédio das escolas profissionais de 2º ciclo, de modo que com um só investimento se atinjam os dois objetivos.

Continuar-se-á a construção de novas unidades escolares com os recursos atribuídos aos Estados e, ao mesmo tempo, executar-se-á um programa de recuperação da rêde nacional de Escolas Técnicas, para onde será encaminhada, preferencialmente, a juventude, com o fito de melhor aproveitar a capacidade dêsses estabelecimentos e de torná-los aptos a ministrar:

1º) cursos especiais vespertinos e noturnos de habilitação profissional para o pessoal qualificado das indústrias;

2º) cursos tecnológicos de formação profissional altamente qualificada para jovens graduados em nível colegial;

3º) cursos especiais de formação profissional para jovens que freqüentam ou freqüentaram cursos ginasiais.

Para complementação dessas medidas de caráter quantitativo, prosseguirá o Govêrno o trabalho de emergência de preparação de professôres para as séries iniciais do primeiro ciclo, por meio de cursos intensivos, pretendendo, dessa forma, atingir 20.000 docentes em 1964, enquanto se apresta para a solução ideal de formar em faculdades de filosofia todos os professôres de ensino médio do País.

A fim de atender à necessidade de reorientação de nossa escola de grau médio, grande esfôrço será concentrado na implantação da rêde nacional de "ginásios modernos", com a constru-

ção de 120 estabelecimentos dêsse gênero. Nêles serão ministrados cursos de 2ª, 3ª e 4ª séries do 1º ciclo do nível médio, orientados no sentido da educação para o trabalho, por intermédio de ensino básico comum com opção pela prática de comércio, indústria e agricultura, adaptado às condições locais, e da adoção, pelos ginásios já existentes, de um nôvo espírito de educação, voltado para a relação entre a escola, a família e a comunidade, para os problemas regionais e nacionais, e os do desenvolvimento, enfim, para a realidade a que deve estar vinculado o processo educativo.

Como essas medidas exigem decidida cooperação dos educadores, das famílias e dos próprios estudantes, a mais viva atenção será atribuída ao desenvolvimento dos programas, já iniciados, de ação junto a professôres, pais e alunos, especialmente aquêles que se referem ao aperfeiçoamento de pessoal docente, técnico e administrativo; incentivo a experiências pedagógicas e sua difusão; divulgação de oportunidades educacionais e orientação vocacional; assistência e orientação às associações de pais e mestres e aos círculos de pais; instalação de centros de documentação pedagógica; criação de escolas de mecanografia para estudantes de nível médio; assistência às organizações de estudantes e às entidades de classe dos educadores, além de numerosos outros projetos em pleno andamento, todos êles destinados à atualização, ao aperfeiçoamento e à expansão do ensino médio.

Empenha-se o Govêrno, presentemente, em vasta campanha de recuperação cultural de jovens de mais de 16 anos, visando a oferecer àqueles que nunca tiveram oportunidade de freqüentar ginásios e colégios escolarização média por meio do Sistema Nacional de TV-Rádio Educação, com o objetivo imediato de preparar meio milhão de jovens para os exames de madureza. Com a mesma finalidade, regulamentou, pelo Decreto nº 51.680-A, a realização dos exames de madureza e instituiu bancas permanentes para sua realização.

Ao lado da expansão das escolas profissionais, vasto programa intensivo de habilitação profissional será desenvolvido para

formar em 20 meses cêrca de 50.000 trabalhadores qualificados nos mais diversos tipos de atividades.

Merece menção especial a providência de mandar matricular, em 1964, todos os alunos excedentes que, embora aprovados nos exames de admissão à 1ª série ginasial, não tenham alcançado o limite de vagas do estabelecimento. Para êsse fim serão criadas novas classes e concedidas bôlsas de estudo. Dessa forma, pretende o Govêrno impedir que qualquer aluno habilitado deixe de estudar por falta de vaga.

Os candidatos reprovados nos mesmos exames serão matriculados na 6ª série primária onde serão submetidos a regime de aprendizagem intensiva, que compreenderá a revisão do programa da 5ª série e o ensino das disciplinas da 1ª série ginasial. Os alunos sob êsse regime prestarão exames para acesso à 2ª série ginasial em 1965 e, por conseguinte, não perderão o ano.

Essa providência, adotada pela primeira vez, atingirá cêrca de 100 mil jovens que, impedidos de ingressar na escola secundária, quase sempre desistem dos estudos e se dirigem para empregos para os quais não têm ainda preparação, passando, provàvelmente, a engrossar a legião dos desajustados.

Nivel Superior

No ano de 1963, número pouco superior a 100 mil jovens conseguiu matricular-se em nossas universidades, e a grande maioria, em cursos de formação livresca. Isso significa que apenas 1% de nossa juventude tem acesso aos estudos de nível superior.

Pelo visto, como o ensino de grau médio, também o superior está longe de atender à necessidade de técnicos para o desenvolvimento industrial.

Para corrigir essa grave deficiência, o dispendioso sistema de ensino superior do País participará do esfôrço do Govêrno para formação de mão-de-obra de urgência, mediante a reformulação dos programas universitários e pela duplicação de matri-

culas no primeiro ano dos cursos universitários, determinada no Decreto nº 53.642, de 28 de fevereiro de 1964.

Assim, será estabelecida conexão entre as universidades e o sistema de produção para que o investimento feito na rêde de ensino superior tenha imediata rentabilidade, neste momento crucial de reforma de estruturas e conseqüente aumento da procura de técnicos. Por outro lado, tôda capacidade ociosa das instalações e do pessoal de nível universitário será usada para habilitação profissional de nivel médio, para campanhas de cultura popular e difusão de conhecimentos básicos entre o povo, de modo que seja ressarcido, em proveito do povo, o pesado ônus que representa para o País a manutenção dêsse caríssimo sistema escolar.

Para êsse efeito, a Universidade Federal de São Paulo, localizada no ABC paulista, zona de grande concentração industrial, tomou a iniciativa de instalar cursos de formação de técnicos de alto nível, engenheiros de grau médio, que assistirão às aulas teóricas na própria Universidade, e às práticas, nas principais indústrias da região.

Com a finalidade de melhorar o nível dos candidatos às escolas superiores, estão sendo criados Colégios Universitários junto às Universidades Federais e às Católicas, num total de 22 em 1964. Os primeiros dêles serão inaugurados na Universidade do Ceará e na Universidade Federal de São Paulo, o desta com capacidade para receber 2 mil alunos. Êsses colégios ministrarão o 3º ano do 2º ciclo secundário.

Ainda neste capítulo de autêntica reforma universitária empreendida pelo Govêrno, para atender às exigências do nosso desenvolvimento, inserem-se as medidas para corrigir a estrutura fragmentária, que multiplica, dentro da mesma Universidade, instalações, equipamentos e pessoal para tarefas idênticas, provocando a desproporção entre os seus orçamentos e o número de alunos matriculados e, por conseguinte, determinando baixa rentabilidade do investimento público.

A centralização do ensino e da pesquisa em grandes setores básicos, a serviço de tôda a Universidade, com eliminação dos

núcleos dispersos pelas suas várias unidades, representará substancial economia de meios, por um lado, e, por outro, a possibilidade de ampliar as matrículas nas escolas, seja no ciclo básico, seja no ciclo profissional.

Sem qualquer lesão da autonomia universitária, o Ministério da Educação e Cultura exercerá a ação estimuladora e supletiva que lhe cabe, cooperando com a universidade na criação dêsses setores básicos ou na consolidação dos que, de modo mais ou menos desenvolvido, já existem em algumas delas.

Obedecendo a êsse critério, a Universidade Federal de São Paulo criou os Institutos Básicos de Química, Física, Biologia, Matemática, estando em estudos a instalação de um Instituto de Bioquímica. Com a criação de tais institutos, propicia-se, de imediato, a absorção de todos os excedentes dos exames vestibulares, isto é, de candidatos que, embora aprovados, não tenham obtido vaga nas escolas da atual estrutura universitária.

Esta política universitária estender-se-á a tôdas as universidades federais que a União mantém.

Universidade de Brasília

Enquanto se cuida de democratizar o sistema escolar de todos os níveis e de colocá-lo a serviço do esfôrço nacional para o desenvolvimento, no Distrito Federal, por intermédio do Projeto-Piloto da Universidade de Brasília, implanta-se nôvo modêlo de universidade, semelhante às mais avançadas organizações internacionais. A Universidade de Brasília destina-se, sobretudo, a assessorar tècnicamente o Govêrno brasileiro e tem por objetivos a formação científica de alto nível e o estudo dos problemas nacionais, no propósito de contribuir para a formação de soluções compatíveis com a realidade do País. Em todos os Estados estão sendo recrutados aquêles que desejam dedicar-se à cultura e à pesquisa, de modo que essa Universidade já começa a constituir-se em núcleo de uma antêntica elite intelectual empenhada no estudo e na solução dos múltiplos problemas nacionais no campo da cultura.

As Fôrças Armadas

Sendo a educação investimento caríssimo, constituindo, talvez, o mais pesado ônus impôsto à comunidade, o esfôrço governamental nessa área se apoiará nas fôrças vivas da nação, para êle convocando-se tôdas as disponibilidade nacionais. Dos profissionais e das classes produtoras aos estudantes e às Fôrças Armadas, serão todos convocados para o grande esfôrço de eliminação do subdesenvolvimento por intermédio da difusão cultural. Principalmente as Fôrças Armadas, que têm participado, como elemento de vanguarda, de todos os movimentos históricos, serão convocadas para essa batalha pela integração na vida nacional das populações que ficaram à margem do processo histórico do País.

Em 1963, o Exército colaborou eficazmente neste importante setor de atividade, quer por meio do grande número de escolas de alfabetização existentes em tôdas as unidades, quer por intermédio da rêde de escolas de ensino médio e superior sob a sua responsabilidade.

A propósito, convém salientar que, em lugares quase inacessíveis ao homem civilizado, onde exista contingente militar, embora de reduzido efetivo, como acontece nas fronteiras da Amazônia e Mato Grosso, sempre se instala uma escola e dela sai alfabetizado grande número de crianças, que muitas vêzes ignoravam até mesmo o idioma nacional. Assim, as Fôrças Armadas têm colaborado com o Ministério da Educação e Cultura no programa de instalação das Escolas de Fronteira. Êsse aprendizado rudimentar, porém útil, foi crescendo de eficiência à proporção que as unidades se aproximavam dos grandes centros, culminando na Vila Militar da Guanabara com o ensino ministrado pela televisão a centenas de soldados.

Os professôres são, em princípio, oficiais e graduados.

Nos cursos de grau médio e nos de grau superior, os resultados foram promissores, uma vez que 1.269 alunos os concluíram, com alto grau de aproveitamento.

Saliente-se que a continuação em funcionamento dos Colégios Militares de Curitiba, Belo Horizonte, Salvador e Recife veio ao

encontro das justas aspirações da numerosa classe militar, cujos encargos com a educação dos seus dependentes se tornam cada vez mais onerosos.

Continuará em funcionamento, graças ao Decreto nº 52.948, de 26-11-63, a Escola Preparatória de Campinas, cuja extinção estava prevista para 31 de dezembro último.

O Instituto Militar de Engenharia formou 77 engenheiros, ao passo que concluiram o curso da Escola de Comando e Estado-Maior, 75 oficiais; no da Escola Superior de Guerra foram matriculados pelo Exército: 2 Generais, 13 Coronéis e 4 Tenentes-Coronéis (Curso Superior); 3 Coronéis, 11 Tenentes-Coronéis (CEMCFA).

Na Marinha, a especialização de oficiais e de praças é feita em cursos correspondentes às 6 especializações de oficiais do Corpo da Armada e às 26 especialidades de marinheiros e taifeiros.

Alguns dos cursos de especialização para oficiais e praças do Corpo de Fuzileiros Navais continuaram a ser feitos em escolas do Exército, que nesse setor presta inestimável colaboração à Marinha.

Também prosseguiram a formação de engenheiros, mediante convênio mantido com a Universidade de São Paulo, e a realização de cursos post-graduação para médicos e dentistas em escolas civis.

A Escola de Guerra Naval preencheu as suas funções de centro de estudos de alto nível e de escola de estado-maior, ministrando, entre outros, cursos a oficiais superiores de nações amigas.

O Ministério da Aeronáutica mantém diversos estabelecimentos de formação e de aperfeiçoamento de pessoal e formou 559 especialistas de vários níveis, em 1963.

Foi ampliada a formação de sargentos especialistas na Escola de Especialistas de Guaratinguetá, assim como a formação de oficiais especialistas na Escola de Oficiais Especialistas, em Curitiba.

O Instituto Técnico de Aeronáutica que é, hoje, uma escola-padrão no seu gênero, continuou, em 1963, a formar especia-

listas, muitos dêles destinados à indústria civil. Parcela já significativa de mão-de-obra altamente qualificada absorvida pela aviação comercial e pela indústria automobilística e de motores vem sendo formada no I.T.A., que, assim, desempenha papel dos mais relevantes como centro de instrução técnico-profissional.

A formação de técnicos torna-se, cada vez mais, o fator crítico no desenvolvimento de uma Fôrça Aérea moderna. De nada servirá o material avançado se não se contar com técnicos de qualidade altamente especializados, necessários à sua utilização. Impõe-se mesmo um estudo profundo e a obtenção, junto ao Congresso, de leis que permitam a justa remuneração de técnicos de alta qualidade, se desejarmos desenvolver a Fôrça Aérea Brasileira de acôrdo com os padrões de adiantamento e eficiência que a atualidade está a exigir.

2. Ciência e Desenvolvimento

Empenhado na luta contra o subdesenvolvimento, necessita o País de estimular a pesquisa científica e tecnológica, como recursos insubstituíveis de transformação e utilização das nossas riquezas naturais.

O mundo moderno vive a era da revolução científica. Em verdade, foi a capacidade de criar novas concepções científicas e de inventar novos engenhos tecnológicos que impulsionou o extraordinário desenvolvimento dos países que hoje dirigem o processo da civilização.

A distribuição desigual da riqueza no mundo é fenômeno relativamente recente. Há trezentos e cinqüenta anos as civilizações orientais comparavam-se de maneira favorável com as do mundo ocidental. Nos séculos seguintes, em conseqüência de progressos científicos e tecnológicos aplicados à agricultura e aos métodos industriais, tomou súbito desenvolvimento a Europa Ocidental. As descobertas e os progressos técnicos ocorreram, sempre, de tempos em tempos, na história da humanidade. Mas o que caracterizou a revolução tecnológica e industrial do século dezenove foi o domínio

científico dos fenômenos e das leis naturais e sua aplicação ao desenvolvimento. A importância da ciência aumentou no século atual e após a Segunda Guerra verificou-se que a pobreza, a fome e a morte prematura podem ser eliminadas em sociedades inteiras. Para isso, são necessárias duas condições básicas: habilitação técnico-científica e capital para investimento.

A pesquisa científica tornou-se questão de alta prioridade no País, em virtude da própria transformação por que está passando a sua economia. Não poderemos conquistar a plena emancipação econômica sem resolver, preliminarmente, os problemas tecnológicos que se nos apresentam e que têm aspectos peculiares. O exemplo de outros países, entre os quais o Japão, demonstra que uma indústria nacional poderosa só poderá ser implantada se tiver condições de criar equipamentos e técnicas que utilizem a matéria-prima nacional e se adaptem às circunstâncias características da vida econômico-social.

Por outro lado, da solução dos problemas tecnológicos apresentados pela nossa transformação industrial, especialmente no caso de rumos novos da economia, depende a maior ou menor subordinação ao *know-how* estrangeiro, que implica, por vêzes pesados gastos em divisas, resultantes do pagamento de *royalties* e das vinculações econômico-financeiras criadas pela necessidade de utilizar patentes de outros países.

Assim, cumpre ao Govêrno estimular e amparar os institutos de pesquisas, integrando a sua atividade no esfôrço de renovação industrial. Nesse sentido, o Poder Executivo adotará diversas iniciativas, entre as quais a de revigorar, adaptando-o às circunstâncias presentes e ao quadro da reforma administrativa, o Decreto nº 50.819, que cria o Serviço Nacional de Assistência aos Inventores. Outras providências já em estudo incluem a utilização dos institutos de pesquisas na expedição de certificados de aptidão e no contrôle de produtos novos que vierem a ser fabricados pelas indústrias nacionais que apresentarem projetos à apreciação dos órgãos técnicos e financeiros oficiais.

Em 1951, o Govêrno criou o Conselho Nacional de Pesquisas, que tem por finalidade "promover e estimular o desenvolvi-

mento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento".

Durante o ano de 1963, o Conselho Nacional de Pesquisas cumpriu o papel que lhe foi reservado por lei, quer executando pesquisas científicas e tecnológicas, por intermédio de seus institutos básicos, quer estimulando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia nas Universidades e instituições de pesquisa.

Graças à intensa atividade exercida pelo Conselho Nacional de Pesquisas nos últimos treze anos, já se chegou entre nós à compreensão de que o progresso técnico-científico constitui base indispensável à independência política, social e econômica.

No próprio setor governamental já se fêz sentir tal atuação, motivo pelo qual foi incluída a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia no Projeto de Reforma Administrativa, ora entregue ao estudo e aprovação do Congresso Nacional.

As atividades do Conselho, no ano que findou, não se limitaram ao território nacional, estendendo-se a outros países onde organizações congêneres com êle colaboram e dêle recebem colaboração, no tocante aos programas de bôlsas, auxílios para aquisição de equipamentos e importação de material científico. Em numerosas oportunidades, foram solicitadas ao Conselho Nacional de Pesquisas informações e assesoria científica para programas dessas organizações.

Participou o Conselho, de maneira notável, da conferência das Nações Unidas sôbre Aplicação da Ciência e da Tecnologia em Benefício das Áreas Menos Desenvolvidas, realizada em Genebra, tendo apresentado teses e recolhido importante documentário de alto interêsse para nosso desenvolvimento.

Tampouco foram esquecidos os entendimentos com a indústria nacional, para o efeito de propiciar seu aperfeiçoamento, adaptação de técnicas importantes, contrôle e melhoramento da produção e descoberta de novos métodos, processos e materiais, por meio de concessão de bôlsas de estudo e auxílios.

Especial atenção foi dada ao desenvolvimento de tecnologia e maior intensificação da produção agrícola.

Como iniciativa de realce para o próximo exercício, o Conselho, ainda em 1963, manteve contatos com o Ministério da Educação e Cultura, visando à realização do 1º Forum Brasileiro de Ciência e Tecnologia, medida que virá atender legítima reivindicação dos pesquisadores brasileiros.

Graças à realização, em 1964, dêsse Forum, poderá o Conselho Nacional de Pesquisas fazer amplo levantamento dos recursos brasileiros, humanos, materiais e naturais, com a finalidade de traçar, com maior segurança, a política científica do País, para consecução dos objetivos nacionais, imediatos e permanentes, no campo científico e tecnológico.

Expedições científicas estão sendo planejadas nas regiões do Amazonas, Nordeste e Oeste brasileiros, para estudos geológicos e atualização do inventário botânico e zoológico dessas áreas, com o fito especial de proteger e explorar cientificamente as nossas reservas florestais.

Como programa para 1964, assinalaremos: pesquisa oceanográfica e pesquisa de biologia marinha; pesquisas espaciais; pesquisas astronômicas e astrofísicas; pesquisas de matemática pura e aplicada; pesquisas físicas; incremento das pesquisas de química vegetal e mineral; pesquisas de geologia, inclusive geocronologia; estudos de fertilizantes, genética e melhoramento de espécies vegetais de grande interêsse econômico; pesquisas de fisiologia vegetal, fitopatologia e microbiologia.

B) TRABALHO E PREVIDÊNCIA

1. Trabalho

Considerações Gerais.

Os encargos da missão histórica de dotar o Brasil de uma economia independente não podem nem devem recair, exclusivamente, sôbre as classes laboriosas, exatamente as que desempenham, nessa grande tarefa, papel tão considerável e que, consti-

tuindo, precisamente, os grupos econômicamente mais fracos, não podem prescindir do amparo e da defesa em que o Estado deve desvelar-se.

Esta, entre tantas outras, uma das funções principais da legislação trabalhista e da previdência social, de cuja melhor aplicação e constante aperfeiçoamento dependerão, diretamente, os resultados da nossa política de desenvolvimento econômico.

Portanto, a melhor compreensão dos direitos e deveres nas relações de emprêgo, o seu respeito e observância; um amparo mais eficiente na doença, na invalidez e na velhice; a certeza de um nível de vida condigno; a proteção da assistência médico-social; a reedução e a readaptação profissional é que proporcionarão aos trabalhadores e às suas famílias a segurança e a tranquilidade indispensáveis ao labor fecundo e construtivo, mola fundamental de qualquer empreendimento público ou privado e peça essencial de qualquer programa de desenvolvimento econômico.

Política Salarial

Atento à importância da questão salarial numa economia de caráter nitidamente inflacionário que influi poderosamente na deterioração do poder aquisitivo dos trabalhadores, o poder executivo tem revisto periòdicamente os níveis mínimos de salários.

Com êste objetivo, foi baixado pelo Govêrno o Decreto nº 53.578, de 21 de fevereiro de 1964, que reestrutura as regiões e sub-regiões de salário-mínimo e eleva os níveis fixados no Decreto nº 51.613, de 3 de dezembro de 1962, em função da diversidade do custo de vida no território nacional.

A aprovação, sem modificações, pelo Congresso Nacional do projeto governamental que institui o salário-família, constituiu medida de indiscutível alcance para a proteção familiar dos trabalhadores, já vigorante em mais de 30 países.

O equilíbrio do sistema de concessão de salário-família foi tècnicamente calculado, num regime de repartição anual, havendo

rigorosa correspondência entre o valor das quotas individuais e a percentagem da contribuição imposta.

Estabelecendo-se, por meio dessa legislação, critério de remuneração adicional em função dos encargos familiais, permitiu-se maior exatidão na determinação dos níveis de salários-mínimos, que passarão a considerar as necessidades individuais do trabalhador, diversamente do que se vinha até agora fazendo ao levar-se em conta aspectos do sustento do grupo familial dêle dependente.

A formulação de política salarial condizente com a conjuntura brasileira, destinada a proporcionar aos trabalhadores participação adequada no crescimento da renda nacional e a funcionar como poderoso dispositivo regulador entre os custos de bens de consumo e o poder aquisitivo da grande massa, levou o Govêrno a propor ao Congresso Nacional a instituição do regime de escala móvel de salários, tendo o respectivo projeto tomado, na Câmara dos Deputados, o nº 1.481, de 1963.

A iniciativa governamental foi baseada em conscienciosos e acurados estudos técnicos e inspirou-se em pressupostos que estão no consenso geral, além de representar legítima reivindicação de quantos, no País, vivem de salários. Confia, pois, o Govêrno em que o Congresso Nacional dispensará ao exame da matéria o mesmo interêsse que permitiu a rápida tramitação e aprovação do anteprojeto relativo ao salário-família.

Com a transformação em lei da proposta governamental, ter-se-á incorporado à moderna legislação social brasileira um dos seus mais significativos estatutos.

Movimento Sindical

A conjuntura social que o País atravessa dá ao movimento sindical aspectos da maior relevância, pois é dentro de seu sindicato de classe que o trabalhador brasileiro começa a adquirir noção mais profunda da sua missão.

Os sindicatos de classe, como órgãos que procuram atingir, dentre inúmeras outras finalidades, a de proporcionar situação de equilíbrio econômico ao trabalhador, têm compreendido, em tôda a sua extensão, o problema econômico brasileiro e sàbido dar a

sua parcela de colaboração a soluções consubstanciadas na apresentação de reivindicações mínimas, que, em última análise, têm o objetivo de proporcionar a própria sobrevivência às categorias que representam.

E' certo, porém, que entidades sindicais altamente desenvolvidas, e com um conhecimento mais completo da gama de problemas fundamentais, apresentam sugestões que refletem, com mais fidelidade, o ponto-de-vista do trabalhador brasileiro, cujo bom-senso e equilíbrio constituem eficiente colaboração à obra governamental.

Ciente do grau de maturidade atingido pelos sindicatos brasileiros, o Govêrno não tem poupado esforços para facilitar-lhes a obtenção da competente carta de reconhecimento, que assegura a essas entidades o pleno exercício das prerrogativas fixadas na Consolidação das Leis do Trabalho. Desta forma, em 1963, nada menos de 149 sindicatos de trabalhadores urbanos puderam ser reconhecidos.

A sindicalização rural mereceu também grande impulso e a Comissão Nacional de Sindicalização Rural e o Departamento Nacional do Trabalho examinaram e aprovaram os processos de reconhecimento de 1.177 sindicatos de trabalhadores rurais, afora mais de 40 trabalhadores autônomos, já estando reconhecidas oficialmente a CONTAC e a CNA.

Também os sindicatos patronais recebem do Ministério do Trabalho prova evidente de que essa Secretaria de Estado é, de fato, órgão de equilíbrio nas relações entre o capital e o trabalho, pois em 1963 foram reconhecidos 45 sindicatos de empregadores.

Numa demonstração eloqüente de que confiam na ação mediadora governamental, as entidades sindicais e os trabalhadores apelam, com freqüência, para o Govêrno a fim de que intervenha conciliatòriamente nos dissídios de natureza econômica, os quais, graças a essa providência, logram, na sua quase totalidade, soluções administrativas e pacíficas.

Relações Internacionais do Trabalho

No âmbito do Ministério do Trabalho e Previdência Social, os estudos e relações internacionais são coordenados pela Comissão

Permanente de Direito Social (CPDS), que foi reestruturada pelo Decreto nº 51.860, de 22 de março de 1963.

No uso de suas atribuições, a CPDS, elaborou os pronunciamentos técnicos, aprovados pelo Govêrno, referentes ao temário da 47ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, que se realizou em junho próximo passado, na cidade de Genebra. Essa Conferência adotou uma nova Convenção internacional, a de nº 119, atinente à proibição de venda, aluguel e utilização de máquinas desprovidas de dispositivos de proteção apropriada. Além da Recomendação nº 118, que complementa a precitada Convenção, foi aprovada a Recomendação nº 119 sôbre a cessação da relação de trabalho por iniciativa do empregador, na qual são inseridas normas de amparo ao trabalhador, concernentes ao aviso prévio, indenização por despedida sem justa causa, readmissão de empregados dispensados por motivo de redução de pessoal, etc.

A CPDS preparou, ainda, os pronunciamentos do Govêrno para as reuniões promovidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) sôbre as condições de trabalho na indústria do ferro e aço (Cardiff, agôsto de 1963), a política de emprêgo (Genebra, setembro-outubro de 1963) e as condições de trabalho na indústria de alimentação e bebidas (Genebra, dezembro de 1963). E o presidente da referida Comissão foi um dos quinze peritos escolhidos pela OIT para participar da reunião, na qual, pela primeira vez, essa organização examinou os direitos sociais dos funcionários públicos.

Cumpre reiterar, nesta oportunidade, o apêlo feito na Mensagem anterior, na qual foi solicitada a manifestação do Congresso Nacional sôbre as convenções internacionais que acompanharam as Mensagens ns. 256, de 1949; 143, de 1958; 214 e 533, de 1959; 40 e 104, de 1960; 150 e 283, de 1961; e 277, de 1962. Por fôrça do art. 66, nº I, da Constituição Federal, sòmente após o pronunciamento do Poder Legislativo sôbre as convenções, poderá o nosso País ratificar os instrumentos aprovados. Dentre as convenções submetidas à soberana deliberação do Congresso Nacional, tôdas da maior relevância no quadro social contemporâneo — duas concernem a direitos fundamentais do ser humano: *a*) a de nº 105, sôbre a abolição do trabalho forçado; *b*) a de

nº 111, sôbre a proibição de discriminação, em matéria de emprêgo e profissão, por motivo de raça, côr, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social. A falta de ratificação de tais instrumentos pode criar a falsa impressão de que os respectivos preceitos não correspondem, na lei e na prática, a direitos assegurados a todos os que trabalham em nosso País.

Durante o ano de 1963, o Ministério do Trabalho e Previdência Social recebeu a visita do Diretor do Instituto Internacional de Estudos Sociais e da missão cultural francesa sôbre problemas de mão-de-obra, previdência e serviço social, tendo esta realizado amplo debate com os especialistas brasileiros.

2. Previdência Social

No ano de 1963 foram adotadas importantes medidas para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema previdenciário estabelecido pela Lei Orgânica da Previdência Social e atendidas muitas das mais legítimas reivindicações das classes trabalhadoras.

Essa Lei Orgânica, que durante tantos anos foi objeto das mais veementes aspirações do trabalhador brasileiro e representa avançado instrumento de progresso social, vem demonstrando, desde a sua entrada em vigor, a excelência da concepção de seus princípios. No curso de 1963, graças à adoção de várias medidas complementares, continuaram os órgãos responsáveis pela Previdência Social a grande tarefa de consolidação do sistema geral, instituído com a nova legislação.

Não se caracterizou, entretanto, o ano de 1963 apenas como o das medidas de complementação e aperfeiçoamento dos preceitos já consagrados na lei máxima da previdência social : foram concretizadas novas e importantes conquistas do trabalhador neste campo. Entre elas merece menção particular, pelo seu alcance social, a instituição do salário-família do trabalhador, criado por lei que começou a produzir seus benefícios em dezembro de 1963. Avulta, por igual, como progresso dos mais expressivos, a concessão do 13º salário aos aposentados e pensionistas da Previdência Social.

Fato marcante foi, no ano passado, a extensão da previdência social ao trabalhador do campo, matéria regulamentada a 18 de dezembro último pelo Decreto nº 52.325.

O legislador, contudo, deu ao problema solução transitória, ao estabelecer, no art. 159 do Estatuto do Trabalhador Rural, que, durante o prazo de cinco anos, ficaria o Instituto dos Industriários encarregado da arrecadação das receitas e da prestação dos benefícios.

A necessidade de nova disciplinação legal, implícita no próprio texto da Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963, é ainda mais imperiosa quando se considera que, além da conveniência da criação de organismo especializado para administração do seguro social rural, os recursos a ela inicialmente destinados se revelam extremamente insuficientes.

Admite-se que o "Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural", que deverá ser suprido, nos têrmos do art. 158 da respectiva lei, pela arrecadação da taxa de 1% sôbre a produção agropecuária, atingirá, no máximo, neste exercício, 20 bilhões de cruzeiros.

Tendo-se em vista que o número de segurados nos diversos Institutos de Aposentadoria e Pensões é de 5.200.000, com os quais, em 1962, foram despendidos mais de 160 bilhões de cruzeiros, só com o pagamento de benefícios, e considerando-se que o contingente de trabalhadores rurais é o triplo (isto é 16.300.000), segue-se que, para prestação de idênticos benefícios, seria indispensável importância anual de 500 bilhões de cruzeiros aproximadamente.

A solução imposta pela lei é, entretanto, serem os benefícios fixados em função das possibilidades financeiras. Sabendo-se que, em 1960, o número de segurados da Previdência Social era de 4.058.000 e o de aposentados e pensionistas cêrca de 1.172.000, teríamos, adotada idêntica proporção para os trabalhadores rurais, aproximadamente 4.500.000 aposentados e pensionistas, para os quais, em face da limitação de recursos financeiros, caberiam, individualmente, benefícios no valor médio anual de 4 mil cruzeiros apenas.

Encontrará, porém, o problema solução definitiva graças à aprovação, com alterações, do Projeto C-136-46, que cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Agrários, já votado pela Câmara dos Deputados e ora em andamento no Senado Federal.

Grave questão que enfrenta, de longa data, a previdência social é a da dificuldade de recolher, integralmente, as contribuições que lhe são devidas. Em minha Mensagem anterior, ao tratar do assunto, anunciei que, no ano de 1963, seriam adotadas providências as mais enérgicas, objetivando, se não eliminar, pelo menos reduzir substancialmente os efeitos danosos que o não recolhimento da receita, em tempo oportuno, vem causndo ao sistema previdenciário brasileiro. Dentre as medidas já postas em prática, merecem especial menção as normas baixadas pelo Departamento Nacional da Previdência Social sôbre a aplicação das disposições do art. 86 da Lei Orgânica da Previdência Social, que prevê a cominação das penas do crime de apropriação indébita aos responsáveis pela falta de recolhimento, na época própria, das contribuições arrecadadas dos segurados ou do público em geral e a decisão do Banco do Brasil de não mais ter transações com emprêsas em débito para com a Previdência Social. Por outro lado, para eliminar os atrasos em que mesmo as emprêsas estatais e entidades autárquicas vinham incidindo nas suas obrigações para com o seguro social, expediu o Govêrno decreto que dispõe minuciosamente sôbre a matéria e corrigirá, de vez, essa anomalia.

Tais medidas, embora tomadas já na segunda metade do exercício, não deixaram de fazer sentir os seus benéficos efeitos no comportamento da arrecadação da dupla contribuição dos segurados e emprêsas, que atingiu, nos seis Institutos, um montante aproximado de 260 bilhões de cruzeiros, o que revela, em comparação com os 140 bilhões arrecadados em 1962, resultado realmente auspicioso. Estima-se que, em conseqüência dessas e de outras providências incentivadoras da arrecadação, a receita para 1964, proveniente daquela fonte de incidência, monte a 442 bilhões de cruzeiros.

A União Federal, tal como nos exercícios anteriores, teve marcada participação no custeio do sistema previdenciário, contribuindo, em 1963, com a substancial parcela de 53 bilhões de cruzeiros,

dos quais 29,5 bilhões por meio da chamada "quota de previdência", arrecadada diretamente do público, pelas emprêsas, para recolhimento ao Fundo Comum da Previdência Social, e o restante como verba orçamentária, também recolhida ao mesmo Fundo. Verba de 57 bilhões, acrescida de arrecadação estimada em 42 bilhões de cruzeiros da "Quota de Previdência", deverá atender, neste ano, aos encargos da União para com a Previdência Social.

Está-se procedendo a estudos acurados para o aperfeiçoamento do sistema arrecadador e ampliação do campo de incidência da "quota de previdência", com o objetivo de, por um lado, mediante acréscimo da receita, diminuir a sobrecarga que onera o orçamento da União Federal e, por outro lado, acelerar o processo da realização dos recursos e tornar mais flexível a sua movimentação. Tais estudos, em fase final, oferecerão elementos para a elaboração de projeto que pretendo enviar brevemente à alta consideração do Congresso.

A Previdência Social teve a sua despesa, com o plano de prestações, elevada, em 1963, a cêrca de 240 bilhões de cruzeiros, dos quais 200 bilhões, aproximadamente, despendidos com os benefícios (aposentadorias, pensões e auxílios diversos), 27 bilhões com a assistência médica e 13 bilhões com a assistência alimentar. Estima-se que, no corrente ano, tais despesas atingirão 421 bilhões de cruzeiros.

Providência de alta significação, destinada especialmente a melhor atender aos segurados, é a resultante dos convênios que começaram a ser firmados em 1963 entre os Institutos de Aposentadoria e Pensões e as Caixas Econômicas Federais, para que colaborem na efetuação dos pagamentos de prestações devidas a aposentados e pensionistas da Previdência Social. Tal medida propiciará, com um mínimo de ônus para os Institutos, sensível ampliação de sua rêde pagadora, eliminando o penoso sacrifício da demora imposta aos beneficiários.

A reabilitação do trabalhador, encargo que a Lei Orgânica da Previdência Social havia cometido aos Institutos, vinha revelando-se pouco operante por falta de normas objetivas. Procurando corrigir essa falha foi expedido, a 13 de dezembro último, o Decreto nº 53.264, que determina a prestação, em regime de

comunidade, dos serviços de reeducação e readaptação profissional indispensáveis à remoção das causas determinantes da incapacidade para o trabalho.

A imobilização dos capitais da previdência social em grandes investimentos imobiliários, notadamente em Brasília, determinou, em virtude, principalmente, da legislação do inquilinato, o aviltamento da rentabilidade patrimonial da previdência social, de um lado, e criou, de outro, sério obstáculo a novos investimentos em favor dos segurados.

A questão foi resolvida pelo Decreto nº 52.759, que disciplinou a venda dos imóveis da previdência social na Capital da República, e pelo Decreto nº 52.472, que regulou a alienação, aos segurados, dos conjuntos residenciais no resto do território nacional.

Os empréstimos simples, forma de assistência financeira prevista pela Lei Orgânica da Previdência Social, em virtude da falta de maiores recursos financeiros, ficaram pràticamente limitados à área do Instituto dos Bancários, que aplicou nessa modalidade assistencial o montante aproximado de 2,4 bilhões de cruzeiros.

No campo administrativo, medida da mais alta relevância para complementar a fiel execução da Lei Orgânica da Previdência Social foi a expedição do Regimento Único dos Institutos, ato que importará a completa e geral reorganização e uniformização dos serviços administrativos daquelas instituições.

Desejo, finalmente, dar especial relêvo à realização, no fim dêste ano, das eleições dos representantes classistas para renovação da composição do Conselho Superior da Previdência Social, do Conselho-Diretor do Departamento Nacional da Previdência Social e dos Conselhos Administrativos e Fiscais das Instituições de Previdência Social. Tal acontecimento consolidará, definitivamente, a instituição do regime de órgãos colegiados, os quais, graças ao cunho democrático que lhes caracteriza o provimento, vêm provando o total acêrto da solução encontrada para melhor conduzir a Previdência Social.

E' de notar que a primeira investidura dos representantes de empregados e empregadores, verificada em 1960, nos órgãos de direção da Previdência Social, resultou de eleições indiretas, na

forma da lei básica do seguro social, ao passo que o próximo pleito será realizado com a participação direta dos órgãos sindicais de patrões e trabalhadores, em todo o País, o que significa sensível aperfeiçoamento do sistema.

C) SAÚDE PÚBLICA

1. Situação atual e necessidades

Os problemas médico-sanitários que o País defronta exigem soluções a curto prazo, sob pena de agravarem-se ainda mais.

Entretanto, medidas isoladas, que visavam especificamente o campo da saúde, têm-se revelado ineficazes porque a saúde é, em última análise, uma resultante do padrão de vida, dependendo menos dos serviços de saúde pública do que da quantidade e qualidade de bens e serviços ao alcance da coletividade.

Não se pode pretender atingir altos níveis de sanidade quando há carência alimentar, principalmente no relativo às proteínas de origem animal indispensáveis ao organismo humano, quando são precárias as condições de habitação e deficiente a energia mecânica, de que se origina maior solicitação do esfôrço muscular, e quando, finalmente, os meios de transporte não correspondem às necessidades da população e da distribuição da riqueza.

Se a nosologia de cada povo é conseqüência da estrutura econômica nacional, não é possível esperar melhorias substanciais nos níveis de saúde antes de adotadas providências que tenham por objetivo modificar as velhas estruturas, responsáveis pelo atraso e estagnação do desenvolvimento econômico e social.

Embora não disponha de instrumentos de ação que lhe permitam solucionar os problemas de saúde como seria desejável, o Govêrno tem procurado evitar que a situação se agrave, usando dos elementos ao seu alcance para executar um programa de saúde pública integrado no programa global do desenvolvimento nacional, capaz, pelo menos, de satisfazer as necessidades mínimas do nosso povo.

Do mesmo modo que a renda nacional, a saúde não se distribui uniformemente por tôda a população e por tôdas as regiões do País.

A situação é mais grave nas áreas subdesenvolvidas e nas camadas da sociedade de baixo nível de renda, ainda quando vivam nas regiões mais prósperas.

O panorama da saúde do homem brasileiro é caracterizado, primordialmente, por média de vida curta e altos coeficientes de mortalidade geral e infantil, ocorrendo a maioria dos óbitos em pessoas de menos de cinqüenta anos de idade.

No quadro sanitário, prevalecem as doenças de massa, sobretudo as infecciosas e parasitárias, registrando-se, em escala significativa, doenças transmissíveis, controláveis por medidas imunizadoras, comprovadas, e persistindo enfermidades do grupo pestilencial, do qual a varíola é exemplo típico.

Assim, o grande problema de saúde pública que o Govêrno deve enfrentar continua sendo o das doenças de massa e das doenças pestilenciais, pois os portadores dêsses males são precisamente os que não dispõem de meios para custear a necessária assistência médica e farmacêutica.

Infelizmente, a exemplo do que ocorre em outros setores, a organização assistencial brasileira apresenta rendimento abaixo das suas possibilidades, entre outras causas, em razão da multiplicidade de órgãos paralelos, sem a desejável coordenação, o que pulveriza as verbas a êles destinadas.

Basta mencionar que, além da atividade desenvolvida pela União Federal, excluídos os programas executados pelas Unidades da Federação e pelos Municípios, as mais diversas entidades empregam recursos na área assistencial, em maior ou menor escala, sendo de assinalar, pela envergadura de suas rêdes assistenciais, os ministérios militares, cujos hospitais, ambulatórios, clínicas, enfermarias atendem parcela ponderável da população brasileira.

Outros ministérios, bem como autarquias federais, sociedades de economia mista nas quais a União é majoritária, fundações

e entidades colaboradoras da administração federal têm igualmente programas de saúde, sendo ainda justo citar o papel que têm desempenhado os Institutos de Previdência Social.

Dêste modo, as dotações destinadas ao Ministério da Saúde não refletem o montante empregado nos programas de assistência médico-sanitária, pois, em 1963, lhe coube apenas a parcela de 4,3% do orçamento da União, no qual foi, entretanto, consignada a importância de cêrca de 12% para as atividades médico-sanitárias, inclusive as de saneamento.

Também no que concerne aos programas de planejamento, construção e manutenção dos serviços de saneamento básico, observa-se diversidade de órgãos que tratam do mesmo problema.

Uma visão de conjunto dos recursos médico-assistenciais, nêle incluída a atividade dos Estados e Municípios e, sobretudo, levada em conta a iniciativa privada, revela que o aparelhamento assistencial brasileiro, como, de resto, em todos os países em condições idênticas às nossas, distribui-se na razão inversa dos níveis de saúde da população local, isto é, quanto mais baixo o nível de saúde, tanto menores os recursos assistenciais disponíveis.

Por outro lado, ainda como conseqüência da falta de coordenação no planejamento global da assistência médico-sanitária, existe carência de meios, seja quanto a pessoal técnico, seja quanto a equipamento, agravada pela sua má distribuição, com excessiva concentração em certas áreas em detrimento de outras.

A unificação dos serviços médico-sanitários, nas atuais condições administrativas brasileiras, é problema que tem desafiado a capacidade dos mais experimentados técnicos, tais as questões suscitadas.

Por isso mesmo, tem-se recomendado a integração gradativa e sistematizada, em âmbito setorial, com aproveitamento de entidades já existentes, nos têrmos da tradição do sistema de comunidade. Enquanto não fôr possível essa unificação, prevalecerá o ponto-de-vista de que se deve promover a coordenação de todos os serviços, entrosando-se as suas atividades.

É de esperar-se que no exercício de 1964, como resultado das medidas que serão postas em prática pelo Govêrno com a integração de todos os programas de saúde num programa nacional, os recursos disponíveis possam ter melhor aproveitamento.

Realmente, se computarmos as verbas orçamentárias do Ministério da Saúde e as parcelas destinadas a programas de saúde nos diferentes órgãos da administração centralizada e descentralizada e dos que igualmente se dedicam à solução do mesmo problema, haverá possibilidade de canalização de considerável soma de recursos para os investimentos considerados preferenciais no planejamento geral da saúde.

Assim é que, visando corrigir as distorções verificadas no tratamento do problema sanitário brasileiro, o Govêrno federal cuida de adotar providências básicas imediatas no setor de saúde pública, obedecendo o programa de ação governamental para o exercício de 1964 à seguinte orientação:

1º) integração dos programas de saúde pública no planejamento global do desenvolvimento econômico, a fim de possibilitar contribuição recíproca de todos os setores;

2º) criação dos serviços municipais de saúde, com a colaboração dos governos estaduais e do federal e o aproveitamento dos recursos humanos e materiais de que possam dispor, dando-se prioridade às áreas mais carentes de recursos e de maiores contingentes demográficos;

3º) preparações de pessoal técnico de saúde pública, seja em nível profissional, seja em nível médio;

4º) intensificação da luta contra as doenças de massa predominantes no País;

5º) incremento à implantação dos serviços de saneamento básico, mediante instalação de serviços de abastecimento dágua, esgotos, remoção ou eliminação de dejetos e melhoria de habitação;

6º) satisfação das necessidades de assistência médico-sanitária das populações do interior, mediante o aproveitamento de pes-

soal prèviamente treinado, recrutado, de preferência, nas localidades de trabalho;

7º) integração das atividades preventivas e curativas nas unidades sanitárias;

8º) aproveitamento racional da rêde hospitalar existente, diminuindo ou cessando a ociosidade de fatôres sob tôdas as formas;

9º) intensificação de fabrico de produtos farmacêuticos pelos órgãos oficiais que operam no setor, bem como incentivo à expansão da indústria químico-farmacêutica nacional, a fim de reduzir o custo dos medicamentos;

10º) ampliação ou instalação de indústrias para a produção de inseticidas de ação residual para as campanhas profiláticas em desenvolvimento;

11º) manutenção de laboratórios para diagnóstico, bem como fixação dos padrões mínimos e das normas de contrôle dos alimentos;

12º) orientação, coordenação e supervisão da execução do programa de saúde, bem como distribuição dos recursos rigorosamente de acôrdo com os critérios nêle estabelecidos;

13º) entrosamento e coordenação das atividades de assistência médico-social de tôdas as instituições do País, federais, autárquicas ou paraestatais, de economia mista ou filantrópica, desde que subvencionadas pelo poder público federal;

14º) estímulo à coleta de dados estatísticos referentes à saúde em todo o território nacional e sua supervisão e análise, para o efeito de aumentar a eficiência dos serviços de bio-estatística e, com êles, melhor orientar os serviços de saúde pública;

15º) estudos e pesquisas dos problemas de saúde da população brasileira;

16º) cumprimento dos preceitos sanitários assentados em entendimentos internacionais.

Finalmente, para que possa ser executado o programa governamental, impõe-se, no corrente ano, reajustar as dotações orçamentárias às novas exigências financeiras oriundas da criação

dos serviços municipais de saúde, os quais constituem o cerne da atual política sanitária, unânimemente preconizada pela III Conferência Nacional de Saúde.

2. Realizações

a) *Do Ministério da Saúde*

Entre as atividades do Govêrno, no campo da saúde, em 1963, merecem menção especial as seguintes: a implantação da nova política sanitária, a realização da III Conferência Nacional de Saúde, a instituição do GEIFAR (Grupo Executivo da Indústria Químico-Farmacêutica) e a elaboração de estudos para Reforma Administrativa.

O núcleo da nova política sanitária, fruto da III Conferência Nacional de Saúde, é a municipalização dos serviços de saúde, com a colaboração do Govêrno federal, dos governos estaduais e dos municipais. Seu objetivo capital é pôr ao alcance do povo serviços municipais que lhe proporcionem os cuidados médico-sanitários indispensáveis à defesa da sua saúde.

No conjunto de medidas tomadas pelo Govêrno para a preservação da economia nacional, avulta a que instituiu o Grupo Executivo da Indústria Químico-Farmacêutica (GEIFAR), com a finalidade de aumentar a produção dos medicamentos mais comumente usados pelo povo, conter-lhes o aumento de preço e eliminar as causas de superfaturamento na importação das matérias-primas destinadas ao fabrico de medicamentos.

Medida de capital importância, a Reforma Administrativa, neste setor de govêrno, foi elaborada para oferecer ao Ministério da Saúde os intrumentos adequados à execução da atual política sanitária.

Além dessas atividades, o Govêrno intensificou a luta contra as doenças de massa (endemias rurais, tuberculose, lepra), bem como as campanhas contra a poliomielite, a varíola, o câncer, executou vasto programa de proteção à maternidade, à infância e à

adolescência, ampliou os trabalhos de saneamento básico e prestou substancial auxílio financeiro à assistência médico-sanitária, em tôdas as unidades da Federação.

b) Da Previdência Social

No ano de 1963 foi pôsto em funcionamento o Hospital dos Bancários, no Estado da Guanabara, unidade hospitalar do mais alto padrão, foram intensificadas as providências destinadas a incrementar a organização de serviços médicos em regime de comunidade, destinados a levar ao interior do País os benefícios da assistência médica, tendo o sistema sido sensivelmente ampliado durante o exercício, e foi elaborado o planejamento geral da rêde assistencial, que cobrirá todo o território nacional, ao mesmo tempo em que algumas unidades fixas tiveram as obras de suas instalações em andamento em vários Estados.

Também foi previsto, para o período 1964/1965, o aumento de 5.000 leitos cirúrgicos, 1.700 leitos para tuberculosos, 800 leitos neuropsiquiátricos e de 50% no quadro médico e auxiliar.

O Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência — SAMDU — a maior das comunidades médicas da Previdência Social, cumprindo a política traçada pelo Govêrno, vem ampliando ao máximo, dentro dos limites de sua capacidade financeira, a rêde de seus serviços, especialmente no Nordeste, região onde as necessidades da população se fazem sentir com maior intensidade.

Mediante a regulamentação da Lei n.º 4.214, de 2 de março de 1963, que constituiu o Estatuto do Trabalhador Rural, e pelo Decreto nº 53.154, de 10 de dezembro de 1963, os benefícios de assistência médica foram levados aos trabalhadores rurais, nêles incluída a assistência à maternidade às seguradas ou dependentes, espôsas de segurados. O IAPI ficou encarregado da prestação dêsses benefícios pelo prazo de 5 anos, até que se organize o órgão da previdência social rural.

Trata-se de medida de longo alcance, pois a grande massa dos trabalhadores do campo, até então pràticamente desassistida,

terá direito a um mínimo de assistência, proporcionado pelo seguro social.

c) *Das Fôrças Armadas*

É bastante expressiva a assistência médico-hospitalar dispensada pelos Ministérios Militares aos seus contingentes e aos dependentes de oficiais e praças.

Levando-se em conta que o seu funcionalismo civil também se inscreve como beneficiário dessa assistência, poder-se-á ter idéia do elevado número de pessoas atendidas sòmente nesta área.

Demais, os exames médicos a que são submetidos obrigatòriamente os jovens alistados para a prestação do serviço militar, constituem inestimável contribuição das Fôrças Armadas ao conhecimento do estado de sanidade de boa parcela de nossa juventude, permitindo, dessa maneira, identificar os casos necessitados de tratamento.

Ao lado dessas atividades, os Ministérios Militares vêm complementando a ação do Govêrno federal no campo da saúde, por meio de efetiva colaboração com diversos organismos governamentais encarregados de problemas médico-sanitários.

Tanto o Ministério da Aeronáutica, como o da Marinha e o da Guerra dispõem de hospitais próprios, laboratórios, farmácia, e unidades do serviço de saúde para uso do seu pessoal.

Das três armas, porém, o Exército, pela sua estrutura e finalidades, e, principalmente, em razão das necessidades de mobilização e do recrutamento, teve de desenvolver maiores atividades no setor saúde e expandir os seus serviços.

Assim é que foi iniciada a construção do Hospital de Brasília e da Policlínica de Pôrto Alegre, cujas obras estão em andamento. No Exército, funcionaram em 1963 três classes de hospitais: 10 hospitais gerais, com 3.111 leitos; 2 especializados, com 206 leitos; e 14 hospitais de guarnição, com 1.364 leitos.

Além de uma Policlínica Geral e duas em construção, há outros estabelecimentos de saúde de menor envergadura espalhados por todo o País.

Na Marinha, a Assistência Médico-Social da Armada, entidade pioneira no gênero, logrou atender 75.000 dependentes de oficiais e praças, sendo de registrar, igualmente, o intenso trabalho desenvolvido pelos diversos estabelecimentos hospitalares e organizações de saúde das unidades.

Na Aeronáutica, funcionaram 6 hospitais gerais, além das organizações de saúde das unidades, assistidos por 252 médicos, com um total de 1.374 leitos disponíveis.

d) Dos Órgãos Federais de Desenvolvimento Regional

Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) — De um total de 21% das verbas aplicadas pela Comissão em programas de saúde, em 1963, 1/3 foi destinado ao setor de assistência médico-sanitária, medicina preventiva, educação sanitária, higiene e assistência dentária. A ação da Comissão se fêz sentir por meio de vasta rêde de hospitais, unidades sanitárias, postos de saúde e maternidades, para o que foram firmados convênios com a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, com os governos dos Estados de Pernambuco e Bahia e, ainda, com entidades particulares, montando as despesas a Cr$ 311.850.000,00 (trezentos e onze milhões, oitocentos e cinqüenta mil cruzeiros).

Essa importância foi empregada na manutenção da rêde hospitalar, unidades de assistência médica e construção e equipamento de outros órgãos, distinguindo-se os seguintes: Hospital Jacobina, Caetité, Senhor do Bonfim, Barreiros, Saúde, Delmiro Gouveia, Santa Maria da Vitória, Guanambi, Curaçá, Paulo Afonso, Buquira, Santa Rita de Palmeira dos Índios, além dos Postos de Saúde de Campo Formoso, Santana, Monte Alto, Itatirana, Orocó e das Maternidades de Cimbres, Paramirim, Afogados da Ingazeira e da Pró Matre de Juàzeiro.

Os postos médicos de Paramirim e Campo Formoso, assim como o Hospital Regional de Jacobina, acham-se em vias de conclusão.

Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia — Êste órgão manteve em funcionamento extensa rêde de hospitais, escolas e organizações de outra natureza.

No que diz respeito ao programa de saúde, a Superintendência fêz funcionar serviços básicos de saneamento, construindo esgotos, dando assistência médico-sanitária, criando postos de higiene, dando combate às doenças transmissíveis, etc. Os programas em sua quase totalidade foram executados pela Fundação SESP, organismo encarregado, na Amazônia, de tornar presente a ação do Govêrno federal no setor sanitário.

Tais, em linhas gerais, as condições apresentadas pela situação médico-sanitária brasileira e, nela, as realizações de iniciativa federal, no ano de 1963.

D) HABITAÇAO E SANEAMENTO

1. Habitação

Carência habitacional

O problema da habitação no Brasil apresenta aspectos da maior gravidade que podem ser traduzidos em um *deficit* crônico de caráter quantitativo e qualitativo. Dentro do critério de habitabilidade, do total de moradias existentes preenchem condições de higiene e confôrto: no Norte 25%, no Nordeste 12%, no Leste 44%, no Sul 48% e no Centro-oeste 17%. Com cêrca de 75 milhões de habitantes, a população brasileira apresenta crescimento líquido anual de 3%, ou seja de 2.200.000 habitantes por ano. Assim, para tão-só evitar-se o agravamento da situação atual, tomando-se em média 5 pessoas por moradia, seria necessária a construção anual de 440.000 novas habitações.

Se considerarmos que uma habitação do tipo popular, com 50 m2, apenas, de área construída, custa Cr$ 1.400 mil, verificaremos que para atender às referidas necessidades anuais de habitações precisariamos de cêrca de Cr$ 616 bilhões.

Estimativas feitas revelam, porém, que, considerada a carência habitacional do ponto-de-vista quantitativo, isto é, a necessidade

de atender ao aumento da população, e, do ponto-de-vista qualitativo, ou seja a necessidade de substituição das moradias que, pelo seu estado de conservação e antiguidade, já não oferecem condições mínimas de habitabilidade, o *deficit* de habitações em todo o País, deve estar em tôrno de 8.000.000.

A crise de moradias já atingiu tais proporções, que está a exigir dos podêres públicos soluções de emergência e soluções a longo prazo.

Em conseqüência do próprio processo de desenvolvimento e de transformação do estilo de vida da sociedade brasileira, o País atravessa intensa fase de urbanização, daí resultando, para as áreas de maior concentração demográfica, desprovidas de planejamento para o desenvolvimento comunitário, sérios problemas de crescimento desordenado, entre os quais o da habitação, com graves repercussões nas condições de vida de grande parte da população.

No decênio de 1950 a 1960, a população das nossas cidades apresentou um incremento médio de 63%. Algumas superaram de muito êsse índice: Goiânia, 188%, Macapá, 128%, Curitiba, 100%, Belo Horizonte, 93%, Fortaleza, 91%. Por outro lado, não se verificou qualquer tendência para a diminuição dêsse incremento nos centros de maior densidade demográfica: a população de São Paulo cresceu de 72%, e a do Rio de Janeiro, 39%.

E nessa evolução brusca, a partir de certa época começaram a surgir, nas grandes cidades de várias regiões, aspectos novos na crise habitacional, com o aparecimento de aglomerados de abrigos (porque não podem ser chamados habitações), que, construídos pelos próprios necessitados, com pedaços de zinco, de madeira usada, fôlhas de coqueiros, paredes de taipa, cobrem hoje vastas regiões de planícies e elevações, transformando imensas áreas em verdadeiras "cidades" da miséria, da insalubridade, da falta de confôrto mínimo, da promiscuidade, do vício, da decadência humana. São as "favelas" do Estado da Guanabara, do Estado do Rio de Janeiro e áreas circunvizinhas; os "mocambos" das regiões do norte e do nordeste; as "choças" ou "malocas" dos Estados do sul; as "invasões" do leste brasileiro, que constituem tôdas, em última análise, designações diferentes do mesmo

problema, têm por origem as mesmas causas e produzem os mesmos efeitos maléficos nos que nelas vivem.

A solução dêsse problema consistirá, evidentemente, em obra de largas proporções, cuja execução não caberá em um só período de govêrno e não está na dependência apenas de iniciativas da administração pública federal, mas exige, também, a colaboração de todos e, particularmente, do Poder Legislativo, ao qual está reservada a relevante tarefa de aprovação de atos da maior importância, que constituem as bases para assegurar ao Govêrno os meios indispensáveis para uma ação decisiva.

Fatôres que Limitam a Ação Pública

Vários fatôres dificultam, na conjuntura atual, a ação do poder público federal no combate à crise de moradias. São de diferentes origens e de ordem administrativa, legal, econômica, financeira, social e técnica, e tornam o problema dia a dia mais complexo e de mais difícil solução. Merecem especial registro: a inexistência na administração pública federal de uma infra-estrutura que lhe permita integral coordenação de medidas para a solução do problema, de modo que possam as entidades vinculadas ao Govêrno ser subordinadas a diretrizes que consultem os objetivos básicos de uma política habitacional bem definida; a vigência de uma legislação que em certos pontos já se apresenta ultrapassada, deixando de corresponder às necessidades atuais; a permanência de um conceito tradicional quanto ao uso da terra e o direito de propriedade, principalmente no meio urbano, onde as iniciativas de natureza imobiliária ainda não estão devidamente reguladas de forma capaz de impedir excessos que influem consideràvelmente no agravamento da crise de moradias; a ausência de uma estrutura agrária que contribua para a fixação do homem no campo, reduzindo o êxodo de populações para os centros urbanos que, desaparelhados, na sua totalidade, para suportar o contínuo crescimento demográfico, sofrem sérios distúrbios em suas estruturas; a existência de bases operativas para as entidades financiadoras de habitação, já obsoletas em face das condições econômicas e sociais do País, que tornam as moradias cada dia menos

ao alcance do poder aquisitivo das populações de recursos mais escassos; a falta de aparelhamento e organização adequada dos organismos cujas atividades, na administração pública federal, estão direta ou indiretamente vinculadas ao problema, o que dá ensejo à dispersão de recursos e esforços com perda das respectivas produtividades; a falta de mais estreita colaboração entre os técnicos e as indústrias da construção civil, que permita a constante racionalização da construção pelo desenvolvimento de uma indústria adequada e a introdução de novos métodos e processos de edificação, destinadas principalmente a reduzir o custo de moradias do tipo mais popular; a inexistência de centros de estudos e pesquisas para o desenvolvimento de atividades que visem ao aproveitamento dos recursos regionais ou locais para a construção de habitações; a falta de planejamentos urbanísticos locais e de desenvolvimento regional, que, estabelecendo a previsão e contrôle do desenvolvimento das respectivas áreas, reduzem os efeitos dos crescimentos desordenados, com reflexos sôbre *deficits* habitacionais.

Em face da situação focalizada, verifica-se que sòmente mediante uma reestruturação geral e a reformulação dos princípios básicos que orientam, atualmente, a ação do poder público, poderá ser definida uma política habitacional de real interêsse coletivo e consentânea com a magnitude e a gravidade do problema.

Esfôrço Empreendido

Não obstante os sérios entraves opostos à atuação do Govêrno, foram desenvolvidos em todo o País, durante o exercício financeiro de 1963, por intermédio dos órgãos vinculados à administração pública federal, atividades dignas de nota, não apenas referentes ao estudo da crise habitacional sob seus vários ângulos, mas, também, no campo da construção de moradias, quer por execução direta das entidades, quer por meio de financiamentos.

No que diz respeito ao exame do problema para a definição de princípios que deverão orientar a ação do poder público no âmbito nacional, cumpre citar o Seminário de Habitação e Reforma Urbana levado a efeito sob os auspícios do Instituto de Previdência

e Assistência aos Servidores do Estado (IPASE), com a colaboração do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), cujas conclusões constituíram subsídio valioso para a fixação dos rumos que o Govêrno pretende imprimir a êsse setor.

Reconhecendo, ainda, que a existência, na administração pública federal, de várias entidades desligadas de uma ação coordenadora de cúpula tornaria inexeqüível qualquer política habitacional, o Govêrno julgou necessário efetuar estudos para a criação do Conselho de Política Urbana (COPURB), órgão subordinado diretamente à Presidência da República, ao qual incumbirão funções coordenadoras, além de outras da mais alta importância.

Existem, por outro lado, vinculadas ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, várias entidades autárquicas cujas atividades estão diretamente ligadas à mesma questão, duas, o IPASE e a Fundação da Casa Popular, subordinadas diretamente ao Ministro de Estado, e as demais a um dos Departamentos da mesma Secretaria de Estado. Visando a imprimir a mais completa e ampla unidade de ação aos trabalhos que ali se desenvolvem, houve o Govêrno por bem sugerir, na oportunidade da elaboração do plano de reforma administrativa, a criação, no mesmo Ministério, integrado na Secretaria-Geral da Previdência Social, do Departamento Nacional de Habitação Popular, cujo âmbito abrangerá tôdas as atividades dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, do IPASE e da Fundação da Casa Popular, relacionadas com a política de habitação.

Êsse plano depende da aprovação do Congresso Nacional, ao qual foram submetidos os estudos feitos pelo Govêrno para a reforma administrativa.

Para os empreendimentos de construção ou de financiamentos destinados à habitação, levados a efeito por vários órgãos da administração federal, foram realizadas, durante o exercício de 1963, inversões de capital de vulto considerável, cabendo mencionar os 4.759 financiamentos destinados à aquisição, construção ou remodelação de casa própria no valor de Cr$ 10.685.053 mil, feitos pela Caixa Econômica Federal. Dentre tais financiamentos merece menção o concedido à Estrada de Ferro Central do Brasil

para a construção do Conjunto dos Ferroviários, no Engenho de Dentro, Estado da Guanabara, composto de mais de 3.000 unidades residenciais, cuja primeira etapa já foi executada. No decorrer do ano findo foram ainda elaborados os planos de construção de conjuntos residenciais que serão iniciados no corrente ano, estando previsto, para 1964, um programa de inversões de Cr$ 12 bilhões.

Além dos planos de financiamentos a terceiros para a moradia própria, deverá a Caixa Econômica Federal realizar diretamente, em 1964, a construção de conjuntos residenciais, achando-se programada a edificação de 1.556 unidades destinadas a sargentos das Fôrças Armadas e corporações auxiliares, 1.665 unidades de vários tipos em diferentes zonas do Estado da Guanabara e 2.925 habitações do tipo mais popular distribuídas entre Campo Grande e Santa Cruz.

O Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, IPASE, aplicou, em 1963, na construção de habitações para seus segurados, Cr$ 1.080 milhões. Foi concluída a construção de 200 unidades residenciais, iniciada a de 758. Em 1964, terá início, para conclusão em 1965, a edificação de mais 902 habitações. Foram ainda feitos 268 financiamentos para casa própria no total de Cr$ 188.441.660,00. A Fundação da Casa Popular construiu 190 unidades residenciais, investindo ..... Cr$ 135.888.217,10. No corrente ano tem programada a construção de 150 casas, com uma inversão de Cr$ 383.981.700,00, incluindo-se nesse total a construção de mais algumas unidades residenciais e a realização de obras de urbanização. Nos orçamentos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões foram previstas em 1963, para investimentos imobiliários, dotações que atingiram a Cr$ 48.517.100 mil, assim distribuídos: IAP dos Industriários, Cr$ 16.741.600 mil; IAP dos Comerciários, Cr$ 14.797.500 mil; IAP dos Bancários, Cr$ 11.827 milhões; IAP dos Marítimos, Cr$ 2.301 milhões; IAP dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos, Cr$ 1.620 milhões; IAP dos Empregados em Transportes e Cargas, Cr$ 230 milhões.

O I.A.P.I. e a Companhia Siderúrgica Nacional contribuiram, em 1963, respectivamente, com as importâncias de 3 bilhões de

cruzeiros para a constituição da "Imobiliária Volta Redonda" (IVOR), que tem por objetivo a construção de 13.000 casas para serem vendidas a trabalhadores.

A primeira etapa do programa compreende a construção de 6.000 residências que formará a "Cidade João Goulart".

Por outro lado, o Conselho Administrativo e o Conselho Fiscal do Instituto dos Industriários aprovaram a liberação de dois bilhões de cruzeiros destinados a igual empreendimento em Minas Gerais, em colaboração com a USIMINAS, a qual, por sua vez, entrará com o capital de dois bilhões de cruzeiros. Entre as referidas dotações foi incluída a importância de Cr$ 22.060 milhões destinada aos investimentos em Brasília. Para o corrente exercício estão previstos nas mesmas autarquias investimentos imobiliários que somam cêrca de Cr$ 54 bilhões, excedendo, portanto, aproximadamente em Cr$ 6 bilhões as aplicações previstas. Assim, o Govêrno federal terá investido em empreendimentos imobiliários por intermédio de várias entidades, entre os exercícios de 1963 e 1964, quantia superior a 100 bilhões de cruzeiros.

Diretrizes da Política Habitacional

À vista das limitações da legislação vigente e diante da carência de recursos financeiros, o Govêrno estuda a elaboração de normas de caráter regulamentar para coordenação da aplicação de recursos públicos e privados no setor, até o advento de nova legislação.

Tal missão caberá ao projetado Conselho de Política Urbana — COPURB —, ao qual competirão, precìpuamente, as funções de supervisão, coordenação, estudo e planejamento, como primeiro passo para o equacionamento definitivo da questão.

Por intermédio dêsse órgão, o Poder Executivo pretende, sobretudo, disciplinar e sistematizar, na esfera de sua competência legal, a aplicação dos escassos recursos públicos disponíveis, a fim de lograr o seu melhor rendimento, e, por outro lado, instituir eficiente sistema de incentivo às inversões de capitais particulares, não só diretamente na construção de habitações populares, como no desenvolvimento da indústria de materiais de construção.

Nenhuma política habitacional válida pode, além do mais, basear-se em medidas de caráter repressivo ou policial; antes, deverá pautar-se em providência de natureza assistencial, porque destinadas a resolver ou pelo menos a atenuar problema de fundo eminentemente social.

O deslocamento, por exemplo, de favelados não pode, por isso, ser impôsto pela fôrça, mas precedido de investigações sôbre as condições de vida dêsses agrupamentos e amparado, de perto, pelas modernas técnicas do serviço social, para que não se criem outros tantos problemas de desajustamento, de transporte mais caro e difícil para os locais de trabalho e até mesmo de desemprêgo que invalidam, em grande parte, os benefícios decorrentes da transferência.

2. Saneamento

Condições atuais

Até a transformação do Departamento Nacional de Obras de Saneamento em autarquia pela Lei nº 4.089, de 13 de julho de 1962, havia em todo o País cêrca de dez entidades federais, que planejavam e construiam serviços públicos de abastecimento dágua, com evidente fragmentação de recursos e prejuízos do objetivo final.

Com a sua transformação em autarquia aquêle órgão ficou responsável pela nova política de saneamento, cabendo-lhe, entre outras atividades, promover a melhoria das condições sanitárias das populações, protegendo-lhes a saúde e dando-lhes segurança para um trabalho constante; defender cidades, vilas, povoados e campos contra inundações; combater a erosão, o abastecimento dágua e a instalação de esgotos sanitários.

Não obstante, a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (FSESP), vinculada ao Ministério da Saúde, o Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERU), órgão daquele Ministério, e vários órgãos de desenvolvimento regional continuam a manter programas de saneamento básico, ao lado do Departamento

Nacional de Obras Contra as Sêcas, com encargos específicos ligados ao abastecimento dágua.

Todavia, a existência de múltiplos órgãos governamentais com programas de saneamento sem qualquer correlação entre si dá origem a baixo índice de rendimento dos serviços, transformando-se os gastos públicos em verdadeiro desperdício.

Considerando a importância que assumem o abastecimento dágua, a instalação de esgotos e a remoção dos dejetos no conjunto das medidas de profilaxia e combate a diversas enfermidades que grassam no País, por constituírem fator decisivo do aprimoramento do estado sanitário geral, o Govêrno vem dispensando especial atenção a êste setor, que tem por fundamental no quadro das necessidades brasileiras.

A principal preocupação governamental é a conjugação dos esforços e dos recursos de todos os organismos com responsabilidades na solução dêsse problema, a fim de obter melhor rentabilidade dos serviços, nos mais reduzidos prazos.

Apesar de intensificados os trabalhos e obras no campo do saneamento, a situação do Brasil está ainda muito distante do desejável, porquanto são insuficientes ou precários os seus serviços de abastecimento dágua e de esgotos, beneficiando apenas pequena parcela da população.

Realizações em 1963 e Projetos em Curso

As realizações do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), pelos seus objetivos, todos relacionados com a economia nacional, o bem-estar, o confôrto e a salvaguarda da saúde e do patrimônio de nossas populações, sobretudo as do interior, representam um dos mais poderosos instrumentos de ação do Govêrno.

Além das dotações específicas consignadas no Orçamento da União, aquela autarquia pode contar com as verbas do Fundo Nacional de Obras de Saneamento, o que lhe assegura meios para a execução do seu programa preferencial, em franco desenvolvimento, que compreende as seguintes obras: Canalização Taman-

daré, em Belém do Pará; Barragem de Batatã, em São Luís, Maranhão; Atêrro dos Alagados de Parnaíba, no Piauí; Galeria Palha de Arroz, em Teresina, Piauí; Barragem Cláudio Leitão, no Ceará; Barragem Rivaldo de Carvalho, no Ceará; Canalização do Granjeiro, em Crato, no Ceará; Barragem Taipu, no Rio Grande do Norte; Canalização dos Riachos Prado e Piabas, na Paraíba; Atêrro dos Alagados de Recife e Olinda, em Pernambuco; Recuperação dos Alagados de Maceió, em Alagoas; Canal Bairro Industrial, em Sergipe; Barragem de Pedras, na Bahia; Abastecimento dágua de Vitória, Vila Velha e Cariacica, no Espírito Santo; Canalização do rio Piraí, no Rio de Janeiro; Galeria do Palatinato, no Rio de Janeiro; Abastecimento dágua de Juiz de Fora, em Minas Gerais; Barragem de Chapéu d'Uvas, em Minas Gerais; Saneamento do Rio Paraibuna, em Minas Gerais; Canalização do Córrego Independência, em Minas Gerais; Adutora do Rio das Velhas, em Minas Gerais; Canalização do Rio Ivo, no Paraná; Barragem Capivari-Cachoeira, no Paraná; Barragem do Chapecòzinho, em Santa Catarina; Barragem Oeste, em Santa Catarina; Barragem de Itu, no Rio Grande do Sul; Barragem de Laranjeiras, no Rio Grande do Sul; Barragem Furnas do Segrêdo, no Rio Grande do Sul; Barragem Maestra, no Rio Grande do Sul; Barragem Vacacaí-Mirim, no Rio Grande do Sul; Abastecimento dágua de Niterói e Rio Branco, no Rio Grande do Sul. As Barragens de Batatã, Galeria Palha de Arroz, Cláudio Leitão, Canalização Canal Granjeiro e Barragem Itu poderão estar concluídas no exercício de 1964.

A Comissão do Vale do São Francisco aplicou em saneamento básico dois terços das verbas destinadas ao seu programa de saúde em 1963, havendo os serviços, em número superior a 250, sido executados simultâneamente em quase todos os municípios do Vale.

Além de ter instalado e estar instalando, por administração direta, serviços dágua em algumas das principais cidades da Bacia do São Francisco: Pirapora, Januária, Penedo, Juàzeiro, Propriá, Pedro Leopoldo, Lapa, etc., vem cooperando técnica e financeiramente com cêrca de 200 municípios em melhorias nos seus sistemas

de abastecimento e pretende estender tal benefício aos 50 municípios restantes da Bacia.

Ainda neste setor um extenso programa de perfuração de poços tubulares, principalmente nas regiões mais áridas da Bahia e Pernambuco, vem sendo executado, atingindo quase uma centena o número de poços a cargo da Comissão.

Dentro das disponibilidades financeiras, foram completadas algumas obras e iniciadas outras.

Entrou em funcionamento uma parte do Sistema de Abastecimento Dágua, nas seguintes cidades: Correntina, Curaçá, Igaporã, Oliveira dos Brejinhos, Santa Maria da Vitória, Xique-Xique, tôdas no Estado da Bahia; Cláudio, Itaguara, Manga, Matutina e Tiros, no Estado de Minas Gerais.

Deve-se salientar o início, pela adutora regional de Alagoas, da construção do sistema de abastecimento dágua da Zona da Palma, onde a Comissão aplicou, no exercício de 1963, ... Cr$ 95.000.000,00 (noventa e cinco milhões de cruzeiros), na aquisição de 4.500 metros de tubos de ferro fundido classe A, de 400 mm, contra 1.900 comprados em 1962.

A Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia executou, em 1963, programas de serviços básicos de saneamento, em quase sua totalidade a cargo da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública.

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste aplicou grandes somas em abastecimento dágua, no exercício de 1963.

O programa de saneamento básico do Govêrno federal no Nordeste visa a assegurar abastecimento dágua a tôdas as comunidades urbanas.

Os trabalhos concluidos ou cuja execução foi iniciada pela SUDENE, em 1963, beneficiam 4.299.654 pessoas, representando 54,87% da população urbana no Nordeste. O programa prevê um investimento de 6,7 bilhões de cruzeiros, dos quais novecentos milhões foram aplicados em 1963, e compreende também a aplicação de 901 milhões de cruzeiros fornecidos pela USAID (*United States Agency for International Development*), dos quais foram

utilizados, em 1963, 498 milhões, e uma linha de crédito do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de 12 milhões e 870 mil dólares.

Também se incluem no programa de abastecimento executado em 1963 a compra de 67 caminhões-pipas (dos quais 30 já foram entregues e 37 estão em fase final de montagem), representando um investimento de Cr$ 295 milhões; a perfuração de poços em pequenos núcleos demográficos e vários projetos específicos, em que a SUDENE investiu Cr$ 44 milhões.

V — POLÍTICA EXTERNA

1. Considerações Gerais

A política externa do Brasil, inspirada nos preceitos cristãos que moldaram a nossa vida nacional e orientada pelas normas de respeito mútuo e diálogo pacífico que sempre guiaram a nossa conduta nos assuntos internacionais, participa do esfôrço geral do País pelo progresso econômico e pelo bem-estar social.

Assim, a ação da diplomacia brasileira não se subordina a qualquer consideração alheada do processo de desenvolvimento nacional e nêle se integra como um dos seus instrumentos indispensáveis, encontrando-se a sua autenticidade na fiel interpretação dos objetivos nacionais e fundando-se a sua autoridade na perfeita identificação com os legítimos anseios populares.

Os propósitos gerais da política externa do Brasil são os de paz e entendimento com todos os povos. A posição que o País hoje em dia ocupa no concêrto das nações impõe-lhe responsabilidades de participação nos grandes problemas do mundo, às quais vem correspondendo numa atitude afirmativa em todos os foros mundiais de que tem participado.

No seu incessante esfôrço pela paz, a diplomacia brasileira reitera certos princípios fundamentais, que mantêm a coerência da nossa política externa, reforçando-lhe a hierarquia, e cuja sustentação considera dever capital: não-intervenção no processo político dos demais Estados, autodeterminação dos povos, igualdade jurídica dos Estados, solução pacífica das controvérsias, respeito aos direitos humanos e fidelidade aos compromissos internacionais.

Nesse contexto, o Brasil tem procurado contribuir para uma solução satisfatória da questão do Desarmamento, propondo medidas que signifiquem avanço gradual mas concreto no sentido de afastar a Humanidade da tragédia nuclear. Tem, por igual,

revelado sua preocupação com o grande desafio do após-guerra: o desenvolvimento de dois terços da Humanidade ainda não beneficiados pelos progressos científicos e tecnológicos da nossa era. Para que se rompa o círculo vicioso da pobreza, considera necessária a cooperação das nações capitalistas e socialistas, bem como a da ONU e demais organismos internacionais, mediante o financiamento, a assistência técnica e a reestruturação do comércio internacional. De outro lado, reconhece o nosso País que não há mais lugar no mundo moderno para o colonialismo e apóia a execução acelerada do processo de descolonização.

Admitindo como única restrição os compromissos livremente assumidos, o Brasil reserva-se completa independência de ação no campo internacional e propõe-se ao diálogo com todos os povos do mundo, fiel à sua vocação de universalidade e consciente de ser esta a melhor maneira de aliviar as tensões mundiais.

O Govêrno está profundamente convencido da legitimidade da linha de independência que adotou na sua política externa e que considera a única em harmonia com as aspirações nacionais e com as exigências de afirmação apresentadas ao País pela comunidade internacional.

2. Política Externa para o Desenvolvimento

A Mensagem que enviei ao Congresso Nacional no ano passado contém a afirmação de que "atingimos o momento de fixar uma política externa para o desenvolvimento, atribuindo-lhe a prioridade imprescindível no quadro de nosso comportamento internacional".

Na verdade, mais do que em qualquer outra fase de nossa evolução, a vinculação instrumental da política exterior aos projetos nacionais internos é, hoje, particularmente relevante. O processo de desenvolvimento, em especial no período que atravessamos de implantação e consolidação, exige alterações estruturais que, em seu reflexo externo, implicam uma tomada de posição internacional necessàriamente mais dinâmica do que em estágios anteriores de

nossa evolução. A intensa mobilização de fôrças essencial ao desenvolvimento requer, portanto, uma contribuição ativa de nossa política externa para a consecução dos objetivos nacionais de emancipação econômica e justiça social.

A primeira condição de uma política externa para o desenvolvimento está no fato de que o progresso do País não pode ser medido simplesmente em têrmos absolutos. Pelo contrário, a taxa de crescimento do produto nacional brasileiro ou a melhoria das condições de vida da nossa população têm de ser contrastadas com o ritmo de crescimento econômico dos demais países, tomado por base o estádio de desenvolvimento já por êles atingido.

Não nos pode satisfazer, como alvo dos nossos esforços, um ritmo de crescimento que redunde em nosso gradual empobrecimento relativo, deixando-nos cada vez mais distanciados dos padrões de bem-estar que vão sendo atingidos por outros povos.

O grande problema do nosso tempo não está apenas na acentuada discrepância dos graus de riqueza entre os povos, mas, também, e sobretudo, no fato de que êsse desnível continua a ampliar-se. Existe, assim, ao lado de um já verificado hiato de rendas, um hiato dinâmico, que se traduz no fato de precisamente os países mais ricos apresentarem taxas mais altas de crescimento. A resultante final é a relativa pauperização crescente das áreas subdesenvolvidas do mundo.

Êsse fenômeno tem raízes seculares. Só recentemente, contudo, graças ao despertar das aspirações de desenvolvimento nas nações mais atrasadas e às oportunidades de confrontação internacional proporcionadas pelo fôro amplo das Nações Unidas, começou a cristalizar-se, na consciência dessas nações, a compreensão de seu alcance histórico e de suas implicações últimas. O Brasil, muito especialmente, tem contribuído para a elucidação do que hoje pode ser identificado como um conflito latente entre o Hemisfério Norte e o Hemisfério Sul. Essa clara identificação dos problemas na ordem internacional vigente tem sido e continuará a ser uma das tarefas fundamentais da política externa do Govêrno, tão certos estamos de que sòmente a aferição inequívoca das dificuldades próprias da convivência internacional deparará razoáveis expectativas de soluções satisfatórias.

E' bem verdade que o desenvolvimento econômico depende sobretudo de um esfôrço interno, racional e continuado. Somos, em última análise, os únicos responsáveis por nosso progresso, e constitui mesmo premissa da formação brasileira o não-transferir a outrem o traçado de nosso destino e a direção de nosso desenvolvimento.

Não obstante, vivemos em um mundo de interdependências e, em razão mesmo de sermos um país em desenvolvimento, a marcha de nossa evolução reflete um complexo de fôrças mundial, cuja determinação escapa ao nosso contrôle isolado. Em outras palavras — e isto se aplica a todos os países subdesenvolvidos — o sentido e a velocidade do nosso crescimento podem ser influenciados pela existência de um ambiente internacional favorável ou desfavorável a êsses esforços internos.

Cabe-nos, assim, a responsabilidade de orientar uma política externa que aproveite ao máximo as nossas potencialidades diplomáticas, no sentido de inverter as tendências que tornam possível a permanência dos obstáculos ao progresso mais rápido das áreas subdesenvolvidas do globo. E é o que faremos com plena consciência de que buscamos tão-sòmente a concretização dos ideais e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas.

Dentre os campos em que, no contexto mesmo das Nações Unidas, é mais premente a necessidade de uma ação vigorosa e coordenada, avulta o do comércio internacional. A extensão dessa necessidade revela-se no confronto entre o papel do setor externo na promoção do desenvolvimento econômico e a situação adversa de intercâmbio que vêm encontrando os países não-industrializados.

Não caberia aqui analisar com minúcias a função estratégica que, no caso do Brasil, desempenha o comércio exterior na manutenção de uma taxa elevada de crescimento econômico. Após um período de rápida substituição de produtos importados, chegamos a um ponto em que nossa pauta de importações se tornou muito rígida, pois se compõe quase inteiramente de bens de capital, matérias-primas de primeira necessidade e combustíveis. Êsses produtos apresentam alto grau de importância, pois influem diretamente sôbre o nível de atividade econômica geral, bem como sôbre

o emprêgo e a formação da capacidade produtiva requerida para aumentar a renda nacional no futuro imediato. Dado que a capacidade de importar do País depende, em última análise, das receitas de exportação, chega-se à conclusão irrecusável de que, não apenas a estagnação ou a queda, mas o próprio crescimento das receitas de exportação a uma taxa não satisfatória poderão sacrificar de maneira ponderável o nosso desenvolvimento.

Para êsse grave problema, as transferências de capital, seja mediante investimentos diretos, seja mediante assistência financeira, não constituem solução permanente e única. De fato, os capitais investidos no País têm a necessária contrapartida da remessa de lucros e do seu possível repatriamento, enquanto os empréstimos financeiros exigem amortização e pagamentos de juros; o que, em ambos os casos, implica disponibilidades de divisas que só podemos obter por intermédio da exportação.

E' evidente, portanto, que a assistência financeira e os ingressos de capital têm limitações intrinsecas, não constituindo alternativa para o aumento da nossa receita de exportações. Nem poderia ser diferente, quando se sabe que, nos últimos dez anos, os recursos líquidos de assistência financeira recebidos sob qualquer título pelo Brasil ficaram aquém de nossas perdas de receita cambial decorrentes da deterioração das relações de troca de nossos produtos. As crises de balanço de pagamentos do País têm resultado da queda do valor das nossas exportações, em contraste com uma pauta de importações crescentemente incompressível e com o acúmulo de compromissos externos, a obrigação de cujo pagamento reduz o nosso já limitado poder de compra. Nessas circunstâncias, estabelece-se um verdadeiro círculo vicioso, em que a assistência financeira serve principalmente para evitar um colapso total e imediato da nossa capacidade de pagar as importações e satisfazer os compromissos externos, sem, todavia, impedir o caráter quase crônico dessa deficiência de meios de pagamento. E mais: a obrigatoriedade de repagamento dos empréstimos exige, ainda que diferida, uma expansão das receitas de exportação, pois, em caso contrário, o serviço da dívida externa só poderia ser atendido mediante nova contração da capacidade de importar, já em si insuficiente para satisfazer os requisitos de um rápido desenvolvimento.

Essa experiência brasileira é, sob muitos pontos-de-vista, representativa da situação em que se encontra a maior parte dos países subdesenvolvidos. Graças, entre outros meios, ao acervo de conhecimentos técnicos acumulados pelas Nações Unidas e seus órgãos, são hoje abundantemente conhecidos os problemas de intercâmbio enfrentados pelos países exportadores de bens primários. Para diversos dêsses problemas a solução depende sobretudo de medidas de política comercial, que devem ser tomadas pelos próprios países em desenvolvimento, tais como o estímulo à substituição de importações e à diversificação de exportações, e decisões conducentes à abertura de novos mercados. Tais, precisamente, as diretrizes que têm orientado e continuarão a orientar a ação do meu Govêrno.

Os países em desenvolvimento não têm, todavia, a capacidade de transformar, por si sós, o sistema vigente, na medida imposta por suas necessidades de progresso. O que é preciso, portanto, é a determinação política da comunidade de nações de enfrentar as dificuldades de solução dêsses problemas, mediante a adoção de medidas concretas e coordenadas. Nesse sentido, grande responsabilidade recai sôbre as potências comerciais, que detêm quase 70% das trocas internacionais e sem cuja colaboração será impossível alterar o quadro atual.

O Brasil, bem como os demais países em desenvolvimento, tem plena consciência das medidas que precisam ser adotadas. Delas, a principal é a aceitação de novos princípios e normas para reger o intercâmbio mundial, baseados na correlação entre comércio e desenvolvimento e capazes de proporcionar melhores condições competitivas aos países subdesenvolvidos. Concretamente, tais princípios e normas deverão traduzir-se em medidas que promovam o travamento do processo de deterioração das relações de troca, mediante a recuperação dos preços dos produtos primários e de sua estabilização em níveis justos e remunerativos; remoção das barreiras artificiais que impedem ou dificultam o acesso de produtos primários dos países menos desenvolvidos aos mercados das nações industrializadas; abertura de possibilidades concretas para que os países subdesenvolvidos expandam suas exportações de manufaturas, ingressando assim na corrente das trocas internacionais;

modificação da política financeira mundial a fim de torná-la mais compatível com as necessidades dos países em desenvolvimento, inclusive para permitir a consideração, em conjunto, dos problemas de comércio e financiamento: melhoria do comércio de invisíveis dos países não-industrializados, de forma que se alivie o pêso da rubrica referente a serviços em seus balanços de pagamentos. A adoção sistemática das soluções acima indicadas conduzirá necessàriamente à reformulação dos princípios que regulam o comércio internacional, a fim de propiciar a maior integração dêsse comércio e assegurar a adoção das medidas imprescindíveis à reversão das atuais tendências desfavoráveis aos países subdesenvolvidos.

Tôdas essas proposições devem ser traduzidas em providências concretas, que, em verdade, corroborando a validade da posição brasileira, são parte da agenda de um conclave internacional, a Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento, que se iniciará em Genebra a 23 de março. Para o êxito dessa reunião, desenvolveram-se, durante todo o ano de 1963, intensos trabalhos técnicos e diplomáticos, para os quais o Brasil, um dos 32 membros do Comitê Preparatório da Conferência, contribuiu ativamente, pondo em evidência a sua alta significação desde as primeiras manifestações conducentes à convocação.

Chegamos, assim, à Conferência sem improvisações, após cuidadoso trabalho de elucidação de problemas e identificação de linhas ao longo das quais pode a comunidade internacional dar-lhes solução. Não esperamos, evidentemente, que três meses de negociações transformem radicalmente tôda a estrutura do intercâmbio mundial, tarefa que envolve remover arraigados preconceitos e poderosos interêsses. Estamos, pois, cônscios de que a próxima Conferência é apenas o primeiro estádio de um trabalho de longo prazo, em que venham a concretizar-se, no campo vital do comércio, os propósitos de cooperação internacional incorporados na Carta das Nações Unidas.

Mas os problemas comerciais do Brasil e demais países em desenvolvimento são prementes, e há muito que pode ser feito, desde já, para resolvê-los. Aqui, então, coloca-se a verdadeira responsabilidade dos países altamente industrializados, pois não há

obstáculo técnico que possa impedir a plena manifestação de uma vontade política sincera e racionalmente dirigida para a solução de tais problemas.

Na Mensagem que enviei ao Congresso, no ano passado, já assinalava êsse fato, ao dizer que os resultados da Conferência "serão o melhor critério para se aferir o espírito de cooperação dos países desenvolvidos na superação do atraso econômico dos povos subdesenvolvidos". A nós interessa que êsse espírito de cooperação esteja presente com a máxima intensidade.

3. Nações Unidas

Em 1963, o Brasil continuou a marcar sua presença nas Nações Unidas por uma política ativa e coerente, mantendo a posição de prestígio que ali conseguiu alcançar. Intensificando seus esforços por uma atuação cada vez mais eficiente da ONU em favor da solução dos grandes problemas internacionais, o Brasil concentrou sua ação no trinômio básico: Desarmamento, Desenvolvimento Descolonização.

a) *Desarmamento*

Considerando ser o desarmamento, na atual conjuntura, o objetivo mais imediato na luta pela paz e pelo progresso, o Brasil continuou a desenvolver persistentes esforços no sentido de aproximar pontos-de-vista e encontrar fórmulas que permitam chegar às metas desejadas. A ação do Brasil se fêz sentir, seja na Assembléia Geral da ONU, seja na Conferência dos Dezoito Países sôbre o Desarmamento, em Genebra.

Teve o nosso País a satisfação de ver concretizada, com o Tratado sôbre proscrição parcial das experiências nucleares, assinado em Moscou, em 5 de agôsto de 1963, sugestão apresentada pela Delegação do Brasil à Conferência do Desarmamento, em julho e agôsto de 1962. Nessa ocasião, o Brasil havia proposto a conclusão imediata de um tratado que proibisse as experiências com

armas nucleares na atmosfera, no espaço cósmico e sob as águas. Argumentava a Delegação brasileira que as dificuldades encontradas para chegar-se a acôrdo sôbre um sistema internacional de contrôle indicavam a conveniência de proibir, desde logo, aquelas experiências que já pudessem ser evidenciadas pelos sistemas nacionais de verificação, uma vez que em relação a elas não existia o problema de comprovar possíveis violações das obrigações assumidas.

Na mesma ordem de idéias, o Brasil sugeriu em 1963 na Assembléia Geral um tratamento gradual e sucessivo para a questão das experiências nucleares subterrâneas, propondo que se proibissem, desde logo, as experiências que, situando-se acima de certo limite, já podem ser assinaladas pelos sistemas nacionais de verificação.

No que diz respeito às chamadas medidas colaterais, isto e, àquelas que, pela redução da tensão internacional, podem facilitar o progresso do desarmamento, o Brasil sugeriu, na Conferência de Genebra, um tratado multilateral de não-agressão, capaz de criar um mecanismo recíproco entre o maior número possível de Estados, que se comprometeriam a não cometer agressão contra qualquer dos demais. Por sua generalidade e universalidade, essa idéia parece mais útil e mais eficaz do que a de simples Pacto parcial de não-agressão entre os países integrantes de blocos militares.

Na Assembléia Geral, o Brasil viu aprovados quatro projetos sôbre desarmamento, apresentados com sua assinatura.

O primeiro concita todos os Estados a absterem-se de usar o espaço cósmico para atividades militares com armas nucleares. O segundo dá instruções à Conferência do Desarmamento para que retome com energia e determinação seus trabalhos. O terceiro recomenda à mesma Comissão que, com caráter de urgência, busque tornar geral a proibição parcial de experiências nucleares consignada no Tratado de Moscou. O quarto, finalmente, nota com satisfação a iniciativa de procurar chegar à desnuclearização da América Latina e exprime a esperança de que os países dessa área iniciem os estudos capazes de levar a êsse objetivo. Essa Resolução é conseqüência natural de projeto apresentado sôbre o

mesmo assunto na Assembléia Geral anterior e da Declaração Conjunta dos Presidentes, de 29 de abril de 1963. Na referida Declaração, os Presidentes do Brasil, do México, do Chile, da Bolívia e do Equador anunciaram a intenção dos respectivos governos de procurar alcançar um acôrdo que estabelecesse a América Latina como área desnuclearizada.

Essa linha de ação inscreve-se na política geral de evitar disseminação ainda mais extensa das armas nucleares, com riscos cada vez maiores para a Humanidade, e coincide com o interêsse comum do Brasil e daquelas Repúblicas irmãs de não desviar para uma ruinosa corrida de armas nucleares os recursos tão necessários ao desenvolvimento econômico e social.

A tradução dêsse nobre ideal em um texto positivo é tarefa complexa, que exigirá estudos cuidadosos. O Govêrno brasileiro disso tem plena consciência e não assumirá nenhum compromisso na matéria sem que fique perfeitamente assegurado que não haverá nenhuma interferência no desenvolvimento do uso pacífico da energia nuclear e nem de longe será comprometida, em ponto algum, a segurança nacional.

b) Desenvolvimento

O Brasil defendeu nas Nações Unidas a tese de que é indivisível da idéia de paz a de segurança econômica e de que não é possível permitir, sem grave risco para todos, que se mantenham as condições presentes, nas quais dois terços da Humanidade vivem em níveis de mera subsistência, sofrendo em tôda a sua extensão os males econômicos e sociais característicos do estágio do subdesenvolvimento. Para corrigir tal situação, o Brasil preconiza um esfôrço coletivo, consciente e firme, de que devem participar conjuntamente todos os membros da comunidade internacional.

O Brasil apontou três setores em que lhe parece indispensável uma ação urgente, sob a égide das Nações Unidas: industrialização, movimento internacional de capitais para o desenvolvimento e comércio internacional. Quanto ao último ponto, já se salientou acima o que foi feito na preparação do terreno para a Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento, convocada

pela Assembléia Geral para março próximo, em Genebra, e o que se espera dessa Conferência.

No relativo à questão das medidas que a ONU possa tomar em favor da industrialização, o Brasil continuou a sustentar a tese de que é necessária a criação de um órgão especializado, que se ocupe dos problemas da industrialização, como a FAO se ocupa dos da agricultura e a UNESCO dos da educação. Sem lograr ainda a vitória completa de sua tese, pôde o Brasil obter que a Assembléia Geral reconhecesse que a atual estrutura da ONU para lidar com os problemas do desenvolvimento industrial é insuficiente e deve ser modificada.

Sôbre o problema do fluxo internacional de capitais, o Brasil conseguiu a aprovação, por unanimidade, de projeto que visa a obter um estudo sistemático do assunto, a fim de serem definidos os mecanismos que possam conduzir à aceleração do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos.

c) *Descolonização*

No capitulo descolonização, continuam as Nações Unidas empenhadas em obter plena efetivação da Declaração de Outorga da Independência aos Países e Povos Coloniais, aprovada pela Assembléia Geral em 1960. O Brasil vem-se mantendo fiel à linha anticolonialista que tem caracterizado sua política, emprestando pleno apoio a tôdas as medidas em consonância com ela. A Delegação do Brasil à XVIII Assembléia Geral reafirmou a tese brasileira de que, enquanto subsistir um território dependente, aí haverá um foco de desentendimentos internacionais, num tipo de relação anacrônico e ultrapassado.

A Assembléia Geral acompanha o processo de descolonização por intermédio de um Comitê Especial, e os debates da XVIII Sessão concentram-se sôbre algumas situações que parecem justificar interêsse particular: Rodésia do Sul, Sudoeste Africano, Territórios sob administração portuguêsa e Omã.

Em todos êsses casos, a Delegação do Brasil participou dos debates e emitiu voto coerente com o interêsse de fazer prevalecer os princípios consagrados na Carta das Nações Unidas.

d) Conselho de Segurança

No desempenho de mandato que lhe foi conferido durante a XVII Sessão da Assembléia Geral, o Brasil participou, em 1963, do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Entre os diferentes assuntos examinados pelo Conselho no decorrer do ano merecem menção, à vista da posição assumida pelo Brasil, duas questões: a da política racial da África do Sul e a dos Territórios sob administração portuguêsa.

No que diz respeito à África do Sul, a Delegação do Brasil manifestou o integral apoio de seu Govêrno à causa de trinta e dois países africanos, que levaram a questão, uma vez mais, à consideração do Conselho. O Brasil votou a favor de Resolução, aprovada em 7 de julho, pela qual o Conselho pediu a todos os Estados que cessassem o fornecimento de armas, munições e veículos militares à África do Sul. Absteve-se, entretanto, quando foi votado um artigo que recomendaria a cessação de todo o comércio com aquêle país: êsse artigo não foi aceito pelo Conselho.

Os territórios portuguêses foram objeto de dois debates no Conselho de Segurança: o primeiro em julho, o segundo em dezembro.

Durante o primeiro, a Delegação do Brasil emitiu seu ponto-de-vista sôbre o assunto, dizendo que reconhecia tanto a competência do Conselho quanto o direito de autodeterminação dos territórios. Opunha-se, no entanto, a qualquer medida coercitiva, uma vez que a questão não parecia configurar-se como incidente no capítulo VII da Carta da ONU, sendo antes daquelas que o Conselho deveria procurar resolver pela aplicação dos métodos de solução pacífica previstos no capítulo VI da mesma Carta. A Delegação do Brasil votou a favor da Resolução então aprovada pelo Conselho.

No segundo debate, em dezembro, a Delegação do Brasil procurou lançar em evidência os aspectos construtivos dos contatos havidos entre Portugal e os Estados africanos, afirmando sua certeza de que uma solução acabará por ser encontrada, graças a negociações e outros meios pacíficos. Nessa ocasião, votou

igualmente a favor da Resolução aprovada pelo Conselho de Segurança.

A posição do Brasil em relação a êsse problema dos territórios portuguêses é guiada, de um lado, pela nossa tradicional amizade com Portugal e pelo desejo de manter e estreitar as boas relações que temos com êsse país; de outro, pelo dever de sustentar o princípio básico da autodeterminação dos povos, afirmado na Carta das Nações Unidas, e uma das pedras angulares de nossa política exterior. O Brasil tem boas razões para esperar que se chegue a uma solução negociada e pacífica, capaz de satisfazer a todos os interessados e, como o afirmou no Conselho de Segurança, coloca permanentemente sua diplomacia a serviço dessa esperança.

4. Política Continental

As relações do Brasil com os países do Hemisfério sempre se pautaram por absoluta fidelidade aos compromissos que naturalmente decorrem de sua participação no sistema interamericano. O Govêrno brasileiro entende o Pan-americanismo como uma atitude de solidariedade diante de problemas comuns e como um instrumento dinâmico de renovação, capaz de proporcionar aos povos dêste Continente o bem-estar econômico e a justiça social, dentro dos quadros da democracia representativa e à luz dos princípios que informam a Carta de Bogotá.

Atendo-se sempre ao mais estrito cumprimento dos dois princípios em que se funda o sistema, o de autodeterminação e o de não-intervenção, teve o Govêrno brasileiro, em 1963, várias oportunidades de reafirmar sua adesão àquelas normas, buscando sempre evitar que a OEA se transformasse num organismo supra-estatal, com podêres para intervir nos assuntos internos de qualquer dos países membros. Assim procedeu quando se tratou de redigir o estatuto da Comissão Especial Consultiva de Segurança, criada pela VII Reunião de Consulta, para assistir os Governos, por solicitação dêstes, no combate à infiltração comunista. Viu-se, nessa ocasião, a Delegação do Brasil obrigada a votar contra o estatuto aprovado pela maioria, porquanto uma de suas cláusulas, infringindo flagrantemente o mandato atribuído à Comissão de Segu-

rança, pela Resolução nº 2, de Punta del Este, que a criara, conferiu ao Conselho da OEA a faculdade de, por sua própria iniciativa, solicitar a assistência da Comissão.

Posteriormente, também, a propósito da idéia de convocar-se uma reunião de consulta para considerar a possibilidade da adoção de uma atitude comum dos países-membros em face dos Governos oriundos de golpe de Estado, a Chancelaria brasileira sentiu-se no dever de manifestar suas dúvidas sôbre a oportunidade e mesmo utilidade daquela reunião, tendo em vista que tal assunto não poderia evidentemente ser debatido sem prejuízo para o princípio de não-intervenção. Graças à sua atuação, a idéia foi abandonada e, em vez de convocar-se a reunião de consulta para discussão daquele tema, decidiu-se convocar, em data ainda não marcada, o Órgão de Consulta para considerar o problema da preservação e do fortalecimento da democracia representativa no Continente.

Ao encerrar-se o ano de 1963, novamente teve o Govêrno brasileiro ocasião de evidenciar o seu respeito às normas que regulam a convivência pacífica interamericana, ao votar favoràvelmente à convocação do Órgão de Consulta para examinar a queixa apresentada pelo Govêrno da Venezuela contra o de Cuba, pela descoberta, segundo alegação do primeiro, de três toneladas de material bélico, de procedência cubana, na costa venezuelana. Ao acolher o pedido da Venezuela para convocação da Consulta, o nosso País exprimiu o seu voto nestes têrmos: "O Brasil, tanto no Sistema Interamericano quanto no Sistema das Nações Unidas, jamais negou seu voto a um Estado que pede uma investigação, porquanto entende que só mediante amplo conhecimento dos problemas será possivel encontrar uma solução adequada e justa para solvê-los. Dentro do Sistema Interamericano, sempre reconhecemos a qualquer Estado, que se sinta atingido por atos de agressão armada ou não, o direito de invocar o Tratado de Assistência Recíproca, com base em seus artigos correlatos, e pleitear a nomeação de uma Comissão de Investigação destinada a proporcionar aos órgãos do Sistema todos os elementos de julgamento: Assim sendo, a Delegação do Brasil votou favoràvelmente à convocação do Órgão de Consulta e à constituição de uma Comissão de Investigação, solicitadas pelo Govêrno da Venezuela. Releva,

porém, a Delegação brasileira que o seu voto não se refere ao fundo do problema, nem constitui um prejulgamento das conclusões a que chegará sôbre a matéria a Comissão Investigadora. Uma vez conhecido o relatório da Comissão de Investigação, examinados os fatos alegados, estudados os resultados obtidos e apreciadas as conclusões finais, o Brasil emitirá, então, o seu voto sôbre o mérito mesmo do problema. Nosso voto de hoje, portanto, é única e exclusivamente a favor da convocação do Órgão de Consulta e da constituição de uma Comissão Investigadora. Por isso, considera a Delegação do Brasil que a investigação a ser feita deverá ser a mais ampla possível, abrangendo investigações, tanto na Venezuela quanto em Cuba, e facilitando-se a êste último Estado tôdas as oportunidades de defesa, para o que a Comissão poderá, a nosso ver, pedir licença para ir a Cuba e ouvir, também, a respeito, o Govêrno cubano."

Uma das preocupações mais constantes do Govêrno brasileiro vem sendo a necessidade de combater, mediante um esfôrço comum de cooperação, o subdesenvolvimento dos povos latino-americanos. Foi animado de amplo espírito de colaboração que o Brasil compareceu às Segundas Reuniões do Conselho Interamericano Econômico e Social, realizadas em São Paulo, de outubro a novembro de 1963. Graças à iniciativa do Govêrno brasileiro em ambas as fases dessa conferência, a de nível técnico e a de nível ministerial, foi possível a aprovação de duas importantes resoluções, uma relativa à criação de uma Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana, outra sôbre o estabelecimento de um Fundo Interamericano de Desenvolvimento da Aliança para o Progresso (FIDAP). E' impossível exagerar a importância do papel que a Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana — órgão de cuja falta há muito se ressentia o Sistema — desempenhará no sentido de, proporcionando aos países latino-americanos a possibilidade de adotarem uma posição comum em face dos problemas que serão debatidos durante a próxima Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento, lograr reformas essenciais na estrutura do comércio mundial e contribuir para a solução dos graves problemas que vêm retardando seu desenvolvimento econômico e social, dentre os quais é preeminente a queda de suas

receitas de exportação, conseqüente à deterioração dos têrmos de seu intercâmbio com os países industrializados.

Ao Brasil deve-se, igualmente, a idéia da criação de um Fundo Interamericano da Aliança para o Progresso. Não satisfeito com o mandato atribuído ao nôvo órgão criado para promover a consecução dos objetivos da Carta de Punta del Este — o Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP) —, propôs a inclusão, entre as atribuições do CIAP, de uma destinada a «promover um crescente aperfeiçoamento do processo de multilateralização da Aliança para o Progresso" e, com base nesse dispositivo, logrou, com apoio unânime, fazer passar a Resolução 23-M/63, que em sua parte resolutiva reza: "que o Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso, dentro de seis meses de sua constituição, deverá apresentar aos Governos dos Estados-membros um estudo sôbre um fundo interamericano de desenvolvimento da Aliança para o Progresso e, de acôrdo com suas conclusões, elaborar um projeto para a criação do mesmo".

Considera o Govêrno brasileiro que esta foi realmente uma contribuição positiva à concretização dos ideais proclamados em Punta del Este. Com efeito, sem dispor de fundos regulares e permanentes de financiamento, e na ausência de uma responsabilidade conjunta, multilateral, tanto no que diz respeito à obtenção quanto à aplicação de recursos financeiros, o programa da Aliança para o Progresso não compreenderá senão fontes rotineiras de auxílio externo.

No âmbito das relações bilaterais com os países do Continente, desejo, especialmente, recordar o significado e as realizações positivas resultantes de minhas visitas à República do Chile e à República Oriental do Uruguai, no mês de abril. Guardo ainda com emoção as calorosas manifestações de simpatia que recebi do Govêrno e do povo dêsses dois países irmãos, naquela oportunidade.

Com o Presidente Jorge Alessandri, após examinarmos assuntos de interêsse comum, no plano regional e no plano mundial, tive a honra de expressar, em Declaração Conjunta, o reconhecimento da coincidência dos objetivos do Brasil e do Chile — traduzida em identidade de posições nas Organizações Internacionais de que

participam — e, bem assim, subscrever uma reafirmação de nosso irrestrito respeito aos princípios de autodeterminação e de não-intervenção.

Tivemos, igualmente, ocasião de reiterar a nossa convicção de que a integração econômica dos países latino-americanos é um dos fundamentos essenciais de qualquer política destinada a promover o desenvolvimento econômico e social da América Latina em bases sólidas e permanentes.

Meu encontro com o Presidente do Conselho do Govêrno do Uruguai, Senhor Daniel Crespo, deu ensejo, por outro lado, à assinatura dos Acôrdos de criação das Comissões Mistas que se encarregarão da construção da ponte Quaraí-Artigas e dos estudos para o aproveitamento da bacia da Lagoa Mirim. Com grande honra e satisfação dirigi-me, então, ao Congresso Nacional do Uruguai, e pude recordar os meus vivos sentimentos de gratidão ao Govêrno e povo uruguaios pela generosa acolhida que me dispensaram por ocasião do meu desembarque em Montevidéu, em meio à grave crise que o Brasil atravessou em 1961.

Mais recentemente, aceitei o honroso convite que me formulou o Presidente Paz Estensoro para visitar a Bolívia, nação a que nos unem laços fraternais, e, com satisfação, recebi a resposta afirmativa do Presidente Arturo Illia ao convite que lhe dirigi para, no corrente ano, visitar o Brasil. Tenho a certeza de que êsses encontros se constituirão em outras tantas oportunidades para aproximações conducentes a uma ação harmônica em favor dos reais interêsses de nossos povos.

E' com igual prazer que ponho em relêvo a particular atenção dada por meu Govêrno à posse do Presidente Illia, em outubro do ano findo, quando enviei a Buenos Aires Missão Especial chefiada pelo Embaixador João Augusto de Araújo Castro, Ministro de Estado das Relações Exteriores; à posse, em agôsto, do Presidente da República do Paraguai, General Alfredo Stroessner, quando me fiz representar pelo Deputado Abelardo Jurema, Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores; bem como à posse do Senhor Fernando Belaúnde Terry na Presidência da República do Peru, a que assistiu, em julho, o então Chanceler Evandro Lins e Silva.

Tive ocasião de receber, em cordial encontro, o Presidente do Paraguai, General Alfredo Stroessner, e com êle conversar, na maior cordialidade e compreensão, sôbre o projeto de aproveitamento do potencial energético de Sete Quedas, cuja realização poderá proporcionar à economia da região uma oferta de energia da ordem de dez milhões de kW. Das conversações resultou um completo entendimento entre nossos dois países, dentro do respeito aos interêsses mútuos. Estou convicto de que o empreendimento de Sete Quedas não só permitirá a valorização econômica da vasta área adjacente, mas também contribuirá poderosamente para a causa da fraternidade americana.

Cabe ainda relembrar a viagem do então Ministro da Fazenda, Carlos Alberto A. de Carvalho Pinto, a Santiago para a inauguração de uma Agência do Banco do Brasil, ali instalada, como precedentemente em Buenos Aires, Assunção, Montevidéu e La-Paz, para servir de efetivo instrumento de nossas relações comerciais.

O ano de 1963 constituiu, também, etapa decisiva para o incremento do intercâmbio comercial com o México, tendo chegado a bom têrmo os entendimentos entre a *Petrobrás* e a *Pemex* (Petróleos Mexicanos S. A.), pelo Protocolo de 31 de janeiro, no qual se prevê, além da assistência técnica recíproca, todo um plano de atividades de interêsse para as duas emprêsas estatais. De outro lado, abriu-se o mercado mexicano à borracha sintética brasileira, havendo sido exportadas, nos últimos quatro meses do ano, 2.400 toneladas dêsse produto. Incentivos ainda maiores ao intercâmbio são esperados para 1964, mercê das conclusões a que possa chegar o Grupo Misto de Cooperação Industrial, criado em 1962, notadamente no que concerne à indústria automobilística, à indústria de construção naval e às indústriais químicas e eletrônicas.

Merece particular registro, ainda, a criação, em dezembro, da Embaixada do Brasil junto ao Govêrno da Jamaica, representação que, a princípio, ficará a cargo do Chefe da Missão Diplomática do Brasil em Bogotá.

Nossas relações com os Estados Unidos da América, inspiradas por sincera cordialidade mútua, mantiveram em 1963, particularmente, o caráter de diálogo franco e realista, capaz de per-

mitir a compreensão dos problemas que o Brasil defronta nesta fase de seu desenvolvimento econômico e social. A missão San Tiago Dantas, em março do ano findo, visou à adoção das bases para a cooperação financeira entre os dois países: nessa ocasião, o Govêrno brasileiro apresentou um programa objetivo, voltado não apenas para a correção das crises de balanço de pagamentos, mas, também, e de acôrdo com os princípios da Carta de Punta del Este, para a obtenção de recursos básicos para efetivo desenvolvimento econômico e social a longo prazo.

A carta que me dirigiu o Presidente Lyndon Johnson, em dezembro último, é indicativa dos propósitos de colaboração e entendimento do Govêrno dos Estados Unidos da América em relação aos problemas brasileiros e reafirma a atmosfera de amizade em que se desenvolvem as relações entre os nossos dois países.

No que diz respeito, finalmente, às atividades da Associação Latino-Americana de Livre Comércio durante o ano de 1963, procurou o Govêrno brasileiro, em apoio decidido aos objetivos de integração econômica do Tratado de Montevidéu, contribuir substancialmente para a aprovação, no III Período de Sessões da Conferência das Partes Contratantes, de programa destinado a obter a coordenação das políticas econômicas e a harmonização dos instrumentos de política comercial dos países associados, resolução que reflete o intuito de preservar e, se possível, ampliar o Programa de Liberação Comercial, passo importante para que aquêles objetivos finais do Tratado possam vir a ser alcançados em prazo razoável.

5. Europa Ocidental

Laços de natureza política, econômica e cultural, entre o Brasil e os países da Europa Ocidental, fizeram sempre dessa região uma área de acentuado interêsse para a política exterior brasileira. Tal interêsse se vê ainda aumentado, não só porque a Europa desempenha papel saliente no jôgo internacional, mas também porque nossa ação diplomática, fundada nos altos objetivos ditados pelo interêsse nacional, se concentra na utilização de tôdas as

possibilidades de mobilização de recursos para o desenvolvimento econômico do País. Para êsse efeito, procuramos assegurar a cooperação econômico-financeira de países de grande liquidez internacional com os quais mantemos ponderáveis correntes de comércio. Ao mesmo tempo, lutamos contra os obstáculos que, em matéria de política comercial, alguns países da Europa Ocidental vêm oferecendo à expansão das exportações brasileiras e, conseqüentemente, a uma acumulação maior de recursos para nosso desenvolvimento.

A mais avançada forma de integração européia, que é a Comunidade Econômica Européia, embora trazendo reflexos positivos de natureza política e econômica para todo o mundo ocidental, não deixou de se fazer com sérias implicações para a economia brasileira. À vista disso, o Brasil, ao aprovar aquêles aspectos positivos de natureza política e econômica do Mercado Comum Europeu, apressou-se em chamar a atenção dos criadores da Europa dos Seis para a correção dos pontos que julgava prejudiciais ao Brasil em especial e aos países latino-americanos em geral. Entre êsses pontos figuravam: *a*) uma tarifa externa comum acentuadamente elevada; *b*) uma política agrícola comum de tendência autosuficiente que atingiria fatalmente correntes de exportações tradicionais; e *c*) a associação com os Estados africanos e malgaxe em moldes incompatíveis com as regras de comércio internacional consubstanciadas no Acôrdo Geral de Tarifas e Comércio (GATT).

Assim, desde 1957, o Govêrno brasileiro não deixou de manifestar-se fortemente contra êsses aspectos desfavoráveis da Comunidade Econômica Européia e o fêz, seja no âmbito do GATT, seja em diálogo direto com a Comissão da Comunidade, seja, ainda, em gestões junto a cada um dos governos dos seis países-membros, numa vigilância que persiste na ação diplomática, tanto nos setores já indicados quanto em Organismos e Conferências Internacionais. E' firme intenção do Govêrno brasileiro persistir em todos êsses modos de ação para o efeito de lograr a eliminação de obstáculos ao comércio e do *status quo* nas relações econômicas internacionais, inaceitável para os países em desenvolvimento.

Nossa atividade se exercerá nos trabalhos da próxima Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento,

nos organismos econômicos internacionais como o GATT, num diálogo firme e positivo com agrupamentos regionais tais como o Mercado Comum Europeu e nas relações bilaterais com determinados países.

Tal a filosofia que inspira nossa ação diplomática em face dos países europeus ocidentais. Enquanto zela por seus interêsses de natureza econômica e comercial, o Brasil não descuida de aprofundar suas relações econômico-financeiras com aquela região.

Em fins de 1963, o Govêrno brasileiro enviou à República Federal da Alemanha uma delegação, sob a chefia do Ministro da Indústria e Comércio, Senhor Egydio Michaelsen, com o objetivo de levar adiante os entendimentos iniciados durante 1962 com a vinda, ao Brasil, de missão alemã chefiada pelo Embaixador Hans Granow. As negociações de Bonn foram cercadas de completo êxito, terminando pela assinatura de diversos atos, dentre os quais o Protocolo sôbre Cooperação Financeira, que reabriu ao Brasil as correntes européias de financiamento. Outro ato de grande importância negociado em Bonn foi o Acôrdo Básico de Cooperação Técnica, pelo qual a República Federal da Alemanha passará a ser a segunda fonte de assistência técnica ao Brasil, superada apenas pelos Estados Unidos da América.

Com relação à França, é forçoso reconhecer que existem alguns problemas que, de certo modo, têm perturbado o diálogo, tradicionalmente fácil e construtivo. Dentre êsses problemas, pelo impacto que então teve seu desenvolvimento em princípios de 1963, salienta-se o ligado à pesca da lagosta na plataforma continental brasileira. Não aludo, porém, a êsses problemas senão para manifestar nossa segurança em considerá-los como questões passageiras e que poderão ser satisfatòriamente resolvidas. Nesse sentido, atribuo especial significado à normalização do nosso diálogo, alcançado por meio das cartas que tive a oportunidade de trocar com o General Charles de Gaulle e que testemunharam os sentimentos recíprocos de amizade entre os nossos dois povos e o desejo mútuo de aproximação para a realização de tarefas comuns — objetivos que superam e tornam sem expressão quaisquer atritos anteriormente verificados. Preparamo-nos, Govêrno e povo, para

receber, no decorrer dêste ano, com as homenagens que lhe correspondem, o Presidente da República Francesa.

As relações políticas e econômicas com os demais países da área transcorreram de maneira satisfatória e cordial, havendo que notar as renovações do Acôrdo Provisório de Comércio e Pagamentos de 1960, com a Grécia, e do Acôrdo de Comércio Brasil-Portugal, de 1954.

Cabe finalmente assinalar, como fato auspicioso, pelo que significa de compreensão das necessidades de expansão do comércio internacional dos países menos desenvolvidos, a decisão do Parlamento sueco de eliminar, a partir de 1º de janeiro de 1964, algumas das taxas internas sôbre o café consumido na Suécia. Essa medida, recomendada pelo GATT e defendida com insistência pelos países em desenvolvimento, o Brasil espera ver adotada também pelos demais países europeus.

6. Países Socialistas

Durante o ano de 1963, as relações entre o Brasil e os países socialistas, em todos os campos, continuaram a desenvolver-se em ambiente de completa normalidade.

Fiel às diretrizes e aos objetivos de sua política externa, o Brasil manteve com os países socialistas, em todos os foros e oportunidades, diálogo positivo e franco em tôrno dos grandes problemas do mundo e em busca dos caminhos definitivos da paz e do desenvolvimento.

A êsse propósito, é importante consignar a vinda, ao Brasil, do Presidente Josip Broz Tito, da Iugoslávia, primeiro chefe de Estado socialista a visitar-nos. Durante sua visita, não só foram examinados os assuntos de interêsse bilateral, mas também passadas em revista a conjuntura internacional e as perspectivas de consolidação da paz mundial. Dentre os importantes atos então assinados, merece menção especial, por suas benéficas repercussões em nossa economia, o contrato para utilização do pôrto iugoslavo

de Rijexa, como entreposto de recebimento e distribuição de minério de ferro brasileiro.

As relações econômicas do Brasil com os países socialistas continuaram em expansão e consolidação. Enquanto o nível total do intercâmbio apresentava incremento da ordem de 50%, relativamente ao ano anterior, novos atos foram acrescentados ao instrumental jurídico do comércio, tornando-se mais amplo e atual. Êsses atos foram:

a) Acôrdo de Comércio e Pagamentos entre o Brasil e a URSS;

b) Protocolo Brasil-URSS sôbre Representações Comerciais,

c) Acôrdo de Cooperação Técnica e Científica Brasil-Polônia;

d) Protocolo Adicional ao Acôrdo de Comércio e Pagamentos Brasil-Bulgária.

O Brasil foi visitado por numerosas Missões Econômicas de países socialistas, dentre as quais se distinguem, pelo nível de seus chefes e importância das conversações, a Missão búlgara, chefiada pelo Senhor Stanko Todorov, Vice-Presidente do Conselho de Ministros da Bulgária, e a Missão polonesa, chefiada pelo Senhor Franciszek Modrzewski, Vice-Ministro do Comércio Exterior. Também estiveram no Brasil Missões da Hungria, da Tcheco-Eslováquia e da República Democrática Alemã.

Tôdas essas Missões manifestaram, uma vez mais, interêsse em aumentar seu comércio com o Brasil e reiteraram as ofertas de vultosos créditos ao nosso País, em condições vantajosas, para fornecimento de máquinas e equipamentos ainda não produzidos pela indústria nacional.

O Ministério das Relações Exteriores, pelos seus órgãos especializados, empenhou-se, durante o ano, no estudo profundo e intensivo das possibilidades de expansão do nosso intercâmbio com os países socialistas, bem como das modalidades de utilização daqueles créditos, que já se elevam a mais de 400 milhões de dólares.

Graças a êsses estudos e à apreciação realista das tendências do nosso comércio com êsses países, estima-se que, no ano

de 1964, tal intercâmbio experimentará elevação ainda mais significativa. E, o que é mais importante, deverão ser adotadas medidas concretas para o início da cooperação técnico-econômica do Brasil com a União Soviética e outros países socialistas, numa reafirmação da nossa política de entendimento e colaboração com todos os países e da preocupação do Govêrno brasileiro de expandir e diversificar as fontes de ajuda externa ao nosso desenvolvimento.

7. Ásia

Conforme estava previsto na Mensagem Presidencial lida perante o Congresso Nacional, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1963, o Govêrno brasileiro enviou ao sul e sudeste da Ásia um Grupo Técnico encarregado de examinar as perspectivas para a intensificação das correntes de comércio do Brasil com os países daquela área. Com êsse objetivo, foram discutidos os têrmos de acôrdos de comércio com a Tailândia, a Índia, o Ceilão e a República do Vietnan. Com o Govêrno da Indonésia foi estudado, nessa ocasião, o texto de um Acôrdo de Comércio e Pagamentos, cuja discussão final e cuja assinatura deverão realizar-se no Brasil, no decorrer de 1964, durante a visita que uma delegação econômico-comercial indonésia fará ao nosso País.

O Grupo Técnico brasileiro levou também a incumbência de trocar idéias com as autoridades governamentais dos países visitados e filiados ao GATT acêrca de uma posição comum aos países menos desenvolvidos em face da próxima Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento.

Prosseguindo na política de dinamização do seu comércio exterior, o Brasil deverá enviar à Austrália e à Nova Zelândia, no decorrer de 1964, nova missão econômica de caráter exploratório a fim de complementar o trabalho iniciado pelo Grupo Técnico brasileiro, que visitou o sul e o sudeste da Ásia, em setembro do ano passado.

Está prevista, para o corrente ano, a realização em Tóquio de uma reunião de representantes governamentais brasileiros e japo-

neses das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S. A. (USIMINAS), com o objetivo de tratar do aumento de capital da emprêsa, capaz de permitir a expansão da sua capacidade produtiva.

Dentro do programa de intensificação de suas relações com os países da Ásia e Oceânia, o Govêrno brasileiro preocupa-se em expandir a rêde de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares naqueles continentes, e, com a finalidade de ampliar o comércio com a República da Coréia, a Embaixada em Seul, que era cumulativa com a de Tóquio, passou a ser autônoma. Assim, também, foram iniciadas gestões para a criação de uma Embaixada em Wellington, Nova Zelândia, cumulativa com a de Camberra. Cuida-se igualmente do estabelecimento de relações com outros países da região, onde há grande interêsse comercial para o Brasil. Caso as condições orçamentárias e de pessoal o permitam, dever-se-á igualmente ampliar o número dos Serviços de Propaganda e Expansão Comercial (SEPRO) na Ásia.

No propósito de facilitar as relações comerciais com os países da área, o Govêrno apoiou a iniciativa de estabelecer-se uma linha regular de navegação marítima entre o Brasil e o Japão, com escalas no sul e sudeste asiático. Êsse serviço, em franco desenvolvimento, está sendo realizado pela companhia "Navegação Rio Grandense S.A.".

8. África

O Govêrno brasileiro vem seguindo com a maior atenção a evolução dos acontecimentos no Continente africano, tendo em mira a dinamização de nossa política exterior numa área do mundo cuja importância se tem tornado crescente, não só em razão do grande número de países que a compõem, mas sobretudo em virtude das grandes questões internacionais que nela surgiram, os problemas da descolonização e do subdesenvolvimento. O bloco africano, recentemente unificado pela criação da "Organização da Unidade Africana", exerce influência cada vez maior na política internacional e nas decisões das Nações Unidas.

A atitude brasileira funda-se tanto na necessidade de uma aproximação política e diplomática sempre maior com os povos africanos, em função dos vínculos históricos e culturais e da identidade de interêsses que nos unem à África, quanto na de encontrar-se uma solução humana e justa, por meios pacíficos e de acôrdo com os princípios das Nações Unidas, para o difícil problema colonial. Esperamos, por outro lado, em união de vistas com a grande maioria dos países africanos, obter resultados positivos e concretos para o encaminhamento da questão vital da erradicação do subdesenvolvimento, no curso da próxima Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento. Cuidamos, finalmente, da intensificação progressiva de nosso intercâmbio comercial com os novos países africanos, ainda incipiente, mas de resultados promissores, apesar dos obstáculos naturais que defrontamos.

Segundo tais diretrizes, o Govêrno brasileiro, além do trabalho normalmente desempenhado por nossas Missões Diplomáticas, acompanhou, por intermédio de um observador, os trabalhos da V Sessão da Comissão Econômica para a África, em Léopoldville, em fevereiro do ano findo. A convite do Govêrno brasileiro, visitaram-nos diversas personalidades africanas, entre as quais o Senhor Waziri Ibrahim, Ministro do Desenvolvimento Econômico da Nigéria, que veio estudar o desenvolvimento industrial do Brasil e as possibilidades de exportação de máquinas agrícolas para o seu país. O Brasil espera receber, no correr dêste ano, a visita de outras personalidades africanas.

Sempre no plano do estreitamento de nossas relações com os países africanos, está o Itamarati estudando a criação e instalação de Missões Diplomáticas, além das que temos nos países da África do Norte e em quatro países da África subsaárica, Senegal, Gana, Nigéria e África do Sul.

Em relação ao incremento do intercâmbio comercial com a África do Norte, cabe mencionar a venda feita pelo IBC à Argélia, em 1963, de 150.000 sacas de café, que faz surgir o Brasil como fornecedor num mercado até então suprido exclusivamente por

produtores africanos. No que diz respeito ainda à Argélia, a PETROBRÁS adquiriu, também em 1963, 200.000 toneladas de petróleo bruto de Hassi Messaud.

Não foram ainda removidos todos os obstáculos, pelo que numerosos contatos estão sendo tomados, com o devido apoio diplomático, entre firmas brasileiras e africanas, para o estabelecimento de novas linhas de exportação, sobretudo com o Senegal e a Nigéria, na África ao sul do Saara.

No plano cultural, o Govêrno continua mantendo no Brasil vários bolsistas africanos em cursos de nível universitário, e professôres nas Universidades de Dacar, Lagos e Ibadã encarregam-se de despertar o interêsse dos africanos pela cultura brasileira.

INDICE

INTRODUÇÃO

Págs.

O MOMENTO NACIONAL V

A OBRA ADMINISTRATIVA XI

A DELIBERAÇÃO DE PROGREDIR XXXI

AS TAREFAS DO FUTURO XLI

O CAMINHO BRASILEIRO XLIX

I — SITUAÇÃO POLITICO-INSTITUCIONAL

A) PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO 3

B) ORDENAMENTO JURIDICO 5

C) REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 6

D) SEGURANÇA NACIONAL 10

II — FINANÇAS

A) FINANÇAS PÚBLICAS 3

1. Execução Orçamentária 3

2. Divida Interna da União 18

Págs.

B) MOEDA E CRÉDITO 19
1. Mercado Monetário 19
2. Meios de Pagamento 21
C) POLÍTICA FINANCEIRA 22
1. Diretrizes de Programação 22
2. Perspectivas Financeiras Internas 28
3. Orçamento Monetário 29
D) BALANÇO DE PAGAMENTOS 30
1. Comportamento em 1963 30
2. Perspectivas Financeiras Externas 33
E) SITUAÇÃO CAMBIAL 34
F) POLÍTICA CAMBIAL 35
G) ÁREA BILATERAL DE PAGAMENTOS 37
H) POLÍTICA DE CAPITAIS ESTRANGEIROS 38

III — ECONOMIA

A) INFRA-ESTRUTURA 47
1. Recursos Minerais 47
a) Água Subterrânea 49
b) Minério de Ferro 50
c) Carvão 52
2. Energia 54
a) Energia Elétrica 54
b) Petróleo 63
c) Energia Nuclear 68

Págs.

3. Transportes 70
   a) Ferroviário 72
   b) Rodoviário 76
   c) Hidroviário 78
   d) Aeroviário 83
4. Comunicações 84

B) AGRICULTURA 86

1. Comportamento Geral do Setor 86
2. Produção Agropecuária 90
3. Estrutura Agrária 95
4. Pesquisa e Experimentação 99
5. Incentivos à Produção 99
6. Pesca 108
7. Limitação das Providências Adotadas 108

C) ABASTECIMENTO 109

1. Evolução do Consumo 109
2. Fatôres Negativos e Ação Governamental 112
   a) Aspectos Gerais 112
   b) Instrumentos de Ação 114
   c) Regularização da Estocagem 114

D) INDÚSTRIA 116

1. Características do Processo Brasileiro 116
2. Indústrias Metalúrgicas 118
   a) Siderurgia 118
   b) Metalurgia dos Não-Ferrosos 119
   c) Mecânica Pesada 121

Págs.

3. Produção Automobilística e Fabricação de Tratores 122
   a) Indústria Automobilística 122
   b) Fabricação de Tratores 124
4. Construção Naval 125
5. Outras Indústrias 126
   a) Petroquímica 126
   b) Álcalis 127
   c) Produtos Farmacêuticos 128
   d) Celulose, Papel e Papelão 130
   e) Cimento 130

E) PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL 131

1. Correção dos Desequilíbrios Regionais 131
2. Amazônia 134
3. Nordeste 137
4. Centro-Oeste 144
5. Vale de São Francisco 148
6. Fronteira Sudoeste 152

IV — PROGRESSO SOCIAL

A) DESENVOLVIMENTO CULTURAL 161

1. Educação 161
2. Ciência e Desenvolvimento 174

B) TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL 177

1. Trabalho 177
2. Previdência 182

C) SAÚDE PÚBLICA 187

1. Situação Atual e Necessidades 187
2. Realizações 192

Págs.

D) HABITAÇAO E SANEAMENTO 196

1. Habitação 196

2. Saneamento 203

V — POLITICA EXTERNA

1. Considerações Gerais 211

2. Política Externa para o Desenvolvimento 212

3. Nações Unidas 218

a) Desarmamento 218

b) Desenvolvimento 220

c) Descolonização 221

d) Conselho de Segurança 222

4. POLITICA CONTINENTAL 223

5. EUROPA OCIDENTAL 229

6. PAISES SOCIALISTAS 232

7. ASIA 234

8. AFRICA 235